



Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa  
Academia Militar



*PORTUGAL PERANTE O SISTEMA INTERNACIONAL  
DOS FINAIS DO SÉCULO XVIII – 1792-1807*

MIGUEL ALEXANDRE DANTAS DA CRUZ

TESE SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM  
**HISTÓRIA, DEFESA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ORIENTADOR:**  
PROF. DOUTOR JOSÉ VICENTE SERRÃO, PROFESSOR ASSOCIADO, ISCTE

SETEMBRO DE 2008

## Índice

|   |            |
|---|------------|
| Agradecimentos  | iii        |
| Regras de Transcrição   | iv         |
| Abreviaturas  | v          |
| <b>1. Introdução</b>  | <b>1</b>   |
| 1.1. A volatilidade nacional: alguns problemas e dificuldades   | 1          |
| 1.2. O estado da arte e a nossa aproximação   | 2          |
| 1.3. Esclarecimentos conceptuais  | 6          |
| 1.4. Um padrão de comportamentos esperados  | 12         |
| 1.5. Objectivo e período de análise   | 14         |
| 1.6. Fontes   | 17         |
| 1.7. Plano da exposição   | 17         |
| <b>2. Portugal entre dois terrores: o impossível exercício diplomático entre dois pólos</b>               | <b>18</b>  |
| 2.1. Limites à atitude perante a Revolução: os constrangimentos “legais” herdados                         | 18         |
| 2.2. Das primeiras indecisões ao Rossilhão  | 20         |
| 2.3. 1795-1798, o isolamento, os grandes receios e repercussões internas                                  | 24         |
| 2.4. A campanha do Egipto, o regresso da ameaça e finalmente a paz  | 32         |
| 2.5. Lannes e a desejada neutralidade   | 37         |
| 2.6. O arrojo de António de Araújo na crise final   | 43         |
| <b>3. Portugal e os outros elementos do sistema internacional</b>   | <b>56</b>  |
| 3.1. Desejos de uma ligação à Europa mais vasta   | 57         |
| 3.2. Portugal e o Mediterrâneo (1801-1807): uma conveniente estabilidade                                  | 67         |
| 3.3. Portugal e o Báltico, das tentativas de reforço comercial até ao alinhamento fracassado com a Rússia | 70         |
| 3.3.1. A Suécia e as inesperadas oportunidades  | 71         |
| 3.3.2. A Dinamarca, e a importância da portagem do Sund   | 79         |
| 3.3.3. A Rússia, um parceiro com outra agenda   | 84         |
| 3.3.4. A Prússia e a «Viagem Tecnológica»   | 89         |
| Conclusão   | 96         |
| <b>4. Fontes e Bibliografia</b>   | <b>101</b> |
| <b>5. Anexos</b>  | <b>115</b> |

## AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho recebemos apoios e estímulos de muitos colegas e amigos, cujo contributo não poderia ser ignorado nas palavras da praxe que aqui escrevemos.

De qualquer maneira, quatro pessoas merecem um destaque especial. Primeiro, agradecemos ao Professor Doutor José Vicente Serrão, nosso orientador e professor desde a Licenciatura, pelos incentivos à nossa investigação, pela tolerância sempre demonstrada perante as incongruências e incorrecções com que o confrontámos, e pelas chamadas de atenção para os rigores da exposição científica. De facto, se existe algum mérito e coerência neste trabalho ao Professor Serrão se deve, muito embora, a ele não se puderem imputar quaisquer defeitos que certamente permaneceram. Depois, gostaríamos de agradecer ao Professor Carlos Manuel Mendes Dias, por nos ter confrontado com outros saberes e conteúdos, que não conhecíamos e que se encontram para além da historiografia tradicional.

À Nina, devemos também o nosso reconhecimento, pela tradicional disponibilidade para as recorrentes leituras de textos inacabados, que nunca deixámos de lhe enviar.

Por fim, mas não menos importante, é à Dora que lhe agradeço a enorme paciência e a infinita tolerância perante as ausências físicas e mentais de quase dois anos passados entre trabalho, aulas e investigação. A ela o meu amor e carinho.

---

## REGRAS DE TRANSCRIÇÃO E ANOTAÇÕES

- A ortografia dos textos originais foi actualizada, excepto nos anexos
- A pontuação dos originais foi moderadamente alterada
- As abreviaturas foram na maioria dos casos desdobradas
- As maiúsculas nos originais foram respeitadas
- Efectuaram-se as traduções excepto nos anexos

**ABREVIATURAS**

## Arquivos, Bibliotecas e formas de tratamento pessoal

ANTT – Arquivo Nacional – Torre do Tombo

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

BNLCP – Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina

BNLFG – Biblioteca Nacional de Lisboa – Fundo Geral

MR – Ministério do Reino

Ms – Manuscrito

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros

E.E.M.P. – Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário

S.A.R. – Sua Alteza Real

S.M.B. – Sua Majestade Britânica

S.M.I. – Sua Majestade o Imperador (Áustria)

S.M.I. dos Franceses – Napoleão

S.M.C. – Sua Majestade Católica (Espanha)

V. S<sup>a</sup> – Vossa Senhoria

V. Ex.<sup>a</sup> – Vossa Excelência

V. M.<sup>ce</sup> – Vossa Mercê

## 1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que procura compreender o comportamento de um pequeno país – Portugal – no sistema internacional durante as Guerras da Revolução e durante as Guerras Napoleónicas. É sua pretensão fazê-lo de uma forma abrangente, ultrapassando-se o quadro das ligações internacionais de base (Inglaterra, França e Espanha), e inter-disciplinar, procurando-se decompor e analisar a factualidade histórica à luz de uma aproximação conceptual colhida na área disciplinar das Relações Internacionais.

### 1.1. A volatilidade nacional: alguns problemas e dificuldades

Os estudos sobre os relacionamentos externos de Portugal durante o período revolucionário e durante o período napoleónico, debatem-se sempre com algumas dificuldades, pois o tema, pouco dado a sínteses, é movediço e, apesar de muito apelativo não deixa de ter uma aproximação complicada.

Uma dessas dificuldades prende-se com o próprio objecto de estudo: a interacção do país com os vários componentes do sistema internacional em tempos tão conturbados como aqueles, nomeadamente com a Inglaterra, com a França e com a Espanha, não é de fácil domínio, pois a instabilidade governativa que esteve sempre presente nos últimos anos do Antigo Regime português levou a uma política externa mutável, e logo bastante difícil de captar em todas as suas nuances. A inexistência de linha de rumo bem definida e independente da sensibilidade de quem decidia a política externa portuguesa, pode tornar superficial qualquer abordagem que não mergulhe na heterogeneidade do processo que conduziu à partida para o Brasil da corte, em Novembro de 1807. Momento marcante que representa uma fronteira em muitos aspectos na vida do país, nomeadamente no que à orientação da sua diplomacia diz respeito.

A partir de Novembro de 1807 tudo, ou quase tudo mudou. Não obstante terem permanecido alguns ressentimentos<sup>1</sup>, Portugal consolidou a aliança britânica e ficou declaradamente em guerra com a França, passando a antiga metrópole, no esclarecedor dizer de Napoleão, a servir «de escola para os soldados ingleses»<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Um dos melhores exemplos desta críspação pode ser constatada em alguns números dos periódicos daqueles tempos (*Campeão Português* e *Correio Brasiliense*) e na posterior recapitulação feita certamente por D. Domingos de Sousa Coutinho em GOUVEA, R. da C., *Resposta publica à denuncia secreta que tem por título "Representação que a Sua Magestade fez Antonio de Araujo de Azevedo em 1810..."* Londres: Off. R. E. A. Taylor, 1820.

<sup>2</sup> Citado por SILBERT, Albert, "Portugal perante a política francesa", in *Do Portugal do antigo regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 37.

O comportamento “zigzagueante” que Portugal demonstrou até 1807, intercalando momentos de maior ou de menor denodo com momentos de maior ou menor dedicação à aliança britânica, tornam o estudo das relações internacionais neste período num exercício complexo, mas que nem por isso tem afastado os estudiosos, muito pelo contrário. De facto, o interesse que esta temática tem recorrentemente suscitado originou uma extensa bibliografia, cujo domínio integral é quase impossível.

## 1.2. O estado da arte e a nossa aproximação

Tem sido excepcional a diversidade de perspectivas e metodologias a que se tem recorrido para compreender a inserção de Portugal no seio do sistema internacional de fins de setecentos princípios de oitocentos. Sintéticas (procurando as linhas de força) ou detalhadas; com balizas cronológicas mais abertas ou mais fechadas; com maior recurso à história económica ou à história militar (embora o pano de fundo seja a história política), vários autores têm procurado interpretar a sequência de eventos que terminou com as invasões francesas, ou mesmo com a implementação do liberalismo em Portugal, em dinâmicas que de modo algum deverão ser desligadas.

A reconstrução desta história foi um processo que se iniciou cedo, muito cedo mesmo: ainda se ouvia o troar das espingardas da Guerra Peninsular, Napoleão estava ainda no auge da sua carreira, e já Acúrcio das Neves escrevia em 1810 a sua *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*<sup>3</sup>, obra que, em cinco volumes, retratava “perfídia” da ideologia empunhada pelos exércitos que invadiam o país. Mais próxima de uma memória ou fonte, o que de modo algum belisca o seu valor, ela aparece em paralelo ou na sequência de outros textos impressos naquela difícil conjuntura pós 1807. Entre eles destacam-se outras reflexões de Acúrcio das Neves ou de Sousa Franco<sup>4</sup>, que procuravam justificar a conduta do príncipe real e censurar o comportamento da França para com a corte portuguesa. Nas décadas seguintes foram publicadas diversas obras de valor variável, normalmente de conteúdo memorialista, tanto por pena portuguesa como estrangeira, sobretudo inglesa, e abordando em particular as experiências da guerra na península.

---

<sup>3</sup> NEVES, Acúrcio, *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*, 5 vols. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811. Recentemente reeditada pelas Edições Afrontamento (2008).

<sup>4</sup> De Acúrcio das Neves ver *O despertador dos soberanos e dos povos*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803 e *Manifesto da razão contra as usurpações francezas*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1808. De Soares Franco ver *Reflexões sobre a conducta do Principe Regente de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808 e *Exame das causas que allegou o Gabinete das Thuilherias para mandar contra Portugal os exercitos francez e hespanhol em Novembro de 1807*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1808.

Já na segunda metade do século XIX é dada estampa a colossal obra de 19 volumes de Luz Soriano, *História da Guerra Civil...*<sup>5</sup>, que não se esgotou no período pré invasões, ou mesmo no na Guerra Peninsular. Contudo, esta obra, embora já expurgada dos conteúdos anti-napoleónicos mais básicos, não deixa de pertencer a um período em que a historiografia se encontrava declaradamente ao serviço dos “valores mais altos da nação”, perdendo portanto a imparcialidade desejada. Apesar disso, parece-nos que a sua longa narrativa, muito bem documentada, não encontra muitos paralelos nos tempos mais recentes, e a prova disto reside no recorrente uso de que tem sido objecto nos estudos mais recentes sobre a diplomacia portuguesa nos finais do Antigo Regime. Sua contemporânea, embora de um valor não comparável, e por isso muito menos solicitada pelos novos investigadores, temos a *História política e militar de Portugal...*<sup>6</sup>, de Latino Coelho, que publicada entre 1874 e 1891, não podia deixar de estar compreensivelmente imbuída do mesmo nacionalismo reinante dos fins do século XIX.

Claro que a edição de obras de grandes dimensões não foi característica exclusiva da centúria de oitocentos; o século XX também assistiu à publicação de volumosas edições, como a *Dom João VI, príncipe e rei*<sup>7</sup> de Ângelo Pereira, cuja riqueza documental reproduzida, então inédita, não lhe garante a imparcialidade desejável, dada a atitude quase apologética do autor. Foi aliás em torno da figura de D. João IV e dos seus governos, que se gerou uma das mais acesas controvérsias na historiografia nacional. De um lado, as análises dos republicanos do fim de oitocentos e princípios de novecentos, algumas bem acintosas como a de Raul Brandão<sup>8</sup>, do outro a reacção natural daqueles que inevitavelmente acabaram por cair no extremo oposto, como em nossa opinião, foi o caso do grande historiador Jorge Borges de Macedo<sup>9</sup>. O problema esta na distancia que se consegue manter perante um tema a que ninguém fica indiferente: se de facto foram injustos os preconceitos dos “primeiros” republicanos, também é verdade que parece exagerado transformar a fuga para o Brasil num acto intencional. Os efeitos políticos subsequentes não podem transfigurar uma acção no momento simplesmente baseada no temor, em acto heróico que final e intencionalmente punha em marcha o grande desígnio de sediar no Brasil o império.

---

<sup>5</sup> SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890

<sup>6</sup> COELHO, José Latino, *História política e militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814*, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1891.

<sup>7</sup> PEREIRA, Ângelo, *Dom João VI, príncipe e rei*, 4 vols. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade 1953-1958.

<sup>8</sup> Ver BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*. Lisboa: Arquimedes Livros, 2006. (Fac-simile da edição de 1912).

<sup>9</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, 1987, p. 353.

Não se trata de história imparcial, sabemos que não existe, e muito menos quando lidamos com temas tão marcantes e apelativos na história de um país. Por isso, não poderíamos deixar passar a oportunidade de frisar algumas publicações recentes (embora também as haja mais antigas e de grande valor<sup>10</sup>) que utilizam uma abordagem diferente, se se quiser não exclusivamente centrada nos interesses portugueses. Por exemplo, numa aproximação vinda de França à questão portuguesa, Nicole Gotteri<sup>11</sup> mostrou-nos, um país periférico subserviente à Inglaterra, mas que, mais do que frágil, apresentava-se manipulador ao ponto de levar Napoleão a “perder legitimamente a paciência”.

Por seu turno, Kenneth Light, também em 2007<sup>12</sup> e a partir de fontes inglesas, mostrou-nos o lado britânico, sobretudo o seu papel nos eventos que antecederam e conduziram ao embarque da família real para o Brasil<sup>13</sup>.

Outros autores que abordaram este período mereceriam aqui menção, pela especificidade do contributo que deram. Albert Silbert<sup>14</sup>, Ana Cristina de Araújo<sup>15</sup>, Manuel Amaral<sup>16</sup> (para os textos de síntese), António Pedro Vicente<sup>17</sup>, António Ventura<sup>18</sup>, Manuel Themudo Barata<sup>19</sup> (para a história militar), Jorge Borges de Macedo<sup>20</sup>, Miriam Halpern Pereira<sup>21</sup>, Fernando

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, OMAN, Charles, *A history of the Peninsular War*, 7 vols. Oxford: At the Clarendon Press, 1902-1930. Foram muitos os autores franceses e britânicos que publicaram estudos sobre a Guerra Peninsular. Seguiram-se às “vagas” de memórias que de um lado e de outro foram dadas a estampa (algumas reeditadas recentemente). Para uma visão bastante abrangente da bibliografia publicada sobre a Guerra Peninsular (mais antiga e mais recente), ver o catálogo recentemente editado pela Biblioteca Nacional, *Guerra Peninsular: 200 anos* (coord. António Ventura, Maria Leonor Machado de Sousa). Lisboa: BNP, 2007.

<sup>11</sup> GOTTERI, Nicole, *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Teorema, 2006.

<sup>12</sup> LIGHT, Kenneth, “A viagem marítima”, in *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*, coord. Kenneth Light. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

<sup>13</sup> Para o mesmo assunto ver ROBSON, Martin, “The Royal Navy and Lisbon 1807-1808”, in *Lord Beresford and the British Intervention in Portugal, 1807-1820*. Lisboa: ICS, 2004.

<sup>14</sup> SILBERT, Albert, “Portugal perante...”, cit. Para a análise comparada do caso espanhol e português.

<sup>15</sup> Ver, entre outros trabalhos, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)* vol. 5, (dir José Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa 1998, pp. 21-40 ou ARAÚJO, Ana Cristina de, “Portugal sob o fogo cruzado da Revolução. Das Invasões Francesas ao Vintismo”, in *Revista História*, Ano XXI, Nova Série, n.º 19 (Nov. 1999), pp. 50-58.

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, AMARAL, Manuel, “Napoleão em guerra com Portugal”, in *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp. 245-256. Onde são exploradas as cisões entre o partido inglês (dos funcionários) e partido francês (aristocrático) no interior da corte.

<sup>17</sup> Ver, entre outros trabalhos, *Bernardim Freire de Andrade e Castro, Um soldado da Guerra Peninsular*. Separata Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, s.n., 1970; “O recrutamento de Militares no Estrangeiro – De Schaumbourg Lippe a Wiliam Beresford”, in *Actas do IV Colóquio de História Militar*. Lisboa, s.n., 1993; e “Portugal face à Revolução Francesa”, in *Portugal e os Conflitos Internacionais. Para uma história militar*. Lisboa: Chiado, Consultores de Informação, 1995.

<sup>18</sup> Ver, entre outros trabalhos, “Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003 e “Portugal e Espanha em Vésperas da Guerra das Laranjas. As Questões Militares”, in *Portugal e os Abalos Político-militares da Revolução Francesa no Mundo, Actas do XI colóquio de História Militar*. Lisboa, s.n., 2001.

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, BARATA, Manuel Themudo Freire, “Guerra subversiva e soldados sem uniforme”, in *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

<sup>20</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *O Bloqueio Continental: a economia e guerra peninsular*. Lisboa: Gradiva, 1990; e *Problemas de História de Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Querco, 1982.

Dores Costa<sup>22</sup> e Pedro Lains<sup>23</sup>. (história económica e financeira), e José Luís Cardoso<sup>24</sup> (pensamento económico), entre outros, são bons exemplos de uma vasta bibliografia (muito embora sejam talvez os seus expoentes máximos). Porém, porque nos interessa sobretudo os contornos diplomáticos dos anos que antecederam as invasões, temos de dar destaque aos trabalhos de José Baptista Barreiros<sup>25</sup>, de Fernando Castro Brandão, mais antigos, de Valentim Alexandre<sup>26</sup>, mais recente, ou ainda às biografias de alguns intervenientes do fim do Antigo Regime português<sup>27</sup>. As suas apreciações críticas do significado histórico daquele período, mostraram-nos quão volátil ele tinha sido, bem como o tipo de dificuldades que o país enfrentou no dealbar da contemporaneidade. E é das suas conclusões que queremos partir, transpondo para isso as excelentes narrativas empíricas que trouxeram, que por sua vez já tinham ultrapassado os registos encómios da historiografia oitocentista.

<sup>21</sup> Ver, entre outros trabalhos, *Revolução Finanças e Dependência Externa*. Lisboa: Sá da Costa, 1979 e “Atitudes políticas e relações económicas internacionais na 1ª Metade do século XIX”, in *Ler História*, nº 10, 1987, pp. 53-73.

<sup>22</sup> COSTA, Fernando Dores, “Capitalistas e Serviços: empréstimos, contractos e mercês no final do século XVIII”, in *Análise Social*, 116-117, quarta série, vol. XXVII, (1992), pp. 441-460.

<sup>23</sup> Sobretudo a sua polémica com Valentim Alexandre. Ver de Pedro Lains: “Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português?”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1989; e “Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português? – II”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1991. De Valentim Alexandre: “Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro”, in *Ler História*, nº 7, 1986; “Um passo em frente, vários à retaguarda. Resposta à nota crítica de Pedro Lains”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1989; e “Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1991. De Pedro Lains: “Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português?”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1989; e “Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português? – II”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1991.

<sup>24</sup> Ver, entre outros trabalhos, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial estampa, 1989; *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro 1790-1822*. Lisboa: CNCDP, 2001; e *Novos elementos para a história bancária de Portugal: projectos de banco, 1801-1803*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

<sup>25</sup> Ver, entre outros trabalhos, *Preliminares da primeira invasão francesa em Portugal*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1959; *Ensaio de biografia do Conde da Barca*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 196?; e *Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1962.

<sup>26</sup> Ver *Os Sentidos do Império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto, Edições Afrontamento, 1989; ou a sua versão reduzida para os anos que precederam as invasões, “As ligações perigosas: o império brasileiro face às convulsões internacionais (1789-1807)”, in *Análise Social*, vol. XXIV, nº 103-104, 1988, pp. 965 a 1016.

<sup>27</sup> Para o conde de Linhares ver SILVA, André Mansuy-Diniz, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*, 2 vols. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, que veio substituir com vantagem o já muito antigo *O Conde de Linhares: D. Rodrigo Domingos Antonio Sousa Coutinho*. Lisboa: M. do Funchal, 1908, do marquês do Funchal. Para António de Araújo de Azevedo ver MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde, *António de Araújo de Azevedo Conde da Barca: diplomata e estadista 1787-1817: subsídios documentais sobre a época e a personalidade*. Arquivo Distrital de Braga: Universidade do Minho, 2004; BARREIROS, José Baptista, *Ensaio de biografia do Conde da Barca*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 196?, e PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*. Lisboa: Fac. Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova Lisboa, 1987.

Para D. João VI ver, entre outros, COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI: O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

Embora excelentes, estes estudos têm-se concentrado sobretudo na relação mantida com a Inglaterra, com a França e com Espanha, que muito embora tivessem sido os parceiros essenciais de Portugal, não foram certamente os únicos. Com outros países então se entabularam ou mantiveram relações não despidas de significado, e que captadas como um todo não poderão deixar de dar relevantes contributos para a melhor compreensão da inserção de Portugal no sistema internacional.

Claro que vários textos têm sido publicados sobre as relações externas de Portugal com outros estados europeus ou norte-africanos<sup>28</sup>, mas, na verdade, poucos se concentram na conjuntura específica das guerras da revolução e do império e, segundo sabemos, nenhum faz o esforço de lançar um olhar “macro”, que reúna numa só narrativa as relações vitais (com as potências que determinavam a permanência de Portugal como um estado soberano), mas que, simultaneamente, não deixe de fora os relacionamentos com as outras potências da época.

Paralelamente, estamos convencidos que tem faltado à discussão desta problemática uma aproximação diferente, se se quiser não exclusivamente historiográfica, que fosse antes recolhida noutras disciplinas, em particular na área das relações internacionais. Dela se retiraria um aparelho conceptual que, devidamente instrumentalizado, tornaria possível a adopção de uma perspectiva inovadora e comparativa para interpretação do papel desempenhado por uma pequena potência – Portugal – num mundo em forte mudança, procurando-se enquadrar todos os seus comportamentos com os diversos componentes do sistema internacional (não só com as grandes potências), numa conduta tipo/padrão.

### 1.3. Esclarecimentos conceptuais

Antes de concretizarmos a apresentação do nosso objectivo, não poderíamos deixar de apresentar aqui alguns esclarecimentos conceptuais sobre a teoria a que desejamos vincular o nosso estudo. Que servirão também de contextualização histórica.

Primeiro, o que é que se considera o sistema internacional e o porquê a sua relevância?

---

<sup>28</sup> Para a Europa, sobretudo para a Rússia, ver BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *A política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia*. Lisboa: [s.n.], 1974; ou PRESTAGE, Edgar, *Francisco José da Horta Osório Machado: Primeiro Ministro de Portugal na Rússia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1918. Para o mesmo país, mas remetendo para as relações comerciais então entabuladas, ver SÁ, Vítor de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Do Porto ao Báltico, 1780. Acheegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia*. Separata da Revista da Faculdade de Letras do Porto, II Série, Vol. VII, 1990, pp. 137-156. Para o norte de África ver, por exemplo, *Portugal e as regências de Argel, Tunes e Tripoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985, também de Fernando Manuel Castro Brandão; ou FORJAZ, Jorge Pamplona, *Os Colaço: uma família portuguesa em Tânger*. Lisboa: Guarda-Mor, 2004.

Quando falamos de sistema internacional estamos a falar do padrão de relacionamentos que se estabelece entre os diversos actores internacionais<sup>29</sup>, que nos finais de setecentos e princípios de oitocentos eram exclusivamente estados. Esse sistema, ao ser analisado através de uma perspectiva sistémica<sup>30</sup>, que o procura compreender na sua totalidade (como entidade própria), tem manifestado uma tendência constante para o equilíbrio e para a regularidade de funcionamento, procurando adaptar-se às perturbações que nele são introduzidas, e que provocam necessariamente alterações na distribuição do poder. Esta dinâmica global, e é isso que nos interessa, não é mais do que a acção dos estados –actores desse sistema – que receosos pela manutenção da sua segurança, procuram adaptar-se, moldando o seu comportamento a novas configurações geopolíticas. Nesta perspectiva, o comportamento dos estados, salvo quando se verifica uma incorrecta percepção dos seus governantes, é sempre justificado pelas modificações na distribuição do poder, o que nos obriga, se queremos compreender a lógica das atitudes dos estados, a conhecer a configuração do sistema internacional onde estão inseridos, a sua distribuição de poder.

Abrindo um parêntesis, é importante referir que o sistema internacional a que nos estamos a referir é o subsistema europeu, que sendo só uma parte – uma importante parte da sociedade internacional – não deve ser evidentemente confundido com o todo. Contudo, em defesa de uma tendência tradicional, visível sobretudo na disciplina de relações internacionais (preocupada com a generalização teórica, com a perspectiva macro), há que afirmar que é no fim do século XVIII que a preponderância europeia no mundo, já evidente no século XVII, se tornou mais sólida. Se para meados da centúria de novecentos é justo considerar as relações entre europeus como as relações essenciais no mundo, não será menos justo apontar que isso se deveu a um processo que se terá iniciado algumas décadas antes, numa dinâmica paralela à Revolução Industrial. E se dúvidas se têm levantado à perenidade do ascendente europeu, por parte da comunidade historiográfica, não é menos verdade que é de historiadores que tem saído alguns subsídios para essa percepção<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> De entre as muitas definições possíveis recorreremos à avançada por Joseph Nye na obra *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 38.

<sup>30</sup> No âmbito da teoria das relações internacionais a nossa aproximação será reducionista e não sistémica, pois ir-nos-emos concentrar no estudo das partes do sistema, no exame das suas conexões e propriedades. Ver WALTZ, Kenneth, *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002, pp. 35 e seguintes e também 61 e seguintes.

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, BLACK, Jeremy, *European International Relations, 1648-1815*. Palgrave, 2002, sobretudo o capítulo aos anos de 1783 a 1815, pp. 200-243; ou do mesmo autor “Military Revolution? A 1660-1792”, in *The Military Revolution Debate*. Oxford: Westview Press, 1995, pp. 95-114; ou ainda de Emmanuel Wallerstein, *O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*, vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1994, sobretudo os capítulos dedicados à hegemonia holandesa (pp. 43-77) ou à luta no centro da economia-mundo europeia (pp.79-129).

Segundo, sabendo então que a configuração de forças no sistema (distribuição do poder) tem um impacto enorme no comportamento dos estados, que tipo de sistema era então aquele que se desenvolveu a partir dos últimos anos do século XVIII?

Antes de mais, há que referir que aquele sistema se achava em evolução, a sua natureza<sup>32</sup> estava, desde que o idealismo revolucionário perdera intensidade, a reencontrar-se com a homogeneidade desaparecida, e as clivagens ideológicas como causa das disputas pareciam estar a dar novamente lugar aos motivos tradicionais para a eclosão de conflitos (delimitação de fronteiras, acesso a recursos ou a mercados, colónias<sup>33</sup>, etc).

A estas continuidades dentro do sistema, devemos juntar outra essencial para a compreensão dos nossos propósitos: o fenómeno da crescente rivalidade entre franceses e ingleses. De facto, a tradicional rivalidade anglo-francesa, marcada por várias confrontações desde os finais do século XVII, adquiriu durante e no seguimento as Guerras da Revolução o lugar central no palco internacional. A sua contenda que pouco ou nada tinha a ver com ideologias, era um produto estrutural da concorrência comercial, política e militar, e tinha-se tornado mais clara quando a França começou a transmitir a ideia de ser tão invencível em terra quanto a Inglaterra o era no mar.

Ingleses e franceses começaram então a manifestar condutas classicamente atribuídas às superpotências, num sistema internacional mais ou menos extremado entre dois pólos. Por exemplo, a sua atenção passou a concentrar-se no temido competidor (ficando aquela como a relação primária ou fundamental), pondo-se em prática medidas que tinham sempre como objectivo castigar o adversário. Verificou-se também a típica intransigência perante a manutenção de posições alcançadas<sup>34</sup> – os recursos são limitados e o jogo será sempre de “soma zero”, ou seja, o que uma parte ganha é precisamente o que a outra perde e vice-versa.

Pode-se dizer que a França e a Inglaterra caminhavam no sentido de se tornarem de facto os pólos de um sistema internacional em transformação. E porquê? Porque entre 1792 e 1815 só a França e a Inglaterra reuniam capacidades suficientes para susterm com sucesso ofensivas de alianças “gerais”, mesmo quando isoladas, desde que um dos adversários não

---

<sup>32</sup> Ver síntese de Abel Cabral Couto em *Elementos de Estratégia*, vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1998, pp. 44 e 45.

<sup>33</sup> Alguns autores, por exemplo Kissinger, apontam que a instabilidade internacional e a guerra são causadas por estados revolucionários, parecendo esquecer as outras motivações possíveis para a confrontação internacional. Kissinger referido por WALTZ, Kenneth, *Teoria...*, cit, p. 93.

<sup>34</sup> É aqui que entronca também a política planetária de ambos os contendores. Nenhuma região parece ficar suficientemente longe para ser negligenciada (por exemplo a Campanha do Egipto)

fosse a outra superpotência. Este fenómeno relacionado com o que alguns autores<sup>35</sup> designam de sistema «power bipolar», remete acima de tudo para as capacidades militares envolvidas, mas que não deixa de abranger a capacidade de “magnetização” de estados satélite – sistema «cluster bipolar» –, num bem conhecido fenómeno de divisão do mundo em blocos<sup>36</sup>.

O cerne estava portanto nos potenciais estratégicos envolvidos. No conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais que um estado pode pôr ao serviço da sua estratégia<sup>37</sup>, muito em particular as capacidades militares. Neste sentido os meios de coacção naval britânicos eram particularmente elucidativos: de 1792 a 1815 o seu hegemonismo neste aspecto era tal que só uma coligação marítima de todos os outros lhe poderia fazer frente<sup>38</sup>. Por exemplo, na conjuntura particularmente desfavorável de 1801 a Inglaterra, além da guerra que travava com a França e com a Espanha, conseguiu sozinha silenciar uma sublevação nórdica encabeçada por Paulo I, que se revoltara contra as suas prepotências marítimas/militares e políticas<sup>39</sup>.

Ao domínio inglês do mar como fonte estrutural de poder, respondiam os franceses através dos seus novos meios de mobilização popular, e através do controlo da “massa crítica” do continente europeu que lhe ia ficando subjugado. Relembre-se, que apenas uma parte do exército de 600 mil homens com que a França invadiu a Rússia em 1812 eram franceses. Mesmo antes as novas capacidades francesas tinham ficado demonstradas, quando entre 1792/93 e 1798 enfrentou e venceu várias coligações. As derrotas impostas pela França à generalidade das coligações, e o modo como mais tarde lhes fez estender a sua

---

<sup>35</sup> Ver, por exemplo, WAYMAN, Frank Whelon (1999). “Bipolarity and War: The Role of Capability Concentration and Alliance Patterns among Major Powers, 1816-1965”, in *The Scientific Study of Peace and War*. New York: Lexington Books, 1999, pp. 180-181.

<sup>36</sup> No mundo das Guerras da Revolução e das Guerras Napoleónicas não foi tão evidente a presença daquele sistema bipolar reconhecido por todos – «cluster bipolar» –, onde a maioria dos actores, à imagem do que acontecia na Guerra Fria, sabiam o papel que lhes estava reservado (secundário ou principal). Pelo contrário, no período revolucionário e napoleónico, as outras potências embora demonstrassem as suas preferências, quase nunca deixaram de fazer resistência à preponderância anglo-francesa, nunca alinharam de um modo indefectível atrás do seu eventual “líder”. Contudo, defendendo as generalizações teóricas, há referir que nenhum sistema é igual ao outro, como já vimos. No máximo partilham características que os colocam na mesma tipologia, que não deve ser desacreditada por variações.

<sup>37</sup> Abel Cabral Couto em *Elementos...*, cit, p. 241.

<sup>38</sup> Ver MODELSKI, George, THOMPSON, William, *Seapower in Global Politics, 1494 – 1993*. Seattle, 1993, p. 121.

<sup>39</sup> Ver, RAGSDALE, Hugh, “A Continental System in 1801: Paul I and Bonaparte”, in *The Journal of Modern History*, Vol. 42, nº 1 (March 1970), pp. 70-89.

preponderância<sup>40</sup>, agregando-os em torno de si e passando a controlar parte dos seus recursos, atestam o seu estatuto de estado polar no seio do sistema internacional<sup>41</sup>.

Tão reveladora como os testemunhos de força política e militar foi a própria propaganda, com que franceses e ingleses se confrontavam na arena internacional. Não era apenas simples imprensa, mas textos encomendados para justificar a causa inglesa e a causa francesa. Um dos melhores exemplos talvez tenha sido a polémica criada em torno dos trabalhos de Hauterive<sup>42</sup>. Escrito em 1800, o texto do francês, ilustrava já passagem do idealismo fanático dos primeiros tempos da Revolução, para um realismo construtivo<sup>43</sup> napoleónico, e defendia uma coerente rede de alianças, através da qual os países do continente se deveriam libertar do jugo comercial inglês – verdadeiro «acto de navegação federado»<sup>44</sup>. Já aí estava então bem definido e sistematizado os contornos do futuro Bloqueio Continental.

A este respeito, e seguindo o raciocínio de Waltz sobre equilíbrios estruturais<sup>45</sup>, o bloqueio continental pode até ser encarado como a tentativa do sistema se reequilibrar, criando uma balança impossível entre a potência marítima e a potência continental. De um modo menos abstracto ele foi o corolário lógico de uma guerra comercial<sup>46</sup> que tinha sido interrompida de

---

<sup>40</sup> Ver BROERS, Michael, *Europe under Napoleon, 1799-1815*. London: Hodder Arnold, 1996, pp. 99 e seguintes.

<sup>41</sup> WILKINSON, David, “Unipolarity without Hegemony”, in *International Studies Review*, vol. 1, nº 2, Prospects for International Relations: Conjectures about the Next Millennium, 1999, p. 150.

<sup>42</sup> Sobre esta polémica ver FORSYTH, Murray, “The Old European States-System: Gentz versus Hauterive”, in *The Historical Journal*, vol. 23, nº 3, 1980, pp. 521-538.

<sup>43</sup> Ver *Ibidem*, p. 527.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 533.

<sup>45</sup> Cf. WALTZ, Kenneth, *Teoria...*, cit, p. 225.

<sup>46</sup> O cariz serrado desta guerra comercial é um óptimo fiador da inserção que já avançámos: a longa duração desta rivalidade, cujo início se perdia no século XVII. Porém é também verdade que bipolarização do sistema se tornou mais evidente no decorrer da última década do século XVIII, o que de alguma maneira nos obriga a questionar se aquela distribuição de poderes apenas existiu durante um tempo muito curto de 20 anos, marcados por guerra contínua – períodos anárquicos de ajustamento e não de definição.

De qualquer modo, estamos convencidos que a sua curta duração não o exclui da tipologia base. Aquele foi um período de bipolaridade (extremada) entre ciclos mais longos de cariz multipolar ou unipolar, conforme a interpretação do estudioso (para uma visão multipolar do sistema internacional ver, entre outros, MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1997; para a perspectiva oposta, ou seja para uma visão de preponderâncias cíclicas no sistema internacional, ver MODELSKI, George, THOMPSON, William, *Seapower...*, cit, 1993.

De mesmo modo, não nos parece aceitável rejeitar aquela classificação somente por aquele conflito se ter concentrado durante períodos de ajustamento, de guerra, já que é durante esses mesmos períodos, independentemente da sua duração – fases de macrodecisão – (onde rivalidades surgem ou se intensificam), que os contornos do sistema internacional seguinte se definem. Modelski, recorrendo ao exemplo norte-americano, refere que o hegemonismo dos E.U.A. não surgiu só em 1945, em paralelo com o aparecimento da Guerra-fria, mas em 1919, ou mesmo antes. A II Guerra Mundial (ainda fase de macrodecisão) apenas consolidou a preponderância de num novo ciclo, que tivera o seu princípio 30 anos antes (Ver MODELSKI, George, MORGAN, Patrick M., “Understanding Global War”, in *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 29, nº 3, Set. 1985, pp. 398 e seguintes.

1786 (tratado de Eden) a 1793, quando a Convenção reintroduziu as pesadas pautas, e a Inglaterra iniciou uma prática de bloqueios marítimos<sup>47</sup>.

O cariz mercantilista das medidas então repostas em França, que visavam fragilizar o adversário e por inerência fortalecer o aparelho produtivo próprio<sup>48</sup>, não deve contudo ser encarado de um modo simplista, pois muitas dessas regras eram quebradas (contrabando), e a intransigência tinha períodos de menor fulgor (certas carências obrigavam à flexibilização das políticas aduaneiras).

Por parte dos ingleses também se assistiu a uma política heterogénea, pois se por um lado se bloqueavam os portos inimigos e se lhes impedia a navegação, por outro, não se deixava de procurar garantir ao continente o abastecimento de bens coloniais<sup>49</sup>. Os ingleses, como Heckscher indicou, «tiravam o melhor dos dois mundos», não só “matavam” o comércio a longa distância (por mar) dos franceses, separando-os das suas colónias, como controlavam a navegação neutral, através de uma gestão criteriosa de quem entrava e saía dos portos sob bloqueio. O princípio jurídico então seguido não era novo: o pavilhão não cobre necessariamente a carga, e já tinha dado origem a conflitos com outros países nos anos anteriores (liga da Neutralidade Armada de 1782 e 1801).

Apesar da ineficácia de muitas medidas tomadas por franceses ou ingleses (muitas vezes estimuladas pelos próprios nativos<sup>50</sup>), a Europa, ou melhor, o comércio europeu ficou efectivamente afectado, e os estrangulamentos passaram a ser comuns. Por exemplo, o vinho francês deixou de poder ser exportado para os seus mercados habituais na Escandinávia, e de igual modo o sal dos países mediterrânicos deixou de poder ir alimentar a pesca de alguns países nórdicos. No sentido inverso, passou a ser muito mais difícil aos ferros e madeiras da Suécia chegarem a França ou a Espanha. De facto, a radicalização do sistema a montante (ainda que dentro de certos limites), levou à diminuição do número de neutrais, o que provocou a jusante interrupção das tradicionais rotas comerciais que ligavam o sul ao norte da Europa. Na prática isto criou bastantes dificuldades a várias marinhas, mas deixou a outros

---

<sup>47</sup> Cf. HECKSCHER, Eli, *The Continental System – an Economic Interpretation*. New York: Cosimo Classics, 2006, p. 23.

<sup>48</sup> A Convenção e o Directório tiveram comportamentos semelhantes. Do primeiro destaca-se por exemplo a criação de um Acto de Navegação em 1793, em tudo semelhante ao britânico de 1651, e que visava acima de tudo a protecção da navegação e do comércio francês, do segundo partiram por exemplo medidas que cerceavam o comércio entre a França e as cidades hanseáticas, anteriores pólos de difusão das produções francesas para a Europa, porque tinha deixado de ser possível aos franceses fazê-lo.

<sup>49</sup> Era comum os neutrais queixarem-se de lhes ser vedado o acesso aos portos franceses, vendo até muitas vezes a sua mercadoria ser apresada simplesmente por se dirigirem a uma praça sob controlo francês, quando a navegação britânica era autorizado todo tipo de relações com o inimigo. Ver HECKSCHER, Eli, *The Continental...*, cit, p. 37.

<sup>50</sup> O dilema vivido em Inglaterra entre os interesses comerciais e o lobby da navegação, mostra, no mínimo, que os produtos britânicos estavam mesmo a entrar em estados inimigos, ver *Ibidem*, p. 130 e seguintes.

países, àqueles que foram conseguindo manter-se neutrais, novas janelas de oportunidade, como aconteceu a Portugal durante alguns anos (1801-1807).

Recapitulando, podemos afirmar que, em relação ao enquadramento histórico e à moldura teórica, aquele sistema internacional estava bipolarizado ou a bipolarizar-se, com franceses e ingleses a demonstrarem comportamentos clássicos de superpotências, mas, devido às incapacidades resultantes de aquela ser ainda uma era pré-industrial, nunca o seu grau de coacção sobre o resto do sistema poderia ter a intensidade dos seus herdeiros contemporâneos, sobretudo aquele que na segunda metade do século XX opôs russos a americanos. Logo é legítimo assumir que, apesar de a guerra ter estado quase sempre presente, a configuração daquele sistema estaria condicionada por uma flexibilidade, é certo não desejada pelas superpotências, mas estruturalmente inultrapassável.

Aceitando este princípio – presença de um sistema bipolar (necessariamente) pouco rígido –, e lembrando-nos «que a dinâmica de um sistema limita a liberdade das suas unidades»<sup>51</sup>, há que dar o passo seguinte, procurando apurar que tipo de comportamentos são originados nos demais países por aquelas condições específicas. Por outras palavras, o que é que teoricamente é suposto esperar dos vários estados, sobretudo dos pequenos, num sistema bipolar impossibilitado de ser rígido.

#### 1.4. Um padrão de comportamentos esperados

O levantamento sintético que de seguida fazemos, não tem a pretensão de isolar todas as possíveis condutas manifestadas, ao longo dos séculos, por países que se encontrem neste tipo de ambiente estratégico (bipolar mas com constrangimentos que o tornam mais flexível). Embora a área das relações internacionais tenha uma preferência declarada pela análise do comportamento dos grandes actores, e as generalizações teóricas tenham tardado em chegar aos estudos sobre os pequenos países<sup>52</sup>, existiria mais material para ilustrar outras características tipo. Mas, porque apesar de tudo este é um trabalho de cariz historiográfico,

<sup>51</sup> WALTZ, Kenneth, *Teoria...*, cit, p. 104.

<sup>52</sup> Devemos lembrar que este é um domínio menos trabalhado na disciplina de relações internacionais, que tradicionalmente se tem interessado mais pelos comportamentos dos grandes actores internacionais. Ao invés, os estudos sobre as pequenas potências têm sido relegados para segundo plano, ficando entregues a um reduzido número de cientistas políticos. Além disso, a evolução dos modelos teóricos não foi fácil, pois os estudiosos ao refinarem as suas pesquisas, procurando ir para além do simples contexto da distribuição de poderes, encontravam algumas barreiras difíceis de ultrapassar, sobretudo na delimitação das variáveis em jogo. Contudo, apesar destas dificuldades iniciais, os estudos de cariz mais teórico começaram a aparecer. De princípio partindo quase exclusivamente da dimensão, como elemento explicativo do comportamento dos países, por exemplo, EAST, Maurice, “Size and Foreign Policy Behavior: A Test of Two Model”, in *World Politics*, Vol. 2, nº 4, 1973, pp. 556-576, mas, a estas seguiram-se outras generalizações mais refinadas, por exemplo, ROSENAU, James, *Scientific Study of Foreign Policy*. New York: Nickols, 1980.

não nos preocupa a hiper-complexificação teórica deste problema, ou para ele contribuir com novas teorias, ao invés, interessa-nos encontrar uma plataforma onde possamos apoiar a investigação histórica, sem sermos superficiais na instrumentalização teórica. Por isso, para orientarmos a nossa pesquisa, estabelecemos como base um conjunto de comportamentos simplificado e consensual, suficientemente repetido para, sem erros, servir de padrão ao nosso estudo<sup>53</sup>.

Assim, de um modo geral, e perante o sistema internacional, espera-se que os pequenos países:

- Manifestem desinteresse pelos assuntos mundiais, como por exemplo por guerras relativamente distantes;
- Se apoiem nas fórmulas legais internacionais – direito internacional;
- Se escudem em posições morais ou normativas nas pendências internacionais;
- Repudiem o uso da força como instrumento da política internacional;
- Evitem comportamentos arriscados, como por exemplo aqueles que possam alienar outras potências do sistema onde estão inseridos;
- Prefiram soluções multilaterais;
- E que adotem uma política externa focada/concentrada na sua específica área de interesses;

Entretanto, quando esse nível de tensão baixa espera-se que os pequenos países:

- Arrisquem um pouco mais, podendo até adoptar posições de não-alinhamento com o seu tradicional aliado, buscando objectivos próprios, com uma considerável liberdade de acção, já que à partida isso não vai bulir com a posição dominante da superpotência que o tutela. Recorrendo mais uma vez a Waltz, «em alianças entre desiguais, os líderes da aliança não têm de se preocupar muito com a fidelidade dos seus seguidores»<sup>54</sup>, já que eles pouco contam para o equilíbrio geral das forças. Isto não implica que se possa assistir a mudanças bruscas de um lado para o outro, pois as condições em que se fundam as alianças, como a partilha de ideologias, as condicionantes geopolíticas, as complementaridades comerciais, ou simplesmente a súbita intransigência do pólo são difíceis de superar;

---

<sup>53</sup> A recolha destes comportamentos de política externa foi efectuada tendo por base alguns trabalhos clássicos sobre política internacional, como o *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred Knoph, 1964, de Hans Morgenthau; ou o *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, Raymond Aron; ou ainda o, menos conhecido, *Alliances and the Third World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1968, de George Liska. Alicerçou-se também em algumas investigações mais recentes, como os textos já referidos Mouritzen ou de Rosenau.

<sup>54</sup> WALTZ, Kenneth, *Teoria...*, cit, p. 232.

- Podem por vezes ir até mais longe, estabelecendo laços com outros actores do sistema internacional, mesmo quando estes se encontram em campos mais ou menos opostos, de forma a procurarem aumentar a suas capacidades de negociação dentro da sua própria aliança;
- Por fim, reassumida a sua liberdade de acção, ou pelo menos sentindo-a recuperada, os governantes dos pequenos estados poderão até aspirar a serem considerados mais parceiros do que meros dependentes, ganhando assim espaço de manobra;

Por seu turno perante o aumentou súbito da tensão entre os pólos, espera-se que os pequenos países:

- Procurem manter para si os anteriores efeitos da detente, de modo a fugirem ao inevitável aumento das pressões;
- Percam a capacidade de negociação;
- Se sintam compelidos a obedecer com maior prontidão às imposições dos pólos, sobretudo àquele com quem tradicionalmente alinham, porém, tal aquiescência pode revelar-se perigosa se porventura esse pólo vier a sair derrotado. Para evitar uma imagem de país satélite de uma superpotência entretanto derrotada, parece lógico esperar uma atitude do «esperar para ver» dos estados mais fracos;
- Em simultâneo espera-se que beneficiem da sua posição internacional, se se conseguirem manter neutrais, o que apesar de todos os seus esforços não deverão conseguir, se a sua constelação (conjunto de relações com os pólos) for assimétrica, ou seja, se a sua posição já tiver sido reconhecida, implícita ou explicitamente, como dependente;
- Eventualmente, como estratégia de reforço à sua disposição de não-alinhamento, rearmarem-se. De facto, o desejo de permanecerem neutrais soa muito mais credível quando acompanhado por um certo grau de força e de preparação militar;

Definidas assim as proposições teóricas que balizam o nosso estudo, há agora que avançar para a delimitação do nosso objectivo.

### **1.5. Objectivo e período de análise**

De 1792 a 1807 e perante um mundo com uma tendência crescente para a bipolarização, o país experimentou um dos períodos mais singulares da sua história. Durante esses 15 anos, sob uma pressão quase constante, os vários governos adoptaram um conjunto de comportamentos com as grandes potências e com os demais países europeus, que foram em si mesmos reveladores de uma maneira de estar no sistema internacional. Essa maneira de estar

tem sido estudada de várias formas: primeiro (século XIX), de um modo mais valorativo, e depois, empírico-descritivo (embora a subjectividade esteja sempre presente).

Por seu lado, o nosso estudo tem o objectivo de reinterpretar essa maneira de estar numa perspectiva teórica, contextualizando-a num tempo mais longo e num quadro geográfico mais amplo, procurando-se para isso, não compará-la com um caso específico, mas antes com um padrão teórico de comportamentos esperáveis de uma pequena potência (que não é mais do que a compilação dos procedimentos adoptados por vários países, que viveram situações semelhantes nos últimos 200 anos).

A mais-valia resultante, passa por conferir ao caso português, à sua política externa, matéria de comparação, escrutinando-o e testando a sua “normalidade”, algo que não era possível num tradicional estudo de cariz historiográfico. Desta opção metodológica – decalque dos relacionamentos externos de Portugal numa “grelha” de comportamentos-tipo –, espera-se conseguir, não juízos valorativos, mas uma resposta tão rigorosa quanto possível ao velho problema da análise da política externa nacional nos finais do Antigo Regime. Estamos certos de comparando-se mecanicamente o “que foi” com o que se “esperava que fosse”, evitar-se-á cair nos juízos baseados na percepção ou pior nas empatias.

Este reportório (de condutas esperadas) de cariz comparativo, será aplicado tanto às relações mantidas com as superpotências como às ligações com outros países europeus, porque em todas elas se pode testemunhar o modo de inserção da monarquia portuguesa no sistema internacional numa conjuntura única. A este respeito, as limitações que nos impomos provêm de constrangimentos relacionados com a economia de espaço e de tempo deste trabalho. Teve portanto de existir um certo comedimento. Por isso, a baliza cronológica final do nosso estudo não se prolongou até 1815, fim das hostilidades no teatro internacional e simultaneamente fim da configuração bipolar do sistema internacional<sup>55</sup>, não indo além de 1807. O que não está necessariamente errado, pois embora a distribuição de poder se tivesse mantido ou até consolidado, o governo português tomou em definitivo um partido, e, mais importante, resguardando-se no Brasil, afastou-se do perigoso subsistema europeu. Daí em diante o enquadramento estratégico da monarquia foi outro<sup>56</sup>.

Esta cedência cronológica que demarca o fim do período por nós estudado não teve paralelo na baliza inicial escolhida. Aí, como não podia deixar de ser, partimos do ano em que

<sup>55</sup> Para uma visão alternativa, ver SCHROEDER, Paul W., “Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power”, in *The American Historical Review*, Vol. 97, nº 3, 1992, pp. 683-706.

<sup>56</sup> A novidade não esteve tanto na fuga, outros também fugiram, mas na geografia escolhida.

problema nacional francês se transformou numa pendência internacional (1792), cujas repercussões seriam sentidas em toda a Europa inclusive em Portugal.

O envolvimento objectivo de Portugal na conflagração (1792-1807), e o impacto que esta teve no país, tornam esta época indicada para sobre ela fazer recair a nossa aproximação. Em pouquíssimos outros momentos o país passou por tais dificuldades. Na verdade, nunca mais a soberania do país seria ameaçada de uma maneira tão ostensiva.

Antes de terminarmos impõem-se alguns esclarecimentos adicionais.

Claro que existe o perigo de se cair numa certa artificialidade, ou anacronismo, resultante de se estar a empregar para épocas distantes, conceitos ou teorias pensadas sobretudo para os séculos XIX e XX. De se estar a interpretar comportamentos de estados (da sua política externa), por padrões/grelhas que são necessariamente insuficientes, pois não podem abarcar todas as idiosincrasias. Mas estamos convictos que, o que se tem a ganhar ultrapassa os riscos que se possa eventualmente estar a correr: o estabelecimento de pontes entre diversas áreas do saber só pode ser encarado como algo de positivo e enriquecedor<sup>57</sup>, já que, no caso específico, pode trazer para além de uma perspectiva diferente, a mais-valia de se conseguir novas interpretações a partir da generalização teórica (sempre presente no processo indutivo das ciências exactas). Ainda assim, estamos convencidos que a “contaminação” interdisciplinar que propomos neste estudo, não se pode considerar uma novidade arriscada, afinal não estamos assim tão longe da história comparada, só mudando o elemento de comparação.

As palavras de Joseph Nye sobre o sistema internacional contemporâneo – «o mundo no final do século XX é um estranho cocktail de continuidade e mudança. Alguns aspectos da política internacional não se alteraram desde Tucídides»<sup>58</sup> –, além de nos ajudarem a ultrapassar os receios do anacronismo, fazem-nos compreender de que se trata de uma questão de querer ou não dar elasticidade aos conceitos, mesmo quando os forçamos a fazer o percurso contrário àquele que habitualmente fazem. Quando em vez de serem construídos no presente, ou projectados no futuro a partir de material do passado, são emprestados pelo presente para compreender melhor o passado, contribuindo assim para a reconstrução da história, num exercício que só pode validar as respostas obtidas no estudos em questão, mas também revalorizar os quadros conceptuais utilizados. Na verdade, se estes aspiram a um certo grau de cientificidade, devem poder ser aplicados a conflitos e a ambientes estratégicos

<sup>57</sup> The Craft of International History: A Guide to a Method – Roundtable Review, in *H-Diplo Roundtables*, vol. VIII, nº 16, 2007, p. 3.

<sup>58</sup> NYE, Joseph, *Compreender...*, cit., p. 2.

remotos, onde, é certo, ainda nem sequer existia o estado-nação como elemento essencial do sistema internacional, mas onde já se movimentavam políticos e estratégias, e onde as grandes potências não eram menos intransigentes nos seus objectivos políticos, e implacáveis com os seus inimigos.

### **1.6. Fontes**

Quanto às fontes, este trabalho, como muitos que o antecederam, ancora-se em grande medida nas várias colecções de documentos já transcritos e publicados, destacando-se as incontornáveis colecções de Biker, de Soriano ou de Ângelo Pereira. Aí as relações políticas de Portugal com ingleses, franceses e com o seu mais poderoso vizinho ibérico têm uma cobertura excelente, como se pode comprovar no número de vezes em que estes conjuntos documentais ainda hoje são referenciados. Mas o cariz historiográfico deste estudo, e a consciência de que as relações externas de Portugal não se resumiam a Paris, Londres e Madrid, levou-nos a “imersão” no material de arquivo, nomeadamente naquele que se encontra no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT, MNE). Onde se pode constatar a relevância da actividade diplomática desenvolvida noutras legações, sobretudo no diz respeito às intenções de aproveitar a desestabilização provocada pela guerra.

A nossa colecção de fontes manuscritas completa-se com alguns livros do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro da Torre do Tombo (ANTT, ANRJ) onde se captaram as diferentes sensibilidades manifestadas no Conselho de Estado, com alguns códices do Fundo Geral e da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional (BNLFG e BNLCP), e ainda com documentação atinente à Junta do Comércio conservada no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP).

### **1.7. Plano da exposição**

A interpretação teórica da política externa portuguesa encontra-se arrumada em duas partes distintas, sendo que cada uma se encontra dedicada a conjunto de relações com uma valorização própria. A primeira remete para a relação mantida por Portugal com os pólos do sistema internacional – França e Inglaterra –, numa cronologia que se inicia com os primeiros impactos da Revolução Francesa e que termina no problemático mês de Novembro de 1807, quando a família real e a corte se decidem a finalmente embarcar para o Brasil.

A segunda parte abrange um período mais curto, 1801-1807, mas bastante rico, pois foi coincidente com um tempo em que o país era oficialmente reconhecido como neutral. Aproveitámos então para testar um conjunto de teorias adequado àquele estatuto.

Nesta segunda parte, dedicada aos relacionamentos mantidos por Portugal com outras potências do sistema internacional, limitámos o nosso desejo de explorar várias áreas geográficas em simultâneo, acima de tudo por economia de espaço. Mediante esta decisão optou-se por concentrar a pesquisa nas relações mantidas com conjunto de potências do Báltico. Região essencial sobretudo em tempos de guerra<sup>59</sup>, que apresentava ainda a vantagem de se ter mantido temporariamente autónoma em relação a Napoleão ou à Inglaterra, tendo mesmo ensaiado uma 3ª via (“Liga da Neutralidade Armada de 1801”).

## **2. PORTUGAL ENTRE DOIS TERRORES: O IMPOSSÍVEL EXERCÍCIO DIPLOMÁTICO ENTRE DOIS PÓLOS**

Como já referimos, a relação do país com o sistema internacional durante as Guerras da Revolução e durante as Guerras Napoleónicas foi tudo menos homogénea, a política externa então levada a cabo não demonstrou quaisquer traços de monolitismo e foi extremamente sensível às alterações da configuração do sistema internacional, à sua distribuição de poder. Ao longo de 15 anos e diante de um mundo com uma tendência crescente para a bipolarização, o país ensaiou um conjunto de procedimentos perante dois hegemonismos que o acoassavam, que são em si reveladores de um comportamento enquadrável em termos conceptuais. No caso particular do texto que se segue, porque estamos essencialmente preocupados com o impacto das superpotências na conduta de Portugal, dar-se-á prevalência aos comportamentos resultantes da interacção com os hegemonismos britânico e francês (teorizando sobre os mesmos sempre que se justifique).

### **2.1. Limites à atitude perante a Revolução – os constrangimentos “legais” herdados**

O advento da Revolução Americana e sobretudo da Revolução Francesa, no final do século XVIII, veio pôr em perigo alguns dos interesses fundamentais de Portugal, e obrigou-o a fazer alguns reajustamentos na sua política externa, para poder continuar a defender os seus

---

<sup>59</sup> A madeira e o ferro daquela região eram essenciais à indústria da guerra, sobretudo às marinhas. Como uma vez um historiador disse «Qualquer ameaça ao abastecimento destes produtos tocava a Grã-Bretanha no ponto fraco e a sua reacção seria imediata.». RYAN, A. N., “The Causes of the British Attack upon Copenhagen in 1807”, in *The English Historical Review*, Vol. 68, nº 266, 1953, p. 38.

interesses vitais. Contudo, a coerente linha de rumo que vinha sendo traçada desde finais de seiscentos manteve as características que se esperariam de um estado pequeno em tempos conturbados: uma diplomacia cautelosa focada na sua específica área de interesses, estando quase sempre escorada na aliança inglesa.

E que interesses vitais orientavam afinal a política externa nacional: a) Defesa da Metrópole, desde sempre ameaçada pelo perigo castelhano sobretudo a partir do momento em que sentou um Bourbon no trono madrileno (Pacto de Família); b) protecção dos tráficos coloniais, essenciais, dado Portugal ter uma economia mercantil, onde o peso do comércio externo era muito saliente; c) defesa e se possível aumento dos limites do Brasil (fonte da riqueza da monarquia), o que provocava um inevitável choque a sul, no Prata, com Espanha, e a norte, no Amazonas, com a França; preservação dos pontos africanos para o resgate de escravos, condição básica ao regular funcionamento da economia atlântica.

Ao longo do século XVIII, para a prossecução de todos estes objectivos contou-se com a aliança inglesa, mas na sequência do “consulado” pombalino e da evolução da guerra da independência americana, esse elemento fundamental à estratégia da corte lisboeta desgastou-se. O país pareceu então querer reforçar a sua autonomia relativamente à Inglaterra<sup>60</sup>, o que, em termos teóricos, dá confirmação à preferência dos países pequenos pela convivência e pelas soluções multilaterais. Na prática, o cerne desta nova atitude estava, por um lado, na incapacidade manifestada pela Inglaterra para proteger os interesses portugueses na América do Sul, e por outro, na exteriorização de um ressentimento «europeu antibritânico»<sup>61</sup> ao qual Portugal não ficou indiferente, e que se fundava na aversão generalizada aos procedimentos da marinha real britânica, que não respeitava a neutralidade dos demais países. A dinâmica então criada ganhou forma nos acordos rubricados com outros estados, e foi particularmente visível numa aproximação à Espanha.

Em 1782, o país aderiu à Liga da Neutralidade Armada<sup>62</sup>, com a Rússia, a Dinamarca e a Suécia. Em 1 de Outubro de 1777, assinou com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso, fazendo terminar o tradicional conflito em torno da colónia do sacramento<sup>63</sup>. E não muito tempo depois, em 11 de Março de 1778, rubricou também com a Espanha o Tratado de Paz e

---

<sup>60</sup> Esta dinâmica já se manifestava desde o consulado do marquês de Pombal, ver MAXWELL, Kenneth, “Pombal and the Nationalization of the Luso-Brazilian Economy”, in *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 48, nº 4 (November 1968), pp. 608-631.

<sup>61</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, 1987, p. 317.

<sup>62</sup> Ver COELHO, José Maria Latino, *História política e militar de Portugal: desde os fins do XVIII século até 1814*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1891, vol. II, pp. 40 e seguintes.

<sup>63</sup> Ver, por exemplo, BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *Do tratado de Madrid ao de Santo Ildefonso (1750-1777): alguns aspectos e problemas*. Lisboa: Tip. Império, 1970.

Amizade<sup>64</sup>, cujo clausulado irá ser a causa dos posteriores infortúnios, pois foi a semente do envolvimento do país nas Guerras da Revolução. Não por causa da prevista troca de benefícios comerciais, nem devido ao pacto de não agressão estipulado, mas sobretudo por causa da promessa de auxílio mútuo em caso de guerra defensiva.

Ainda nesta dinâmica de aproximação à Espanha – «política de boa vizinhança»<sup>65</sup> –, reforçaram-se os vínculos ibéricos, através de casamentos reais.

Finda a guerra da independência dos E.U., 1783, tudo parecia correr pelo melhor: Portugal não só tinha ganho alguma autonomia relativamente à Inglaterra, como se encontrava solidamente em paz com o poderoso vizinho. Quanto à França? Essa parecia fragilizada, e nem sequer conseguira tirar partido da derrota britânica nas “Américas”.

## 2.2. Das primeiras indecisões ao Rossilhão

Depois dos primeiros impactos da Revolução Francesa, a conjuntura de 1792/93, ainda um pouco distante do mundo bipolarizado de que falámos, colheu em Portugal um conjunto de reacções na aparência antinómicas<sup>66</sup>, e só compreensíveis se entendermos o raciocínio de Luís Pinto de Sousa, o timoneiro da política externa da corte lisboeta.

Teoricamente, que ordens poderiam então ter sido emanadas de Lisboa? Por outras palavras, o que é que era suposto esperar de Portugal naquela conjuntura? De um país com aquele peso não se esperava certamente que se constituísse como o porta-estandarte do direito dos reis, por muito que isto se enquadre numa certa forma de direito internacional. Seria, pelo contrário, muito mais coerente que repudiasse o uso da força numa questão que ainda era questão interna francesa, ou que mantivesse a prudência, não adoptando comportamentos de risco que contribuíssem para a exclusão de outros actores do sistema internacional. Porém, a

---

<sup>64</sup> Ver BORGES DE CASTRO, J. B., *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências até ao Presente*, 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858, vol. III, pp. 268 e seguintes.

<sup>65</sup> ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1989, p. 97.

<sup>66</sup> No plano historiográfico também não tem existido consenso. Para alguns, como Luz Soriano, aquela forma de proceder teve contornos despropositados, não sendo justificável nem compreensível a ânsia de corresponder aos pedidos de auxílio espanhóis. Ver SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 1ª época, tomo II, pp. 1-2. Para outros, como Valentim Alexandre, o comportamento de Portugal é perfeitamente justificável à luz dos tratados anteriores (1778 com a Espanha e 1703 com a Inglaterra). Ver ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos...*, cit, pp. 98-99. Embora se apoiem em materiais semelhantes, a interpretação de Alexandre parece captar bem melhor os condicionalismos a que Portugal estava obrigado e as possibilidades de que se revestiam para o país aquela tripla aliança. De uma só vez Portugal conseguia que os interesses normalmente divergentes de ingleses e espanhóis convergissem, o que, na prática, salvaguardava os objectivos estratégicos de Portugal: defesa do império e das suas rotas e defesa da metrópole.

atitude do governo português foi ambivalente, foi um misto de moderação e pró-actividade, só compreensíveis à luz da agenda nacional. Por um lado, procurou-se manter a neutralidade do país num conflito que lhe era distante, que parecia vir envolver apenas a França e os príncipes alemães, numa área que se circunscrevia à Europa central, e logo muito afastada da zona de interesses específicos de Portugal. Por outro, estimulou-se o aparecimento da «tripla aliança»<sup>67</sup>, que ligava a Inglaterra aos países ibéricos. No “ventre” das desgraças francesas estariam as sementes da fortuna portuguesa. Era uma questão de aproveitar a oportunidade.

Assim, perante os convites inoportunos dos “distantes” austríacos e prussianos para se juntar à primeira coligação, Luís Pinto de Sousa utilizará expedientes dilatatórios<sup>68</sup>, apontando que o caminho português seria o da neutralidade. Na verdade o que é que interessaria ao país entrar numa guerra contra alguém que, detentora de uma forte marinha, poderia por em perigo interesses coloniais, ao lado de outros que nada poderiam fazer para os salvaguardar. Contudo, há que salientar que as respostas dilatórias dadas às potências alemãs, não continham qualquer sentimento de empatia para com o novo regime francês. A corte de Lisboa foi durante este período, no mínimo, desagradável com os enviados gauleses<sup>69</sup>.

Pode-se dizer que, relativamente à França revolucionária, Portugal só lhe seria oficialmente hostil<sup>70</sup> se a acção fosse enquadrada por uma coligação com ingleses e espanhóis, o que, na prática, ressaltaria sempre os seus interesses, tanto na metrópole como no império. Puro realismo político, a “sorte” da França era naturalmente secundarizada na hierarquia de interesses de Portugal. Essencial seria garantir a permanente convergência de interesses na instável equação multilateral entre as cortes da península e os britânicos, e «evitar, assim, o mais grave perigo para Portugal: o isolamento, quando os interesses das três potências deixassem de coincidir.»<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> Despacho de Luís Pinto de Sousa para Londres de 22 de Dezembro de 1792, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 116-118.

<sup>68</sup> Ver *Ibidem*, 1ª época, tomo II, p. 98.

<sup>69</sup> Recusando por exemplo receber o enviado da Convenção. Ver *Ibidem*, 1ª época, tomo II, p. 2. Agiu também em conluio com Chalon (embaixador que substituíra Bombeles) no sentido de minar a tentativa de apaziguamento francesa. Foi o secretário da legação, Pierre-Paul Chépy, um grande defensor da causa revolucionária, que comunicou a Paris os maus serviços de Chalon, supostamente hostil à Revolução, e o comportamento português. O que levou os franceses a deixarem a missão portuguesa sem qualquer representante diplomático de peso, entregando-a com funções mínimas ao secretário Antoine Darbaud. Ver GOTTERI, Nicole, *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 52.

<sup>70</sup> Falamos em declaradamente hostil com justiça, pois vários actos foram levados a cabo pelas autoridades portuguesas, que, embora menores, não poderiam deixar de azedar as relações do país com a França. Por exemplo, em 1792, prendendo-se um capitão-de-mar-e-guerra (Petit Thouars) que se tinha visto forçado a acostar na ilha Fernando Noronha, ou simbolicamente mais grave, proibindo-se os marinheiros franceses de desembarcarem com o seu uniforme de cocar tricolor. Ver *Ibidem*, pp. 51-52.

<sup>71</sup> MACEDO, Jorge Borges de, *História...*, cit, p. 328.

No seguimento da deterioração das relações franco-espanholas, o governo castelhano solicitou, ao abrigo do tratado de paz de 1778, o apoio português, anunciando-lhe que estaria disposto a combater os franceses no âmbito de tão desejada coligação. Ao que Portugal aceitou, rubricando com a Espanha (15 de Julho de 1793) e com a Inglaterra (25 de Setembro de 1793) as condições da sua entrada na guerra.

Verdadeiros mecanismos de futura “autoflagelação”, aqueles acordos transformaram Portugal num adversário da nova república, e embora o fosse ao abrigo do estatuto de potência auxiliar e não de beligerante, não deixava de contribuir com 6000 homens para as campanhas da Catalunha e do Rossilhão e de fornecer à armada britânica uma esquadra de apoio<sup>72</sup>, e cuja ausência rapidamente se fez sentir no patrulhamento da costa e do comércio colonial. Nestes acordos que configuravam a tripla aliança, algo não poderia deixar de agradar muito a Portugal: a promessa de que a deposição de armas só seria feita em conjunto, e após se ter garantido a restituição integral dos domínios territoriais dos aliados<sup>73</sup>.

Seguindo a coerência teórica que se prometeu, não podemos deixar de considerar ser bastante distintivo o modo como Portugal entra na guerra. Lisboa indica que a nova atitude do país decorria das obrigações anteriormente estabelecidas, e portanto considerava-se, não uma potência beligerante, mas potência auxiliar. Ora, se decalcarmos este comportamento no que seria de esperar, podemos, confirmar a validade do pressuposto teórico. O país não só manifestou uma preferência natural pelas soluções multilaterais, sobretudo se nelas estivessem incluídas as potências relevantes (Espanha e a Inglaterra), como apoiou a sua posição no normativismo internacional. Os efeitos colaterais desta nova atitude, degradação do comércio externo e da navegação nacional, prejuízos indesejados na área específica de interesses nacionais (resultante do curso francês), demonstram a impossibilidade teórica das soluções perfeitas. À França nada lhe interessava o “legalismo” da posição portuguesa. A sua resposta foi dada onde, no imediato, era possível: no mar e através do curso.

De 16 a 18 de Setembro de 1793, portanto ainda antes da assinatura do acordo com a Espanha, o que não deixa dúvidas sobre o empenhamento de Portugal nesta solução, partiu para a Catalunha, a divisão auxiliadora comandada por Forbes Skellater. Participando em

---

<sup>72</sup> Entre 1793 e 1794, foram duas as frotas lusas que largaram do Tejo para irem auxiliar a armada britânica nos bloqueios que esta montava aos portos franceses. A primeira foi acometida pela doença e voltou a Lisboa em Agosto do mesmo ano, e a segunda sofreu vários danos devido ao tempo e regressou a Lisboa no fim de 1794.

<sup>73</sup> Cf. VICENTE, António Pedro, *Guerra Peninsular 1801-1814*. Matosinhos: QUIDNOVI, 2007, p. 14. Fica assim mais uma vez visível a preferência pelo multilateralismo dos pequenos países.

vários combates na primeira metade de 1794, tudo parecia estar a correr pelo melhor<sup>74</sup>, mas, a partir de Abril de 1794 as tropas portuguesas começam a retirar-se, e rapidamente a França tomou a iniciativa, acabando por forçar a Espanha a assinar paz (Paz de Basileia 22 de Julho de 1795), onde os portugueses não participaram.

O facto de Portugal não ter participado no tratado de Basileia, não inviabilizou os festejos que se fizeram sentir. Certamente não se desconfiava do que estaria para acontecer: o recado fim da aliança anglo-espanhola, até porque as relações entre Madrid e Londres se mantiveram estáveis por mais um ano. Mas em 1796, a situação mudou, e os ingleses passaram a apresar navios espanhóis, e iniciaram o bloqueio do porto de Cádiz, contando para isso com os refrescos algarvios. Este aproveitamento da costa portuguesa por parte da Inglaterra, não podia deixar de ser contestado por espanhóis e por franceses, que de imediato começam a pressionar Portugal para se juntar à causa continental. Era o cenário mais temido por Luís Pinto de Sousa, o pacto de família estava de regresso contra o tradicional aliado de Portugal, numa dinâmica que ultrapassava a mera pressão diplomática, pois o curso francês, agora apoiado em Espanha, também aumentou a sua actividade<sup>75</sup>.

Estamos perante uma questão que previmos no nosso repositório teórico: o aumento da tensão entre as superpotências, neste caso, entre a potência marítima e o bloco continental, potenciado com a presença espanhola, origina a redução das capacidades de negociação dos estados mais fracos. Num processo onde o tradicional aliado não é mais complacente que os agressores. Londres nunca deixou de exigir o realinhamento dos desgarrados. A este respeito, foi uma despeitada Inglaterra que, derrotada nos países baixos, exigiu uma justificação para o comportamento de António de Araújo, que em Haia recebera e felicitara o general francês Pichegru, quando todos os outros diplomatas tinham saído da cidade<sup>76</sup>.

Se a nível internacional a situação não se apresentava favorável, no quadro interno não se viviam certamente tempos de tranquilidade, pois as fracturas sociais tinham-se tornado mais evidentes, entre o partido aristocrático e já chamado partido de funcionários<sup>77</sup>.

<sup>74</sup> Destas campanhas chegaram-nos vários relatos sobre desentendimentos ocorridos entre as chefias portuguesas, sobretudo entre o general Forbes e o coronel Gomes Freire. Ver documentos 41, 41-a, 41-b, 41-c, 41-d, in SORIANO, Luz, *História...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 182-201.

<sup>75</sup> Por exemplo, entre 28 e 31 de Agosto de 1795 uma pequena esquadra francesa de 6 navios de guerra, apresou e afundou 12 navios mercantes junto ao Cabo da Roca, inclusive navios do Brasil. Ver *Ibidem*, 1ª época, tomo II, pp. 39 e 40. As quantidades de apresamentos feitos à navegação portuguesa pelos corsários franceses, que utilizavam os portos de Espanha como bases das suas operações lançaram o pânico sobre os negociantes da praça de Lisboa

<sup>76</sup> Ver SORIANO, Luz, *História...*, cit, 1ª época, tomo II, p. 16.

<sup>77</sup> Ver, por exemplo, AMARAL, Manuel, “Napoleão em guerra com Portugal”, in *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp. 245-256, e COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, p. 58.

Nos anos que se seguiriam até 1807, estas cisões ir-se-ão manifestar também no rumo que se desejava imprimir à política externa do país. Não que nos pareça que a coordenação desta tivesse saído oficialmente alguma vez das mãos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A fazer fé na documentação consultada, torna-se evidente notar que, durante este período, tanto Luís Pinto de Sousa (visconde Balsemão), como D. João de Almeida de Melo e Castro (conde das Galveias), como António de Araújo de Azevedo (conde da Barca), independentemente das suas preferências, tiveram o controlo sobre o relacionamento externo de Portugal. Confiando na mesma documentação, sobretudo nos despachos saídos da corte, também não temos muitas dúvidas quanto à participação do regente na maioria destas decisões (os ofícios dos enviados do estrangeiro eram quase sempre colocados na presença real, ou pelo menos assim era despachado). A troca de correspondência no Verão de 1807, entre António de Araújo e José Egídio de Alvares, secretário de D. João VI, ilustra também a constante presença de D. João na gestão da crise<sup>78</sup>. De igual modo, as determinações de D. João no sentido de fazer reunir o Conselho de Estado, são também elas um reflexo dessa mesma participação política. Parece-nos assim cada vez mais descabido considerar o D. João VI como um rei/regente ausente.

Os períodos em que o Conselho de Estado se reuniu foram, por outro lado, os únicos momentos em que um órgão colegial parecia ganhar precedência sobre o pendor de política personalizada levada a cabo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Guerra. O que, de modo, algum parecia incomodar o ministro da tutela, pelo menos assim foi com António de Araújo, que, na conjuntura complicada de 1807, não deixava de requerer ao monarca a convocação daquele órgão<sup>79</sup>. Era certamente uma medida de co-responsabilização.

### **2.3. 1795-1798, o isolamento, os grandes receios e repercussões internas**

«Um governo não é uma entidade com um comportamento pautado abstractamente por regras constitucionais, é um grupo que varia de comportamento conforme a sua composição real, dentro do mesmo condicionalismo constitucional, partidário e programático»<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> Ver BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1962.

<sup>79</sup> Ver carta de António de Araújo de Azevedo para José Egídio de Alvares datada de 25 de Setembro 1807, in *Ibidem*, p. 117.

<sup>80</sup> MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1997, p. 269.

No seguimento da Paz de Basileia (1795), espanhóis e franceses estabeleciam os princípios de uma colaboração militar defensiva e ofensiva, assinando em Paris o Tratado de Santo Ildefonso (18 de Agosto de 1796). Para todos os efeitos a Espanha e a Grã-Bretanha estavam em guerra, e, para Portugal, tentar conciliar os interesses divergentes de ambas as potências passou a ser um exercício impossível, até porque, embora Lisboa insistisse na sua condição neutral, a utilização dos seus portos por parte da marinha de guerra britânica conferia uma vantagem aos ingleses, que franceses e espanhóis queriam ver anulada. Esta redução da margem de manobra que o país sentiu, é, como dissemos, muito vulgar quando o sistema ganha uma dinâmica bipolar, e que, neste caso, tinha resultado da clara vitória francesa nas campanhas de Itália, em 1796. A partir das quais a Inglaterra ficou temporariamente sozinha na luta contra o Directório.

A França, pelo seu embaixador em Madrid, o general Perignon, só se dava por satisfeita com o fim da aliança inglesa, queria obrigar Portugal a fazer parte da liga ofensiva e defensiva que ligava agora Paris e Madrid<sup>81</sup>. O Directório, aproveitando a fragilidade portuguesa e o relativo abandono a que tinha sido votada pela Inglaterra, exigia fecho imediato os portos portugueses aos navios ingleses. Por outro lado, requeria a Lisboa uma indemnização, a abertura do Amazonas à navegação estrangeira, e ainda concessões na margem direita do mesmo rio. Tudo exigências que Luís Pinto de Sousa nunca poderia aceitar. Afinal todas elas punham em causa os interesses estratégicos portugueses.

Data deste período, com o fim das conversações de paz entre ingleses e franceses, e com o aumento da pressão franco-espanhola, a famosa formação de partidos na corte nacional, ou, pelo menos o seu recrudescimento. Destacando-se, pelo partido inglês, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (desde 1796 ministro da marinha) e Luís Pinto de Sousa, e pelo lado francês José de Seabra e Silva (ministro do reino) e António de Araújo de Azevedo, na altura enviado em Haia e com importantes conhecimentos na política francesa, que apesar de distante da corte, não deixava de tentar abrir um canal de comunicação directa com Paris<sup>82</sup>.

Justifica-se abrir aqui um pequeno parêntesis, para tentar esclarecer a natureza desta disputa, que nada tinha a ver com clivagens ideológicas, mas antes com o pragmatismo dos intervenientes, com o seu, se quiserem, sentido de estado, julgando cada um à sua maneira o que mais interessaria a Portugal. Não se era pro-inglês ou pro-francês por simpatia, mas por se compreender de um modo diferente o que é que cada uma destas potências poderia fazer a Portugal. Pesavam-se «factores muito concretos da situação internacional: capacidade militar

<sup>81</sup> Ver VICENTE, António Pedro, *Guerra...*, cit, p. 18.

<sup>82</sup> Ver ALEXANDRE, *Valentim, Sentidos...*, cit, p. 104.

da França e da Grã-Bretanha e a vontade política desta última de defender a metrópole portuguesa [porque o Brasil defendê-lo-ia certamente]; intenções mais ou menos amigáveis ou mais ou menos hostis de Madrid; possibilidade de obter um acordo estável com o governo de Paris, nomeadamente através de um tratado comercial.»<sup>83</sup> Discutia-se enfim, concepções geopolíticas de enquadramento internacional do país.

Pelo lado do partido inglês, a complementaridade económica era essencial. A quebra dos vínculos comerciais existentes levavam mesmo o então ministro Luís Pinto de Sousa a recear o retrocesso da agricultura portuguesa, a transformação em deserto das terras do Douro<sup>84</sup>. Também importante era o receio de falhar na promessa de não concluir com a França uma paz separada, numa atitude de grande temor às eventuais retaliações britânicas. Os anglófilos, sobretudo os anglófilos, sabiam que qualquer rompimento com Londres traria terríveis consequências para a navegação nacional, para o Brasil ou mesmo para subsistência da cidade de Lisboa. Esta concepção era potenciada pela incorrecta avaliação das capacidades francesas. Alguns, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, estavam convencidos do eminente esgotamento do ímpeto revolucionário: «como há-de a França desguarnecer as fronteiras do Norte e do Levante dos seus Estados, e novas conquistas, para vir lançar-se sobre Portugal a duzentas léguas de distância da sua fronteira.»<sup>85</sup> Em alguns sectores nutria-se uma profunda desconfiança relativamente a viabilidade de um acordo com a nova república: «a paz parcial depois de tão repetidas e funestas experiências não dá a V.A.R. segurança alguma de que os Franceses não tornem a renovar a guerra, logo que assim lhes convenha»<sup>86</sup>. Profético, D. Rodrigo em 1798 adivinhou a atitude da França com nove anos de antecedência.

Pelo lado do partido francês, partia-se do princípio que a Inglaterra não poderia aguentar o esforço de guerra sozinha por muito mais tempo, e procurava-se evidenciar os perigos que resultariam para Portugal se não se fizesse rapidamente a paz. Vandelli, por exemplo, referia que Inglaterra estava «exaurida de dinheiro, e carregada ao excesso de uma dívida Nacional e estrangeira, em perigo iminente de Bancarrota»<sup>87</sup>, mas ia mais longe, referindo que a «Portugal também convém a aliança com a França para sacudir o jugo inglês, e para ter meios

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, pp. 102 e 103.

<sup>84</sup> Documento de 8 de Fevereiro de 1798 dirigido D. José Maria de Sousa Botelho, in BIKER, Judice J. F. *Suplemento...*, cit, vol. XII, pp. 117 e 118.

<sup>85</sup> *Parecer sobre as difíceis circunstâncias do momento presente*, de 21 de Junho de 1798, in COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos, económicos e financeiros: 1783-1811* (introd. e edi. André Mansuy Diniz Silva). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 81.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>87</sup> ANTT, ANRJ, *Memórias de Vandelli*, Liv. 28, fl. 74.

de defender-se das pretensões dos castelhanos»<sup>88</sup>. Não é que os pro-franceses fossem insensíveis aos argumentos de cariz económico, simplesmente achavam que Portugal poderia encontrar alternativas aos consumidores ingleses, tanto na Rússia como na América<sup>89</sup>.

Vandelli, receando as consequências da ligação do país a uma potência que julgava estar derrotada – a Inglaterra – (imagem teoricamente prevista de país satélite), chegou mesmo a preconizar a alteração radical nos vectores da política externa nacional, concebendo «um novo e constante sistema, com o qual cuide a pouco e pouco de adquirir forças suficientes, para depois com Aliados de boa fé, possa um dia sacudir o jogo desse inconstante, terrível, e infatigável vencedor.»<sup>90</sup>.

Foi assim, já com uma fractura evidente na corte, de resto impossível de disfarçar aos olhos estrangeiros<sup>91</sup>, que de 1795 em diante, Portugal deu início a uma política externa parcialmente bicéfala<sup>92</sup> (resultado da voluntária acção de António de Araújo em Paris), e aparentemente inconstante, mas, em termos teóricos, compreensível. Nela se pode confirmar uma vontade clara de remeter as decisões mais relevantes para quadros multilaterais (conversações gerais de paz) e, comprovar a opção cautelosa pela dilação, aplicando-se o axioma do “esperar para ver”<sup>93</sup>, já que ninguém poderia garantir até onde estava a Inglaterra disposta a aguentar o esforço de guerra. Por outro lado, junto da França, entre propostas e delongas, insistia-se que o estatuto internacional nunca fora de beligerante, e que a sua entrada na guerra como potência auxiliar, tinha decorrido de compromissos anteriormente estabelecidos. Como seria de esperar de uma pequena potência, Lisboa continuava a escudar-se e a justificar-se por detrás do normativismo internacional<sup>94</sup>.

---

<sup>88</sup> *Memória relativa ao presente para o Imperador de Marrocos*, in VANDELLI, Domingos, *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, (introd. e ed. José Vicente Serrão). Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. 223 a 226.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>90</sup> ANTT, ANRJ, *Memórias de Vandelli*, Liv. 28, fl. 75.

<sup>91</sup> Por exemplo, segundo as explicações extraídas de GOUVEA, R. da C. [D. Domingos de Sousa Coutinho?], *Resposta publica à denuncia secreta que tem por titulo "Representação que a Sua Magestade fez Antonio de Araujo de Azevedo em 1810..."* Londres: Off. R. E. A. Taylor, 1820, p. 41, o governo inglês estava completamente convencido da pendência pro-francesa de alguns políticos portugueses, como de António de Araújo de Azevedo.

<sup>92</sup> Quando utilizamos este termo não estamos a afirmar que havia dois órgãos de coordenação da política externa nacional, a bicefalia era acima de tudo resultado da acção levada a cabo por António de Araújo de Azevedo na sua missão em Haia, que servia de contra-corrente ao que, em Lisboa, era delineado por Luís Pinto de Sousa.

<sup>93</sup> Esta postura também se prendia com noção que havia em Portugal, pelo menos em alguns sectores pro-ingleses, de que a França tinha esgotado as suas capacidades logísticas com o domínio que exercia então pelos territórios europeus. Ver Parecer sobre as difíceis circunstâncias do momento presente, de 21 de Junho de 1798, in COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos...*, cit, p. 81.

<sup>94</sup> Esta posição encontra-se bem visível nas instruções dadas a António de Araújo de Azevedo em 1796. Nelas se pedia ao enviado extraordinário a Paris para explicar «o sistema em que Sua Magestade persistiu com maior firmeza de manter uma estrita neutralidade, tanto quanto lhe podiam permitir as obrigações dos seus empenhos, e a constância com que repeliu sempre os convites de coalizão com as demais potências beligerantes». Instruções

As negociações, devido às diferenças entre aquilo que Portugal oferecia e o que a França exigia, não foram bem sucedidas. A tentativa de provar a neutralidade, vulgar num estado que vê reduzida a sua margem de manobra, não tinha qualquer possibilidade de ser reconhecida, a geometria da sua constelação (conjunto de relações com pólos) era por todos reconhecida como assimétrica, ou seja, Portugal era implicitamente reconhecido como dependente da Inglaterra. Por isso, a França, através do seu embaixador em Madrid, Perignon, não aceitava paliativos, exigia a inversão total da aliança, pressionando Lisboa<sup>95</sup> para que, de imediato, fosse proibida a entrada de navios ingleses nos portos portugueses.

Falhadas as negociações em Madrid, conferiu-se a António Araújo, em 19 Julho de 1796, e com a concordância da Grã-Bretanha, plenos poderes para negociar a paz nas mesmas bases que tinham sido propostas um ano antes em Madrid. Porém, aqueles poderes não eram assim tão absolutos, pois no articulado final do tratado nada poderia constar que pusesse em causa a aliança luso-britânica<sup>96</sup> (o realinhamento sempre exigido pela potência “directora”). Como a Inglaterra também entabulou negociações com a França, procurou-se então estabelecer uma acção conjunta entre o enviado português em Paris, António de Araújo, e o britânico, Lord Malmsbury, devendo o primeiro aceder a um qualquer acordo alcançado entre franceses e ingleses<sup>97</sup>. Mais uma vez era dada clara preferência a soluções multilaterais, encabeçadas pela Inglaterra. Mas estas levantavam um problema: se não houvesse acordo entre as superpotências, Portugal veria as suas tentativas bloqueadas, pelas exigências britânicas de realinhamento. E assim aconteceu, tendo mesmo António de Araújo sido expulso de Paris.

Na verdade, estas dilacões a que o país se permitia, eram ainda possíveis porque a distribuição de forças no continente se mantinha equilibrada, não incorrendo no risco imediato de invasão, por recorrentemente aquiescer às exigências do seu tradicional aliado. A par desta incondicionalidade à aliança, foram visíveis alguns sinais, no sentido de mostrar a

---

para António de Araújo de Azevedo de 19 de Julho de 1796, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, p. 262.

<sup>95</sup> Ibidem, pp. 18-19. Exigia-se de imediato o fecho dos portos aos ingleses. Mas além desta imposição, Perignon fez passar a Godoy as outras condições necessárias à paz: secessão de toda a margem norte do Amazonas, livre navegação desse rio para franceses, espanhóis e portugueses, indemnização de 25 milhões de libras tornesas, admissão dos navios franceses em Portugal com o estatuto de nação mais favorecida e atribuição à França de todos os privilégios de que os ingleses gozavam em Portugal.

<sup>96</sup> Instruções a António de Araújo de Azevedo, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 257 a 270.

<sup>97</sup> Ver Ibidem, 1ª época, tomo II, pp. 104-105; ou ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 107.

Londres o desejo de reforçar as capacidades militares (a teoricamente prevista vontade de resistir, de provar que o compromisso com a neutralidade não era apenas discurso).<sup>98</sup>

Apesar disso, o diligente enviado regressou a Paris, e ao arripio dos desenvolvimentos das negociações Lille, onde só estavam presentes ministros da França, da Áustria e da Inglaterra (que tinha garantido cuidar dos interesses portugueses), conseguiu “arrancar”, em 10 de Agosto de 1797, um tratado de paz com o Directório<sup>99</sup>. Tratado este que na sua quase globalidade garantia para Portugal uma saída razoável daquela situação. Praticamente nada se concedia na margem norte do Amazonas, os lanifícios franceses continuavam a ter a sua entrada vedada e a indemnização de 10 milhões de francos, embora pesada, não ultrapassava o que Portugal já tinha estado disposto a pagar. No seu articulado ainda constavam medidas de teor económico, prometendo-se mesmo a breve conclusão de um tratado comercial com base no princípio da nação mais favorecida, e alargando-se os benefícios a mercadorias transportadas em navios das partes envolvidas. No âmbito político-militar, acordava-se interdição de socorro a qualquer potência que estivesse em guerra com uma das partes (mesmo que isso decorresse de obrigações anteriormente assumidas), proibía-se também a admissão nos portos de Portugal de corsários ou de suas presas, e ainda se limitava a entrada nos portos portugueses ao máximo de 6 navios de guerra por cada potência beligerante.

Este tratado bilateral era em si mesmo resultado da alteração na distribuição de poder que ocorrera na Europa: a derrota de Rivoli e a capitulação de Mântua, levaram a Áustria a assinar os preliminares da paz de Leobon, o que libertava tropas francesas para um eventual empreendimento português. Situação já de si perigosa mas que era ainda potenciada pelas renovadas pressões da Espanha, que, completamente batida na batalha do Cabo de São Vicente, reavivou o desejo de obrigar Portugal a encerrar os portos às esquadras inglesas. Nesse quadro complexo, Portugal teve mesmo de tomar a iniciativa, abandonando o princípio do “esperar para ver”, e partindo de novo para negociações directas em Paris.

Falta de coerência? Talvez. Falta de linha de rumo, de respeito por procedimentos anteriormente tomados? Talvez. Mas acima de tudo, expedita leitura da envolvência geopolítica. Porém, na corte, a recepção deste projecto não foi a melhor, sendo que a Inglaterra de imediato fez constar a sua oposição. De facto, se o próprio tratado representava o incumprimento português do acordado em 1793 – não ratificação de uma paz separada –, outros artigos haviam que contrariavam abertamente o estipulado no tratado de Methuen de

<sup>98</sup> Por exemplo, a promoção do recrutamento voluntário. Alvará de 23 de Fevereiro de 1797, in SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignense, 1828, pp. 974-975

<sup>99</sup> Tratado de 10 de Agosto de 1797, in BORGES DE CASTRO, J. B., *Collecção dos Tratados...* cit, pp. 33-43.

1703. A limitação a 6 vasos de guerra nos portos portugueses, punha a marinha real inglesa em desvantagem, e a proibição de entrada de corsários e suas presas nesses mesmos portos constituía, para Londres, a «denegação do uso dos portos de Portugal para os navios britânicos». Lord Greenville considerou mesmo que aquele tratado «envolvia um rompimento dos princípios da Aliança»<sup>100</sup>. Na mesma sequência, Walpole teria mesmo ameaçado Luís Pinto de Sousa com a guerra.

Portugal assustado com tal reacção, e com o facto de estarem 8 mil homens do exército inglês nas suas fortalezas, e 17 navios de guerra junto ao Tejo (esquadra St. Vicent), não ratificou o tratado e voltou a remeter os assuntos portugueses para as negociações de Lille. Impaciente com tantas delongas o Directório, em Outubro, deu-o como sem efeito, e alguns meses depois, mandou preparar um plano de operações contra Portugal, mas que esbarrou no receio espanhol ver tantos de franceses “revolucionários” atravessarem o seu território<sup>101</sup>.

O falhanço do multilateralismo de Lille, as vitórias francesas a leste (que conduziram ao tratado de Campo Formio de 27 de Outubro de 1797), e o grande receio da frota francesa que se aprontava em Toulon, recolocavam a questão, ou melhor o perigo de uma invasão francesa. Luís Pinto de Sousa, que antes tão prontamente cedera às pretensões britânicas, mas que não deitara fora o tratado de 10 de Agosto, tentou fazê-lo renascer apelando a Talleyrand<sup>102</sup>, e instruindo novamente António de Araújo para interceder junto do Directório. Sentindo a fragilidade da posição britânica, também ela muito isolada, enviou para Londres o conde de Pombeiro para expor a inevitabilidade da ratificação do tratado de 10 de Agosto. De nada valeu este esforço: Araújo foi preso em Paris, e a Inglaterra participou que naquela situação nunca poderia ajudar, já que ela própria também temia um desembarque nas suas costas. Assustado, Luís Pinto de Sousa enviou novo embaixador para Paris, D. Diogo de Noronha, e expediu ordens para o conde Pombeiro reencaminhar de Londres para Paris o tratado já ratificado. Era a total inflexão da aliança. O MNE tinha ficado sem qualquer margem para negociar, e só lhe restava ceder ao hegemonismo francês. Mas a sorte ainda protegia o país, pois aquela tão temida expedição dirigiu-se ao Egipto, e aí a esquadra francesa foi destruída por Nelson. A boa leitura que Pinto de Sousa fez dos acontecimentos no teatro internacional – formação da 2ª Coligação (Grã-Bretanha, Rússia, Turquia, Nápoles e da Áustria) –, fizeram-no novamente mudar de tática, encaminhando para Diogo de Noronha novas instruções, desta vez para protelar qualquer tentativa de acordo. Pensava-se que a França, com o seu

<sup>100</sup> Ofício de D. João de Almeida de Melo e Castro para Luís Pinto de Sousa, de 18 de Agosto de 1797, in BIKER, Judice J. F. *Suplemento à Colecção...*, vol. XII, p. 435 e seguintes.

<sup>101</sup> Ver GOTTERI, Nicole, *Napoleão...*, cit, p. 56.

<sup>102</sup> Ver *Ibidem*, p. 56.

exército bloqueado no Egipto e as suas fronteiras ameaçadas<sup>103</sup> não pudesse atacar Portugal. Tudo dava a entender que a guerra iria terminar nas desejadas negociações multilaterais, deixando a urgência de fazer sentido, procurando-se de imediato temporizar.

Em toda esta evolução de acontecimentos, a política externa portuguesa, na aparência inconstante, foi pelo menos consentânea com o que, grosso modo, se esperaria de uma pequena potência em circunstâncias difíceis. A única excepção nesta dinâmica foi o auxílio prestado pela esquadra do marquês de Niza à armada inglesa no mediterrâneo<sup>104</sup>, que fez regressar o país ao universo dos coligados contra a Revolução, e antagonizou ainda mais os franceses. Mesmo que a sua intenção fosse, de início, meramente defensiva: receio que frota francesa que se aprontava em Toulon se dirigisse a Portugal, ela acabou por actuar de um modo claramente hostil aos interesses de Napoleão, primeiro dando caça a uma pequena esquadra francesa que ameaçava Messina e depois bloqueando Malta quase sozinha durante 50 dias. O simples facto de ter vislumbrado o pavilhão português nas águas de Alexandria (onde Niza procurava Nelson), levou Napoleão, que ainda não sabia do grau de participação da esquadra portuguesa nas operações mediterrânicas, a proferir a famosa frase: «Tempo virá em que a nação portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que está fazendo à república francesa»<sup>105</sup>. Proféticas palavras que viriam, mais tarde (6 de Setembro de 1807), a ser utilizadas por António de Araújo quando começou a sentir a inviabilidade dos seus planos: «queira Deus socorrer-nos em perigos tão grandes, tão eminentes, que necessitam de remédios prontos, e eficazes para não chorarmos lágrimas de sangue»<sup>106</sup>.

Porquê tal atitude tão pro-britânica, quando um pouco antes a Inglaterra se tinha negado a ajudar Portugal, retirando até do país os contingentes que antes tinha disponibilizado? Porquê lançar uma operação de tal envergadura para combater os franceses, após se ter verificado que o alvo da expedição de Toulon não era Portugal? Nada assim o obrigava, e Niza poderia ter perfeitamente dado meia volta e regressado a Lisboa. Mas, pelo contrário, as forças portuguesas não só bloquearam Malta, e por duas vezes, como em conjunto com forças inglesas, russas e turcas empreenderam, por terra, a reconquista da cidade de Nápoles<sup>107</sup>. Porquê a adopção de um comportamento tão arriscado, tão fora do que seria de esperar?

<sup>103</sup> Ver *Parecer sobre as difíceis circunstâncias do momento presente*, de 21 de Junho de 1798, in COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos...*cit, p. 81.

<sup>104</sup> Ver GOTTERI, *Napoleão...*, cit, p. 56.

<sup>105</sup> Referido por SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo II, pp. 204-205.

<sup>106</sup> Carta de António Araújo para José Egídio Álvares de Almeida de 6 de Setembro de 1807, in BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita...*, cit, pp. 105 e 106.

<sup>107</sup> Esta força portuguesa era composta por 400 homens do total de 3000, ver SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo II, p. 208.

Para esta imprudência não encontramos explicações, e muito menos correspondência teórica. Não nos parece possível que se devesse exclusivamente à acção de um homem: o anglófilo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Ministro da Marinha. Por outro lado, esta medida hostil, foi acompanhada por outra, também de cariz militar – a aliança defensiva com a Rússia<sup>108</sup> – mas que, incompreensivelmente, se procurou manter oculta da França.

Diante deste quadro de acções incoerentes, o partido francês desesperava, e António de Araújo não deixava de criticar esta lealdade incondicional à Inglaterra<sup>109</sup>.

#### 2.4. A campanha do Egipto, o regresso da ameaça e finalmente a paz

Na sequência do regresso e da tomada do poder por parte de Napoleão, da subsequente vitória de Marengo sobre os austríacos (Julho de 1800) e da retirada dos corpos russos para dentro das suas fronteiras, o problema voltou-se a colocar. E apesar dos alertas do ministro português em Madrid, Carvalho e Sampaio, que não se cansava de prevenir para a concentração de tropas na Estremadura<sup>110</sup>, não se quis acordar às condições francesas, que eram muitos semelhantes às do tratado de 1797.

Por outro lado, e porque se sabia que a Espanha estaria pouco disposta a deixar entrar no seu território tropas francesas, procurou-se apelar aos laços familiares que ligavam ambas as famílias reais. Porém, a margem de manobra espanhola era reduzida, e disso mesmo fez constar o seu embaixador em Lisboa: a Espanha nunca se poderia opor e, provavelmente, até colaboraria com os exércitos franceses na invasão de Portugal<sup>111</sup>. É justo lembrar a ambiguidade da posição espanhola ao longo destes anos, pois se por um lado, como aliada da França sofria nos mares os efeitos da superioridade naval britânica, por outro não desejava ver entrar no seu território as tropas francesas que se dirigissem para Portugal.

No quadro interno, o peso dos partidos no governo sofria alterações mas mantinha-se proporcional, pois se com a nomeação do duque de Lafões para mordomo-mor e ministro assistente ao despacho (Janeiro de 1801) se via um Luís Pinto de Sousa menos proeminente; com o afastamento de José Seabra da Silva de ministério do Reino, em 1799, tudo se reequilibrava.

<sup>108</sup> Ver BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *A política externa...*, cit.

<sup>109</sup> Ver MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde, *António de Araújo de Azevedo Conde da Barca: diplomata e estadista 1787-1817: subsídios documentais sobre a época e a personalidade*. Braga: Arquivo Distrital de Braga; Universidade do Minho, 2004, p. 287.

<sup>110</sup> Referido por ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 117.

<sup>111</sup> Nota in BIKER, Júlio Firmino Júdice, *Suplemento à Collecção...*, cit, vol XIII, pp. 59-62. Ver também ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 117.

E porquê referir isto agora? Muito simplesmente, porque daquele gabinete menos anglófilo se esperava maior obediência a Napoleão. Mas, as tentativas feitas para aplacar as exigências francesas, que tinham o seu fulcro na clausura dos portos aos ingleses, foram no início de 1801 menos aquiescentes do que já tinham sido, mesmo em períodos em que a França não exercia sobre a Europa o tipo de domínio que manifestava no final do ano de 1800. De facto, os exércitos franceses encontravam-se espalhados desde o sul da Itália ao norte da Alemanha; a Holanda estava totalmente conquistada; Nápoles e a Etrúria foram forçados a fechar os seus portos; a Áustria humilhada; a Suíça submetida e o Hanôver conquistado – o domínio do primeiro cônsul e dos seus aliados sobre a Europa era absoluto. Devendo-se acrescentar que o imperador da Rússia, Paulo I, ressentido com a quebra da promessa inglesa sobre os destinos a dar à ilha de Malta, propôs à Suécia, à Dinamarca e à Prússia, o restabelecimento da liga neutralidade armada de 1782, contra os abusos praticados pelos britânicos no mar. A Dinamarca, ainda senhora de uma poderosa armada, embora inicialmente relutante perante uma demonstração de força que era requerida pela neutralidade armada, ameaçava fechar o Báltico, e veio mesmo, em Abril de 1800, a ocupar Hamburgo e Lubeque, fechando assim o rio Trave. A Prússia pressionada por Napoleão ocupou o Hanover, e conseqüentemente teve de fechar aos ingleses os rios Vistola, Ems e Oder, a juntar aqueles que a mera posse do Hanover tornava por si só controláveis: o Wesser e o Elba<sup>112</sup>. Nunca a Inglaterra esteve tão sozinha, e o continente tão fechado ao seu comércio<sup>113</sup>.

Estaria Portugal “cego” a tudo isto? Não parece possível, pois os relatórios dos seus enviados não lhe poderiam deixar dúvidas quanto à evolução dos acontecimentos. Por exemplo, em ofício de 20 de Setembro de 1800, João Rademaker, encarregado de negócios na corte dinamarquesa, comunicava a Luís Pinto de Sousa<sup>114</sup>, a súbita mutação do comportamento russo, que acabara de decretar um embargo a todos os navios britânicos. Um mês depois, João Rademaker comunicava que a oposição russa à Inglaterra se disseminava e estava ganhar a simpatia de suecos e de dinamarqueses<sup>115</sup>. Não muito tempo depois, a 7 de Março de 1801, o mesmo enviado expunha os avanços que as reuniões entre os comissários

---

<sup>112</sup> A todos estes rios se devem juntar aqueles que tendo a sua foz na Holanda (desde 1795 República Batava e integralmente controlada pela França) como o Reno, já se encontravam fechados ao comércio britânico.

<sup>113</sup> Ver RAGSDALE, Hugh, “A Continental System in 1801: Paul I and Bonaparte”, in *The Journal of Modern History*, Vol. 42, nº 1 (March 1970), pp. 70-89, p. 81.

<sup>114</sup> Ofício de João Rademaker para Luís Pinto de Sousa de 20 de Setembro de 1800, ANTT, MNE, Cx. 548, ofício nº 53.

<sup>115</sup> Ofício de João Rademaker para Luís Pinto de Sousa de 25 de Outubro de 1800, *Ibidem*, ofício nº 58.

das potências do norte estavam ter, e os bons serviços que a França oferecia àquela coligação<sup>116</sup>.

Então porquê que vendo a sua aliada batida, e sem qualquer possibilidade de lhe prestar auxílio<sup>117</sup>, Portugal com um governo dividido, embora com os canais diplomáticos bem abertos<sup>118</sup>, não procurou de imediato, e de uma forma decisiva, chegar a acordo com a França e com a Espanha? Valentim Alexandre levanta a possibilidade de em Portugal, depois de se ter verificado a falta de respeito dos franceses pelos estados neutrais, nomeadamente Roma, Nápoles e Turim, se ter colado à França uma imagem de falsidade da qual se deveria sempre desconfiar. De facto, fazia pouco sentido acordar uma paz com a superpotência francesa que não respeitava nada nem ninguém<sup>119</sup>. Valentim Alexandre também aponta como causa provável desta rigidez pro-britânica, a queda em desgraça de José de Seabra e Silva, que só viria ser compensada com a entrada de Araújo no governo no ano de 1804. O mesmo autor, não deixa de salientar o aumento da pressão britânica, aliás espectável em termos teóricos<sup>120</sup>, e ilustrada num ofício do MNE para D. João de Almeida de Melo e Castro (então ministro em Londres), onde confia as pressões que tinha sofrido do embaixador inglês no sentido de não enviar qualquer representante para Paris<sup>121</sup>. Já Fernando Dores Costa e Jorge Pedreira<sup>122</sup>, vêem como causa desta rigidez diplomática a inflexibilidade que se tinha instalado em algumas figuras dentro do governo (D. Rodrigo de Sousa Coutinho), ou fora dele (Morgado de Mateus). Acreditando nas virtualidades da guerra defensiva contra o invasor – «uma longa e sanguinolenta guerra»<sup>123</sup> – estas figuras recorriam ao exemplo passado de Frederico o

<sup>116</sup> Ofício de João Rademaker para Luís Pinto de Sousa de 7 de Março de 1801, *Ibidem*, ofício nº 76.

<sup>117</sup> Em Março de 1801, Lord Hawkesbury, novo ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete de Addington, garante a Luís Pinto de Sousa que a Inglaterra, naquela situação, nunca poderia ajudar Portugal. O pedido havia sido formulado por ministro dos estrangeiros português em 8 de Fevereiro. Ver COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, pp. 77-78.

<sup>118</sup> Para Espanha enviou-se o Morgado de Mateus e para França António de Araújo, numa acção que fora precedida de uma carta de D. João para Napoleão. Ambos os esforços, sendo ilustrativos da agilidade diplomática portuguesa mas não da sua flexibilidade ideológica, foram condenados ao fracasso: a 15 de Março o Morgado de Mateus sai de Aranjuez, sem nada ter conseguido, e António de Araújo ficou retido em Lorient não lhe tendo sido autorizada a passagem para Paris. O recado enviado por Napoleão para o diplomata português é revelador da falta de flexibilidade que atingia a diplomacia portuguesa: ele não vinha munido dos poderes necessários à elaboração de um acordo. Ver para o Morgado de Mateus, COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, p. 78, e ver, para António Araújo, BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita...*, cit, p. 7-8.

<sup>119</sup> Valentim Alexandre documenta mesmo esta hipótese com uma nota de Luís Pinto de Sousa ao ministro espanhol, Urquijo (que substituíra Godoy), reveladora das desconfianças do ministro português. Ver ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 121.

<sup>120</sup> Como já fizemos várias referências, o aumento de tensão no sistema internacional, sobretudo sendo este bipolar, pode conduzir a perda da capacidade de negociação das pequenas potências, bem como a exigências de rápidas aquiescências perante o pólo dominante.

<sup>121</sup> Alexandre referindo Luz Soriano, in *Ibidem*, p. 121.

<sup>122</sup> Cf. COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, pp. 79-80.

<sup>123</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho referido por *Ibidem*, p. 81.

Grande da Prússia, para legitimar a pretensão de soberania de um qualquer estado numa Europa pouco meiga com os pequenos países. Ora se é verdade que estas ideias de enfrentar uma coligação franco-espanhola nos parecem insensatas, não é menos verdade que elas confirmam a lógica teórica: o país se se queria manter neutral não podia condescender com a França, tinha de mostrar uma posição de força. O desenvolvimento do aparelho militar pode ser uma estratégia de reforço da disposição neutral.

É nossa opinião que tudo terá contribuído para aquela temporária rigidez diplomática: a pressão britânica, a fragilidade da influência do partido francês, ou mesmo uma súbita tendência belicosa. Mas parece-nos óbvio que o receio de romper com a Inglaterra continuava a ser muito forte em Luís Pinto de Sousa, e em D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e o comportamento da política externa francesa potenciava certamente as desconfianças de um e as certezas de outro. Na verdade, que lógica tinha sacrificar uma aliança tão antiga para aderir à causa de uma potência deveras instável? O que poderia esperar Portugal nas posteriores negociações de paz? Em vez de ter um inimigo passaria a ter dois, e nessa circunstância ninguém zelaria pelos seus interesses. A opção inglesa era arriscada, mesmo muito arriscada, especialmente naquele momento de radicalização, mas era também aquela que oferecia, até pelo seu passado, mais garantias. E a prova disso estava no facto de, independentemente da atitude portuguesa ter sido mais ou menos aberta, Portugal já ter o destino traçado. Na grande estratégia francesa, o problema luso tinha ganho uma dimensão nova: agora não era uma questão de afastar o país da órbita inglesa, mas antes torná-lo refém, um meio de troca, a utilizar numa paz que estaria próxima<sup>124</sup>. Portugal comportara-se como um satélite, logo seria tratado como um satélite.

Neste sentido, segundo a convenção assinada entre Luciano Bonaparte e Pedro de Cevallos em Madrid, a 22 de Janeiro de 1801<sup>125</sup>, deveriam os exércitos franco-espanhóis ocuparem aproximadamente ¼ do território nacional como garantia para futura restituição de Trindade, Mahon e de Malta. Os portos, esses seriam obviamente fechados aos ingleses, e a esquadra que ajudara Nelson apresada. Esta era a estratégia francesa, sendo que a Espanha, apesar do

---

<sup>124</sup> Napoleão estava completamente consciente da excelente oportunidade de tornar Portugal refém para ser utilizado nas futuras negociações com a Inglaterra. Ele sabia que não era apenas em Inglaterra que se desejava a paz, as classes populares em França, sobretudo o operariado urbano de Paris (que tanto contribuiu para o sucesso do 18 de Brumário) também estava descontente da guerra. Assim, na óptica de Napoleão, para terminar a guerra mantendo as vantagens que tinha adquirido, era necessário forçar a Inglaterra às negociações, e para isso era essencial tirar-lhe todos os pontos de apoio que ainda possuía no continente. Portugal tinha mesmo de cair, e o general Berthier é enviado para Espanha para forçar os espanhóis a aderirem aos planos de invasão. Ver GOTTERI, Nicole, *Napoleão...*, cit, pp. 63 e seguintes.

<sup>125</sup> Ver Convenção franco-espanhola de 29 de Janeiro de 1801, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 421 a 423.

seu papel importante na operação, cabendo-lhe mesmo a direcção militar no terreno, não era mais do que um meio para atingir Portugal<sup>126</sup>. Por isso, o arranjo conseguido por Luís Pinto de Sousa, que pôs fim à Guerra das Laranjas, não podia agradar a Napoleão. De facto, Portugal, completamente batido em termos militares<sup>127</sup>, acabava só por: abdicar território fronteiriço de Olivença, pagar uma indemnização financeira, e comprometia-se a finalmente fechar os portos à navegação britânica.

Claro que a razão da atitude espanhola em não impor as condições exigidas por Napoleão encontra-se sobretudo na sua agenda, e na certeza de que as exigindo<sup>128</sup>, aquela guerra ganharia outros contornos, e a negligência lusa poder-se-ia transformar, e tornar difícil um conflito fácil. Por isso, foi tão rápida a ratificar o tratado. Para Madrid o caso estava resolvido, o seu objectivo de impedir os abastecimentos da marinha inglesa tinha sido alcançado, e a permanência de tropas francesas em Espanha deixara de fazer sentido.

No rescaldo da para alguns autores “primeira invasão”<sup>129</sup>, Portugal, concordou por fim em fechar os portos à Inglaterra, mas não se pense que o fez à revelia de Londres. Essa medida extrema tinha sido previamente aprovada por Addington<sup>130</sup>.

Napoleão, irritado, não ratificou o acordo conseguido pelo seu irmão, voltando a exigir a ocupação de parte do território, e a entrega da frota que tinha ajudado os ingleses a bloquear Malta. Para isso deu novas ordens a Gouvion Saint-Cyr, chefe da divisão francesa, para acertar novo plano de operações com o Príncipe da Paz. O Conselho de Estado, reunido a votar a 28 de Junho de 1801, e depois de ter sido informado da intransigência de Napoleão, recusou terminantemente aquelas imposições. A possibilidade de guerra reacendia-se, e desta vez seria mesmo a sério. Surpreendente é constatar que, ao contrário de 1807, o governo diante da determinação de Napoleão estava firme e aparentemente disposto a combater o invasor. Não foi preciso, pois a resistência espanhola a tal projecto, e os avanços nas conversações de paz, levaram Paris a ratificar as condições de Badajoz no Tratado de Madrid, assinado em 29 Setembro.

---

<sup>126</sup> Segundo Gotteri, Napoleão percebera que para tomar Portugal a Espanha tinha um papel essencial, sem ela tudo seria mais difícil, ver GOTTERI, Nicole, *Napoleão...*, cit, pp. 61-62.

<sup>127</sup> Ver, por exemplo, VENTURA, António, “Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 14-23.

<sup>128</sup> Luís Pinto de Sousa que desde 28 de Maio (relembre-se que a guerra começara em 19 de Maio) se encontrava a negociar em Badajoz com Luciano Bonaparte e Godoy. Conseguiu então até convencer aqueles representantes em desistirem do cabo de Sagres (que servia de contra-peso a Gibraltar) e de algumas cidades fortificadas da raia, que entretanto tinham tomado.

<sup>129</sup> Ver VICENTE, António Pedro, *Guerra...*, cit, pp. 24 e seguintes.

<sup>130</sup> Nota de Hawkesbury para D. João de Almeida de Melo e Castro, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, p. 432.

Ainda houve contudo tempo para mais uma alteração. O conhecimento da conclusão dos preliminares da paz de Londres (1 de Outubro) levou D. João de Almeida (novo MNE), para escândalo do plenipotenciário francês, a procurar atrasar o correio que transportava a ratificação da corte portuguesa, bloqueando-o a porta de Madrid na esperança de conseguir aceder ao conteúdo do acordo de Londres. Esperava então conseguir livrar-se das condições estipuladas. Mas o representante português em Madrid, Cipriano Freire, receoso da reacção francesa, acabou por anuir às exigências do seu homólogo, e aceitou a troca das ratificações (com a data 8 de Outubro). A publicação desta paz teria ainda de esperar mais vinte dias<sup>131</sup>.

Este último episódio da Guerra das Laranjas é o corolário da habilidade diplomática portuguesa, que respondendo inicialmente mal à invasão, não deixou de saber explorar os desentendimentos franco-espanhóis, e a meio da crise já tinha mesmo conseguido colocar a Espanha do seu lado. Os seus procedimentos, dilatatórios ou não, foram armas que a pequena potência tinha disponíveis para segurar a soberania sobre o território, e não nos parece, ao contrário do que sucedeu a outros, que tivesse qualquer prazer nisso<sup>132</sup>.

## 2.5. Lannes e a desejada neutralidade

A paz de Amiens na qual Portugal não participou, apesar de tudo ter feito para o conseguir, prometia a desejada paz para a Europa e para Portugal, algo que não podia deixar de animar os governantes portugueses<sup>133</sup>. Contudo, a tensão depressa regressou e os problemas voltaram a assolar o governo de Lisboa. A chegada do embaixador francês, Lannes, homem de armas pouco dado a cumprir com protocolos de Antigo Regime, e o reacender da guerra em 17 de Maio de 1803, fizeram regressar os perigos de um sistema que se voltava a radicalizar, agora definitivamente em torno das suas principais potências. Durante este período, Portugal procurou inicialmente manter a posição (aliado da Inglaterra), chegando mesmo a esboçar uma reacção mais belicista de reforço dessa posição – criação de um Conselho Militar (por ordem do MNE)<sup>134</sup>, mas, por fim, e após uma reforma ministerial libertou-se do seu pólo tradicional, entrando num sistema de neutralidade mais real, parecendo, a espaços, ter mesmo invertido o seu sistema de alianças, o que em termos teóricos é quase inédito. De facto, o

<sup>131</sup> Ver Decreto de 28 de Outubro de 1801, in SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação...*, cit, p. 749.

<sup>132</sup> Cf. GOTTERI, Nicole, *Napoleão...*, cit, p. 86.

<sup>133</sup> Ver a satisfação do ministério português no despacho de D. João de Melo e Castro para D. Lourenço de Lima datado de 23 Março de 1802, ANTT, MNE, Liv. 565, fls 15-16.

<sup>134</sup> Este Conselho, presidido pelo general Forbes, procurou por exemplo estimular a reorganização do exército. Ver NUNES, António Pires, “Portugal e o novo conflito armado emergente da Revolução Francesa”, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 36-37.

mundo contemporâneo não oferece muitos paralelos para países que tivessem mudado de “bloco”, ou sequer tentado.

No quadro interno, a paz com a França (1801), não tinha ainda diminuído a influência do partido inglês na corte: a Luís Pinto de Sousa, no reino, e a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na fazenda, juntara-se então D. João de Almeida de Melo e Castro na guerra e negócios estrangeiros. Mas este governo pro-britânico não originou ausência de conflitos com a rainha dos mares, ou mesmo uma relação sem crispções ou ressentimentos. Por exemplo, no início de 1802, e para desgosto do MNE, a Inglaterra nada fez para contrariar o veto francês<sup>135</sup> à participação portuguesa no congresso de Amiens, impossibilitando desde logo a renegociação das cláusulas do tratado de Madrid<sup>136</sup>. Não muito tempo depois, e num momento em que se procurava manter uma comunicação rápida e constante com o embaixador em Londres, o MNE voltava a queixar-se. Em despacho para D. Lourenço de Lima, recriminava o comportamento do agente inglês responsável pelos paquetes destinados a Inglaterra. Segundo parece, este alterava o horário das partidas sem nada comunicar à corte. Exigia-se a D. Lourenço que obtivesse junto de Lord Salisbury ou do Postmaster alguma satisfação ou castigo<sup>137</sup>. Mas, os focos de conflito com a velha aliada não se resumiam a pequenos atritos diplomáticos sem repercussão interna no dia-a-dia do país. Por exemplo, por ocasião da entrada em Portugal de lanifícios franceses, cuja origem se tinha tornado legal com a ratificação do tratado de Madrid<sup>138</sup>, o governo português viu-se entre dois escolhos. Por um lado sentia a fúria dos negociantes da praça, que queriam que as suas fazendas apreendidas na Alfandega fossem libertadas, por outro sentia a pressão do ministro inglês, Frere, que os considerava ilegais, ferindo a letra dos tratados luso-britânicos. D. João de Almeida, não deixou de se espantar com o comportamento de Frere, já que tinham sido razões de força maior a tornar inevitável a entrada daqueles produtos, e a Inglaterra sabia-o bem. Porquê

---

<sup>135</sup> Os preliminares da paz assinados entre ingleses e franceses em 1 de Outubro de 1801, não previam a participação portuguesa na ratificação da paz a acertar em Amiens. Pelo lado francês as razões eram óbvias, trazer Portugal novamente para a mesa das negociações era, para todos os efeitos, colocar na mesa assuntos já resolvidos, como a indemnização de guerra ou os acertos na margem norte do Amazonas. Portugal não pôde assim beneficiar do estatuto que a Turquia teve, pois entrando nas negociações como beligerante, os otomanos puderam manter a integralidade dos seus territórios.

<sup>136</sup> Desta atitude britânica não deixaram de se queixar os representantes portugueses. Ofício de D. José Maria de Sousa para D. João de Almeida de 12 de Janeiro de 1802, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 502-506.

<sup>137</sup> Despacho de D. João Almeida de Melo e Castro para D. Lourenço de Lima datado de 17 de Fevereiro de 1802, ANTT, MNE, Liv. 565, fls 8-10.

<sup>138</sup> A entrada das produções francesas foi tornada pública pelo Decreto de 12 de Dezembro de 1801, in SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação...*, cit, p. 766.

todas aquelas queixas, se ela própria tinha autorizado o governo português a «ajustar a nossa paz com a França»<sup>139</sup> nas condições então oferecidas?

Ainda assim, apesar das fricções com o pólo “natural”, alguns ministros, fieis à velha aliada, durante os anos de 1801 a 1803, tentaram empreender uma campanha para reabilitar o exército nacional, de modo a demonstrar aos ingleses o empenhamento do país em defender-se. De facto, neutralidade, disfarçada ou não, não era nem é compatível com a completa negligencia nos assuntos militares<sup>140</sup>.

Tanto D. Rodrigo como Melo e Castro, estavam convencidos que a Inglaterra não tinha autorizado qualquer auxílio em 1801, porque o julgava um desperdício de meios. Simultaneamente, estavam também convencidos de que seria muito difícil a Portugal conseguir manter a sua neutralidade perante a França, já que por razões geoestratégicas o país seria sempre envolvido na guerra entre o poder marítimo e um poder continental. Para D. Rodrigo não havia dúvidas: os franceses, mais cedo ou mais tarde, voltariam a exigir a clausura dos portos à Grã-Bretanha, o que Portugal não poderia fazer se quisesse manter a soberania sobre o Brasil.

Para o presidente do Erário Régio (e para outros), era inevitável proceder a uma reforma do exército, copiando, por exemplo, as práticas de recrutamento e de financiamento de Frederico II da Prússia. Esta ideia, também defendida pelo Morgado de Mateus<sup>141</sup>, obrigava à transformação do aparelho fiscal, procurando-se universalizar os impostos, o que certamente viria a contar com grandes oposições, sobretudo numa altura em que a aristocracia cerrava as suas fileiras «puritanas» contra a emergência de figuras que não tinham o seu estatuto (ex. clube aristocrático de Alorna)<sup>142</sup>. O Decreto relativo ao lançamento e arrecadação do subsídio militar da décima foi um bom exemplo da uniformização procurada. Nele estava até previsto «que todos os ministros fiquem obrigados a remeter às Superintendências gerais certidão das suas posses, além daquelas que são obrigados a remeter ao Erário Régio»<sup>143</sup>. Por outro lado, o país deveria preparar-se para uma «longa e sanguinolenta guerra», uma verdadeira «guerra nacional»<sup>144</sup>, onde se poderia contar com o apoio do clero no púlpito e dos magistrados para arregimentar as populações na defesa do seu país e do seu soberano. Mas, caso a defesa da

<sup>139</sup> Despacho de D. João de Almeida de Melo e Castro para D. Lourenço de Lima datado de 27 de Janeiro de 1802, ANTT, MNE, Liv. 565, fls 7-8.

<sup>140</sup> Neste âmbito, vale a pena relembrar a acção desenvolvida D. Rodrigo de Sousa Coutinho na reorganização de algumas estruturas do estado, por exemplo, é devido à sua inspiração que também neste período é criada a Guarda Real da Polícia.

<sup>141</sup> Ver COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, p. 79.

<sup>142</sup> Ver PEREIRA, Ângelo, *Dom João VI...*, cit, p. 20.

<sup>143</sup> COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos...*, cit, p. 268.

<sup>144</sup> Ver documentos citados por ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 131.

metrópole se revelasse impossível, deveria-se ponderar a retirada para o Brasil, verdadeira base de um novo império, suporte da riqueza da monarquia, de onde poderiam partir grandes projectos de conquista. Como indicava Soares Franco, «É no Brasil que Portugal é uma Potência [...], é no Brasil, que libertado da tirania de Bonaparte, e da ignomínia da Espanha, ele [Portugal] pode puni-los, um dos seus crimes, e o outro da sua fraqueza, e vingar-se de todos os males, que um e outro terão querido acumular sobre Portugal»<sup>145</sup>.

Por último, para D. Rodrigo, deveria procurar-se o apoio militar e financeiro inglês. Mas este não veio, o que muito terá contribuído para a descredibilização do partido inglês. Em vez de apoio para defender o país de uma nova invasão, Lord Fitzgerald (novo ministro inglês em Lisboa), conhecedor do que algumas personalidades pensavam sobre a eventual saída para o Brasil da corte<sup>146</sup>, propôs a 11 de Novembro de 1803, o auxílio britânico na expedição que conduziria o príncipe ao Brasil. Garantindo ao regente «um trono estável, adornado com a dedicação dos súbditos e com as virtudes do Príncipe»<sup>147</sup>. Pode-se dizer, como o fez Valentim Alexandre, que do projecto dual de D. Rodrigo (defesa da metrópole e fuga para o Brasil), os ingleses, obedecendo à sua lógica comercial, extirpavam o que acham despropositado – oferecer resistência à França na Península Ibérica –, prometendo apenas o seu auxílio na transferência da corte<sup>148</sup>.

Paralela a esta pressão inglesa, manifestou-se outra, muito mais famosa: a do embaixador francês – o general Lannes – e que veio a originar uma invulgar mas também temporária aproximação franco-portuguesa. De facto, a 19 de Março de 1804, e em parte devido a acção diplomática de Lannes, foi ratificado um tratado em que o país viu reconhecida a sua neutralidade pela França na guerra que recomeçara.

O que é surpreendente é que o início da relação, entre o general francês e o governo lisboeta, não augurava nada de positivo, e muito menos uma eventual ratificação de um tratado, pois logo após ter chegado a Portugal (23 de Novembro de 1801), Lannes depressa se incompatibilizou com algumas importantes figuras públicas. Primeiro, com Pina Manique, que tutelava então as alfândegas, por lhe ter retido e depois perdido parte da bagagem. Lannes, convencido que poderia enriquecer à custa do seu posto, reclamou de imediato

<sup>145</sup> Francisco Soares Franco, citado por COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, p. 83.

<sup>146</sup> Alguns autores, como Valentim Alexandre falam de um conluio entre o governo inglês e o seu ministro em Portugal e os irmãos Sousa Coutinho, de resto é o próprio D. Domingos (tomando ser ele o autor da obra) que o acaba por confirmar. Ver ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 134; e GOUVEA, R. da C. (D. Domingos de Sousa Coutinho), *Resposta pública...*, cit.

<sup>147</sup> Nota enviada por Lord Fitzgerald a Luís Pinto de Sousa, in BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita...*, cit, pp. 12-13.

<sup>148</sup> Ver ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 137.

indemnizações, mas não aceitou o modo protocolar como estas se deveriam efectuar. Do mesmo funcionário veio, mais tarde, a queixar-se pelo modo como ele lidara com os ataques aos seus criados e à sua casa. Para Lannes, Pina Manique tinha ainda sido um autêntico carrasco dos imigrados franceses, que há mais de uma década viviam em Portugal<sup>149</sup>.

Depois incompatibilizou-se com quem tinha a responsabilidade de o receber: Melo e Castro (o MNE), que achava demasiado perto dos interesses britânicos, e de imediato deixou de o aceitar como intermediário com o príncipe, passando a exigir ser recebido pelo próprio regente. Nas audiências que teve com D. João era rude e atropelava constantemente o protocolo, ameaçando pedir o passaporte e procurando intimidar com promessas de guerra.

Aliás, para desagrado de Napoleão, chegou mesmo a abandonar o reino, a 9 de Agosto de 1802, sob o pretexto de D. João não querer exonerar Pina Manique. Mas, como não fazia então parte dos planos de Bonaparte romper com Portugal, teve de regressar.

De qualquer modo, Lannes não recolheu apenas infortúnios nesta primeira passagem por Lisboa. Por exemplo, conseguiu fazer sair do país os corpos de emigrados franceses que se encontravam ao serviço da Grã-Bretanha, do mesmo modo conseguiu o afastamento de Vioménil, general a quem tinha sido entregue a reorganização do exército português. E, conseguiu ainda, impor o uso do cocar tricolor a todos os franceses que residissem em Portugal.

Por esta altura, numa Lisboa microcosmos das rivalidades internacionais, deu-se um acontecimento tradicionalmente ligado à difusão da luta partidária entre pro-franceses e pro-ingleses: os Motins de Campo de Ourique de 1803. Há porém que dizer que, se esse episódio foi um exemplo da fractura existente na sociedade portuguesa, foi-o à posteriori, ou seja, no aproveitamento que dele se procurou fazer. Como Dores Costa e Pedreira indicam (apoiando-se fundamentalmente na documentação compilada por Ângelo Pereira), esta rixa terá tido na sua origem motivos bem menos ideológicos, tendo sido provavelmente produto de uma rivalidade crescente entre tropa regular e a nova Guarda Real da Polícia<sup>150</sup>. O impacto do acontecimento específico encontra-se no relevo dos envolvidos: por um lado, o chefe da Guarda Real da Polícia, o coronel Novion, um emigrado francês, por outro o general Gomes Freire de Andrade, que contou com o apoio do duque Sussex, filho de Jorge III.

<sup>149</sup> Aceitando ou não como verdadeiras ou falsas estas acusações sobre Pina Manique, dificilmente podemos aceitar a teoria de Nicole Gotteri quando esta afirma que estava montada uma grande cabala para testar a reacção francesa. Passamos a citar: «Não se pode evitar ver nestas atitudes uma provocação deliberada, sem dúvida com o objectivo de pôr à prova a capacidade de reacção do ministro francês». GOTTERI, Nicole, *Napoleão...*, cit, p. 100.

<sup>150</sup> Criada pelo Decreto de 10 de Dezembro de 1801. Ver SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação...*, cit, p. 759.

Pela nossa parte, descontando os empolamentos e algumas colagens incorrectas, aquele acontecimento não foi inócuo, nem foi negligenciado<sup>151</sup>, e acabou por ter impacto diplomático. Por exemplo, para evitar que a radicalização do bipolarismo anglo-francês chegasse aos portos de Portugal, foram emitidas, a 6 de Maio, ordens (circulares) a todas as legações e consulados, onde se estipulava a obrigação de todos os capitães de navios que se dirigissem a qualquer porto sob a soberania nacional, se fizessem portadores de uma lista actualizada com os nomes, profissões e a origem dos tripulantes e passageiros, que remeteriam às autoridades portuguesas nas diferentes praças estrangeiras, para serem passados os respectivos passaportes. A ideia passaria por «evitar a introdução de pessoas suspeitas ou mal intencionadas que de baixo de fingidos pretextos, procurem transportar-se ao Reino»<sup>152</sup>.

Regressando a Lannes; intimado por Talleyrand a deixar o seu exílio em França e a tornar a Lisboa, aonde chegou em Março de 1803 (com a guerra novamente à porta), conseguiu, apesar da onipotência britânica, acumular um conjunto de sucessos, que culminaram na assinatura do tratado de neutralidade. Mas que antes tinham passado pela exoneração de Melo e Castro dos negócios estrangeiros<sup>153</sup>, e pelo (auto) afastamento de Sousa Coutinho da Fazenda, numa sequência de eventos que não pode ser desligada, pois só minando a preponderância do partido inglês, se poderia excluir Portugal, mesmo que parcialmente, à influência britânica.

Com estas deserções, desapareceu também o pendor mais “belicista”, pro-britânico, que antes se tinha manifestado. De 1804 a 1807, dificuldades financeiras levaram mesmo à redução dos efectivos militares e à racionalização dos pontos fortificados de país (Alvará de 27 de Setembro de 1805)<sup>154</sup>. Esta estratégia “economicista” para tempos menos difíceis, ajusta-se bem ao padrão teórico: se a neutralidade já tinha sido garantida e não precisava de ser imposta, porquê continuar a investir no aparelho militar.

---

<sup>151</sup> Aquela rixa que teve provavelmente a sua origem na crescente conflituosidade entre o velho exército, cioso das suas tradicionais valências, e a nova polícia, produto de uma mente reformista, foi mesmo investigada pelo marquês de Vagos, governador militar de Lisboa, e resolvida, tendo então sido recordadas à Guarda Real as suas limitadas funções. A questão das nacionalidades ou do passado dos envolvidos deve ser relativizado, mas não esquecido, pois as mesmas ordens que reduziram competências à Guarda Real, também inviabilizaram que o seu comando pudesse voltar a ser entregue a um estrangeiro, e ainda menos a um imigrado. Ver COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, pp. 86-87.

<sup>152</sup> Ver, por exemplo, ANTT, MNE, Liv. 65, fl. 97.

<sup>153</sup> O afastamento do ministro dos negócios estrangeiros foi requerido pelo próprio Napoleão ao regente, na mesma nota em que se penitência pelo comportamento do seu enviado.

<sup>154</sup> Ver NUNES, António Pires, “Portugal e o novo...”, cit, p. 37. Só a partir de meados de 1806 – 19 de Maio de 1806 – parece ter voltado a existir algumas tentativas de potencializar as capacidades militares, tendo-se então promulgado um conjunto de diplomas que deram o enquadramento legal ao exército até Novembro de 1807.

## 2.6. O arrojo de António de Araújo na crise final

“É importante notar que os estados aliar-se-ão com o diabo para evitar o inferno de uma derrota militar.”<sup>155</sup>

Quando em Julho de 1807, depois de vencer todas as potências continentais, Napoleão lançou o ultimato a Portugal, estava no poder o partido francês, representado nas figuras de Anadia, como Ministro da Marinha, e António de Araújo, como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, acumulando com a pasta de Ministro do Reino. A influência do partido inglês era no máximo uma sombra<sup>156</sup>, que só se virá a manifestar quando o monarca tiver necessidade de reunir o Conselho de Estado. O leme do país estava então firmemente na mão do futuro conde da Barca.

E o que distinguia este homem dos seus contemporâneos? Acima de tudo, a sua consciência da invencibilidade das novas formas de organização social, nascidas da Revolução. Aliás, logo em 1793, em pleno terror, ele terá tido essa percepção, como demonstra uma carta que escreveu a Luís Pinto de Sousa no ano 1797, referindo que «Há quatro anos que se diz que a França não pode continuar a guerra, e há quatro anos que, observando o seu método de proceder, asseverei sempre o contrário»<sup>157</sup>. Mas, se as virtualidades do poder francês lhe moldavam a percepção, não era menos certo que nutria fortes desconfianças relativamente à Inglaterra<sup>158</sup>, cuja constante indisponibilidade para ajudar Portugal reforçava o seu cepticismo quanto às reais possibilidades de Portugal, conseguir-se opor a Napoleão. A estratégia de Araújo só podia portanto vincular-se a uma premissa oposta à do partido inglês. Era no assegurar de paz com a França que a política externa portuguesa deveria assentar; a harmonia com a Inglaterra deveria ser utilizada com simples meio tático, e se por acaso a Inglaterra decidisse usar a força, por muito remoto que isso fosse, a capital poderia estar sempre segura, pois factores geográficos tornavam impossível qualquer ataque.

Esta concepção era também reveladora de uma hierarquia objectivos estratégicos distinta, parecendo, ao contrário do que acontecia com Sousa Coutinho, que o Brasil e o seu comércio

<sup>155</sup> WALTZ, Kenneth, *Teoria...*, cit, p. 228.

<sup>156</sup> A figura principal do partido inglês – D. Rodrigo de Sousa Coutinho – encontrava-se afastado não só do governo como até da própria corte, e só participara nas primeiras reuniões do Conselho de Estado após ameaças de Napoleão (26 de Agosto, 2, 23, e 30 de Setembro). Apesar deste afastamento revelar a fragilidade da sua posição belicista, ele não foi assim tão precoce como fez querer D. Domingos de Sousa Coutinho quando indica que o seu irmão não tinha comparecido a qualquer reunião do Conselho de Estado depois de 2 de Setembro. Ver GOUVEA, R. da C. (D. Domingos de Sousa Coutinho), *Resposta publica...*, cit, p. 9.

<sup>157</sup> Ofício de 22 de Novembro de 1797 citado por ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 139.

<sup>158</sup> Há contudo que lembrar que este sentimento era recíproco. Desde o início da década de 90 do século XVIII que os ingleses desconfiavam do estadista português. Ver, por exemplo, carta de Greenville a Walpole, de 25 de Novembro de 1796, ANTT, ANRJ, Liv. 35, *Assentos do Conselho de Estado*, fl. 55.

não eram tão valorizados como a soberania sobre metrópole. Sedar o grande império nos trópicos não era certamente um desejo de António de Araújo.

Araújo estava convencido que se o país não hostilizasse desnecessariamente a França, esta, sempre mais preocupada com os assuntos da Europa central, não iria importunar Portugal. A este respeito, o ministro achava um perigo muito mais imediato na intolerância britânica, que segundo a sua opinião já tinha conduzido à desgraça a Holanda, que se tinha sacrificado inutilmente numa guerra que nunca poderia ter ganho<sup>159</sup>. No fim do Verão de 1806 os acontecimentos vieram dar-lhe de razão. Para surpresa geral e sob o pretexto de uma eminente invasão franco-espanhola, irrompeu pelo Tejo uma esquadra britânica – a famosa missão Rosslyn<sup>160</sup> –, que vinha pressionar o governo português, impondo-lhe: o apoio inglês, se houvesse em Portugal vontade de resistir à França; a promessa de auxílio na retirada para o Brasil (renovando a ideia de 1803), se se verificasse ser impossível defender o país; e no caso de corte rejeitar ambas as hipóteses tomar, mesmo que pela força, a armada e os fortes que bordejavam a embocadura do Tejo.

A missão fracassou, até porque não havia qualquer invasão preparada, mas prejudicou muito o comércio do país, como o prova um ofício de Rodrigo Navarro de Andrade (ministro português na Rússia) datado de 16 de Outubro de 1806, onde se queixava dos efeitos da presença da esquadra de Lord St. Vicent no Tejo e do dano que isso causara: «intempestiva oficiosidade nos pode grandemente nos comprometer, é incalculável o prejuízo que o nosso comércio experimenta, por causa do continuado receio que incidentes desta natureza inspiram às Praças do Norte que mais traficam com as nossas». E especificando, refere-se aos problemas com as letras: «Já no correio passado voltaram aqui recambiadas, de Hamburgo, infinitas letras sacadas sobre Lisboa e Porto, o que de tal modo deprime nosso crédito nacional, que com muita dificuldade se pode agora sacar desta Praça, mesmo a um câmbio ruinoso».<sup>161</sup>

Apesar de resolvida, a missão Rosslyn deixava no ar a ideia que a Inglaterra não iria tolerar qualquer outro comportamento português que não fosse o do tradicional alinhamento. Por outro lado, ficava também a certeza que os acontecimentos que se desenrolavam no centro da

---

<sup>159</sup> Ofício nº 95 de António de Araújo para Luís Pinto de Sousa, de 2 de Maio de 1791, in PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Texto policopiado. Lisboa, 1987, pp. 308 e 309.

<sup>160</sup> O estratega por detrás da missão Rosslyn foi Fox, e previa então que a coroa espanhola assustada com a passagem do exército estrangeiro em direcção a Portugal mudasse o seu alinhamento e se viesse a juntar a portugueses e ingleses na luta contra Napoleão. Esta possibilidade foi premonitória pois, como sabemos, acabaria por vir a concretizar-se dois anos depois.

<sup>161</sup> Ofício de Rodrigo Navarro de Andrade para António de Araújo de Azevedo datado de 16 de Outubro de 1806, ANTT, MNE, Cx. 216, ofício 102.

Europa iriam, mais cedo ou mais tarde, reflectir-se na atitude das grandes potências perante Portugal. E é por isso que se pode considerar estranha a sensação de surpresa do governo perante o ultimato francês de Julho de 1807. De facto, apesar dos avisos de quem de longe se assustava com a evolução da situação internacional, não se anteciparam as repercussões das concepções estratégicas de Napoleão: o Bloqueio Continental não poderia funcionar sem a adesão de todo o continente, a Inglaterra não poderia continuar a usufruir para os seus negócios da porta de entrada que eram os portos de Lisboa e do Porto. A 30 Julho, Napoleão abeirou-se de D. Lourenço de Lima, embaixador em Paris, e comunicou-lhe a sua decisão: se até 1 de Setembro Portugal não cumprisse com as suas exigências (declaração de guerra à Inglaterra em 20 dias; junção das suas esquadras navais à marinha francesa; clausura dos portos à marinha britânica, mercante ou de guerra; prisão de todos os súbditos ingleses; e sequestro dos seus bens e propriedades), a França declararia guerra a Portugal.

Desde que se teve conhecimento desses termos (10 de Agosto de 1807) que, quase de imediato, recomeçaram as reuniões do Conselho de Estado – havia que dar ao príncipe todo o aconselhamento possível. Nessas primeiras reuniões, apenas D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida se opuseram ao compromisso com Napoleão. Todos os outros achavam que se deveria ceder à França, fechando de imediato os portos à Inglaterra<sup>162</sup>. Tendência que acabou por facilitar estratégia de António de Araújo, que, grosso modo, consistia em evitar até ao limite do possível a tomada de decisões que comprometessem em definitivo o país. Dilações que se justificavam plenamente nos relatos que lhe chegavam do continente: a Inglaterra estava batida, e não poderia continuar a guerra sozinha. Por exemplo, Rodrigo Navarro de Andrade comunicou-lhe da Rússia que «A opinião mais geral aqui, é, que a Inglaterra, depois dos últimos acontecimentos, e da paz separada da Rússia, cuidará em tratar da sua com a França.»<sup>163</sup>

Numa primeira fase (Agosto e Setembro), Araújo tentou apelar ao bom senso da França, apontando que ao anuir a tais medidas, Portugal estaria a arruinar-se, pois tanto o seu comércio como a sua navegação cairiam em mãos inglesas, que, não satisfeita, iria ainda bloquear o porto de Lisboa, condenando à fome a capital<sup>164</sup>. Mas, quase em simultâneo,

---

<sup>162</sup> Documentos publicados em *O Conde Linhares* e referidos por Alexandre, in ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império...*, cit, p. 149.

<sup>163</sup> Ofício de Rodrigo Navarro de Andrade para António de Araújo de Azevedo datado de 30 de Julho de 1807, ANTT, MNE, Cx. 216, ofício 152.

<sup>164</sup> Despacho para D. Lourenço de Lima, datado de 12 de Agosto de 1807, in BIKER, J. Firmino, *Suplemento à Coleção...*, cit, vol. XIV, p. 225.

requeria ao embaixador português em Londres<sup>165</sup> que procurasse sondar a disponibilidade inglesa para aceitar o encerramento dos portos portugueses, respondendo apenas com «uma guerra moderada, ou por assim dizer, aparente». Araújo pretendia a aprovação inglesa, tal como se tinha conseguido em 1801: «Se o Governo Inglês consentiu na clausura dos portos em tempo em que as forças da França eram contrabalançadas pelas das grandes Potências do Norte, parece que é sumamente mais urgente esta determinação quando não podemos ter esperança alguma de dispersão continental que nos salve». Julgava o ministro que não haveria razões para achar que a Inglaterra iria agora agir de um modo diferente. Pedia também calma, lembrando que a expedição de uma armada só contribuiria para inflamar os ânimos dos já impacientes ministros da França e de Espanha. Mas, acima de tudo, prometia-se a imunidade da propriedade inglesa, «S.A.R. está determinado mais depressa a perder o seu Supremo Domínio neste país, do que a sacrificar os sujeitos Britânicos e seus cabedais»<sup>166</sup>.

Das difíceis negociações que se avizinhavam com a Inglaterra, chegou-nos um documento que mais do que perícia, de resto unanimemente reconhecida, parece demonstrar algum desnorte<sup>167</sup>. Araújo requeria então a D. Domingos (num mesmo despacho<sup>168</sup>), um conjunto de favores a “arrancar” de Londres. 1º, uma garantia para a família real, no caso desta ter de se retirar para o Brasil, o que só consolidava a ideia em Inglaterra, que com o mínimo esforço se conseguiria mudar a capital do império. Na prática, esta ideia também inviabilizava qualquer consentimento com a desejada guerra virtual, porquê ser flexível e fingir que se travava uma guerra de aparência, nada se ganhando com ela, quando, ao invés, mantendo a intransigência, as portas do Brasil se abririam, estando lá a família real ou não. 2º, dado que mesmo fechando os portos, a França poderia atacar, era forçoso pensar na resistência, e armar um exército que tinha permanecido mal equipado. Por isso se pedia 60.000 espingardas, pistolas, celas, e outros equipamentos, que deveria disfarçadamente ser depositado em Gibraltar (cuja proximidade tornava possível o rápido auxílio à coroa portuguesa). Estas ordens, apesar de naturais e até lógicas, eram, no fundo, contraditórias entre si. Como é que se poderia estar a pedir ajuda militar aos ingleses se à partida se ameaçava tomar o partido dos franceses? E

<sup>165</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 20 de Agosto de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls 41-50.

<sup>166</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 20 de Agosto de 1807, Ibidem, fls. 41-50 (fl. 49).

<sup>167</sup> Estamos certos quão pouco popular será esta afirmação, sobretudo para os apaixonados dos talentos do conde da Barca, contudo a honestidade que a nossa pesquisa nos merece, não merecia outra aproximação no tratamento destes documentos.

<sup>168</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 29 de Agosto de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 99 -102.

porquê que a Inglaterra iria autorizar uma remessa de 60 mil espingardas, quando sabia que Portugal estava à beira de ser invadido, e provavelmente nem iria lutar? Incompreensível!

Estas pequenas contradições não impediram que se continuasse a procurar iludir a França. Perante as insistências de Rayneval (encarregado de negócios francês), que via chegar ao fim o prazo concedido por Napoleão, Araújo comunicou-lhe que se estaria à espera da resposta que se tinha pedido a Napoleão (onde se consentia apenas com o fecho dos portos), referindo que nada se iria decidir até então<sup>169</sup>. Ora, esta estratégia dilatória era ainda possível enquanto D. Lourenço de Lima se mantivesse em Paris, remetendo por ele as respostas para Napoleão ou Talleyrand – explorando assim todos os canais diplomáticos – podia-se desestabilizar as ordens francesas. Mesmo que Rayneval exigisse respostas prontas ao regente, poder-se-lhe-ia responder, como se respondeu, que «havendo S.A.R. cometido tudo o mais ao arbítrio daquele Soberano [Napoleão], nenhuma resolução deve tomar, antes de receber a Sua resposta»<sup>170</sup>.

Mas, se o elemento pressionante era a França, a Inglaterra de modo algum poderia ser esquecida – a perda de capacidade de negociação num mundo bipolar não tem só um estímulo. Num despacho de Araújo para D. Domingos de 7 de Setembro de 1807<sup>171</sup>, procurou-se fazer passar a perplexidade do governo português perante a frieza britânica. Simultaneamente, ao referir-se os receios que inspiravam os preparativos de guerra que estavam a ser levados a cabo em Bayonne, em Cádiz e em S. Roque, comunicou-se ao mesmo enviado as determinações emitidas pelo regente: Londres deveria ser avisada para não tomar como acto hostil as ordens que se dera para aprontar a marinha (para a sua eventual retirada do reino) e para o reforço das guarnições das fortificações das suas costas. Este plano, que de tão ambíguo precisava de ser explicado em detalhe a Londres, poderia esconder outras estratégias que se delineavam na cabeça de Araújo, fruto da sua tentativa de “jogar em dois tabuleiros” em simultâneo, mas cujas movimentações no terreno seriam muito difíceis de pôr em prática. Se o plano se ancorava no alinhamento com a Grã-Bretanha, a quem até se pedia apoio naval, então porquê o reforço das defesas costeiras? Ou se pensava em montar resistência ao invasor francês, através da conservação dos fortes que mais facilmente poderiam ser reabastecidos por mar (o que até era aceitável), ou então visava-se simplesmente a defesa da costa contra o agressor que vinha do mar – a Inglaterra. De qualquer maneira, Londres poderia legitimamente sentir-se como o alvo natural daquelas medidas, já que defesa contra uma invasão que viesse por terra não se deveria apoiar nas fortificações costeiras.

<sup>169</sup> Nota de 23 de Agosto de 1807 para Rayneval, ANTT, MNE, Liv. 510, fl. 103.

<sup>170</sup> ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 111-112.

<sup>171</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 7 de Setembro de 1807, *Ibidem*, fls. 127-132.

É sintomático que naquele momento se tivesse ordenado o reforço de Peniche<sup>172</sup> (fortificação com capacidades de defesa duais), «cortando-lhe o istmo para formar um fosso aquático», também se ordenando a conclusão das suas boas fortificações e outros equipamentos necessários à sustentação de um sítio: «Deve-se trabalhar ao mesmo tempo em Armazéns, Casernas, Hospitais, e mais obras necessárias para uma grande guarnição». Para o ministro as vantagens eram óbvias, «podem ali existir muitos mil homens, e ser a Praça sempre socorrida por mar». Mais, o futuro conde da Barca considerava que Portugal nunca se devia dar por conquistado enquanto dispusesse de Peniche, já que esta era «uma das Praças mais fortes do Mundo», pois se não era atacável por terra, já que o istmo em areia inviabilizava as escavações, também o não era por mar. Aquela praça permitiria, se fosse preciso, a manutenção do regente na metrópole, mesmo com o território ocupado. Como ele próprio refere «Será uma Praça segura de depósito e de retiro para a Família Real, que ali pode residir ou retirar-se por mar sem risco algum, habitando na Península fora do perigo das bombas.»

Este plano, não só demonstra a vontade de conservar a família real na metrópole até ao limite do possível, ou mesmo do impossível, como ilustra a duplicidade daquele estadista: todos os movimentos eram feitos de maneira a serem interpretados como um acto de hostilidade para com o rival daquele a que se participavam. Podemos-lo provar quando verificamos que o mesmo argumento foi igualmente tratado com Rayneval. Numa nota de 28 de Setembro de 1807 (embora com data de 25 Setembro), por entre promessas de adesão à causa do continente, pedia-se mais tempo para recolher com segurança a esquadra, que se encontrava diante de Argel a tratar uma paz, que estaria quase concluída, para avisar as colónias e para destas remeter por mar «os artigos necessários para fortificar e aprovisionar Peniche, cujo objecto é de maior importância, afim de segurar a costa de Portugal»<sup>173</sup>.

Numa carta a José Egídio de Álvares de Almeida, de 5 de Setembro, Araújo sintetiza a duplicidade do seu raciocínio: «Tanto ele [Campo Alange] como Rayneval, e o Ministro da Inglaterra me questionaram sobre os preparatórios na Marinha, aos dois primeiros disse que em todas as hipóteses eram necessárias, e conviriam até mesmo para combinarem com o fogo das Fortalezas no caso de guerra com a Inglaterra [...]. Ao Ministro da Inglaterra falei

<sup>172</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 7 de Setembro de 1807, *Ibidem*, fls. 127-132 (passos na fl. 131).

<sup>173</sup> Nota de António de Araújo de Azevedo para Rayneval datado de 28 de Setembro de 1807, *Ibidem*, fls. 173-176 (passo fl. 174).

diferentemente e ele me disse que era preciso que eu escrevesse para sossegar o Ministério Britânico»<sup>174</sup>.

O que nos parece certo é que, independentemente do adversário que Portugal viesse a encontrar, o importante no momento era ganhar mais tempo. Em paralelo, numa atitude não desligada do seu comportamento dilatatório, o MNE procurou abeirar-se da Rússia, onde depositava algumas esperanças: «A intervenção do Imperador da Rússia não deixará de cooperar para a minoração de condições repugnantes.»<sup>175</sup>

Quão ingénuo foi então o MNE, mas em finais de Outubro toda essa esperança em Alexandre I, que Araújo conhecera pessoalmente, tinha desaparecido. Em despacho para D. Domingos, participou a descrença na capacidade de intervenção da Rússia nos assuntos portugueses, «porque à vista do partido que abarcou a Rússia julgo inútil, e até perigoso interessá-la a nosso favor.»<sup>176</sup>

Tudo demonstrava a vontade de manter os canais abertos, não fazendo movimentos bruscos: à França mostrava-se a disponibilidade para alinhar com a causa do continente – promessa de fecho dos portos à Grã-Bretanha –, à Inglaterra fazia-se sentir a inevitabilidade dessa decisão política. Mas, de um modo concomitante, prometia-se a recusa em aprisionar os súbditos ingleses e os seus bens, o que se julgava suficiente para conquistar a empatia britânica. Entretanto, tentava-se chamar a Rússia para a resolução da questão portuguesa.

Por esta altura, com a disseminação das novidades, o crédito privado começou a dar sinais de colapso, ficando muitas letras por pagar. Quem é que poderia conceder crédito a um negociante de um país que se encontrava a beira da invasão? Perante tal cenário, o governo interveio, e o príncipe regente, depois de ouvir a Junta do Comércio, concedeu uma moratória de 3 meses sobre todas as letras nacionais, com o objectivo de «manter ileso o crédito dos negociantes»<sup>177</sup>.

Entretanto, na reunião do Conselho de Estado de 26 de Agosto<sup>178</sup>, decidira-se enviar para o Brasil o príncipe da Beira, o infante D. Pedro (apenas com o voto contrário de D. Rodrigo de Sousa Coutinho). Para os conselheiros, esta ideia encontrava o seu fundamento na defesa da integridade do império. No limite, poder-se-ia manter a soberania sobre a metrópole e o Brasil

<sup>174</sup> Carta de António de Araújo a José Egídio de Álvares de Almeida de 5 de Setembro de 1807, in BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita...*, cit, pp. 104-105.

<sup>175</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos de Sousa Coutinho datado de 11 de Agosto de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 15- 23.

<sup>176</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 17 (19 atraso do paquete) de Outubro de 1807, Ibidem, fls 209-215.

<sup>177</sup> AHMOP, MR 03, Liv. 11, fl. 152, (27 de Setembro de 1807).

<sup>178</sup> ANTT, ANRJ, Liv. 35, *Assentos do Conselho de Estado*, fls. 199 -201.

livre de uma eventual sublevação patrocinada pela Inglaterra, ou mesmo de uma tentativa de invasão, e isso, mesmo que as ligações comerciais fossem cortadas. Por outro lado, serviu também para introduzir mais um elemento na equação diplomática, tendo o mesmo vindo a participar-se a Napoleão e à Inglaterra.

Do lado francês não colheu qualquer receptividade, para o imperador, aliás com seria de esperar, o destino do Brasil pouco ou nada lhe interessava<sup>179</sup>, vendo até nessa medida mais uma prova da cumplicidade anglo-portuguesa<sup>180</sup>. Do lado britânico a receptividade foi outra, até porque vinha acompanhada de uma promessa (pouco conhecida e ainda menos discutida) de Araújo, para uma autonomização parcial do comércio do Brasil – «estabelecimento de uma alfândega geral, com certa tarifa de direitos»<sup>181</sup> – o que não poderia deixar de ser bem visto pelos ingleses. E o mesmo ministro não deixou de lhes recapitular essa concessão, sendo provável que pensasse que a satisfação do apetite britânico pelo mercado brasileiro tornaria possível a manutenção do império e a segurança da metrópole<sup>182</sup>.

Para MNE a partida do príncipe da Beira era essencial, por isso insistia junto do regente, mas este, apesar da concordância inicial, acabou por nunca se decidir, e estas indecisões acabaram por contaminar as opiniões dos conselheiros de estado, que a 23 de Setembro já se encontravam divididos<sup>183</sup>. Curiosamente, foi de Espanha que vieram as mais vivas contestações àquele projecto. Encaravam-no então como uma clara ameaça aos seus territórios americanos<sup>184</sup>.

Entretanto, o partido inglês, pela voz de D. João de Almeida, perante os esquemas e dilações de Araújo, que continuava a acreditar nas suas artes diplomáticas, alertava para o grande perigo que Portugal estava a correr. Aquela política levaria o país não a uma guerra

---

<sup>179</sup> Resposta dada no dia 4 de Setembro de 1807, Cf. GOTTERI, Nicole, *Napoleão...*, cit, p. 152, e COSTA, Fernando Soares, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, p. 131.

<sup>180</sup> Referido em ofício de D. Lourenço de Lima, de 17 de Outubro de 1807, BIKER, J. Júdice, *Suplemento à Colecção...*, cit, vol. XIV, pp. 338 a 440, ver também ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império...*, cit, p. 155.

<sup>181</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 28 de Setembro de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 151-152.

<sup>182</sup> De resto esta troca de concessões entre Portugal e a Inglaterra já tinha sido bem recebida por Strangford numa conversa que tivera com Araújo. Em carta de 28 de Setembro para José Egidio Álvares o MNE escreveu: «É impossível descrever a satisfação em que ficou Lord Strangford pela notícia da partida do S.<sup>o</sup> Príncipe da Beira para o Brasil, porque diz ele, [...] é o meio de fazer que a guerra de Inglaterra não seja senão um simulacro de guerra, pois os ingleses vão navegar em direitura, e hão-de proteger a nossa navegação, diz [...] que isto contenta plenamente a clausura dos nossos portos», in BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita...*, cit, pp. 122-123.

<sup>183</sup> COSTA, Fernando Soares, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, pp. 132 e 133.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 134.

mas a duas, pois ninguém poderia garantir que os ingleses não respondessem como fizeram em Copenhaga, bombardeando Lisboa, ou compensando-se no tomando o Brasil<sup>185</sup>.

Por outro lado, a confiança que o MNE depositou em D. Domingos parece não ter sido a mais indicada, pois este não deixou de seguir a agenda junto do governo britânico<sup>186</sup>, cujo conluio viria a consolidar-se na convenção de 22 de Outubro.

É importante lembrar que ao longo de todo este processo, e para desgosto do gabinete português, a Inglaterra tinha demonstrado uma intransigência que contrastava com a flexibilidade de 1801, quando autorizou o fecho dos portos portugueses. Porém, até Outubro as suas intenções não foram completamente pressentidas; verdade se diga que o encarregado de negócios, Lord Strangford, tinha de facto procurado persuadir o regente a aceitar a retirada para o Brasil, mas sempre de um modo pouco incisivo.

Enquanto isso, António de Araújo, nos seus despachos para Londres, continuava a jogar um jogo perigoso, oferecendo coisas que depois não poderia saber como dar-lhes uma resposta negativa. Participou, por exemplo, a D. Domingos (6 de Outubro) o modo como se deveria efectuar a transferência de soberania sobre a Madeira, onde tudo deveria ser feito sem se perceber a cumplicidade portuguesa nessa operação. Era portanto essencial que o esquadrão que se apresentasse frente àquela ilha fosse considerável, de modo a «justificar a transacção ordenada ao Governador»<sup>187</sup>, evitando-se assim levantar suspeitas no governo francês. Estaria ministro português à espera de entregando a Madeira livrar o Brasil da cobiça britânica, ou Lisboa de um bloqueio cerrado? É provável que sim, até porque como já vimos a Inglaterra estaria disposta a negociar.

Por isso a chegada do projecto de convenção assinada por D. Domingos, a 22 de Outubro<sup>188</sup>, e o conhecimento do seu teor não deveriam ter surpreendido a corte. Embora os seus termos fossem duros, eles não deveriam ser de todo inesperados, pois boa parte das condições então colocadas na mesa já tinham sido alvitadas pelo próprio Araújo, em correspondência anterior para Londres. Não podemos pois concordar com o entendimento de Valentim Alexandre sobre o teor das condições expressas. Se elas eram uma capitulação<sup>189</sup>, não deixavam de ser também uma compilação possibilidades já participadas a Londres.

<sup>185</sup> Assento do Conselho de Estado de 30 de Setembro de 1807, ANTT, ANRJ, Liv. 35, *Assentos do Conselho de Estado*, fls. 222-225, e ver também COSTA, Fernando Dorez, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI...*, cit, p. 133.

<sup>186</sup> Ver várias passagens da *Resposta Pública à denúncia secreta...* do mesmo D. Domingos de Sousa Coutinho.

<sup>187</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho de 6 de Outubro de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fl. 201.

<sup>188</sup> Convenção de 22 de Outubro de 1807, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 626 a 632.

<sup>189</sup> Cf. ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império...*, cit, p. 153.

A convenção de 22 de Outubro de 1807, previa que a Inglaterra não deixaria de adoptar medidas de represália contra Portugal, se este lhe fechasse os portos, aliás a simples suposição seria suficiente para as desencadear. Previa também a proibição de qualquer reforço militar do Brasil ou da Madeira e entrega da mesma ilha em depósito. Igualmente, no caso de se fecharem os portos, exigia-se a abertura de um porto no Brasil (Santa Catarina) para a Inglaterra ali poder iniciar comércio (mas que não anulava o bloqueio de Lisboa). Por último, a armada portuguesa deveria seguir com o regente para o Brasil ou, se se optasse pelo encerramento dos portos, metade deveria seguir para o Brasil e a outra juntar-se-ia às esquadras britânicas, sob o comando de oficiais aprovados por Londres.

Por outro lado, se Portugal se realinhasse, a Inglaterra prometia o seu apoio militar e logístico na retirada da corte para o Brasil. Prometia também não reconhecer qualquer pretendente que não fosse legítimo herdeiro da casa de Bragança, exigindo contudo o compromisso de se proceder à negociação de um tratado de aliança e comércio, logo após a chegada ao Brasil.

Na mesma convenção, os ingleses tomavam ainda como certa a determinação, comunicada a Londres uns meses antes<sup>190</sup>, relativamente à preferência do regente de perder o seu país a ter de cometer alguma violência contra os súbditos britânicos.

O grande erro de Araújo foi acreditar que uma qualquer convenção estabelecida com Londres deveria servir para regular a continuação das relações luso-britânicas, e evitar qualquer hostilidade inglesa após o encerramento dos portos. Certamente não esperaria que a Inglaterra virasse aquele argumento. Para ela (potência naval) a convenção serviria, acima de tudo, para legitimar as retaliações que iria fazer cair sobre Portugal por este lhe fechar os portos.

Teoricamente, a convenção de 22 de Outubro deve ser encarada como um esperado aviso do pólo director, que perante o aumento da tensão (isolamento internacional britânico), exigiu o realinhamento do seu “satélite”, que, e aqui há algo de muito invulgar, procurou resistir, parecendo até caminhar para a ruptura da aliança.

Entretanto, as medidas de força de franceses e espanhóis, sobre D. Lourenço de Lima (chegado a Lisboa a 31 de Outubro), e sobre o conde da Ega a 31 de Outubro (expulso com ordem para deixar Madrid em 48 horas e a Espanha em 10 dias), levaram a corte portuguesa a ter de tomar decisões. Assim, a 3 de Outubro, em carta dirigida a Napoleão<sup>191</sup>, D. João

<sup>190</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 20 de Agosto de 1807, ANTT, MNE. Liv. 511, fls 41-50 (fl. 49).

<sup>191</sup> Carta, in BIKER, J. Judice, *Suplemento à Colecção...*, cit, vol. XIV, pp. 328 a 331.

prometia o encerramento dos portos para 20 de Outubro. Pouco tempo depois (a 3 de Novembro), e já com D. Lourenço de Lima regressado de Paris e portanto perfeitamente consciente da inflexibilidade de Napoleão, Araújo notificava governo francês que Portugal se conformava com todas as suas imposições<sup>192</sup>, inclusive com a prisão dos súbditos ingleses (estipulando-se para isso a data de 8 de Novembro). Quase em simultâneo, e depois de aprovado em Conselho de Estado, enviou-se o marquês de Marialva como plenipotenciário para Paris, com o objectivo de consolidar a adesão de Portugal ao sistema continental<sup>193</sup>. Para D. Domingos expediu-se uma ordem onde se pedia o seu regresso imediato, «V. Ex.<sup>a</sup> se retirará dessa Corte sem perda alguma de tempo, porque o contrário causaria grandes ciúmes e desconfianças»<sup>194</sup>. Retirando a sua representação oficial de Londres (muito embora procurasse lá introduzir uma não oficial, entregue a Cipriano Freire<sup>195</sup>) o país parecia em definitivo abraçar a causa do imperador. Porém, e por mais estranho que isso nos possa parecer, no mesmo dia 8 ratificava-se em Lisboa a convenção com a Inglaterra, muito embora se o tivesse feito com importantes alterações<sup>196</sup>.

De dia 8 em diante estava-se portanto oficialmente em guerra com a Inglaterra. Após alguns dias, demasiados para o governo português, Lord Strangford retirou-se da capital para a esquadra inglesa (comandada por Sidney Smith) que chegara a 16 de Novembro, e que de imediato iniciou o bloqueio do porto<sup>197</sup>. Preparada para transportar a família real para o Brasil ou para bombardear Lisboa e tomar a armada portuguesa (ordens que trazia eram de 7 de Novembro), resolveram contudo esperar e ficarem-se provisoriamente pelo bloqueio, mas esperando ainda convencer o regente a partir. Neste intervalo, houve ainda quem (o marquês de Belas) tivesse sugerido a possibilidade de fazer da expulsão daquela esquadra, um excelente modo de provar o novo alinhamento de Lisboa.

Com a França, devido às medidas que se tomaram, julgava-se Napoleão aplacado, (desconhecia-se ainda as dificuldades encontradas pelo marquês de Marialva em Espanha, que ficara retido e não pudera participar em Paris as decisões do regente). Estariam mesmo certos que a invasão franco-espanhola seria cancelada, como o prova a disposição das defesas militares do país: estando as tropas concentradas no litoral. É nossa convicção que o governo

<sup>192</sup> Referido em ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império...*, cit, p. 157.

<sup>193</sup> Documentos enviados ao marquês de Marialva, in BIKER, J. Júdice, *Supplemento à Coleção...*, cit, vol. XIV, ou ver referência em ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império...*, cit, p. 157.

<sup>194</sup> Despacho para D. Domingos Sousa de 8 de Novembro 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 256-258.

<sup>195</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo de 31 de Outubro de 1807, *Ibidem*, fl. 248.

<sup>196</sup> Ver carta real, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 626-632.

<sup>197</sup> LIGHT, Kenneth, *Transferência da capital e da corte para o Brasil 1807-1808*, p. 61.

de Araújo nunca encarou como realmente possível fazer a guerra aos poderes continentais; à Inglaterra, sim, se a isso fosse obrigado, mas não ao grande general corso.

Mas o que o MNE não conhecia eram os novos planos do imperador. A sua estratégia imperial tinha-se reconfigurado, tendo sido expressa no tratado de Fontainebleau<sup>198</sup>, rubricado com a Espanha em 27 de Outubro de 1807, que retalhava o país em 3 partes em função das conveniências políticas que à época se impunham. As províncias de Entre Douro e Minho mais a cidade do Porto formariam a Lusitânia Setentrional, e seriam entregues ao rei da Etrúria (neto do rei de Espanha), em troca daquele território italiano que seria integrado no império napoleónico; o Alentejo e o Algarve seriam entregues como principados hereditários ao Príncipe da Paz (Godoy), pelos seus bons serviços; e a Estremadura, Beira e Trás-os-Montes ficariam em depósito até à paz geral. E foram precisamente os termos desse tratado que chegaram à corte, através de um correio extraordinário enviado por D. Domingos de Inglaterra, onde constava a cópia do *Moniteur* (órgão oficioso do governo francês), que como um “raio” atingiu a corte e o seu governo. Apesar de todas as condescendências, Napoleão tinha decidido pôr fim ao reinado da casa de Bragança<sup>199</sup>.

Quando o Conselho de Estado se voltou a reunir na noite de 24 de Novembro, já se conheciam os planos de Napoleão, e também já se sabia que as tropas francesas estavam em Abrantes, apesar das dificuldades encontradas com o tempo e com o terreno<sup>200</sup>. O seu estado, é que era desconhecido, mas é provável que Raul Brandão tivesse razão quando afirmou que 3 mil homens tinham chegado para defender a passagem do Zêzere<sup>201</sup>, ficando, de alguma forma, também legitimadas as posições mais beligerantes de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A última tentativa que se fez para convencer os franceses a voltar para trás – através de um negociante (José Oliveira Barreto) que conhecia Junot no tempo em que este fora embaixador – não tivera êxito. Recebendo o negociante em Santarém, o general apontou que nada sabia das decisões entretanto tomadas por Lisboa, e aconselhava o príncipe a esperar por ele, de quem nada tinha a temer. Portugal tinha perdido toda a capacidade de manobra, o aumento da

---

<sup>198</sup> Jorge Borges de Macedo encarou este tratado como o «maior insulto que a nação portuguesa sofreu desde o início da sua existência». MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática...*, cit, 1987, p. 352. Muito embora concordemos com Macedo quanto à falta de sentido de realidade de Napoleão na captação das diversas configurações sociais e nacionais, julgamos não dever ser tão duros na apreciação da sua acção de para com Portugal, afinal de contas ele foi um homem do seu tempo, um “iluminista”, e o que programou fazer na Península não era especialmente diferente do que fez no resto da Europa. Ver a este respeito BROERS, Michael, *Europe under...*, cit, pp. 2 e seguintes.

<sup>199</sup> Carta de D. Domingos para D. João, in SORIANO, Luz, *História da Guerra...*, cit, 1ª época, tomo III, pp. 616-618.

<sup>200</sup> Ver, por exemplo, NUNES, António Pires, “A Primeira Invasão”, in *Nova História Militar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 43-50.

<sup>201</sup> BRANDÃO, Raul, *El-Rei ...*, cit, p. 62.

tensão entre os dois grandes e únicos adversários tinham-no deixado sem margem para negociar, o que acabou por conduzir ao seu natural regresso à órbita britânica.

Assim, no porto de Lisboa, onde todos se acotovelavam para conseguir um lugar na frota que partia, terminava a política de apaziguamento com a França, que Araújo tinha tentado conduzir. Política essa que à luz da teoria só se pode considerar contranatura – condenada ao fracasso. Por muito que um país dependente se procure afastar, dificilmente poderá inverter a sua aliança, pois as condicionantes que criaram o vínculo não desaparecem ao ritmo das transformações operadas nos governos. Algo que este último episódio parece exemplificar na perfeição, sobretudo quando o confrontamos com o nosso padrão teórico: era o partido que privilegiava a ligação à França que tinha nas mãos a direcção política do país, mas, no desfecho final, com quem é que Lisboa alinhou? Com a Inglaterra, ou seja, com o aliado tradicional. A nossa aproximação aplicada ao caso português, em 1807, parece confirmar a relatividade da importância dos homens, dos partidos, ou das facções no relacionamento externo de um estado. Não é que eles não tenham o seu peso, mas a inserção internacional do país parece ser algo que se sobrepõe ao seu arbítrio, tal como sobrepôs a António de Araújo.

Por outras palavras, e utilizando uma linguagem braudeliana, os efeitos de estrutura têm sempre tendência para ultrapassar às movimentações dos homens. Claro que, em jeito de provocação, se entrássemos nos caminhos da história contrafactual, o que não nos atrevemos a fazer, sempre nos poderíamos perguntar se Portugal, tendo a invasão sido cancelada (o que implicava a inexistência do tratado de Fontainebleau), optaria pelo sistema continental. Seja como for, e deixando para trás a teorização, o país realinou-se de facto, numa transformação de imediato percebida pelos ingleses, que como seria de esperar, não colocaram qualquer entrave àquela viagem para as “Américas”. Em Lisboa, onde tinha vindo tentar convencer o regente a partir, Strangford comunicou ao almirante Smith: «Devo informá-lo de que uma grande e rápida mudança ocorreu na conduta do Governo Português [...] O Príncipe Regente e toda a Família estão embarcados e se propõem a partir imediatamente»<sup>202</sup>.

Entretanto, com a partida do príncipe de Lisboa, de onde só voltará 15 anos depois, e a sua fixação no Brasil, um novo tipo de política externa se iniciará. De prudente e reactiva a corte portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro, longe dos perigos, transformou-se, tornando-se mais decidida e actuante. Assente agora num grande território, rapidamente tomou medidas para se compensar da afronta francesa e espanhola, invadindo a Guiana aos primeiros e a margem esquerda do Prata aos segundos. E não foram os únicos: a Rússia também foi alvo do

---

<sup>202</sup> Citado por LIGHT, Kenneth, *Transferência...*, cit, p. 79.

ressentimento descomplexado de um reintegrado ministro – o conde de Linhares. A partir do Rio de Janeiro, o conde Linhares participava desapontamento português perante a inacção de S. Petersburgo: «S.A.R. não pode deixar de admirar a digna, e gloriosa conduta da corte da Suécia, e deplorar a triste sorte da corte da Rússia, que abarcando terríveis princípios, quando podia com energia salvar a Europa, e deixando-se iludir pelas promessas do governo francês, que lisonjeavam a sua ambição foi ela tanto vítima»<sup>203</sup>.

### 3. PORTUGAL E OS OUTROS ELEMENTOS DO SISTEMA INTERNACIONAL

Após termos analisado a evolução da política externa portuguesa nas suas componentes vitais: as relações com a Inglaterra e com a França de 1792 a 1807. Efectuando-se para isso uma comparação com o conjunto de comportamentos tipo que tínhamos seleccionado, com o objectivo de aferir a “normalidade” do caso português. Julgamos ser chegado o momento de nos libertarmos do já “gasto” eixo Paris-Londres, e dedicarmos alguma atenção ao modo como se desenrolaram as relações de Portugal com outros países europeus (parte essencial do sistema internacional). Procurando, também aqui, compreender os traços dessa evolução sob uma óptica teórica.

Das várias proposições possíveis que deveriam orientar o resto do texto, uma em particular captou a nossa atenção: a que, grosso modo, postula um comportamento mais afoito por parte dos países pequenos, quando se sentem menos pressionados pelo sistema, passando a privilegiar a busca de objectivos próprios mesmo à custa dos interesses da potência que sobre eles tradicionalmente exerce preponderância<sup>204</sup>. Ora, de 1792 a 1807, o único momento em que o país se sentiu mais livre, menos cerceado pela Inglaterra e pelo sistema no geral, foi durante os anos em que esteve efectivamente em paz com ingleses e franceses (1801-1807).

Durante esse curto período, o governo de Lisboa gozou de uma margem de manobra assinalável, a qual poderia ter usado com os demais países com quem mantinha relações diplomáticas, mas não o fez. Apenas com alguns se procurou estabelecer um novo tipo de aproximação, mais política ou mais comercial. Com os outros elementos do sistema internacional, alguns bem relevantes para a estratégia portuguesa, como Marrocos, a maior liberdade do governo português desses anos (1801-1807), não originou qualquer alteração importante na dinâmica entretanto criada entre essas duas cortes.

<sup>203</sup> Despacho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para Rodrigo Navarro de Andrade datado de 24 de Março de 1808, ANTT, MNE, liv. 627, fls. 39-42.

<sup>204</sup> Cf. Introdução, pp. 12-14.

### 3.1. Desejos de uma ligação à Europa mais vasta

Antes de avançarmos na nossa pesquisa há que relembrar que trabalhamos em contracorrente, pois buscamos uma tendência que a historiografia sempre negligenciou, que sempre classificou como uma questão menor. Pela nossa parte, achamos que as relações mantidas por Portugal com uma Europa mais vasta (para além do eixo Londres-Paris-Madrid) representam algo de muito valioso: ilustram o modo como o país enfrentou os difíceis tempos da Revolução e de Napoleão, e o modo como a eles tentou sobreviver.

Muito embora a tendência que aproxima Portugal do Atlântico (e da Inglaterra), e que conseqüentemente o afasta da Europa seja em si muito consistente, não é menos verdade que são antigos, pelo menos desde a restauração (1640), os exemplos práticos que contrariam essa tese<sup>205</sup>. Outrossim, vários foram os testemunhos que, em conjunturas difíceis, recomendaram o reforço dos laços continentais, em detrimento da relação com Londres.

De facto, durante quase todo o século XVIII, a aliança britânica parece ter sido encarada como meio para se contrabalançar o desequilíbrio de forças na Península Ibérica, garantindo a Portugal a concentração de esforços no que era importante, mas, simultaneamente e quase de um modo inadvertido, esta relação contribuiu para afastar Portugal de outros países europeus. Foram portanto processos paralelos, reforço da ligação à Inglaterra e indiferença continental. Contudo, esta postura tinha custos e desde muito cedo, logo desde 1703 – tratado de Methuen – que se levantaram vozes de protesto, que defendiam maior autonomia.

Um dos primeiros a manifestar-se contra a frágil e dependente posição portuguesa foi D. Luís da Cunha, que nas suas *Instruções*<sup>206</sup>, projectou um conjunto de medidas que visavam o reforço da posição internacional de Portugal, e que mais tarde foram recuperadas pelo seu “aprendiz”: Sebastião de Carvalho e Melo<sup>207</sup>.

Os projectos do valido de D. José I, nomeadamente as suas companhias (Grão Pará e Maranhão em 1755, Pernambuco e Paraíba em 1759), planeadas para fazer regressar a mãos nacionais os principais lucros da economia luso-brasileira, sofreram então a viva contestação da comunidade britânica, que logo temeu pela sua posição de intermediária de Lisboa com o

<sup>205</sup> Ver, por exemplo, DORIA, António A., “Diplomacia e Restauração”, *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1992. E não foram apenas as grandes potências a merecerem a atenção de Lisboa. Para outros países pequenos ver, por exemplo, documentos anexos (1) ao texto de Rodrigues Cavalheiro sobre a embaixada do padre Inácio Mascarenhas a Barcelona, in *Novos documentos sobre duas embaixadas de D. João IV*, publ. e perf. Rodrigues Cavalheiro. Lisboa: Tip. José Fernandes Júnior, 1931.

<sup>206</sup> CUNHA, D. Luís, *Instruções Políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001

<sup>207</sup> Ver MAXWELL, Kenneth, “Pombal and the Nationalization of the Luso-Brazilian Economy”, in *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 48, nº 4, 1968.

resto da Europa<sup>208</sup>. O que se veio a revelar uma reacção excessiva, pois o seu papel manteve-se<sup>209</sup>.

Contudo, uma gradual tendência se foi gerando, e que contribuiu definitivamente para a diminuição da dependência portuguesa dos meios ingleses: o aparecimento de novos parceiros comerciais<sup>210</sup>, na sequência tratados rubricados com outras potências<sup>211</sup>. De facto, Pombal aproximou outros europeus de Portugal, trazendo-os para os portos, mas, como indicava já o viajante Dumouriez, «isto é fazer as coisas apenas por metade» – comércio «meramente passivo» –, era necessário «incentivar os portugueses a navegarem eles próprios pelos mares do Norte, ir encontrar os géneros que lhes convêm e fazer um comércio activo»<sup>212</sup>.

O que Dumouriez não mencionou, foi que as barreiras endógenas a uma eventual expansão comercial eram provavelmente mais difíceis de ultrapassar do que os mecanismo de concorrência dos europeus. A par da vontade política, deveria também ter-se manifestado a vontade dos negociantes portugueses para efectuarem tais empreendimentos, em áreas desconhecidas, onde o risco seria sempre mais elevado do que aquele que resultava das suas operações no mercado fechado do Brasil, dos monopólios contratados ao estado<sup>213</sup>, ou simplesmente do comércio das conhecidas águas do Atlântico sul<sup>214</sup>.

Poucos anos depois da queda de Pombal, foi a vez de Luís Pinto de Sousa dar seu contributo para o estreitamento de relações entre Portugal e outras potências europeias. No caso, foi a Rússia de Catarina II.

---

<sup>208</sup> *Memórias do Cônsul, Feitoria Britânica na Corte de Lisboa, ao Embaixador de S.M. Britânica na mesma Corte e às Secretarias de Estado deste Reino*, BNLCP, códice 93, fls. 24-25.

<sup>209</sup> Ver FISCHER, H. E. S., “Anglo-Portuguese Trade, 1700-1770”, in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 16, nº 2, 1963, p. 221 e seguintes.

<sup>210</sup> Ver, por exemplo, ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1989, p. 69 e seguintes

<sup>211</sup> Ver Convenção de Navegação e Comércio com a Dinamarca (26/9/1766), in BORGES DE CASTRO, J. B., *Collecção dos Tratados...*, cit, vol. 3, pp. 206-211; e ver tratado de paz com Marrocos (11/1/1774), in *Ibidem*, vol. 3, pp. 212-231.

<sup>212</sup> DUMOURIEZ, Charles, *O Reino de Portugal em 1766*, int. António Ventura. Lisboa: Caleidoscópico, 2007, p. 147.

<sup>213</sup> Ver preferências de investimentos da classe mercantil em Portugal no fim do Antigo Regime em PEDREIRA, Jorge, “Os Negociantes de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII: Padrões de Recrutamento e Percursos Sociais”, in *Análise Social*, 116-117, quarta série, vol. XXVII, (1992), pp. 407-440.

<sup>214</sup> Se é indiscutível que, mesmo quando desestruturados, os tratos europeus se mantiveram pouco apetecíveis para os mercadores e capitães lusos, também nos pareceu evidente que estes não desprezavam oportunidades quando destabilização acontecia em zonas mais familiares. Por exemplo, a quebra da ligação entre a Espanha, as suas colónias e África (resultado do reacender da guerra em 1805 com a Grã-Bretanha), originou um conjunto de petições à Junta do Comércio, com o objectivo de ir abastecer a América espanhola de escravos. Ver AHMOP, MR 03, Liv. 11, fl. 108. Estas petições eram normalmente autorizadas pela Junta do Comércio, já que se especificava que o resgate dos escravos era feito em portos francos da costa africana, como por exemplo no Senegal e em Cabinda.

Não obstante ter sido um acérrimo defensor da permanência de Portugal na órbita inglesa, nunca querendo sequer beliscar a sensibilidade Londrina<sup>215</sup>, Luís Pinto de Sousa não deixou de ser sensível ao reforço dos laços entre Portugal e outras potências europeias, designadamente através do comércio. Por isso em 1779, enquanto embaixador em Londres, enviou um conjunto de instruções para o plenipotenciário na Rússia, Francisco José Horta Machado, com o objectivo de se proceder a um acordo com a Imperatriz<sup>216</sup>.

Muito interessante no raciocínio do então embaixador em Londres, era o modo calculista como ele julgava se dever então proceder, aproveitando-se a desestabilização internacional – Guerra da Independência Americana –, que deixara os concorrentes dos portugueses (franceses e espanhóis) com alguns mercados cortados devido a acção das esquadras inglesas, para se cortejar os russos e conquistar novos mercados para as produções do sul:

«Portugal tem muitas razões poderosas para estabelecer com a Rússia um sistema próprio neste género, e para lançar mão da oportunidade, que lhe oferecem as mesmas perturbações na Europa. [...] A situação em que se acha maior parte da Europa comerciante no meio de uma guerra que faz, que as Nações mais poderosas se não possam opor com energia aos desígnios meditados, de baixo de tão multiplicados auspícios, é que se pode estabelecer com a Rússia, um Tratado de Comércio, com tanto, que se aproveite com tempo a oportunidade do momento»<sup>217</sup>.

Vários anos mais tarde, vamos encontrar este mesmo raciocínio entre políticos e outras importantes figuras da corte. A guerra que de tempos a tempos desestabilizava o continente, longe de ser algo a desprezar, parecia constituir uma excelente oportunidade, não só de criar novos e poderosos amigos, como de capitalizar com as dificuldades dos naturais competidores de Portugal. Recuando às proposições inicialmente lançadas, podemos afirmar, sem dificuldade, que este tipo de comportamento não corresponde a uma movimentação amedrontada no espaço internacional, que se reservasse à sua restrita área de interesses. Era, pelo contrário, portador de uma audácia inesperada que procurava aproveitar as oportunidades que um sistema sob grande tensão lhe colocava.

---

<sup>215</sup> O modo como Luís Pinto de Sousa defendeu a aliança inglesa tem tido ao longo dos anos algumas interpretações mais extremas, que não lhe perdoam a sua atitude de facto subserviente. Ver, por exemplo, SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890, pp. 1 seguintes e 39 e seguintes.

<sup>216</sup> *Instruções sobre o comércio da Rússia que por Ordem da Rainha Nossa Senhora entreguei a Francisco José Horta Machado, seu Ministro Plenipotenciário na Corte de Petersburgo*, 28 de Julho de 1779, BNLF, código nº 254.

<sup>217</sup> *Ibidem*.

Foram as Guerras da Revolução e as Guerras Napoleónicas que criaram novas oportunidades, que alguns procuraram de imediato aproveitar. A começar por Domingos Vandelli<sup>218</sup> que, conhecedor das fragilidades da economia portuguesa, da sua falta de capitais e da ausência de uma classe de negociantes cujo entendimento ultrapassasse as ligações coloniais, preconizou, à imagem de D. Luís da Cunha, o regresso dos judeus – «gente industriosa, comerciante, que não tem outro fim principal senão enriquecer-se»<sup>219</sup>. A altura era excelente, já que se poderia aproveitar as desordens na Europa, sobretudo no leste, para chamá-los de volta «à sua antiga pátria»<sup>220</sup>, e em troca das garantias de segurança desejadas, poder-se-iam recolher os seus capitais e os seus saberes.

Quanto à inserção de Portugal num mais vasto sistema internacional, o realismo do luso-italiano levava-o a ser cauteloso na escolha dos aliados, dos tradicionais ou dos eventuais. Pela Inglaterra nutria uma profunda desconfiança, pelo modo como esses «soberbos ingleses» enriqueciam à custa das riquezas nacionais<sup>221</sup>. O país dos czares merecia-lhe ainda menos credibilidade: «A Rússia entretida com os turcos, e na conservação da partilha da Polónia é espectadora da ruína das outras Nações, para depois intentar, com a sua antiga ambição, de dar leis ao Universo»<sup>222</sup>. A França, à qual por pragmatismo julgava obrigatória uma aquiescência de Lisboa, também não lhe merecia confiança alguma. São duras as suas palavras quando se refere ao «jogo desse inconstante, terrível, e infatigável vencedor.»<sup>223</sup>

Mas, todas estas suspeições e receios não levavam o antigo lente de Coimbra a defender que Portugal se fechasse sobre si mesmo. Era, pelo contrário, essencial que se procurassem estreitar laços comerciais com outras potências europeias, evitando-se assim ficar refém da Inglaterra. Claro que, como já Dumuoriez tinha afirmado, esta dinâmica tinha de ser mais do que meramente passiva. A monarquia deveria promover o seu comércio na Europa, através da

---

<sup>218</sup> Domenico Agostino Vandelli tem sido reconhecido como uma das principais figuras do Portugal de fim de século XVIII. Nascido em Pádua estudou e doutorou-se em medicina, abraçou a carreira académica e estabeleceu contactos com o famoso Lineu. A fama que já então gozava deu origem a convites para cortes europeias, tendo vindo a escolher Lisboa, inserido nos projectos pombalinos de reforma do ensino. Leccionou durante 20 anos em Coimbra e esteve ligado à formação da Academia das Ciências. Após a jubilação na cidade dos estudantes fixou-se junto ao poder em Lisboa. Aí travou de perto com o regente e com outras personagens importantes como D. Rodrigo de Sousa Coutinho. As suas reflexões e pareceres de 1796-1797 claramente pro-franceses originaram provavelmente a sua queda. Morreu em Portugal em 1816.

<sup>219</sup> Ver *Memórias sobre o regresso dos judeus*, in VANDELLI, Domingos, *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, (introd. e ed. José Vicente Serrão). Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. 235 a 240.

<sup>220</sup> *Memória II sobre os Judeus*, Ibidem, pp. 239.

<sup>221</sup> Relativamente à soberba ou ao desdém com que os ingleses olhavam para Portugal e para a sociedade portuguesa no geral, e a cortesia em particular, ver os muitos apontamentos do viajante Arthur Costigan, in COSTIGAN, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e costumes de Portugal 1778-1779*, 2 vols. Lisboa: Edições Lisóptima, 1989.

<sup>222</sup> ANTT, ANRJ, *Memórias de Vandelli*, Liv. 28, fl. 74.

<sup>223</sup> Ibidem, fl. 75.

sua própria navegação<sup>224</sup>. Recorrendo ao exemplo de Colbert, propunha a atribuição de prémios de exportação e de importação para todos os navios construídos nos seus portos e arsenais.

Igualmente entroncando neste seu realismo mercantilista, estava a justificação do reforço das capacidades militares do país, para que de futuro, não fosse mais considerado «um cadáver pelos soberbos ingleses, e desprezado pelas Potencias, que de modo algum são iguais pelo valor, riquezas da Nação Portuguesa»<sup>225</sup>.

Perante as difíceis condições de 1797, Vandelli aconselhava uma metamorfose na política externa portuguesa, abandonando Lisboa a órbita inglesa e juntando-se ao Directório<sup>226</sup>; mas devido à falta de complementaridade comercial, seria necessário diversificar o número de clientes para os produtos portugueses. O Sal deveria “expandir-se” para o «Norte», e o vinho teria de encontrar alternativas na América, na Holanda ou na Rússia<sup>227</sup>. Não é portanto de estranhar que naquele mesmo ano tivesse proposto um tratado de aliança e de comércio com os Estados Unidos<sup>228</sup>.

Levado ao limite, o raciocínio de Domingos Vandelli (em 1797) parece então demonstrar concomitância dos processos em curso: a derrota da Inglaterra às mãos da imparável França, não só eliminaria a sua preponderância global, como extinguiria o domínio político e comercial que exercia em Portugal. Ora, isso poderia perfeitamente autonomizar o país e recolocar-lhe nas mãos não só os lucros do comércio como o próprio destino. A nível geopolítico o calculismo realista de Vandelli é bem perspicaz. De facto, com o luso-italiano, o desejo de expansão comercial sacrificando a influência inglesa parece atingir o ponto mais alto, não obstante, relatórios posteriores mostrem a permanência desse sentimento no corpo diplomático<sup>229</sup>.

Porém, nem todos os portugueses, da metrópole ou do Brasil, desejavam um afastamento comercial da Grã-Bretanha, ou mesmo uma política económica que os pretendesse substituir. Pelo contrário, para eles a ligação à Grã-Bretanha seria a fiadora perfeita do desejado

---

<sup>224</sup> *Memórias sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias*, in VANDELLI, Domingos, *Aritmética política...*, cit, pp. 175.

<sup>225</sup> ANTT, ANRJ, *Memórias de Vandelli*, Liv. 28, fl. 77.

<sup>226</sup> A propósito da divisão que então se tinha criado no governo português entre aqueles que achavam que Portugal devia manter a palavra dada à Inglaterra, não assinando com a França uma paz separada, e outros que desejavam a integração de Portugal no sistema continental, Vandelli marcava assim a sua posição: «Querirão, que se guarde mais religiosamente a palavra à custa da própria existência, do que fez o Rei de Sardenha, Nápoles, Espanha, e o Imperador.» Ibidem, fl 102.

<sup>227</sup> *Reflexões*, in VANDELLI, Domingos, *Aritmética política...*, cit, pp. 341 a 344.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 306.

<sup>229</sup> Ver, por exemplo, as seguidamente referidas comunicações de Rademaker ou de Navarro de Andrade.

crescimento ou expansão portuguesa. Uma das figuras de relevo a defender então essa ideia foi José da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú<sup>230</sup>.

Silva Lisboa era um declarado anglófilo e os seus recorrentes elogios ao engenho, ao comércio e à indústria britânica são prova disso mesmo: «Nenhuma nação tem como a Grã-Bretanha achado os meios de aproximar os produtores aos consumidores de todos os países [...] enquanto outras nações vagueiam com projectos excêntricos [...] restringindo o seu comércio ao lugar, e vizinhança, e à mera navegação de rios, e canais, e ao sórdido tráfico de almocreves»<sup>231</sup>

Criticando sempre o modo indolente como muitos países do mediterrâneo encaravam as suas actividades comerciais, achava que apesar de todas as desconfianças que existiam em Portugal contra os ingleses, de modo algum se deveria responsabilizá-los pela debilidade portuguesa: «Se não fazíamos comércio mais activo, e extenso, se não tínhamos nas praças estrangeiras correspondências mais amplas e directas, e se o nosso capital, e crédito não subiu mais alto; devemos só imputá-lo à nossa indiferença, e incúria dos meios que adiantam as nações»<sup>232</sup>. Fora desleixo e não os ingleses, que inviabilizara a fixação de casas comerciais portuguesas em praças estrangeiras<sup>233</sup>. No comércio de Portugal, os negociantes ingleses apenas tiravam a sua justa parte, aliás como faziam todos os outros<sup>234</sup>.

Os textos de Silva Lisboa, carregados de uma bajulação pela Inglaterra só compreensível à luz dele ser nativo de uma colónia cansada do seu papel de possessão, e que se julgava preparada para outros voos, para outros parceiros, para a Inglaterra, demonstravam a vontade de fortalecer o vínculo do império luso-brasileiro ao grande império comercial britânico, porque assim poder-se-ia participar nos seus ganhos e vantagens<sup>235</sup>. Mas, isto não queria dizer que a monarquia, entendida aqui já com a componente brasileira reforçada, não devesse manobrar para se aproximar das demais potências que fossem tocadas pelos “tentáculos”

---

<sup>230</sup> Tendo nascido na Baía em 1756, filho de um emigrado metrópole e de uma mulata, Silva Lisboa tinha de facto uma origem humilde, contudo beneficiou da ascensão social da sua família que lhe permitiu realizar um percurso escolar comum a algumas das famílias mais importantes daquela colónia, vindo a terminar os seus estudos académicos em cânones em Coimbra em 1779. Exerceu cargos no aparelho judicial da Coroa na capitania de Ilhéus. Mas rapidamente começa a divulgar o seu pensamento na área económica através das obras que ia publicando. Com a mudança da corte para o Brasil é envolvido no processo de criação de novas instituições na ex-colónia, nomeadamente no ensino. Faleceu em 1835 agraciado com várias honras e títulos, desde Comendador da Ordem de Cristo a Senador do Império.

<sup>231</sup> LISBOA, José da Silva, *Escritos económicos escolhidos, 1804-1820*, 2 tomos (introd. António Almodovar). Lisboa: Banco de Portugal, 1995, p. 204.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 208.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 208.

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 204.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 207.

britânicos do comércio internacional<sup>236</sup>, até porque a reboque da Inglaterra se deveria ter acesso mais directo a todos os seus aliados, que eram todos países com carácter comercial<sup>237</sup>. Em poucos autores que estudámos, está tão bem sistematizada uma concepção do mundo dividido – bipolarizado – em blocos, estando de um lado o mar, o comércio e a Inglaterra, e do outro os poderes continentais.

Também anglófilo mas com um pensamento demasiado sofisticado para ser visto de um modo simplista, sobreveio D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cujos textos, muito bem sistematizados, não podiam deixar de reflectir os antigos desejos de expansão comercial. Constituindo eles também, como indicou José Luís Cardoso, «elementos indesmentíveis de uma vontade de insuflar mudança na orientação das velas do comércio português com o exterior.»<sup>238</sup> Profundo conhecedor das novas teorias económicas que então se publicavam, Sousa Coutinho não poderia deixar de reconhecer o impacto que o comércio “geral” tinha na vida dos países, no seu nível de riqueza e na influência correspondente no sistema internacional, e que, por isso mesmo, legitimavam qualquer tentativa de um governo criar condições para dele tirar o melhor partido:

«A justa ambição que têm hoje todas as nações de participarem de todas as vantagens do comércio geral, tanto quanto os recursos do seu continente, e colónias podem permiti-lo, conhecendo-se a grande influência que ele tem sobre a riqueza nacional de que depende decisivamente o poder, grandeza e preponderância relativamente às outras nações, parece dever fazer preciso a cada um o conhecimento das relações que subsistem que podem subsistir com quaisquer outras, resultando daqui a evidência dos princípios por que deve conduzir-se para aumentar a massa total das suas riquezas, evitando com úteis restrições aquele comércio que lhe pode ser nocivo, e animando com favores aquele de que se lhe deve seguir grande utilidade.»<sup>239</sup>

Mas, como podemos depreender das suas palavras neste texto, que seguimos de forma mais atenta (em que se aborda o comércio com a Itália<sup>240</sup>), nem todo o comércio poderia interessar a Portugal, pois os termos de troca nem sempre se colocavam de forma favorável. Por exemplo, o país deveria evitar, dentro do possível, o comércio com estados cujas únicas

---

<sup>236</sup> Ibidem, pp. 216-218.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 222.

<sup>238</sup> Ver CARDOSO, José Luís, *O Pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial estampa, 1989, p. 138.

<sup>239</sup> *Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal*, in COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos, económicos e financeiros: 1783-1811* (introd. e edi. André Mansuy Diniz Silva). Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 95.

<sup>240</sup> Ibidem, pp. 95- 112.

mercadorias compráveis fossem bens manufacturados e bens de luxo, e aos quais só se lhes poderia vender matérias-primas ou metais preciosos<sup>241</sup>.

Era obedecendo a esta lógica que, para D. Rodrigo, Portugal deveria reforçar os seus laços (comerciais) com os territórios italianos, pois a troca assentaria na permuta de bens de 1ª ou 2ª necessidade, como os trigos da Sardenha, por produtos de luxo das suas colónias americanas ou orientais. E é, para nós, nas suas constatações sobre o tipo de comércio que então se fazia com a Itália e sobre aquele que se poderia fazer, que encontramos os fundamentos da sua posição relativamente ao tipo relacionamento externo que Portugal deveria adoptar.

Para Sousa Coutinho, embora as relações comerciais com certas praças italianas fossem profundas, de modo algum portugueses ou italianos tiravam partido do que era transaccionado. Outros transportavam as mercadorias de Lisboa para Génova ou para Livorno. Era o velho problema da ausência de comércio activo, que fazia desaparecer grande parte dos lucros em fretes, comissões ou seguros de agentes estrangeiros<sup>242</sup>.

A inexistência da navegação directa, tão salientada por alguns políticos portugueses, não tinha uma solução fácil. No limite, poderia até existir um conflito entre comércio e navegação, pois se não havia navios ou meios para escoar as produções nacionais, a quem se poderia recorrer para evitar estrangulamentos, a quem se poderia recorrer para pôr a economia a «girar» (como então se dizia). Por isso, as palavras não tinham nem podiam ter correspondência nos actos, havendo até, neste período, mecanismos – Procurador dos Fretes dos Navios Estrangeiros –, que se encarregavam desembaraçar o negócios em simbiose com os armadores não nativos<sup>243</sup>.

Mas, para além dos problemas resultantes da inexistência de uma marinha própria, havia ainda outros escolhos à natural expansão da economia nacional, como por exemplo, a incapacidade de se praticar o comércio de economia. Concentrando as exportações num reduzido número de portos, nomeadamente Génova e Livorno, permitia-se que outros efectuassem a redistribuição das produções portuguesas, «comprando onde se vendia mais

---

<sup>241</sup> Como aponta José Luís Cardoso, embora conhecesse bem os trabalhos mais recentes na área da economia Sousa Coutinho era ainda parcialmente tributário das teses mercantilistas. Diz-se parcialmente porque de modo algum partilhava a ideia base dessa teoria económica: a acumulação de metais preciosos, aos quais atribuía um papel meramente representativo, considerando até que a sua exportação em certas circunstâncias – aquisição de bens para futura transformação –, era positiva. Ver CARDOSO, José Luís, *O Pensamento económico...*, cit, pp. 135-136.

<sup>242</sup> *Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal*, in COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos...*, cit, p. 103.

<sup>243</sup> Ver consulta da Junta do Comércio de 12 de Dezembro de 1807, AHMOP, MR 03, Liv. 11, fls. 46-47.

barato para vender no mercado mais favorável»<sup>244</sup>, e tirem daí as vantagens que deveriam reverter para os negociantes portugueses.

Estes e outros estorvos que se colocavam ao crescimento do comércio português com a Itália, ou com outros territórios, deveriam ser eliminados pela acção da coroa. Sousa Coutinho propôs: a) «fazer tratados vantajosos em que se estipule a segurança do negociante, e a liberdade do comércio», e b) «estabelecer cônsules, e feitorias que sirvam de seguros canais, por meio dos quais o comércio nacional prospere e aumente»<sup>245</sup>. Além desta função comercial, o então diplomata não deixava de sugerir para estes cônsules funções que ultrapassavam o apoio imediato aos negociantes portugueses, sendo-lhes portanto imposto também o papel de serem informadores privilegiados das mutações políticas que atravessavam a Europa. A ideia seria tirar todo o partido dos dispositivos de representação portuguesa, quer fosse ao nível de informações políticas e comerciais, quer fosse através de acções de verdadeira “espionagem industrial”, como aconteceu, anos mais tarde (já com funções ministeriais), em missões que incumbia com o objectivo de recolher informações secretas sobre novas ou desconhecidas práticas de produção industrial<sup>246</sup>. A diplomacia era encarada pelo futuro conde Linhares com grande pragmatismo.

Tal como muitos dos seus contemporâneos (António de Araújo ou Silva Lisboa), Sousa Coutinho estava completamente convencido das dificuldades com que se debatiam os comerciantes portugueses para se adaptarem às dificuldades da concorrência, e às necessidades das operações de comércio externo. O mercado reservado que obtinham no Brasil fazia-os negligenciar, de um modo compreensível mas muito prejudicial, as oportunidades de negócio mais arriscadas que o continente oferecia, numa tendência secular que só poderia ser combatida através da “muleta estatal”. E parece ser exactamente o que o futuro conde de Linhares está a apresentar no seu *Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal*. O estado apoiaria e criaria estruturas adequadas à expansão comercial portuguesa, quer fosse através da ratificação de tratados ou da disseminação de consulados.

Em 1809, já no Brasil e como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, voltará a falar desta necessidade de reforçar o aparelho diplomático/consular português, não só em Itália mas

<sup>244</sup> *Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal*, in COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos...*, cit, p. 100.

<sup>245</sup> *Ibidem*, pp. 104-105.

<sup>246</sup> Um dos melhores exemplos destas práticas foi a missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos para recolher o insecto e a planta da cochilha, de grande valor para a indústria têxtil, e que os espanhóis guardavam zelosamente em terras mexicanas de onde era proibida a exportação. Ver COSTA, Hipólito José da, *O diário da minha viagem a Filadélfia 1798-1799*. Lisboa: ICS, 2007.

por todo o mediterrâneo, onde o comércio luso-brasileiro agora sediado na melhor e mais importante parte do império, continuava a ter todas as condições para crescer<sup>247</sup>.

Em campo oposto ao de Sousa Coutinho relativamente aos principais alinhamentos externos de Portugal, mas partilhando do seu desejo de fazer chegar os portugueses à Europa, para com isso trazer mais riqueza ao país, estava António de Araújo de Azevedo. Muito embora nos pareça que, ao contrário do futuro conde de Linhares, o seu vigor na defesa dessa ambição tivesse ficado perdido nos tempos de diplomata.

Nessa capacidade, exercida em Haia e em S. Petersburgo, demonstrou sempre uma vontade de acabar com as carências do comércio e da navegação portuguesa, que deveriam ser aumentados ora através de uma melhor arquitectura comercial para os diversos portos estrangeiros, ora através da reformulação de tratados em que a reciprocidade não era na prática assegurada.

Foi na Holanda que António de Araújo verificou, em 1ª mão, a debilidade da navegação e do comércio português na Europa. Constatava então uma desproporcionalidade: apesar de muitos produtos nacionais (metropolitanos ou coloniais) serem desejados nas principais praças holandesas e de aí chegarem em quantidades apreciáveis, a presença de negociantes portugueses permanecia tristemente reduzida. Para o embaixador, a causa desta disparidade estaria nos tratados assinados com os Estados-Gerais em 1669 e 1705<sup>248</sup>, que tendo sido «extorquidos à fraqueza e à dependência»<sup>249</sup>, garantiam um conjunto de privilégios aos holandeses não extensíveis aos portugueses.

Uma das soluções propostas por Araújo para a resolução destas contradições, passava por se efectuarem represálias sobre os produtos importados da Holanda (repondo, por exemplo, a Pragmática instituída por D. Pedro II em 1667)<sup>250</sup>. Outra, mais radical, apontava para a anulação dos tratados existentes. E é quanto aos timings para derrogar aqueles tratados – verdadeiros mecanismos de flagelação da navegação e do comércio nacional –, que o calculismo prático de Araújo se revela. Era essencial aproveitar a fragilidade temporária dos outros e os seus momentos de crise. A este respeito não deixou de demonstrar ao marquês de Ponde de Lima (então Ministro da Fazenda), o seu espanto perante a inacção política que

---

<sup>247</sup> Instruções de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a João Pedro Quin de 26 de Fevereiro de 1809, ANTT, MNE, Liv. nº 611, fls. 20-21.

<sup>248</sup> Para o tratado de 1669, 30 de Julho, ver. BORGES DE CASTRO, J. B., *Collecção dos Tratados...*, cit, vol. 1, pp. 444-465. Para o tratado de 1705, 7 de Agosto, ver Ibidem, vol. 2, pp. 210-215.

<sup>249</sup> Offício de António de Araújo para o marquês de Ponte de Lima, de 30 de Dezembro de 1790, in PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Texto policopiado. Lisboa, 1987, 312.

<sup>250</sup> Cf. Ibidem, p. 318.

tinha conduzido àquele cenário. Como era possível que se «não tenha aproveitado algumas conjunturas políticas e a decadência sempre progressiva da República da Holanda [...] a fim de nos libertarmos desta opressão mercantil e de fazermos algumas convenções com utilidade mais equilibrada»<sup>251</sup>.

Os anos passaram mas as suas opiniões mantiveram-se, pois se na Holanda os seus relatórios estavam recheados de lamentações e de estímulos à retaliação (comercial), na Rússia, para onde foi muito descontente, o tom não mudou, voltando novamente a criticar a lentidão da coroa.

Para o futuro conde da Barca, a expansão comercial dos portugueses para norte (desejada e viável), apoiada numa diplomacia activa, deveria concomitantemente proporcionar um melhor e mais parcimonioso acesso aos importantes recursos daquela região, «a este respeito, será indispensável para a Nação Portuguesa tirar todas as vantagens possíveis do comércio com as Potências do Norte e para se prover a Marinha Real do que precisa com menor despesa»<sup>252</sup>.

Recuando ao nosso repositório teórico, esta afirmação parece ir contra a tendência que os pequenos países têm de se manterem afastados de regiões exteriores à sua habitual área de interesses. Mas, por outro lado, parece confirmar que a defesa de uma posição internacional, sobretudo de neutralidade, passa muito pelo reforço das capacidades militares. E a esse respeito o acesso ao Báltico era imprescindível.

### **3.2. Portugal e o Mediterrâneo (1801-1807): uma conveniente estabilidade**

Apesar de todas estas manifestações, a diplomacia portuguesa para o Mediterrâneo ficou marcada por uma conveniente estabilidade de posições anteriormente conseguidas, senão mesmo pelo marasmo, ou por um distanciamento calculista. Exemplifiquemos:

Durante este período, o relacionamento com a Áustria manteve-se distante, o que não é de estranhar, pois certamente havia a consciência de Viena ser um adversário poderoso e incansável da França. Não se desejava por certo que Paris olhasse com ciúme qualquer acto de maior simpatia para com aquela corte. Ainda assim, tomaram-se medidas que visavam o reforço do comércio português com os portos austríacos, como o estabelecimento em Trieste de um consulado<sup>253</sup>, que segundo os relatos posteriores parecia estar a resultar, pois alguns

<sup>251</sup> Ofício de António de Araújo ao marquês de Ponte de Lima, de 30 de Dezembro de 1790, in *Ibidem*, p. 322.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 337.

<sup>253</sup> Despacho de D. João de Almeida de Melo e Castro para Joaquim José de Miranda Rebelo (Áustria) de 27 de Agosto de 1801, ANTT, MNE, Liv. 759, ano de 1801, despacho nº1.

trigos de Odessa já estavam a ser transportados para Lisboa, tendo-se entretanto já estabelecido a navegação directa<sup>254</sup>.

Interessante foi a política para migrantes levada a cabo pelo governo de Lisboa, que consciente das dificuldades porque passavam algumas comunidades católicas do centro da Europa<sup>255</sup>, substituiu a «caridade cristã» por uma posição mais pragmática, que será à posteriori também visível na Prússia. Só se passariam passaportes a pessoas «úteis às Artes e Manufaturas e ainda mesmo à Agricultura»<sup>256</sup>. Como veremos mais à frente era uma questão de aproveitar as oportunidades da guerra.

Relativamente ao caso napolitano, que passou por uma conturbação política semelhante à vivida por Portugal com alguns anos de antecedência, a relação estruturava-se em torno da importação de trigos da Sicília, agindo a diplomacia portuguesa sobretudo como canal oficial de ligação entre a corte napolitana e os mercadores lusos que desejavam extrair cereais daquela ilha. Foram comuns as comunicações a José de Sá Pereira (visconde de Alverca) para este desbloquear os entraves que as alfândegas levantavam à saída dos navios<sup>257</sup>.

O momento de maior tensão foi vivido ainda antes da paz de Amiens quando a corte, por receio da reacção francesa, se negou a prestar auxílio à frota do almirante Niza, cujos refrescos foram conseguidos junto particulares. O marquês Gallo apontou então que o rei «sentia muito não poder, nesta ocasião, mandar abrir o seu Arsenal, em auxílio da Esquadra Portuguesa, sem faltar à sua Real Palavra, dada solenemente ao Governo Francês»<sup>258</sup>.

Durante o período aqui em estudo (1801-1807), a relação de Portugal com Marrocos manteve as tendências posteriores à paz de 1774<sup>259</sup>. O “país continuava a deslocar-se” aos portos marroquinos para importar cereais, e fazia-o normalmente em parcerias público-privadas, onde os direitos de extracção exigidos pelas autoridades marroquinas eram, muitas vezes, pagos pelas prendas que recebiam de Lisboa. A grande alteração nos primeiros anos do século XIX, resultou da introdução de um novo produto nas trocas comerciais: o gado, que os negociantes portugueses, sobretudo aqueles a quem o estado tinha atribuído direitos

<sup>254</sup> Ofício de Joaquim José de Miranda Rebelo (Áustria) para o visconde de Balsemão datado de 1 de Fevereiro de 1804, ANTT, MNE, Cx. 527, ano de 1804, ofício nº 5.

<sup>255</sup> Ver BROERS, Michael, *Europe under Napoleon, 1799-1815*. Hodder Arnold, 1996, pp. 99-140.

<sup>256</sup> Despacho de D. João de Almeida de Melo e Castro para Joaquim José de Miranda Rebelo (Áustria) de 3 de Maio de 1801, ANTT, MNE, Liv. 759, ano de 1803, s/n.

<sup>257</sup> Ver, por exemplo, comunicação de António de Araújo ao visconde de Alverca para desobstruir o embargo que tinha sido lançado a 3 navios carregados de cereais de Manuel da Silva Franco, negociante de Lisboa. Despacho de António Araújo de Azevedo para José de Sá Pereira, ministro em Nápoles, de 19 de Setembro de 1804, ANTT, MNE, Liv. 611, fl. 8.

<sup>258</sup> Referido no ofício de 7 de Agosto de 1798 de José Augusto Sousa, encarregado de negócios em Nápoles, para Luís Pinto de Sousa, ANTT, MNE, Cx. 785, ofício nº 4.

<sup>259</sup> Ver AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magrebe nos finais do Antigo Regime*, dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (texto policopiado), Lisboa, 1998.

exclusivos, como Leonardo Pinheiro de Vasconcelos<sup>260</sup>, depressa começaram a importar para Portugal. Em simultâneo, e devido a uma renovada concorrência europeia (também ela deficitária em cereais e em gado), tudo se fazia para conseguir portos reservados ao comércio nacional, o que por vezes se conseguiu.

Com a Turquia, que se sabia ser essencial para conseguir a paz com as regências norte-africanas, que continuavam a atacar a navegação portuguesa (Mediterrâneo e Atlântico), não se deu sequência aos contactos anteriormente tidos. Esta aproximação já vinha de longe, tendo passado mesmo pela utilização dos bons serviços espanhóis em Constantinopla (1786)<sup>261</sup>, porém, as pressões do Dey de Argel, que receava ver extinguir-se a sua lucrativa actividade corsária, tinham sido suficientes para inviabilizar um acordo luso-turco<sup>262</sup>. Na conjuntura da 2ª coligação desenvolveram-se mais contactos: entrevistas de D. João de Almeida em Londres, e de Horta Machado em S. Petersburgo com os seus homólogos otomanos, mas sem resultados. Por outro lado, o ascendente britânico no Mediterrâneo à frente da coligação que envolvia Portugal mas também os turcos, e as suas dependências africanas, acabou por criar o clima favorável às tréguas estabelecidas entre Portugal e Tripoli e Tunes<sup>263</sup>. Curiosamente, um acordo luso-turco ficou por fazer, e quando, anos mais tarde, os enviados otomanos procuraram averiguar, junto das representações Berlim e Viena, a disponibilidade de Lisboa, a resposta de António de Araújo foi peremptória: «é certo que em outro tempo se cuidou neste particular, mas até agora tem sido deferido, não só pelas circunstâncias políticas da Europa, mas também por motivos de economia a que nos obriga o estado actual das nossas finanças.»<sup>264</sup>

Na verdade, a dinâmica geopolítica da Europa tinha mudado, e ao futuro conde da Barca não parecia certamente sensato a constituição de um tratado com o tradicional inimigo da Rússia, com quem Portugal estava ligado (Tratado de defesa de 1799) e de quem esperava bons serviços. Contudo, isso não impedia medidas de cortesia concedidas aos mercadores/capitães turcos que viessem negociar a Lisboa, como aconteceu já em plena crise

<sup>260</sup> Despacho do visconde da Anadia para João Pedro Colaço de 4 de Fevereiro de 1804, ANTT, MNE, Liv. 609, fl. 70.

<sup>261</sup> BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *Portugal e as regências de Argel, Tunes e Tripoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985, pp. 43-44.

<sup>262</sup> Em 1792 Constantinopla procurou aproximar-se de Lisboa, novamente através dos bons ofícios madrilenos, mas foi o próprio governo espanhol que declinou tal possibilidade.

<sup>263</sup> BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *Portugal e as regências...*, cit, pp. 55-57.

<sup>264</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para Fernando Correia Henriques de Noronha, de 4 de Junho de 1806, ANTT, MNE, Liv. 1.

do Verão de 1807, quando Vila Verde pediu à Junta do Comércio protecção especial para um capitão turco que tinha trazido dois navios carregados de cereais<sup>265</sup>.

Em todo o Mediterrâneo, durante os anos de 1801-1807, foi com a regência de Argel que a política externa nacional se manifestou mais enérgica. Aliás, dando sequência a dinâmicas bem sucedidas com Tunes e Tripoli no ano 1799, quando se aproveitou a ascendência de Nelson e da marinha inglesa para forçar tréguas àqueles territórios. Com o Dey de Argel procurou-se entabular negociações em 1803, em 1805 e em 1807<sup>266</sup>, mas todas elas falharam devido às compensações financeiras exigidas pelos argelinos.

O Mediterrâneo voltará a ter uma atenção muito especial em 1809, quando D. Rodrigo Sousa Coutinho, pediu a João Pedro Quin, novo encarregado de negócios em Nápoles, para «renovar todas as Relações Políticas e Comerciais, que sempre tiveram lugar entre as Coroas de Portugal, e de S.S. M.M. Sicilianas»<sup>267</sup>. Desejava-se então restabelecer a rede de consulados em Itália, nas costas do Mediterrâneo e do Adriático, para fazer renascer o «antigo e muito lucrativo comércio, que em todos os Portos da Península se fazia dos géneros do Brasil»<sup>268</sup>. Ao enviado era também pedido para «não se esquecer de tudo o que diz respeito ao estado do Comércio e Navegação em todas essas costas; e podendo também notar tudo o que souber do Adriático, particularmente a respeito da Casa de Áustria, Veneza, e das Costas da França e da Espanha no Mediterrâneo»<sup>269</sup>.

### **3.3. Portugal e o Báltico: das tentativas de reforço comercial até ao alinhamento fracassado com a Rússia**

Ao contrário, da “estabilizada” região mediterrânica, para a importante mas distante região do Báltico, terra do ferro, da madeira, do alcatrão, do cânhamo, e do trigo, parecem ter havido um conjunto de iniciativas que julgamos ilustrativas daquele tipo de comportamento afoito que referimos. Se o Mediterrâneo era uma região estabilizada e controlada por franceses e ingleses, com pouco potencial para além do óbvio: abastecimento de cereais. O norte da Europa aparecia ainda como uma zona de “fronteira”, desconhecida, mas na qual existiam mercados desejosos de produtos meridionais, sobretudo agora que as rotas comerciais se encontravam desestruturadas.

<sup>265</sup> Carta de Vila Verde para Geraldo Braamcamp Castelo-Branco, 1º barão de Sobral, de 6 de Setembro de 1807, AHMOP, MR 03, Liv. 11, fls. 135-136.

<sup>266</sup> BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *Portugal e as regências...*, cit, pp. 62-77.

<sup>267</sup> Instruções de D. Rodrigo Sousa Coutinho a João Pedro Quin de 26 de Fevereiro de 1809, ANTT, MNE, Liv. 611, fl. 20.

<sup>268</sup> *Ibidem*, fls. 20-21.

<sup>269</sup> *Ibidem*, fl. 21.

### 3.3.1. A Suécia e as inesperadas oportunidades

No início do século XIX, o estado das relações políticas entre Portugal e o reino da Suécia não estava certamente no centro das atenções dos governantes lusos. Distante, demasiado distante, a Suécia pouco ou nada poderia significar para a política externa lisboeta. Porém, a nível comercial, as relações apoiadas num tratado rubricado em 1641<sup>270</sup> eram bastante mais densas, tendo a marinha sueca uma presença considerável e permanente no Tejo e no Sado<sup>271</sup>, onde vinha adquirir sobretudo sal<sup>272</sup>.

Ainda que assinalável, este comércio era fortemente assimétrico, pois era a marinha sueca que se encarregava de todo o transporte de importação e exportação. Da parte portuguesa, o comércio era meramente passivo, não só por desinteresse dos negociantes portugueses, mas também porque a Suécia tinha criado dispositivos legais – o Acto de Navegação – que tornavam muito desvantajosa qualquer navegação nacional para aquele país.

Referindo-se àquele dispositivo legal imposto pela Suécia no início do século XVIII, o encarregado de negócios português em Estocolmo, José Anselmo Correia Henriques<sup>273</sup>, participava ao visconde Balsemão: «devo representar a V. Ex.<sup>a</sup> que durante todo o tempo da minha residência nesta corte não tem aparecido um só navio Português nos portos da Suécia»<sup>274</sup>. Contudo, acrescentava com tristeza, todos os anos saíam para Portugal 25 a 30 navios carregados de ferro, alcatrão e pranchas, em operações algo injustas para os negociantes nacionais, pois o risco corria inteiramente por sua conta. As mercadorias eram pagas antes mesmo de saírem dos portos suecos por intermédio de Hamburgo (cidade sobre a

<sup>270</sup> Ver tratado in SILVA, José Justino de Andrade, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1640-1647*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, pp. 90-95.

<sup>271</sup> Ver anexo B.

<sup>272</sup> Apesar de negligenciado por Adrien Balbi, este comércio bilateral tinha uma dimensão assinalável, sendo a marinha sueca uma das mais volumosas a entrar nos estuários portugueses. Ver BALBI, Adrien, *Essai sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vols (intr. Joaquim Romero de Magalhães). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, p. 437; e FRUTUOSO, Eduardo [et al], *O Movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa, CNCDP, 2001, p. 40. Na nossa pesquisa podemos confirmar que, por exemplo no ano de 1800, dos 384 navios que se encarregaram das importações portuguesas do Báltico 207 eram suecos. Ou seja, mais de 50%. Ver Anexo B, *Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund*. 1800. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1801, incluso ao ofício n° 69.

<sup>273</sup> José Anselmo Correia Henriques, nasceu na Madeira em 1777 e morreu em Lisboa em 1831. Membro de uma família nobre da Madeira, destacou-se não só nas artes diplomáticas como também nas letras. Era irmão de Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques, Visconde de Torre Bela, que foi ministro de Portugal na Prússia e na Suécia.

<sup>274</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para o visconde Balsemão datado de 27 de Janeiro de 1804, ANTT, MNE, Cx. 880, ofício n° 218.

qual eram sacadas as letras), mas quando chegavam a Lisboa não se livraram de ter de pagar ao consulado sueco 0,5% como se fossem ainda suecas<sup>275</sup>.

Este comércio apresentava-se muito desigual, originando uma balança comercial desequilibrada, que só podia ser nivelada pela saída de numerário, num movimento de capital considerável. Segundo o mesmo enviado, «um só negociante desta praça o qual comerceia com Portugal, entrou o ano passado no Banco da Suécia com 250\$ rixdallers ouro de Portugal, que fazem em dinheiro, à 200 Reis o rixdaller, 500 mil cruzados»<sup>276</sup>.

Mas, não foi apenas a falta de reciprocidade económica a ensombrar as relações entre Lisboa e Estocolmo. Nestes primeiros anos do século XIX, antes da Suécia se envolver seriamente na luta contra Napoleão, o clima político com Portugal esfriou a tal ponto que o barão Ehrenheim (Presidente da Chancelaria), quando confrontado com as interrogações de Anselmo Correia sobre a não substituição do ministro sueco em Lisboa, Rehausen, lhe participou que «os negócios políticos com a corte de Lisboa eram de pouca entidade, que não mereciam na conjuntura presente a atenção de um Ministro Político.»<sup>277</sup>

Mais ameaçador para o regular funcionamento diplomático entre os dois países, foi a resistência do governo sueco às determinações de D. João sobre a obrigatoriedade de todas as cargas destinadas a Portugal terem de passar pelo crivo do consulado português, que lhes autenticaria a propriedade (pelo valor fixo de 3 rixdallers). O presidente da chancelaria, perante os pedidos do enviado luso, negou-se a fazer publicar o que quer que fosse antes de «informar-se de Mr. Kantzow de Lisboa se ela era verdadeira». Certamente surpreendido por tal resposta, Anselmo Correia replicou «Espero que o Senhor Presidente não duvide da participação que lhe faço quando as Ordens, neste mesmo momento, existem na minha algibeira». Remetendo a decisão para o rei, Ehrenheim permaneceu firme, ordenando «ao Cônsul de nada publicar sem a sua determinação, e que tudo deveria ficar na mesma inacção como até então»<sup>278</sup>.

---

<sup>275</sup> O próprio José Anselmo Correia Henriques elaborará melhor sobre este problema: os negociantes suecos, após terem recebido as encomendas dos seus correspondentes portugueses, carregavam «logo a factura», para em conluio com os capitães dos navios, sacarem logo sobre Amesterdão, Hamburgo ou Londres a «importância da carga; e recebiam assim o produto das suas facturas mesmo antes que as fazendas destinadas a Portugal tivessem saído dos portos suecos e todo o risco e avaria corria logo por conta do nosso comércio». Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo de 28 de Junho de 1805, *Ibidem*, Ofício n.º 282.

<sup>276</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para o visconde Balsemão datado de 5 de Abril de 1804, *Ibidem*, ofício n.º 225.

<sup>277</sup> As desavenças públicas entre o enviado português e o representante russo em Estocolmo também não terão ajudado a amenizar esta hostilidade. Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 15 de Março de 1805, *Ibidem*, ofício n.º 268.

<sup>278</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 5 de Julho de 1805, *Ibidem*, ofício n.º 286.

Este problema irá marcar tanto o final do mandato de José Anselmo Correia Henriques, como o início da missão do seu substituto, Joaquim Lobo da Silveira, que logo nos seus primeiros ofícios, e recorrendo a alguns exemplos, participou António de Araújo o que estava por detrás do recorrente desrespeito pelas ordens do príncipe<sup>279</sup>. Tudo se relacionava com os termos dos negócios. Cumprir as formalidades estipuladas por Lisboa tornava a transacção bastante mais cara, e a responsabilidade não era apenas sueca. Pelo contrário, eram os negociantes portugueses que exigiam, apesar das ordens de D. João VI, que os seus comissários suecos não adquirissem tais documentos, advertindo-os que «se apesar de isto os tomassem, este gasto ficaria por conta deles comissários suecos, e não deles comitentes portugueses.»<sup>280</sup> A isto se juntava o modo como se realizava o transporte das mercadorias. As exportações suecas (alcatrão e ferro) entravam em vários portos do Portugal (Viana, Aveiro ou mesmo Porto) em navios pequenos de baixo calado, portanto em pequenas quantidades e, como seria de esperar, tolerando muito mal qualquer imposição fiscal não proporcional ao valor transaccionado (como as exportulas consulares)<sup>281</sup>.

Este fenómeno, apesar de interessante, não é nada de invulgar nas dinâmicas imperiais, políticas e comerciais, da expansão portuguesa. Como acontecia há séculos, os interesses estatais e as necessidades privadas nem sempre revelavam bom entrosamento<sup>282</sup>.

Não muito tempo depois, numa conversa que tinha tido naquele mesmo dia com o Presidente da Chancelaria, Lobo da Silveira comunicava para Lisboa as dificuldades em se encontrar uma plataforma de entendimento com o governo sueco. Ehrenheim, apesar de estar ao corrente do que o seu enviado prometera a António de Araújo, mantinha a posição de força

---

<sup>279</sup> No fim daquele mês de Maio de 1806, 3 navios (1 dinamarquês e 2 suecos) tentaram furar esta obrigação que entretanto tinha sido exigida por Silveira ao Conselho de Comércio daquela cidade, que tinha mandado afixar aquelas determinações na praça. Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 27 de Maio de 1806, *Ibidem*, Ofício nº 17. No seguimento desta situação, um dos negociantes envolvidos, Christopher Paulli, por sinal o homem por quem se expedia ferro para Portugal, não cumpriu o exigido e a embarcação dinamarquesa por si contratada, Chatharina Margareta, acabou mesmo por largar sem a respectiva confirmação do cônsul. Claro que houve queixas posteriores ao barão Ehrenheim. Na reunião que então tiveram o presidente da chancelaria, prometera-lhe que, daí em diante nenhum navio com «carregaçam Portuguesa possa receber da Alfândega os papéis necessários para a sua saída do porto, sem que nestes se achem igualmente os documentos do Cônsul Geral de S.A.R. neste Reino.» Prometera-lhe também um severo castigo ao abrigo da jurisdição do Conselho do Comércio para o negociante Paulli. Mas, entretanto, o encarregado de negócios dinamarquês insatisfeito com aquela burocracia começou a fazer sentir a sua influência junto das autoridades suecas. Ofícios de Joaquim Lobo da Silveira datados de 25 de Maio, de 6 de Junho e de 4 Julho de 1806, ANTT, MNE, Cx. 880, ofícios nº 18, 19 e 24.

<sup>280</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 25 de Maio de 1806, *Ibidem*, Ofício nº 19.

<sup>281</sup> A isto se juntava a negligência das alfândegas portuguesas, que não confirmavam existência daqueles documentos, o que levava os negociantes nacionais a acharem-nos desnecessários.

<sup>282</sup> Ver, por exemplo, HESPANHA, António Manuel, SANTOS, Maria Catarina, “Os Poderes num Império Oceânico”, *História de Portugal – O Antigo regime*, vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 351-366

do seu gabinete, respondendo «que ele nunca jamais tinha assentido a que o cônsul de Portugal recebesse 3 Rixdallers de esportula, como ele exigia por cada conhecimento; por que isto aumentava o valor do ferro sueco, em detrimento do comércio nacional.»<sup>283</sup> O Presidente da Chancelaria sueca fazia o seu papel na defesa dos interesses do seu país e do seu comércio<sup>284</sup>.

Entretanto, Ehrenheim, na sequência de alguns desentendimentos havidos entre o ministro português e a direcção das alfândegas de Estocolmo, começou a colocar em causa o próprio tratado de 1641, nomeadamente o artigo 21, que garantia um conjunto de vantagens à representação diplomática portuguesa naquela cidade, como a importação de vinhos doces para consumo próprio<sup>285</sup>. No seguimento de várias entrevistas com o presidente da chancelaria, Anselmo Correia não deixou de ver aí uma excelente oportunidade para corrigir erros do passado: «devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a negociação aberta somente para este artigo, deixaria outros de maior importância intactos, que merecem muito mais a consideração do meu Augusto Amo, pela pouca reciprocidade que existe em favor do comércio Português, com esta nação; e que uma vez, que Sua Alteza Real queira tocar em parte, o deve no todo, para o bem geral dos seus Vassallos»<sup>286</sup>.

Ao contrário do que Anselmo Correia pensou, não seria uma eventual renegociação do tratado de 1641 a abrir espaço para a correcção dos erros do passado, e para modificar em favor de Portugal o estado daquela relação comercial, mas antes o desenvolvimento da guerra. Quando Napoleão no *Moniteur* (de 14 de Agosto de 1804), depreciou a monarquia sueca, as relações entre Estocolmo e Paris azedaram, levando Gustavo IV a empreender uma reacção que certamente o colocaria em dificuldades. Como o próprio Anselmo Correia referiu «S. M. Sueca acabará por se meter numa crise, que lhe poderá ser funesta a ele, e ao seu país»<sup>287</sup>.

---

<sup>283</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 20 de Junho de 1806, ANTT, MNE, Cx. 880, ofício n° 22.

<sup>284</sup> Além dos encargos financeiros que representavam, aquelas confirmações do cônsul português envolviam um conjunto de problemas burocráticos de difícil resolução. Por exemplo, era exigido por critérios de qualidade a marca de origem do ferro, mas como este provinha de várias forjas, não se conseguia uma discriminação total. Do mesmo modo se exigia a identificação dos correspondentes em Portugal, mas isso não significava que fossem todos portugueses. Muitas vezes eram casas estrangeiras aí estabelecidas. Como Lobo da Silveira referiu este problema só poderia ser ultrapassado usando nomes fictícios. Ver Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 27 de Junho de 1806, *Ibidem*, ofício n° 23.

<sup>285</sup> Ver SILVA, José Justino de Andrade, *Collecção Chronologica...*, cit, p. 94.

<sup>286</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo, *Ibidem*, ofício n° 242.

<sup>287</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 5 de Julho de 1805, *Ibidem*, ofício n° 246.

Porém, com as adversidades suecas podia Portugal bem, e rapidamente os enviados portugueses compreenderam e participaram a Lisboa, as muitas vantagens que o corte de relações entre suecos e os países tutelados por Napoleão poderiam trazer para Portugal.

De imediato se aperceberam das contrariedades que os negociantes suecos passaram a encontrar, chegando mesmo o Conselho de Comércio a efectuar uma súplica ao rei para este se apaziguar com Napoleão<sup>288</sup>.

As primeiras medidas de Ehrenheim para evitar o estrangulamento económico foram meros paliativos, pois somente se criou um porto franco em Stralsund na Pomerânia Sueca, onde apenas os navios ingleses passariam a beneficiar de tratamento fiscal semelhante ao dos nativos<sup>289</sup>. Porém, as dificuldades aumentavam, e a impossibilidade de comprar em França ou Espanha o sal necessário à pesca do arenque – essencial na economia sueca –, não deixara de causar um certo pânico, de resto de imediato captado pelo recém-chegado plenipotenciário português, Lobo da Silveira, cujas instruções faziam já clara menção ao desejado reforço do comércio português<sup>290</sup>. Rapidamente participou a Lisboa o quadro social a que assistia, avisando que naquele ano a profícua pesca do arenque tinha levado à ruptura dos armazéns de Gotemburgo «o que, nas circunstâncias presentes podia talvez dar lugar a que nós lucrássemos no exporte do sal fazendo em navios nossos, e fazendo sem perda de tempo.»<sup>291</sup>.

Já se falava então em suprimir o Acto de Navegação, o que poderia constituir uma excelente notícia para Portugal. No “mar” dos beligerantes o país permanecia oficialmente neutral, e a sua navegação ficava subitamente sem concorrentes. Excepção feita aos dinamarqueses – tradicionais inimigos dos suecos –, e a quem Estocolmo não queria entregar o papel de intermediário privilegiado entre os países meridionais e a Suécia.

O barão Ehrenheim e Lobo da Silveira parecem então entrar numa plataforma de entendimento, e embora a Suécia ainda não tivesse abolido o Acto de Navegação, os convites para os portugueses se fazerem aos seus portos não cessavam. O enviado português participou então que, com os receios que se levantavam sobre a neutralidade dinamarquesa, o governo sueco expressava o seu desejo de «ver navegarem navios portugueses para este reino [...] tanto mais que nas circunstâncias presentes se carece aqui muito de sal para a pesca do ano que

---

<sup>288</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 5 de Abril de 1805, *Ibidem*, ofício n.º 272.

<sup>289</sup> Ofício de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 10 de Junho de 1805, *Ibidem*, ofício n.º 284.

<sup>290</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Joaquim Lobo da Silveira datado de 30 de Novembro de 1805, ANTT, MNE, liv. 417, fl. 14.

<sup>291</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 21 de Fevereiro de 1806, ANTT, MNE, Cx. 880, ofício n.º 5.

vem, que só por nossa via se poderá aqui receber seguro.»<sup>292</sup> Mas o enquadramento era ainda mais positivo (para Portugal). O país, que já era uma importante plataforma entre as Américas e a Europa, podia agora também passar a ser um elo vital entre o sul e o norte da Europa, se se quisesse entre os diferentes blocos em confronto: «Igualmente somos nós os que podemos com maior facilidade, e com grande proveito nosso fornecer este país de todos os artigos espanhóis, e de todos os do Mediterrâneo de que aqui se necessitam, e que lhes não podem presentemente ir buscar»<sup>293</sup>.

Não muito tempo depois abolia-se o Acto de Navegação, tendo sido comunicado à corte a decisão do governo sueco tratar a navegação portuguesa como tratava a sua própria<sup>294</sup>. Legalizava-se assim uma tendência que se estava a começar a notar nas requisições feitas por vários negociantes suecos para Portugal: «alguns escreveram já aos seus correspondentes em Portugal, prometendo-lhes carregações de ferro, e como tal frete de retorno.»<sup>295</sup> António de Araújo comunicou de pronto a Lobo da Silveira que iria participar aos negociantes nacionais o fim daquele dispositivo proteccionista, para estes daí poderem vir a retirar vantagens devidas a «conjunturas tão favoráveis»<sup>296</sup>.

Na nossa investigação pudemos confirmar que a praça de negociantes foi, de facto, posta ao corrente das oportunidades que se estavam a abrir na Escandinávia. Por exemplo, não muito tempo depois de se receber este ofício, Vila Verde participou-o à Junta do Comércio<sup>297</sup>.

O governo sueco foi, de seguida, um pouco mais longe, e passou, ele próprio, a requerer a participação directa da marinha portuguesa na distribuição das produções nacionais, como o ferro e o alcatrão, pelos portos meridionais: «os navios portugueses, que aqui viessem com as carregações competentes, se prestassem a tomarem de retorno as carregações destinadas para a Espanha e a França, entrando para a sua entrega nos Portos que estas Nações têm no Mediterrâneo». Já não era apenas uma questão de importação de sal, mas antes de assegurar a subsistência do comércio externo.

Aproveitando a fragilidade negocial sueca, Lobo da Silveira, “embalou” e começou a pressionar o barão Ehrenheim no sentido deste regularizar a entrada de vinho da Madeira nos

---

<sup>292</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 15 de Janeiro de 1807, *Ibidem*, ofício nº 49.

<sup>293</sup> *Ibidem*.

<sup>294</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 12 de Fevereiro de 1807, *Ibidem*, ofício nº 52.

<sup>295</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 19 de Fevereiro de 1807, *Ibidem*, ofício nº 53.

<sup>296</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Joaquim Lobo da Silveira datado de 4 de Junho de 1806, ANTT, MNE, liv. 417, fl. 24.

<sup>297</sup> AHMOP, MR 03, liv. 11, fl. 129.

portos suecos, cuja importação estava proibida (contra o espírito do tratado de 1641). A decisão remetida para o rei, foi aprovada por Gustavo IV, tornando os vinhos da Madeira livres de entrar nos portos suecos, com os mesmos direitos que recaiam sobre os demais vinhos portugueses. A comunicação do governo sueco foi enviada para António de Araújo, que de imediato lhe anexou uma nota a requerer a sua descida à Junta do Comércio<sup>298</sup>.

Mais importante que as actividades parcialmente “espontâneas” do plenipotenciário português, foram as determinações que de Lisboa partiram. A ideia foi então estabelecer um vice-consulado na Finlândia<sup>299</sup>, na cidade de Helsingfors, onde a navegação portuguesa poderia ir directamente abastecer-se de navios já construídos (pequenos e ideais para a navegação no Báltico<sup>300</sup>), madeiras, pez, alcatrão, aguardente de grão e mesmo trigo, e em troca aí vender vinho, açúcar, sal, aguardente de cana e até melão.

A reacção inicial do enviado português foi hesitante, participando a cautela que se deveria ter na tentativa de comércio directo com aquela região. Para Lobo da Silveira seria mais prudente aproveitar a navegação que se fazia para S. Petersburgo, que ficava no mesmo golfo, e onde todos os anos vários navios portugueses fundeavam, para de passagem iniciar os primeiros contactos. Procurando a princípio apenas completar as cargas que já se traziam da Rússia. Achava perigoso «confiar logo carregaçoens inteiras, sem o conhecimento prévio dos artigos de necessidade, ou gosto do País, a commissários pouco conhecidos, e se não usurários, criminosos, negligentes, ou inexpertos [e relembra] como ainda mal já por mais de uma vez nos tem acontecido cá no Norte»<sup>301</sup>. Não muito tempo depois, o enviado português já tinha alterado a sua receosa reacção inicial; tinha entretanto constatado que aquele percurso já era realizado por navios de outros países, e que os produtos nacionais tinham de facto boa penetração na Finlândia<sup>302</sup>.

Tanto no despacho de António de Araújo como nas respostas de Silveira, estamos perante uma clara evidência de estímulo à expansão comercial. A ocasião era perfeita até para o reforço dos laços políticos. Como Lobo Silveira apontou, quando se referia a frieza de

<sup>298</sup> ANTT, MNE, Cx. 880, inclusa ao ofício nº 60.

<sup>299</sup> Despacho de 30 de Agosto de 1806 de António de Araújo para Lobo da Silveira, referido por Lobo da Silveira no seu ofício de 15 de Outubro, *Ibidem*, ofício nº 38.

<sup>300</sup> O que escapava a António de Araújo era que uma embarcação comprada no estrangeiro, se se quisesse habilitar a navegar com bandeira portuguesa, pagava 5% mais de direitos do que um casco construído em Portugal ou nos seus domínios. Ver Alvará de 16 de Setembro de 1774, in SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo II. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 141-141.

<sup>301</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 15 de Outubro de 1806, ANTT, MNE, Cx. 880, ofício nº 38.

<sup>302</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 5 de Novembro de 1806, *Ibidem*, ofício nº 40.

relações hispano-suecas: «as circunstâncias presentes nos seriam particularmente favoráveis, quer para refundar o Tratado de Comércio 1641, quer para ampliar em nosso favor, segundo parecesse ao Nosso Augusto Soberano»<sup>303</sup>. Contudo, esse seu desejo esbarrou no pragmatismo do MNE. A renovação do tratado de 1641, com eventuais novas cláusulas de auxílio mútuo a um país com um peso tão relativo na balança de poderes europeia, não colheu a aprovação de António de Araújo<sup>304</sup>, que certamente não queria enredar o país numa aliança com um confesso adversário de Napoleão.

No plano comercial, parece-nos evidente que se terão formado (provisoriamente) condições ideais para o desenvolvimento da navegação e do comércio português para o norte da Europa. Mas a reacção da classe mercantil foi pouco ágil<sup>305</sup>. Quer fosse por receio dos expedientes de alemães, escandinavos ou ingleses (há muito aí estabelecidos)<sup>306</sup>, ou por temor dos bloqueios marítimos (participados pela Junta do Comércio<sup>307</sup>), ou ainda por desinteresse, a estratégia política não teve o acompanhamento desejado no “terreno”.

O mais grave estava ainda para vir: o tempo esgotava-se. Os anos de maior folga, que tinham possibilitado a atitude mais pró-activa tinham acabado. Portugal ver-se-á, no Verão de 1807, de novo envolvido no grande conflito franco-inglês, e rapidamente reorientou as suas prioridades. A prova está num despacho para Lobo da Silveira, de um MNE já exclusivamente focado na sobrevivência do país: «nas circunstâncias em que presentemente se acham os Negócios políticos da Europa, [...] não julgo conveniente dar a V. Ex.<sup>a</sup> instruções relativas a se consolidar e ampliar o nosso comércio com esse reino»<sup>308</sup>.

Estas sintomáticas palavras de António de Araújo ilustram o fim dos desejos de expansão comercial, mas também testemunham, de forma inequívoca, que esses desejos estiveram de facto presentes no ideário político dos governos portugueses.

Em Novembro de 1807, a monarquia mudou de sede, e os projectos anteriormente desenvolvidos perderam alguma da sua lógica. Porém, isso não quis dizer que o interesse,

<sup>303</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 26 de Outubro de 1806, *Ibidem*, ofício nº 39.

<sup>304</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Joaquim Lobo da Silveira datado de 22 de Outubro de 1806. ANTT, MNE, liv. 417, fl. 33.

<sup>305</sup> Ver Anexos A e B.

<sup>306</sup> Por exemplo, tinha-se tornado prática corrente em Hamburgo contestarem-se todas as letras de câmbio que sobre a cidade fossem sacadas pelos comissários suecos por conta dos comitentes portugueses, só as aceitando quando ao valor dos bens expedidos por ordem de negociantes lusos se acrescentasse 1% em benefício da casa hamburguesa. Ver ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 9 de Setembro de 1807, ANTT, MNE, Cx. 880, ofício nº 76.

<sup>307</sup> Ver carta de Vila Verde à Junta do Comércio sobre o bloqueio de França, AHMOP, MR 03, Liv. 11, fl. 129.

<sup>308</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Joaquim Lobo da Silveira datado de 17 de Outubro de 1807, ANTT, MNE, liv. 417 fl. 40.

sobretudo sueco, tivesse desaparecido, pelo contrário, o estabelecimento da família real na América, e a correspondente abertura ao comércio daquela ex-colónia, tornou o comércio do império luso-brasileiro ainda mais apetecível. Como Lobo da Silveira pôde testemunhar, o interesse de Portugal para o Mundo tinha mudado, e na Suécia, rapidamente se teve consciência disso:

«Não deixo também de observar no público mudança para comigo; e se por uma parte me interessam também por outra me embaraçam infinitamente as perguntas, que aqui me fazem: sobre o modo de comerciar em direitura com o Brasil; sobre as casas principais com a qual se poderá corresponder; sobre os artigos, de que no instante actual mais havemos mister na Europa; sobre o modo por que artigos de contrabando de guerra nós pudemos ser expedidos; sobre o número de navios nacionais, que nós poderemos imediatamente ocupar no nosso comércio com a Europa; sobre os artigos exportáveis de esse vasto Império [etc.]»<sup>309</sup>.

### 3.3.2. A Dinamarca, e a importância da portagem do Sund

A Dinamarca foi talvez dos países que passou, devido às circunstâncias em que se encontrava, por situações mais semelhantes às vividas por Portugal. Apesar de se inserir num diverso quadro geográfico e estratégico, este país apresentava um conjunto de particularidades com grande paralelismo com a situação portuguesa. Entre elas poderia destacar-se: a sua dimensão geográfica; o seu potencial demográfico; a proximidade de vizinhos mais poderosos; uma inequívoca dependência e vocação marítima; uma estreita ligação económica com a Inglaterra e uma forte influência de comerciantes estrangeiros nas suas cidades. Além disso, do ponto de vista da política externa, ambos os países tinham há muito manifestado uma vocação neutralista, que queriam preservar a todo o custo. Por fim, aspecto não negligenciável, em ambos os casos a armada tinha uma dimensão suficiente para fazer a Inglaterra reear a sua incorporação nas esquadras francesas.

Os dilemas vividos e relatados pelo enviado português em Copenhaga, João Rademaker, não deixam de confirmar essa mesma impressão, soando as suas palavras muito familiares: «As circunstâncias em que esta Nação se acha actualmente são tão embaraçadas que não é fácil prever como este Ministério poderá evitar os muitos males de que está ameaçado. Receando muito da Rússia e ainda mais da Inglaterra, vê-se reduzida ficar-se unicamente em seus próprios meios, e na prudência do seu Governo, nesta ocasião difícil e perigosa de lutar

<sup>309</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 25 de Janeiro de 1808, ANTT, MNE, Cx. 880, ofício 88.

com forças tão superiores»<sup>310</sup>. Mas, como seria de esperar, não foram os sentimentos de afinidade que impediriam que em Portugal se gizassem planos para aproveitar as desestabilizações provocadas pela guerra na região báltica, e sobretudo que se tentasse convencer o país que controlava a sua entrada – o estreito do Sund – a facilitar a navegação portuguesa para aquele mar.

A evolução da guerra estava a reforçar a importância do Báltico, num movimento que ultrapassava as suas tradicionais exportações de madeira, ferro, linho ou cânhamo (produtos essenciais à indústria da guerra). De facto, como o enviado português em Copenhaga participou ao então ministro dos negócios estrangeiros, visconde de Balsemão<sup>311</sup>, o comércio do norte da Europa estava a mudar as suas rotas tradicionais em favor do Báltico<sup>312</sup>. Os primeiros a serem afectados foram os portos da França, da Holanda e da Bélgica, e depois, com os bloqueios periódicos do Elba e do Weser, os importantes centros de redistribuição alemães de Bremen e de Hamburgo, o que obrigava a novas maneiras de abastecer o interior da Alemanha e do continente, e que só poderiam passar pelas neutras praças dinamarquesas, sobretudo a de Toningen, ou pelos portos meridionais do Báltico, em especial Lubeck. Esta dinâmica, ao forçar a navegação a entrar no Báltico, obrigava também a mesma a passar pela portagem do Sund, onde só um pequeno grupo de países, aonde não se incluía Portugal, tinha um tratamento privilegiado. Por exemplo, o vinho português se fosse transportado em casco inglês pagava menos 25% do que pagaria se fosse transportado em embarcação nacional<sup>313</sup>. E vai ser na tentativa de acabar com esta disparidade, que a diplomacia portuguesa em Copenhaga se vai empenhar.

Percebendo que os portugueses eram «os únicos europeus, que actualmente podem navegar e comerciar sem empeco: graças às providentes medidas de S.A.R.»<sup>314</sup>, Rademaker, à imagem de outros agentes naquela região, desenvolveu uma estratégia para expandir a navegação nacional no norte da Europa, em tudo semelhante à que fora delineada em Estocolmo pelo seu colega<sup>315</sup>. Apontava então dois caminhos. O primeiro passava por se evitar entrar no Báltico,

<sup>310</sup> Ofício de João Rademaker para Luís Pinto de Sousa datado de 31 de Janeiro de 1801, ANTT, MNE, Cx. 548, ofício 71.

<sup>311</sup> Ofício de João Rademaker para o visconde de Balsemão datado de 15 de Outubro de 1803, Ibidem, ofício 178.

<sup>312</sup> Ver, por exemplo, HECKSCHER, Eli, *The Continental System – an Economic Interpretation*. New York: Cosimo Classics, 2006, p. 81 e p. 152.

<sup>313</sup> Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 18 de Outubro de 1806, ANTT, MNE, Cx. 548, ofício 269.

<sup>314</sup> Ofício de Lobo da Silveira para António de Araújo de Azevedo de 29 de Abril de 1806. ANTT, MNE, Cx. 880, ofício 13.

<sup>315</sup> Ofício de Joaquim Lobo da Silveira, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 15 de Abril de 1806, Ibidem, ofício 10.

ou de lá sair em lastro<sup>316</sup>, utilizando-se portos como o de Gotemburgo no retorno, onde se poderia carregar produtos sobre os quais não recaia qualquer direito: ferro, aço, mastros, tábuas, vergas, latão<sup>317</sup>. O segundo, passava por fazer baixar o valor do frete e dos seguros cobrados aos capitães portugueses<sup>318</sup>. Para isso, o comércio português deveria passar a recorrer a embarcações mais pequenas, com custos de manutenção menores e com tripulações exíguas, que poderiam ser adquiridas na Finlândia. É provável que esta ideia tenha tido alguma ressonância em António de Araújo, pois sabemos do seu interesse em estabelecer um vice-consulado no porto de Helsinfors.

A par da comunicação destes planos à corte, haveria que fazer pressão sobre as autoridades dinamarquesas no sentido de se reduzirem os direitos pagos no Sund pela navegação nacional. Várias foram então as reuniões tidas por Rademaker com Bernstorff entre 1805 e 1807, em todas elas, seguindo as determinações que lhe chegavam de Lisboa, o enviado português procurou solicitar a compreensão do ministro dinamarquês, «ponderando-lhe ao mesmo tempo os motivos de razão e de justiça que a Corte de Lisboa tinha para desejar que a Bandeira Portuguesa fosse tratada no Báltico com a mesma consideração de que gozavam as de outras Nações.»<sup>319</sup> Contudo, as dilacões eram constantes. À empática primeira reacção, seguia-se sempre adiamentos e prorrogações, que chegaram a encolerizar o enviado luso, pedindo mesmo represálias sobre a navegação dinamarquesa, que, como sabemos, gozava desde 1767 de importantes vantagens nos portos portugueses. Tendo, no entanto, António de Araújo lhe vindo a participar tais medidas como exageradas. De facto, se era justo pedir à Dinamarca uma certa reciprocidade de tratamento, aliviando a carga fiscal no Sund, ninguém a poderia obrigar a fazê-lo. Como o próprio Araújo referiu, ninguém tinha obrigado Portugal a ser tão permissivo com a navegação dos outros<sup>320</sup>.

Em Julho de 1805, Rademaker então em negociações com Bernstorff, sistematizava para Lisboa os pedidos que fazia ao ministro dinamarquês: a) que as mercadorias que cheguem ao Sund em navios portugueses não paguem mais direitos do que aquelas que vêm em navios ingleses; b) que Portugal passasse a dispor na alfândega de Elsinore um crédito de 6 meses (algo que facilitava muito o comércio aos britânicos, e veremos mais tarde ser na generalidade

<sup>316</sup> Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 23 de Março de 1805, ANTT, MNE, Cx. n.º 548, ofício 220.

<sup>317</sup> Só haveria problemas no pez e alcatrão, por deles não se fazer menção no artigo 6 de tratado de 1641.

<sup>318</sup> Muito elevados para navegadores pouco experimentados naquele mar.

<sup>319</sup> Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 31 de Julho de 1805, ANTT, MNE, Cx. 548, ofício 262.

<sup>320</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para João Rademaker datado de 9 de Janeiro de 1806, ANTT, MNE, liv. 62, fl. 14.

relembrado por Diogo Ratton<sup>321</sup>; c) que os direitos sobre o sal português nos portos pesqueiros da Noruega fossem reduzidos; e, d) que se facilitasse o comércio de bens coloniais<sup>322</sup>.

No início de 1806, vendo as suas intenções bloqueadas na surda oposição de Bernstorff, Rademaker, seguindo as instruções de António de Araújo<sup>323</sup>, procurou junto do príncipe Frederick melhor sorte. Porém, alguns meses depois, comunicava a impossibilidade de entrar em contacto com o regente, pois este mantinha-se em Kiel, longe do corpo diplomático. Apesar disso, mostrava-se resoluto e prometia futuras diligências, pois, segundo ele, era urgente corrigir a injusta situação onde o mesmo produto, nas mesmas quantidades, pagava num navio inglês 45 rixdalers, e num navio português 60 rixdalers, «parece-me de razão insistir sobre igualar a bandeira portuguesa com a inglesa na passagem do Sund»<sup>324</sup>.

A par das tentativas feitas junto do gabinete de Copenhaga, no sentido de serem reduzidas as tarifas aplicadas à navegação portuguesa no Sund, desenvolveu-se um outro projecto que passava por criar um depósito de vinhos da Companhia de Vinhos do Alto Douro, onde estes pudessem ser comercializadas pagando menos direitos, ou seja, à entrada do Mar Báltico.

Para esta ideia terá Rademaker dado provavelmente o contributo principal<sup>325</sup>, quando no final de 1803, procurando responder aos problemas levantados pelo visconde de Balsemão alguns meses antes, alvitrou aquela possibilidade como medida para contornar as discriminações a que estava sujeita a navegação nacional no Sund. Simultaneamente, propôs a organização de uma carreira directa entre o Porto e aquela cidade. Esperava então que os capitães pudessem deixar a sua carga em Elsinore, à entrada do Báltico (que seria recolhida por navios russos ou de outras nacionalidades), devendo no regresso ir por Gotemburgo carregar ferro, madeiras ou alcatrão.

O interesse suscitado no governo por esta ideia foi transversal a todos os gabinetes, pois no ano seguinte, António de Araújo pediu ao enviado português para renovar os esforços em

---

<sup>321</sup> RATTON, Diogo, *Reflexões sobre a Junta do Comércio, sobre as alfandegas, sobre os depositos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 3.

<sup>322</sup> Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 31 de Julho de 1805, ANTT, MNE, Cx. 548, ofício 231.

<sup>323</sup> Referidas por Rademaker, Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 24 de Maio de 1806, Ibidem, ofício 262.

<sup>324</sup> Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 18 de Outubro de 1806, Ibidem, ofício 269.

<sup>325</sup> Ofício de João Rademaker para o Visconde de Balsemão datado de 15 de Outubro de 1803, Ibidem, ofício 178.

Copenhaga, com o objectivo de conseguir o abatimento dos direitos pagos pelo vinho português no porto Elsinore, onde se pensava construir um depósito<sup>326</sup>.

O relevo do porto de Elsinore fora entretanto reforçado por José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios cessante em Estocolmo, que, a caminho de Hamburgo, constatou o número de navios portugueses que aí passavam a caminho de Riga, S. Petersburgo ou Revel, e a falta de apoio de que marinheiros portugueses que se encontravam ao serviço de outras marinhas padeciam<sup>327</sup>.

Já no início do ano de 1807, perante as intransigências de Copenhaga, Rademaker, desejoso de estimular o comércio luso onde ele poderia ser mais competitivo, ou seja, antes de passar o Sund, propôs a António de Araújo realizar uma viagem aos portos noruegueses, no sentido de recensear as necessidades da população local, e de usufruir da desestabilização do comércio internacional. A ideia seria então declaradamente substituir a França e a Espanha, como tradicionais abastecedores de vinho e de sal àquela dependência dinamarquesa.

Autorizada a viagem pelo MNE<sup>328</sup>, e logo que a estação o permitiu (início da Primavera), partiu o encarregado de negócios para Christiania. Aí, segundo as suas palavras, teria encontrado boa receptividade ao estabelecimento de comércio directo com Portugal, que sem dificuldade poderia abastecer os autóctones de vinhos, café, açúcar e outros produtos para os quais naquele momento havia procura mas não oferta suficiente. Os negociantes e capitães portugueses, teriam todas as condições para associados às casas comerciais que Rademaker então sondava, realizarem viagens muito lucrativas, até porque, no retorno, o mercado de ferros, alcatrão e madeiras de Gotemburgo estava mesmo ao lado<sup>329</sup>.

O plano parecia coerente, mas como aconteceu na Suécia vinha tarde demais, e foi já em plena crise final (Setembro de 1807) que Araújo comunicou a Rademaker sua decisão de fazer baixar à Junta do Comércio as interessantes observações do encarregado de negócios sobre o comércio do norueguês<sup>330</sup>. Entrementes, a Inglaterra atacou a Dinamarca, que vendo mais uma vez a sua capital bombardeada pela mesma marinha, aproximou-se de Napoleão, o que, a

---

<sup>326</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para João Rademaker datado de 11 de Dezembro de 1804, ANTT, MNE, liv. 62, fl. 6.

<sup>327</sup> Carta de José Anselmo Correia Henriques, encarregado de negócios na Suécia, para António de Araújo de Azevedo datado de 20 de Agosto de 1805, ANTT, MNE, Cx. 880, Maço de cartas de 1805. Não obstante este projecto de estabelecer um depósito de vinhos nos parecer bem delineado, contou com a oposição do maior interessado, a Companhia de Vinhos do Alto Douro, que de imediato se mostrou desinteressada.

<sup>328</sup> Referido por Rademaker, ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 26 de Maio de 1807, ANTT, MNE, Cx. 548, ofício 287.

<sup>329</sup> Ofício de João Rademaker para António de Araújo de Azevedo datado de 22 de Julho de 1807, Ibidem, ofício 290.

<sup>330</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para João Rademaker datado de 2 de Setembro de 1807, ANTT, MNE, liv. 62, fl. 24.

par da situação que decorria em Portugal, não só precipitou o fim da viagem de Rademaker, como provocou o fim das relações diplomáticas entre os dois países por quase 10 anos.

### 3.3.3. A Rússia, um parceiro com outra agenda

Portugal e a Rússia iniciaram a sua relação política nos reinados de D. Maria I e de Catarina a Grande, nos finais do século XVIII (1779), num período de reajustamento do sistema internacional; quando a Inglaterra, com grandes dificuldades em aniquilar a rebelião das suas colónias, parecia estar a perder fulgor, e Portugal num movimento arrojado de desprendimento, se aproximou da grande potência que emergia no leste. Eram tempos de indefinição, e valia a pena estar atento aos sinais de fragilidade do aliado tradicional<sup>331</sup>. Em termos teóricos, esta atitude configura a já referida tendência para as soluções multilaterais, e para a fuga à perigosa imagem de satélite de uma potência que se julga estar derrotada.

Claro que, antes das relações políticas, já existiam conexões comerciais, e ainda que indirectamente, o açúcar, o sal e o vinho português já chegavam aos portos bálticos dos czares. Mas foi também na penúltima década do século XVIII que esses laços comerciais se estreitaram, assistindo-se então a um conjunto de viagens empreendidas por comerciantes do Porto, e normalmente patrocinadas pela Companhia de Vinhas do Alto Douro, que procuravam tirar proveito das vantagens fiscais concedidas ao vinho nacional nas praças de Revel, Riga e S. Petersburgo<sup>332</sup>.

Os anos que se seguiram ficaram marcados pelas tentativas de reforço dessa aliança entre os dois extremos da Europa, tendo Portugal aderido à Convenção da Neutralidade Armada em 1782 (depois de alguma relutância inicial). Cinco anos volvidos (1787), foi assinado um tratado de Amizade, Navegação e Comércio, que continha benefícios alfandegários mútuos e permissão para a criação de consulados, não só em Lisboa e no Porto como também em Setúbal, Viana, Madeira e Açores.

Em 1798 renovava-se com sucesso o tratado de Navegação e Comércio, e na conjuntura difícil desse ano, Portugal, sentindo não ser suficiente o apoio prestado pelos britânicos, pensou ter encontrado na Rússia a solução para as suas preocupações<sup>333</sup>. Os termos de troca

<sup>331</sup> Ver *Instruções sobre o comércio da Rússia que por Ordem da Rainha Nossa Senhora entreguei a Francisco José Horta Machado, seu Ministro Plenipotenciário na Corte de Petersburgo*, 28 de Julho de 1779, BNLF, código nº 254, Parte II, § 17.

<sup>332</sup> Ver SÁ, Vítor de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia*. Separata da Revista da Faculdade de Letras do Porto, II Série, Vol. VII, 1990, pp. 226-228.

<sup>333</sup> BRANDÃO, Fernando Castro, *A política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia*. Lisboa: Henris, 1985, p. 16.

então propostos assentavam na permuta de auxílio militar. Da Rússia assegurava-se 6 mil homens, de Lisboa prometia-se 5 naus e uma fragata. Além disso, a Rússia garantia a inviolabilidade de todas as possessões portuguesas (sempre a defesa dos interesses estratégicos do império).

Este tratado encerrava a vantagem de manter o país alinhado com a Inglaterra, cujo governo era permanentemente informado dos passos dados, e simultaneamente garantia uma aproximação aos turcos, o que não poderia deixar de ter consequências para a desejada paz com as regências norte-africanas. Porém, aquela coligação entre russos, ingleses, turcos e napolitanos, manifestou grande fragilidade, tendo-se fragmentado quando austríacos e russos se sentiram traídos entre si e com o comportamento dos britânicos. Paulo I, após ter recebido uma carta reconciliadora de Napoleão, alterou radicalmente a sua posição, reconstituindo em Janeiro de 1801, com a Prússia, Suécia e Dinamarca a Liga da Neutralidade Armada, com o fim de subjugar a prepotência da naval inglesa<sup>334</sup>. O que constituía uma dinâmica político-militar a que Portugal não poderia aderir.

Entretanto, as relações comerciais cujo aumento se esperava exponencial, não corresponderam às expectativas criadas. A década de noventa ficou mesmo marcada pela falência da casa comercial então aberta em S. Petersburgo<sup>335</sup> – Araújo, Martins e Caldas. A nossa própria investigação corroborou esta tese para outros portos: em Riga, entre 1794 e 1802, o número de embarcações nacionais a procurarem aquelas paragens diminui bastante, chegando ao extremo de entre 1798 e 1802, nenhum capitão português ter fundeado naquele porto<sup>336</sup>. A presença, que de início se desejava consolidar, construindo-se mesmo, por ordem de José da Horta Machado, um hospital no porto Cronstadt, para apoiar os marinheiros portugueses que chegavam enfermos aos portos da Rússia, tornou-se cada vez mais rarefeita. O que veio a provocar as obstinadas críticas de António de Araújo, que de modo algum ficou insensível àquela realidade.

Araújo reprovava o estado a que tinham chegado os negócios, imputando responsabilidades às más administrações no terreno, mas também à coroa por nem sequer conseguir decidir com desenvoltura a nomeação de um novo cônsul para aquela cidade, cuja ausência prejudicava muito o comércio nacional<sup>337</sup>. Algo que mais uma vez pudemos

<sup>334</sup> Ver RAGSDALE, Hugh, “A Continental System in 1801: Paul I and Bonaparte”, in *The Journal of Modern History*, Vol. 42, nº 1 (March 1970), pp. 70-89.

<sup>335</sup> Sob os auspícios da Companhia das Vinhas do Alto Douro

<sup>336</sup> Anexo A, ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Comercio dos Portuguezes”.

<sup>337</sup> Ofício de António de Araújo para a corte, de 5 de Abril de 1803, in PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política...*, cit, p. 334.

confirmar para outro local – Riga –, onde o cônsul estabelecido tinha um papel dinamizador do comércio, ora através de uma participação considerável nas importações ou exportações, ora colocando ao serviço desse comércio alguns recursos seus, como navios<sup>338</sup>.

Entre 1802 e 1803, Araújo, enquanto embaixador na Rússia, apontou que o comércio português enriquecia não a navegação e os negociantes portugueses, mas antes as casas de Londres, Amesterdão e sobretudo Hamburgo<sup>339</sup>. Os vinhos do Porto, e de outras partes do país, que naquelas circunstâncias deveriam ver o seu consumo aumentar (devido às dificuldades francesas), viam ao invés a sua posição secundária manter-se<sup>340</sup>. Ao que não seria estranho o facto da navegação de Portugal para a Rússia ser sobretudo assegurada por alemães ou escandinavos<sup>341</sup>, tradicionalmente pouco ligados aos vinhos de Portugal.

Apesar de justas, as queixas de António de Araújo devem ser relativizadas, pois o comércio e, mais importante, a navegação portuguesa cresceram nos primeiros anos do século XIX, tendo passado a entrar anualmente e com regularidade no mar Báltico mais de 30 embarcações nacionais, numa dinâmica de crescimento só interrompida em 1808<sup>342</sup>. Este incremento, de resto evidente, não nos parece contudo relacionável com medidas emanadas pela coroa, devia-se antes a uma singular participação de grupos de pequenos mercadores de cidades costeiras como Caminha ou Viana, que em embarcações de limitada tonelagem, e com trajectos sempre muito semelhantes procuravam rentabilizar a viagem<sup>343</sup>, e contrariar uma tendência ancestral.

Esta ligeira mutação de comportamentos não era facilitada pelo ambiente concorrencial que encontravam. Foi permanente hostilidade dos seus homólogos de outros países, nomeadamente dos ingleses que, segundo o enviado luso a S. Petersburgo, tinham por hábito

---

<sup>338</sup> Anexo A, ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”.

<sup>339</sup> A centralidade de Hamburgo como eixo do comércio externo português não pode deixar de ser salientada. A nossa pesquisa encontrou exemplos reveladores da facilidade que existia em iniciar correspondência comercial com aquela praça alemã. Aí confluíam produtos do norte da Europa e produtos coloniais, e a um negócio bem sucedido seguiam normalmente outros. Ver, por exemplo, a interacção comercial entre António Esteves da Costa de Lisboa e Mathias Shursten da dita cidade, in BNLFG, Ms. 224, documento n° 89.

<sup>340</sup> Ofício de António de Araújo para a corte, de 2 de Abril de 1803, in PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política...*, cit, p. 335.

<sup>341</sup> Os números por nós recolhidos são esmagadores quanto à presença das marinhas escandinavas no comércio de Portugal com o Báltico, põem também claramente em causa a relevância tida pelos intermediários ingleses na distribuição das produções portuguesas. Ver Anexo A, ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”.

<sup>342</sup> Ver Anexo A, *Ibidem*.

<sup>343</sup> Ver Anexo A, *Ibidem*.

lançarem rumores sobre a inevitabilidade do país vir a ser envolvido na guerra, o que conduzia ao cancelamento de créditos anteriormente concedidos<sup>344</sup>.

A nível geoestratégico, o futuro ministro receava muito pelo destino de Portugal. Do modo como os eventos se sucediam na Europa, ninguém garantia que o país ficasse incólume à guerra, sendo portanto aconselhável que a monarquia procurasse o reforço do seu aparelho militar, e o local adequado para o fazer seria no Báltico. Como António de Araújo indicou «a este respeito, será indispensável para a Nação Portuguesa tirar todas as vantagens possíveis do comércio com as Potências do Norte e para se prover a Marinha Real do que precisa com menor despesa»<sup>345</sup>. O que, à partida, não seria dificultado pela Rússia, que continuava a manifestar vontade de consolidar os laços já existentes<sup>346</sup>. Tal como em D. Rodrigo de Sousa Coutinho, também em António de Araújo se consegue detectar a atitude que vai de encontro ao princípio teórico assinalado, e várias vezes repetido: o estatuto internacional tem mais hipóteses de ser reconhecido se for acompanhado pelo reforço das capacidades militares.

O ligeiro aumento do comércio e da navegação no início de oitocentos, não foi fruto da intervenção estatal ou da acção da legação na capital russa. Pelo contrário, a maioria das fontes por nós compulsadas, que cobrem os primeiros anos do século XIX, transmitem apenas a sensação de que aquela representação, depois do tratado de 1799 e após a paz de Amiens, existia unicamente para transmitir pormenores políticos, e talvez para, num futuro não muito distante, a ela se recorrer em caso de necessidade.

Para a Rússia, e um pouco ao contrário do que se passou nos casos dinamarquês e sueco, não parece ter havido tentativas decididas de estimular o comércio e a navegação, e muito menos um projecto de reforço da aliança defensiva de 1799. A este respeito, o “arquitecto” do acordo de 1799, Luís Pinto de Sousa, foi rápido a declinar uma ideia que ainda nem sequer lhe tinha sido proposta, quando em Setembro de 1803, sabendo da eventual reconstituição da liga da Neutralidade Armada, depressa instruiu António de Araújo para recusar qualquer convite de Alexandre I<sup>347</sup>. Como tinha acontecido em 1792, perante os primeiros convites austríacos e prussianos, o governo português não se mostrava disposto a alinhar em soluções multilaterais onde não estivesse presente a Inglaterra.

---

<sup>344</sup> Ofício de Rodrigo Navarro de Andrade para António de Araújo de Azevedo, ANTT, MNE, Cx. 216, ofício 97.

<sup>345</sup> Ofício de António de Araújo para a corte, de 2 de Abril de 1803, in PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política...*, cit, p. 337.

<sup>346</sup> Ibidem.

<sup>347</sup> Despacho do visconde de Balsemão para António de Araújo de Azevedo de 30 de Setembro de 1803, Ibidem, fl. 22.

Mas isso não significa que Portugal tivesse negligenciado Petersburgo. Como referiu Araújo, aquela representação era «de tal importância que não deve estar vaga»<sup>348</sup>. Lá estaria certamente um bom mercado que tendia a favorecer Portugal, estava também a eventual resposta aos problemas com as potências barbarescas (devido à sua capacidade de interferência em Constantinopla), e por último, mas não menos importante, um contra-peso à influência de Napoleão no continente. No ideário português constituía mesmo uma garantia, uma esperança. Prova-o um despacho para D. Domingos de Sousa Coutinho, no Verão de 1804, em que o futuro conde da Barca escreveu: «O carácter do Imperador da Rússia é pacífico e justo; porém honrado, e mais enérgico do que geralmente se pensa; e posso segurar a V. Ex.<sup>a</sup> que este carácter se tem manifestado nas solicitações políticas que tem feito perante algumas Cortes, para salvar a Europa do estrago que ainda a ameaça.»<sup>349</sup>

Apesar da distância, causa provável de Portugal não se querer envolver em excesso, à Rússia era reconhecido grande peso político, evidente, por exemplo, nas ordens dadas por D. João de Almeida ao marquês de Niza (então embaixador em Petersburgo) por alturas das negociações da Paz de Amiens. Era então desejo do MNE conseguir o apoio de Alexandre I para as pretensões lusas – aligeirar as condições do tratado de Badajoz<sup>350</sup>.

Assim, não devemos estranhar que, no Verão de 1807 quando o país verificou que iria de ser de novo envolvido na guerra franco-inglesa, não deixasse de rapidamente “apalpar” a posição russa. Logo a 12 de Agosto de 1807, António de Araújo pediu a Rodrigo Navarro para se inteirar do que a Rússia pretendia fazer em relação a Portugal<sup>351</sup>. O MNE e, segundo as suas palavras, o regente, estavam convictos do desejo e da capacidade de intervenção de Alexandre I em favor de Portugal: «o carácter pessoal de S.M. o Imperador de Todas as Rússias e as provas de afecto que tem sempre mostrado para com S.A.R., assim como a sua politica sobre a utilidade da existência da Monarquia Portuguesa [...] afiançavam ao nosso Augusto Amo a certeza de que SMI não há-de abandonar os interesses da nossa corte, nem expô-la a uma guerra injusta e subversiva dos Estados de Portugal tanto na Europa como nas outras partes do Mundo». A esperança era ainda considerável, mas viria a revelar-se infundada.

<sup>348</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos de Sousa Coutinho comunicando a missão de Rodrigo Navarro de Andrade. ANTT, MNE, Liv. 565, fls. 104-105.

<sup>349</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos de Sousa Coutinho datado de 2 de Julho 1804, *Ibidem*, fls. 99-102.

<sup>350</sup> Despacho de D. João de Almeida de Melo e Castro para o marquês de Niza datado de 6 de Março de 1802, ANTT, MNE, liv. 627, fls. 5-9.

<sup>351</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para Rodrigo Navarro de Andrade datado de 12 de Agosto de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 15-23.

Não muito tempo depois, o encarregado de negócios português participava ter procurado fazer sentir ao governo russo, os prejuízos de deixar em mãos inglesas o monopólio do comércio dos bens coloniais<sup>352</sup>. A tática era correcta, pois tentava tirar partido dos desentendimentos recentes havidos entre o ministro russo e o embaixador inglês<sup>353</sup>, para estimular o receio que inspirava aos russos, o eventual monopólio que a Inglaterra passaria a exercer no comércio de bens coloniais. Participada em paralelo com as comunicações de teor semelhante que se faziam directamente a Napoleão, esta tática fazia parte de uma estratégia maior para as relações com o bloco continental: a Europa deveria ser induzida a pensar a conservação do império luso-brasileiro como algo de muito relevante, como alternativa viável ao mais que certo domínio comercial britânico, que o plano de Napoleão estaria inadvertidamente a promover.

Contudo, a posição russa começou lentamente a ser constatada por Rodrigo Navarro, que após nova entrevista com o príncipe Romanzoff, escreveu a Araújo em 30 de Julho, apontando as inultrapassáveis dilações daquele ministro. Segundo ele, indiciavam «o desejo que esta Corte tem de se eximir de empenhos diametralmente opostos aos que ela contraiu em Tilsit, relativamente a Portugal, apesar de Tratado de Aliança de 1799»<sup>354</sup>. Em Lisboa, as expectativas acerca da eventual intervenção russa também iam perdendo fulgor, e antes mesmo do cepticismo de Rodrigo Navarro chegar à corte, já o MNE manifestava para Inglaterra os seus sentimentos: «porque à vista do partido que abarcou a Rússia julgo inútil, e até perigoso interessá-la a nosso favor»<sup>355</sup>.

#### 3.3.4. A Prússia e a «Viagem Tecnológica»

Os primeiros anos do século XIX viram Portugal estabelecer com a monarquia dos Hohenzollern uma relação muito diferente de todas as outras que então mantinha. A razão remontava pelo menos às ilações retiradas por alguns intelectuais portugueses, como José Bonifácio de Andrada e Silva, que no final do século anterior tinha efectuado uma “viagem de

<sup>352</sup> Ofício de Rodrigo Navarro de Andrade para António de Araújo de Azevedo datado de 10 de Outubro de 1807, ANTT, MNE, Cx. 216, ofício 166.

<sup>353</sup> A Rússia e a Inglaterra desentenderam-se perante o ataque inglês a Copenhaga. O ministro russo teria mesmo afirmado «a admiração que justamente causara a esta corte o ingresso de uma Esquadra Inglesa no Báltico, sem o consentimento da Rússia». A réplica do enviado inglês apontava para o facto de a Inglaterra não ter de prestar declarações sobre as suas movimentações marítimas a ninguém. Ver ofício de Rodrigo Navarro de Andrade para António de Araújo de Azevedo datado de 1 de Outubro de 1807, Ibidem, ofício 165.

<sup>354</sup> Ofício de Rodrigo Navarro de Andrade para António de Araújo de Azevedo datado de 30 de Outubro de 1807, Ibidem, ofício 168. O tratado de 1799 expirava no mês de Abril de 1808.

<sup>355</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para D. Domingos Sousa Coutinho datado de 19 de Outubro de 1807, ANTT, MNE, Liv. 511, fls. 209-215.

estudo”<sup>356</sup> ao centro da Europa, para aí conhecer os progressos da mineralogia e metalurgia. Desde então a política externa portuguesa passou a atribuir à sua representação na Prússia, e aos contactos que tinha em Hamburgo uma tarefa estratégica, que visava o reforço das capacidades industriais portuguesas, sobretudo no campo de fabrico de armas. A actividade diplomática na Prússia, terra em que as artes militares se julgavam muito desenvolvidas<sup>357</sup>, representou assim uma manifestação invulgar e determinada, não de aproximação política ou de expansão do comércio, mas antes da vontade de aproveitar o que os outros produziam de melhor, no momento certo. O que faz todo o sentido se recuarmos ao nosso padrão teórico.

Dois meses depois de se ter rubricado o Tratado de Badajoz, D. João de Almeida pediu a José Henriques Noronha<sup>358</sup>, que procurasse «fazer transportar para o Reino, os operários hábeis e práticos que aqui se carece, para ensinar aos Nacionais as manipulações da fusão e refino do ferro.» Simultaneamente, pediu-lhe para conseguir junto da corte de Berlim, dois Heigers, «que se fazem essencialíssimos para trabalhos das Minas de Carvão pedra»<sup>359</sup>. Melo e Castro estava então a dar seguimento a um pedido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>360</sup> que, por sua vez, tinha sido sensível aos argumentos apresentados por José Bonifácio de Andrada, então Intendente Geral das Minas do Reino<sup>361</sup>.

A primeira reacção do governo prussiano não foi a melhor, e para mais, surgiram outros entraves à consecução daquele plano, relacionadas com as queixas que barão Schladen (enviado prussiano em Lisboa) fez a Berlim sobre as dificuldades que aqueles operários iriam ter com o custo de vida em Portugal.

Entretanto, o pedido de licença para aquele embaixador fora autorizado, mas a sua substituição<sup>362</sup> não inviabilizou a estratégia delineada, pelo contrário, a legação de Berlim

---

<sup>356</sup> É interessante notar o carácter “brasileiro” desta expedição autorizada por Luís Pinto de Sousa em 1790. Dos seus 3 membros, um tinha nascido em Minas Gerais, Manuel Ferreira da Câmara, e ou outro, José Bonifácio de Andrada, em São Paulo. Ver mais pormenores em MAXWELL, Kenneth, *Conflicts and conspiracies...*, cit, p. 178 e seguintes.

<sup>357</sup> Como já fizemos referência algumas importantes figuras portuguesas, entre elas D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o Morgado de Mateus, tinham defendido uma transformação do aparelho militar português, plagiando-se para isso o estilo de Frederico II.

<sup>358</sup> Fernando José Correia Brandão Bettencourt de Noronha Henriques, 1º visconde de Torre Bela. Nasceu na freguesia da Sé, no Funchal, a 21 de Fevereiro de 1768 e faleceu em Nápoles a 30 de Agosto de 1821. Foi comendador das ordens de Cristo e da Torre e Espada. Foi também conselheiro de D. João VI, e teve uma longa carreira diplomática, servindo como ministro plenipotenciário de Portugal em Estocolmo, Berlim, Viena e Nápoles.

<sup>359</sup> Despacho de D. João de Almeida Melo e Castro para José Correia Henriques de Noronha, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Prússia, de 20 de Agosto de 1801, ANTT, MNE, Liv. 1.

<sup>360</sup> Carta para D. João Almeida de 17 de Agosto de 1801, ANTT, MNE, Liv. 1.

<sup>361</sup> A ideia subjacente a este plano passava pelo estabelecimento de minas de ferro na Capitania e S. Paulo e na região de Figueiró dos Vinhos, aproveitando os progressos que se tinham feito na Silésia.

<sup>362</sup> A substituição do ministro português em Berlim não correu muito bem, não sendo Silvestre Pinheiro de imediato reconhecido pelo governo prussiano. Berlim só reconheceria o novo enviado português se este fosse

passaria a ter à frente alguém com um cargo mais adequado àquelas tarefas de pura diplomacia económica: o encarregado de negócios Silvestre Pinheiro Ferreira<sup>363</sup>.

O que não nos deixa de surpreender é a urgência encerrada nas palavras de D. João de Almeida, que escreveu ao novo representante português, quando este ainda estava em Londres, a pedir-lhe rapidez na expedição dos mineiros para Portugal, pois a morte do barão de Hainitz, (ministro que tutelava a repartição das minas), poderia colocar novos obstáculos àquele projecto. Este sentido de emergência parece só ter tido paralelo na ambição de conseguir mais capacidades técnicas para o país: diante de um relatório de 16 de Outubro de 1802 de Silvestre Pinheiro, onde se aconselha a aquisição de mais um mineiro, D. João de Almeida não vacila: «convém em que V.M.<sup>cd.</sup> ajuste mais este artífice, recomendando à eficácia de V.M.<sup>cd.</sup> o cuidado de o fazer partir quanto antes.»<sup>364</sup>

O grande problema não estava na determinação do MNE, nem na audácia do emissário, mas antes na incapacidade da política externa pôr em prática os seus planos. Dependente de uma deficiente organização financeira, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estava à mercê da capacidade de articulação dos agentes comerciais portugueses com os seus representantes em Londres e Hamburgo. Esta última cidade assumia aliás uma centralidade incontornável na prossecução mesmo das medidas de gestão corrente do ministério. No caso presente, os fundidores, não tinham partido porque os agentes do José Correia Henriques de Noronha não tinham consentido que lhes fosse sacada uma letra para o pagamento da viagem para Lisboa<sup>365</sup>. Só em Janeiro de 1803, após Melo e Castro ter requerido a Henriques de Noronha uma pronta correcção, é que os seus agentes autorizaram o pagamento daquelas despesas<sup>366</sup>.

Um pouco antes, em Setembro de 1802, o mesmo ministro já tinha atribuído a Silvestre Pinheiro uma segunda importante tarefa: a aquisição de trinta mil armas/espingardas a fabricantes da Prússia ou de territórios por ela controlados. Melo e Castro, lembrando a insuficiência do contrato estabelecido com o fabricante de Hamburgo, comunicava ao encarregado de negócios que «Sendo necessária fazer o provimento de armas para o Arsenal

---

apresentado pelo ministro anterior ou por uma carta passada pelo governo português. Segundo Silvestre Pinheiro parece mesmo que o conde Haugwitz iria fazer depender aquele reconhecimento da anuência portuguesa a um pedido feito pelo barão Shladen sobre a baixa dos direitos dos panos da Silésia. Cf. Ofício de Silvestre Pinheiro, encarregado de negócios na Prússia, para D. João de Almeida de Melo e Castro, de 8 de Outubro de 1802, *Ibidem*, Maço 1802 "Silvestre Pinheiro Ferreira - Legação em Berlim", ofício não numerado.

<sup>363</sup> Sobre Silvestre Pinheiro Ferreira ver, por exemplo, SILVA, Maria Beatriz Niza da, *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

<sup>364</sup> Despacho de D. João de Almeida de Melo e Castro para Silvestre Pinheiro Ferreira de 20 de Novembro de 1802, ANTT, MNE, Liv. 1.

<sup>365</sup> Ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira de 13 de Novembro de 1802, ANTT, MNE, Cx. 819, Maço 1802 "Silvestre Pinheiro Ferreira - Legação em Berlim", ofício não numerado.

<sup>366</sup> Ver Despacho de D. João de Almeida Melo e Castro para Silvestre Pinheiro Ferreira, de 20 de Novembro de 1802, ANTT, MNE, Liv. 1.

Real do Exército, se procurou havê-lo por meio de convenções feitas com Henrique Anschütz [...] mas não se prestando este mais que ao numero de trinta mil espingardas na periódica, e morosa promptificação de mil duzentas, e cinquenta por mês, o que não é bastante». Era necessário que se procurasse «adiantar este fornecimento por outras partes», e a Silvestre Pinheiro caberia então o papel de ajustar com outros fabricantes da Prússia o «fornecimento de duas a três mil armas por mês». Porém, o modo de financiar aquela operação voltou a falhar, não encontrando também Silvestre Pinheiro a disponibilidade nos fabricantes que procurou, para cumprirem com o estipulado por Lisboa.

Em Fevereiro de 1803, aquela missão parece ter ficado definitivamente condenada, pois Berlim colocara condições intransponíveis à produção daquelas armas<sup>367</sup>, mas Silvestre Pinheiro não desistiu, e durante os meses seguintes tentou averiguar sobre as novas armas que naquela região da Alemanha estivessem a ser produzidas, e nem o grande secretismo que sobre estas matérias se fazia parece tê-lo demovido. Prometendo enviar a D. João de Almeida os desenhos e os planos que conseguisse tomar<sup>368</sup>. De qualquer modo, ainda antes de os receber já o MNE cancelava aquela missão, pedindo a Silvestre Pinheiro para não pressionar mais o governo de Berlim sobre aquela matéria<sup>369</sup>.

Fracassada a aquisição de espingardas na Prússia e na Saxónia, optou-se por ir directamente à raiz do problema: se não se conseguiam importar as espingardas importar-se-iam os espingardeiros<sup>370</sup>. O projecto visava a edificação de uma fábrica de armamento, sobretudo de espingardas. António de Araújo, recém-chegado de S. Petersburgo, incumbiu então a Silvestre Pinheiro Ferreira de, junto de Anschütz, averiguar sobre as «condições com

---

<sup>367</sup> Ofício de Silvestre Pinheiro, encarregado de negócios na Prússia, para D. João de Almeida de Melo e Castro, de 26 de Fevereiro de 1803, ANTT, MNE, Cx. 819, Maço 1803 "Silvestre Pinheiro Ferreira - Legação em Berlim", ofício não numerado.

<sup>368</sup> Ofício de Silvestre Pinheiro, encarregado de negócios na Prússia, para D. João de Almeida de Melo e Castro, de 12 de Março de 1803, *Ibidem*, ofício não numerado. Os mecanismos de espionagem utilizados por Silvestre Pinheiro Ferreira foram no mínimo interessantes, pois, como ele próprio participa, conseguiu os projectos das novas espingardas e dos trens de artilharia prussiana através de um «oficial subalterno, que tendo servido em Portugal na tropa auxiliar Inglesa, desejava voltar para o serviço de Sua Alteza Real, e se acha disposto a comunicar-me quanto possa interessar-nos tocante a Artilharia deste País.» Aqueles documentos comprometedores foram então enviados pelos fundidores do Hesse Casel, que finalmente tinham partido. O destinatário foi o Intendente Geral das Minas e Metais, José Bonifácio de Andrada e Silva. Ofício de Silvestre Pinheiro, encarregado de negócios na Prússia, para D. João de Almeida de Melo e Castro, de 17 de Abril de 1803, *Ibidem*, ofício não numerado.

<sup>369</sup> Despacho de D. João de Almeida Melo e Castro para Silvestre Pinheiro Ferreira, de 2 de Abril de 1803, ANTT, MNE, Liv. 1.

<sup>370</sup> Durante quase um ano a correspondência para Berlim perde importância, ficando Silvestre Pinheiro encarregue de prosseguir com a tarefa de participar à corte os desenvolvimentos políticos do norte da Alemanha, e de adquirir a pedido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho uma colecção de minerais em Freiberg. Esta aquisição e a sua posterior viagem para Lisboa iria levantar muitas dificuldades, pois os agentes financeiros envolvidos: a casa Bandeira de Lisboa e os Gabe em Hamburgo, não seriam condescendentes com os atrasos da burocracia portuguesa.

que poderá vir para este Reino um sujeito capaz de dirigir o estabelecimento de uma fábrica de espingardas, sendo acompanhado de quinze até vinte oficiais espingardeiros, que são quantos me dizem bastarão para principiar este estabelecimento, unindo-se-lhes os espingardeiros nacionais, que passarão talvez de duzentos.» Pedia também os modelos das máquinas adequadas, que se poderiam construir no Arsenal Real do Exército. O novo ministro garantia que o país iria cumprir com o que viesse a ser estipulado, quer a fábrica fosse por «conta do Governo» ou por conta de «Capitalistas Portugueses»<sup>371</sup>.

O enviado português iniciou então em Henneberg e em Suhl, a procura por artífices que pudessem embarcar para Portugal. Mas as suas primeiras impressões foram muito negativas, apontando muitos defeitos ao método de produção ali utilizado – o *putting-out-system* –, que promovia a mediocridade de trabalhos, trocando-se a qualidade pela quantidade. Afirmava então que «se os nossos precisão de Mestres, não são eles os que podem ensinar. [...] se são precisos estrangeiros, não certamente os de Henneberg, que reúnem as qualidades necessárias para isso.» Desiludido com o que presenciara em Henneberg, e consciente das oportunidades que a guerra criara, participou a António de Araújo outras alternativas: «Muito mais próprios seriam os prussianos; ou ainda melhor os de Hanover, onde toda a casta de trabalhos desta natureza se acham suspensos, depois da invasão dos franceses.»<sup>372</sup> Em jeito de desabafo, referiu ainda que era o preço dos materiais, dos instrumentos e dos víveres que tornava a produção industrial em Portugal tão onerosa e pouco competitiva.

Em paralelo com busca pelos espingardeiros, que durou 3 anos, Silvestre Pinheiro Ferreira desenvolveu, também a pedido de António de Araújo, contactos e estudos sobre as salinas alemãs, nomeadamente de Schönebeck, onde se extraía o salsoda. De resto, para Silvestre Ferreira, as salinas eram uma das áreas mais interessantes da indústria nacional, que se fossem bem aproveitadas, edificando-se um laboratório de preparações químicas junto das mesmas, poderiam muito bem concorrer para o desenvolvimento industrial do país, constituindo «um verdadeiro modo de fazer florescer entre nós todas as outras artes»<sup>373</sup>. As visitas que fez aos departamentos de química das universidades de Iena e de Hale, enquadram-se também nessa tentativa pragmática de recolher no estrangeiro o que este produzia de melhor, e revelam um

---

<sup>371</sup> Despacho de António de Araújo de Azevedo para Silvestre Pinheiro, de 13 de Agosto de 1804, ANTT, MNE, Liv. 1.

<sup>372</sup> Ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira, encarregado de negócios na Prússia, para António de Araújo de Azevedo datado de 16 de Dezembro de 1804, ANTT, MNE, Cx. 820, Maço 1805 "Silvestre Pinheiro Ferreira - Legação em Berlim"; e SILVA, Maria Beatriz Niza da, *Silvestre Pinheiro...*, cit, pp. 15-19.

<sup>373</sup> Ofício de Silvestre Pinheiro, encarregado de negócios na Prússia, para António de Araújo de Azevedo, de 16 de Dezembro de 1804, ANTT, MNE, Cx. 819, Maço 1804 "Silvestre Pinheiro Ferreira - Legação em Berlim", ofício não numerado; reproduzido in SILVA, Maria Beatriz Niza da, *Silvestre Pinheiro...*, cit, pp. 13-15.

apurado sentido estratégico da competição internacional em que Portugal estava envolvido, sobretudo com os outros países que tinham o mesmo género de produções, e muito em especial a Espanha. Esta, não seria esquecida pelo diplomata luso: «No caso deste se poder realizar ser-nos-á fácil obter a preferência sobre a Espanha no comércio de barrilha, sobretudo se aproveitarmos as costas com cultura de salsoda.»<sup>374</sup>

Num dado momento, a Prússia, além de ser maior fornecedor de cereais ao país<sup>375</sup>, passara a constituir-se também como um excelente local de observação tecnológica, e de espionagem industrial.

A contratação de químicos e mineralogistas de que se tinha também incumbido Silvestre Pinheiro Ferreira, foi outro bom exemplo do carácter prático daquela missão em Berlim.

Com o regresso de José Correia Henriques de Noronha, Silvestre Pinheiro foi destituído, mas permaneceu incumbido de algumas das missões que lhe tinham sido atribuídas. Entre elas estava a remessa para a nova Escola da Moeda do gabinete de minerais adquirido em Freiberg, e que veio a originar um grave desentendimento com o MNE<sup>376</sup>.

Ao clima de crispação entre o MNE e o encarregado de negócios, já de si pouco adequado à prossecução de propósitos, deve juntar-se o péssimo estado das relações entre Silvestre Pinheiro e Henriques de Noronha, que envolveu uma hostil troca de correspondência, violação do correio, e até denúncias de confraternização despropositada com o exército francês, que nos finais de 1806 tomou Berlim. A própria aquisição dos espingardeiros acabou por se ver comprometida com a falta de entendimento entre os dois representantes portugueses, e também, porque é preciso lembrá-lo, com a incapacidade de coordenação geral.

Na verdade, desde 1805, quando a guerra voltou ao centro da Europa, e a Prússia ameaçava abandonar a sua longa neutralidade (1795-1806), aquela «Viagem Tecnológica»<sup>377</sup> (no dizer de Silvestre Pinheiro) passou de imediato a ter alguns entraves. Com o eclodir da guerra as encomendas eram então tantas que criavam emprego a todos, mesmos aos mais «toscos». Pior, alguns proprietários de fábricas de armamento ter-lhe-iam mesmo garantido que o governo prussiano não autorizaria, naquele momento, a migração de tão solicitados artífices.

---

<sup>374</sup> Ibidem.

<sup>375</sup> Ver para vários anos o Anexo B, "Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du Sund.", ANTT, MNE, Cx. 547, ofícios 12, 27, 45, 69, 115, 149, 186, 217, 247 e 281.

<sup>376</sup> Ver ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira para António de Araújo de Azevedo de 10 de Março de 1806, Ibidem, Maio 1806 "Silvestre Pinheiro Ferreira - Legação em Berlim", ofício nº 1. Ver as anotações (de António de Araújo) nas margens no documento.

<sup>377</sup> Ibidem.

Perseverante, Silvestre Pinheiro, dirigiu-se a Hanover para tentar aproveitar o cancelamento das produções ordenado pelos franceses, mas soube, por antigo proprietário de uma manufactura, que «que todos os bons oficiais do Hanover, se haviam dispersado de seis meses a esta parte, uns para a Rússia, outros para outras partes; e que os últimos seis tinham partido no mês de Junho para a Inglaterra.» Diante de tal cenário, o encarregado de negócios insistiu uma última vez no seu plano de mandar vir operários portugueses para aprenderem nas fábricas alemãs e inglesas<sup>378</sup>, apontando que haveria boas razões para isso: «devo acrescentar a não pequena vantagem de ficar no Reino todo o conjunto dos ordenados e de aumentar a massa real de conhecimentos nacionais, mandando os nossos verem com os próprios olhos as Fabricas estrangeiras.»<sup>379</sup> Este projecto, que tinha ainda a vantagem de não chocar com os interesses internos de um país em estado de guerra, foi novamente recusado por António de Araújo.

A busca continuou, e apesar das dificuldades com que se deparava, Silvestre Pinheiro conseguiu encontrar um mestre/director que estaria disposto a vir estabelecer-se em Portugal. Conseguiu encontrar também os operários, mas devido à necessidade de se conseguir uma autorização em Berlim, deixou ao plenipotenciário a função de aí a conseguir do governo prussiano.

Este projecto acabou por concretizar-se apesar das muitas dificuldades que encontrou, sobretudo no que dizia respeito às sempre difíceis libertações de créditos que deveriam ser autorizadas em Hamburgo.

Os derradeiros meses daquela embaixada, acabaram por ser um retrato fiel das dificuldades por que passou a política externa portuguesa, no relacionamento que manteve com as grandes potências da Europa. António Araújo, movido pela preocupação de não ofender o ocupante de Berlim – a França –, procurou garantir que a natural partida de plenipotenciário não fosse mal interpretada por Talleyrand, mas que também não fosse pelo rei da Prússia, que deveria voltar após a saída dos franceses. Por isso, pediu a Henriques de Noronha para por à consideração do ministro francês, a permanência da representação portuguesa em Berlim.

O ultimatum de Napoleão a Portugal e a subsequente invasão facilitou a opção, mas não a vida do embaixador português, cuja saída de Berlim lhe foi imposta pelos franceses. Quando chegou a Hamburgo não lhe foi permitido embarcar para Londres, Portugal ou Madeira, tendo de embarcar para a Dinamarca, onde se lhe colocaram obstáculos semelhantes. Por fim, lá

<sup>378</sup> Plano que já tinha sido rejeitado pelo rei, cujo aconselhamento indicara de muito dispendioso e mesmo tardio.

<sup>379</sup> Ofício de Silvestre Pinheiro Ferreira, encarregado de negócios na Prússia, para António de Araújo de Azevedo datado de 15 de Novembro de 1805, in SILVA, Maria Beatriz Niza da, *Silvestre Pinheiro...*, cit, pp. 22-24.

conseguiu passagem para Gotemburgo, e daí para Londres. Nessa cidade conseguiu viver dos empréstimos que D. Domingos de Sousa Coutinho lhe fez, sendo que só em 25 de Agosto de 1808 conseguiu regressar à Madeira. Silvestre Pinheiro Ferreira ficou mais alguns meses sem qualquer carácter representativo na Prússia, então transformada em estado satélite de Napoleão, tendo vindo em Setembro de 1808 a dirigir-se para a Holanda, e 1809 para o Brasil, com escala em Londres.

Quanto aos espingardeiros, sabemos que não só vieram para Lisboa, como acompanharam a corte na sua viagem para o Brasil, tendo alguns regressado com o rei a Portugal, de onde partiram de volta à Alemanha em 1823.

### **Conclusão**

Apesar do extenso conteúdo empírico-descritivo presente nos corpos do texto, foi no cotejo do comportamento da política externa portuguesa com um conjunto de comportamentos pré-seleccionado, que estava a chave para nossa interpretação. Não que ambicionássemos retirar aos indivíduos o papel que eles tiveram, mas procurámos avaliar as suas acções num quadro geral onde o importante era referência comparativa. Por outras palavras, não nos interessava concluir se Luís Pinto de Sousa ou António de Araújo de Azevedo fizeram o que fizeram, porque tinham estas ou aquelas condicionantes e inclinações. Muito embora tivéssemos acompanhado a maioria das suas dificuldades, não desejávamos avaliar o comportamento da política externa nacional à luz dessas condicionantes ou dificuldades, mas antes na confrontação genérica com o que seria de esperar. Por exemplo, não era nossa intenção saber porque é que Luís Pinto de Sousa era anglófilo, muito embora sobre isso tivesse discorrido, mas sobretudo saber se numa determinada circunstância, aquela inclinação produziu resultados específicos e sem paralelo na história contemporânea.

Assim, recapitulando o que ao longo do texto avançámos, há agora que fazer um último balanço que abarque as atitudes do país nas conjunturas que acompanhámos, a começar pelas relações com as superpotências.

Entre o fim da Guerra da Independência dos E.U. e o início da internacionalização da Revolução Francesa (1783-1792), Portugal, fazendo uma leitura correcta das incapacidades britânicas e aproveitando a tranquilidade internacional, procurou estabelecer laços com outros actores do subsistema europeu (ex. Rússia), e mesmo com aqueles com quem tinha uma relação mais problemática – Espanha. Comportamento que dá confirmação à tendência teoricamente prevista, já que quando o sistema internacional se encontra em detente, espera-se

que os pequenos países adoptem posições de não-alinhamento com o seu tradicional aliado, buscando objectivos próprios e novos parceiros.

Na fase seguinte, iniciada em 1792/93, o país voltou a demonstrar uma conduta perfeitamente enquadrável na moldura teórica de comportamentos. À reacção cautelosa de distanciamento por um fenómeno “longínquo”, seguiu-se uma lógica cedência à hierarquia das prioridades. Foi a desejada formação da Tripla Aliança, que na prática representava a consecução de uma política externa focada/concentrada nos interesses vitais do país.

Na etapa seguinte, marcada por um sistema internacional em cujos contornos bipolares se começavam a definir, o país sofreu todos os efeitos do aumento da tensão entre os pólos directores (o poder continental e o poder marítimo): perdeu capacidade de negociação, sentiu-se compelido a manter o alinhamento com o seu inflexível aliado, e foi incapaz de manter a equidistância (neutralidade) desejada. A resposta foi, grosso modo, a que seria de esperar (revelando a normalidade do caso português): apoiou a sua posição no normativismo internacional, e defendeu intransigentemente a sua área de interesses específicos – manutenção da integridade imperial.

Entre 1798 e 1801, o país manteve algumas das tendências verificadas no ciclo anterior – resoluta defesa da aliança britânica num processo concomitante com a protecção do império. Demonstrou contudo uma rigidez diplomática algo inesperada, e certamente incompatível com a lógica da teoria, que aponta um caminho de “esperar para ver”, de menor comprometimento com o aliado quase batido. Ora, se houve um período em que fragilidade britânica foi evidente, foi aquele que antecedeu a Batalha do Nilo e o fracasso da Campanha do Egipto. Mais estranho foi ainda a reentrada do país na guerra numa acção, é certo multilateral (campanha de Niza ao lado dos países que no Mediterrâneo combatiam a França), mas que não invalida o facto de ser uma atitude de verdadeira hostilidade, ainda para mais não sustentada no normativismo internacional (como tinha acontecido em 1793).

O parcial abandono da aliança britânica – resultado da ratificação do tratado de Madrid – só nos pode surpreender pela compreensão inglesa em relação às condições impostas em Badajoz. Seria normal que numa conjuntura tão extrema a Inglaterra não libertasse Portugal dos constrangimentos da aliança, e o obrigasse a manter-se alinhado, tal como o fez em 1807.

A falta de adesão às mais gravosas imposições francesas, que tinham ficado fora do acordado em Badajoz, mas que Napoleão continuava a exigir, demonstram, por seu lado, uma disponibilidade para a guerra que não se verificará em 1807. É certo que aquelas eram condições difíceis de tolerar (consentimento com a ocupação de ¼ do território como moeda

de troca francesa nas futuras negociações com a Inglaterra), mas também o eram as que foram impostas no Verão de 1807.

Na fase compreendida entre 1801/4 e 1807, o país adoptou o comportamento que teoricamente se esperaria (aproveitando a sua posição neutral), num sistema que apesar da sua gradual tendência para a bipolarização entre o poder marítimo e o poder continental, tinha deixado, por algum tempo, de acostrar a corte de Lisboa. As desavenças com a Inglaterra que marcaram este período, foram sintomas de uma natural atracção para o não-alinhamento com o pólo tradicional em conjunturas menos radicalizadas.

Na última etapa por nós estudada, referente a crise de 1807, o país sentiu de forma muito pronunciada a redução da sua margem de manobra, o que foi natural. De esperar foram também as tentativas de fazer durar sobre si os efeitos da detente anterior, de aguardar para ver, de evitar um comprometimento imediato, quando a guerra parecia estar perto do fim. O (teoricamente) menos espectável foi a resistência ao alinhamento tradicional exigido pela Inglaterra. Também em termos teóricos, e nessa sequência mais invulgar foi ainda a possível inversão da aliança. Por comparação com a conduta de 1801, também não deixa de ser surpreendente a quase total indisponibilidade para a guerra, pelo menos na frente continental.

Relativamente às relações mantidas com os outros elementos do sistema internacional, parece ter havido uma duplicidade na política externa portuguesa durante aqueles primeiros anos do século XIX, 1801-1807. Com Mediterrâneo, pareceu privilegiar-se a estabilidade, a continuidade do *status quo*, e sobretudo a garantia do abastecimento de cereais (ex. Nápoles e Marrocos). O que escapa à proposição teórica avançada – em momentos de menor pressão a pequena potência é tendencialmente mais arrojada na busca de objectivos. Seria talvez de esperar que se tivesse arriscado um pouco mais, que se tivesse tido uma maior determinação na procura de novas oportunidades e de novos parceiros, para o comércio e para a navegação nacional. Mas não foi isso que verificámos. Por algum motivo, nem os diplomatas nem os governos pareceram empenhados em preencher espaços que a guerra deixava livres.

Foi no distante e “desconhecido” Báltico que a teoria se compatibiliza melhor na dinâmica criada pela política externa portuguesa, ou seja, foi nessa região que tanto diplomatas como governos procuraram tirar partido das condições favoráveis que o sistema internacional lhes proporcionava. Aí, como vimos, foram pró-activos no objectivo de alterar situações tradicionalmente desvantajosas, e procuraram fazê-lo com a consciência daquele ser o momento mais indicado para capitalizar com as dificuldades dos concorrentes meridionais.

Em cada um dos países analisados se verificaram tentativas, mais ou menos determinadas, de tirar vantagens da conjuntura, independentemente da forma utilizada. Por exemplo, com a

Suécia, fizeram-se esforços no sentido de alterar a relação comercial estabelecida. A diplomacia portuguesa, atenta à desestruturação do proteccionismo sueco, não se cansou de alertar a corte para os mercados que se abriam. Pela sua parte, o governo respondeu ao estímulo, alertando o corpo de mercadores, ou projectando um vice-consulado para a Finlândia.

Por seu turno, a «Viagem Tecnológica» à Prússia, mostrou o desejo de usufruir dos avanços técnicos que a arte da guerra tinha naquelas paragens. E, com isso, fortalecer o aparelho militar português, num propósito que não pode ser isolado do reforço da capacidade de negociação do país, e do desejo de manter o seu estatuto neutral. Foi também esse desejo que inviabilizou qualquer aproximação política e militar ao gigante do leste – a Rússia –, nomeadamente quando esta se fundasse na oposição à Inglaterra.

Em síntese e muito resumidamente, podemos dizer que o comportamento de Portugal no seio do sistema internacional no final de setecentos e princípios de oitocentos, sobretudo nas relações que manteve com os seus pólos, não foi atípico. Pelo contrário, para cada atitude tomada parece ter havido uma correspondência teórica evidente, ou seja, parece existir uma clara analogia entre as manifestações da política externa portuguesa do período, e a forma como muitos outros países responderam em situações semelhantes nos últimos 200 anos. O “encaixe”, como vimos, não é contudo perfeito, mas isso relaciona-se mais com insuficiências do próprio quadro teórico, que não cobre nem pode cobrir as idiosincrasias de cada caso, do que com qualquer particularidade portuguesa.

As inconstâncias frequentemente apontadas, como resultado das alterações governamentais e da fragilidade da coroa, se foram evidentes, ainda assim não escapam à moldura teórica que as encerra, não como contradições mas sim como comportamentos naturais, talvez com a provável excepção da crise de 1807 (onde o padrão foi menos “respeitado”).

Esta constatação transporta-nos para o que consideramos a principal conclusão ou contributo deste trabalho: o modo como Portugal se relacionou com o exterior nos finais do Antigo regime até às Invasões Francesas, apesar de todas as dificuldades, não teve uma singularidade especial. Através da nossa perspectiva, conseguimos verificar que aquela política externa, tantas vezes criticada ou monograficamente interpretada, quando confrontada com um padrão comparativo, esteve em consonância com as acções de muitos outros que lhe seguiram.

Por outro lado, estamos também convencidos que a nossa aproximação, a par desta reinterpretção da política externa, deu também outros pequenos contributos para o conhecimento da história do país naquele período. O primeiro relaciona-se com o que

julgamos ser um justo reequacionamento da importância de outros países na estratégia portuguesa, talvez mesmo a sua eventual revalorização, dada a tradicional relevância que essas relações detinham no ideário político e económico de algumas importantes figuras do país. Ficámos persuadidos que, definitivamente, o espectro da política externa portuguesa não se cingia à relação com franceses, ingleses e espanhóis. Muitos outros tinham algo a oferecer, desde mercados a protecção política, que não deveria ser ignorado.

O segundo, prende-se com a relatividade do papel dos homens na evolução histórica. Algo que não é novo, e permanece muito discutível, mas que neste caso ganha alguns contornos inovadores, já que tem sido recorrente relacionar as dinâmicas da política externa portuguesa a certas figuras, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho ou António de Araújo de Azevedo. De facto, somos levados a pensar que, apesar das sensibilidades parecerem ter determinado os destinos do país, as suas actividades governamentais diluíram-se na evolução do relacionamento externo de Lisboa. O decalque do nosso repositório teórico sobre certos cenários, transmite-nos a sensação de que as acções dos decisores políticos estavam condicionadas por algo que estruturalmente as transcendia: a inserção de Portugal no sistema internacional. A este respeito, pensamos que a conjuntura de 1807 foi disso um bom exemplo, pois independentemente da inclinação partidária do governo de Lisboa, e das suas acções parecerem, a um dado momento, conduzir o país em direcção ao Sistema Continental, no final assistiu-se ao previsto retorno à velha aliada. Como a teoria nos aponta: em momentos de maior tensão no sistema internacional, a pequena potência, por muito que o evite, e independentemente de quem a governa, tem a tendência a realinhar-se com o seu pólo director. Naquele caso, as circunstâncias e a inserção internacional de Portugal, simplesmente suplantaram os planos daqueles que sustentavam uma visão alternativa e *contra naturam*.

## 4. FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I – Fontes

1 – Fontes manuscritas

- **ANTT – Arquivo Nacional – Torre do Tombo**

- MNE – Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

- Arquivo central

- o Correspondência expedida

- Berlim, Livro 2 – (Despachos 1802-1822)
    - Copenhaga, Livro 62 – (Despachos 1802-1835)
    - Estocolmo, Livro 417 – (Despachos 1803-1821)
    - Haia, Livro 136 – (Despachos 1802-1821)
    - Londres, Livro 565 – (Cartas, despachos e instruções 1802-1807- 2ª Série)
    - Nápoles, Livro 611 – (Despachos 1802-1833)
    - S. Petersburgo, Livro 627 – (Despachos 1802-1815)
    - Tânger, Livro 609 – (despachos e instruções 1796-1843)

- o Correspondência recebida

- Correspondência da Junta do Comércio Caixa, Caixa 403 – (1802-1832)
    - Correspondência dos Consulados estrangeiros em Portugal, Caixa 290 – (Cidades Hanseáticas 1780-1833)
    - Correspondência dos Consulados estrangeiros em Portugal, Caixa 274 – (Prússia, Rússia, Hanover e Turquia 1778-1833)
    - Correspondência das Legações portuguesas
      - Berlim, Caixa 819 – (1798-1803) e Caixa 820 – (1804-1809)
      - Copenhaga, Caixa 547 – (1795-1799) e Caixa 548 – (1800-1807)

- Estocolmo, Caixa 880 – (1804-1808)
- Hamburgo, Caixa 610 – (1790-1819)
- Londres, Caixa 721 – (1801 e 1802), Caixa 725 – (1806) e Caixa 726 – (1807)
- Nápoles, Caixa 785 (1798-1807)
- Correspondência dos Consulados portugueses
  - Marrocos, Caixa 299 – (1778-1821)

#### Arquivo das Legações

- Legação em Londres, Caixas 150 e 151 – (Despachos para D. Lourenço de Lima 1801-1803)
- Legação em Londres, Livros 510 e 511 – (Despachos da Corte)
- Legação em Viena, Livro 759 – (Despachos da Corte 1794-1817)
- Legação em Viena, Caixa 527 e 528 (Ofícios para a Corte)

#### Arquivo dos Consulados

- Consulado em Riga, Livro 244 – (*Navios portugueses para Riga, observações sobre a navegação, carregação, lotação, fretes e equipagem 1792-1819*).

#### **ANRJ – Coleção Biblioteca nacional do Rio de Janeiro**

- Livro 28, *Memórias de Vandelli*
- Livro 35, *Assentos do Conselho de Estado*

#### • **AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério da Obras Públicas**

- MR (03) Ministério do Reino – Registos de decretos, alvarás e consultas, ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio
  - Códice 10 – (1792-1802)
  - Códice 11 – (1802-1811)

#### • **BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa**

##### **BNLCP – Coleção Pombalina**

- Códices 93 e 94, *Memórias do Cônsul, Feitoria Britânica na Corte de Lisboa, ao Embaixador de S.M. Britânica na mesma Corte e às Secretarias de Estado deste Reino.*

#### **BNLFG – Fundo Geral**

- Códice 254, *Instruções sobre o comércio da Rússia que por Ordem da Rainha Nossa Senhora entreguei a Francisco José Horta Machado, seu Ministro Plenipotenciário na Corte de Petersburgo.*
- Mss. 224, documento nº 89.

#### 2 – Fontes Impressas

- *A "conspiração dos fidalgos": segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa*, publ. e pref. Rodrigues Cavalheiro. Lisboa: Imp. Barveth, 1936.
- BALBI, Adrien, *Essai sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vols, intr. Joaquim Romero de Magalhães. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2004. (Ed. facsimilada, original editado em Paris por Chez Rey et Gravier em 1822).
- BARREIROS, José Baptista, *Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1962.
- BIKER, Júlio Firmino Júdice, *Suplemento à Collecção de Tratados e Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640*, 22 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872-1879. (vols. XI, XII, XIII, XIV)
- BORGES DE CASTRO, J. B., *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências até ao Presente*, 8 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. (vols. III e IV)
- CHABY, Cláudio, *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos a guerra denominada na peninsula e as anteriores de 1801, e do Roussilon e Cataluna*, 4 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863-1882.
- COSTA, Hipólito José da, *O diário da minha viagem a Filadélfia 1798-1799*. Lisboa: ICS, 2007.
- COSTIGAN, Arthur William, *Cartas sobre a Sociedade e costumes de Portugal 1778-1779*, 2 vols. Lisboa: Edições Lisóptima, 1989.

- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos, económicos e financeiros: 1783-1811* (introd. e edi. André Mansuy Diniz Silva). Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- *Continuação da Relação dos factos praticados pela Comissão dos Comerciantes de vinhos em Londres* (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro). Lisboa: Imprensa Regia, 1813.
- CUNHA, D. Luís da, *Instruções Políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- DUMOURIEZ, Charles, *O Reino de Portugal em 1766*, (int. António Ventura). Lisboa: Caleidoscópio, 2007. (Trad. de *État présent du Royaume de Portugal en l'année MDCCCLXVI*, publicado pela primeira vez em Lausanne)
- FRANCO, Francisco Soares, *Exame das causas que allegou o Gabinete das Thuilherias para mandar contra Portugal os exercitos francez e hespanhol em Novembro de 1807*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1808.
- FRANCO, Francisco Soares, *Reflexões sobre a conducta do Principe Regente de Portugal*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808.
- GOUVEA, R. da C. (Domingos de Sousa Coutinho), *Resposta publica à denuncia secreta que tem por titulo "Representação que a Sua Magestade fez Antonio de Araujo de Azevedo em 1810...* Londres: Off. R. E. A. Taylor, 1820.
- *Lettres de Diogo Ratton a António de Araújo de Azevedo, comte da Barca*, (int. e notas Nuno Daupíás). Paris: Centro Cultural Português, 1973.
- LISBOA, José da Silva, *Escritos económicos escolhidos, 1804-1820*, 2 tomos (introd. António Almodovar). Lisboa: Banco de Portugal, 1995.
- NEVES, José Acúrcio das, *A generosidade de Jorge III e a ambição de Bonaparte, Wellesley e dos generaes francezes*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809.
- NEVES, José Acúrcio das, *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*, 5 vols. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811.
- NEVES, José Acúrcio das, *Manifesto da razão contra as usurpações francezas*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1808.
- NEVES, José Acúrcio das, *O despertador dos soberanos e dos povos*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803.
- *Novos documentos sobre duas embaixadas de D. João IV*, (publ. e perf. Rodrigue Cavalheiro). Lisboa: Tip. José Fernandes Júnior, 1931.

- PENALVA, 3º Marquês de, *Dissertação a favor da monarchia onde se prova pela razão, autoridade, e experiencia ser este o melhor, e mais justo de todos os Governos*. Lisboa: Regia Off. Typografica, 1799.
- PENALVA, Marquês de, *Dissertação sobre as obrigações do vassalo*. Lisboa: Pro-Domo, 1945. (1ª edição de 1804)
- RATTON, Diogo, *Reflexões sobre a Junta do Comércio, sobre as alfandegas, sobre os depósitos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.
- RATTON, Jácome, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Lisboa, Fenda, 2007.
- RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- SANTARÉM, Visconde, *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da monarchia portuguesa athe aos nossos dias*. Lisboa: Impressão Regia, 1828.
- SILVA, António Delgado, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828.
- SILVA, José Justino de Andrade, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1640-1647*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.
- SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo II. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.
- SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal comprehendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890.
- TOMÁS, Manuel Fernandes, *A Revolução de 1820* (perf. e notas de José Tengarrinha). Lisboa: Editorial Caminho, 1982.
- VANDELLI, Domingos, *Aritmética política, economia e finanças, 1770-1804*, (introd. e ed. José Vicente Serrão). Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

## II – Estudos

- ALEXANDRE, Valentim, “Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro”, in *Ler História*, nº 7, 1986.
- ALEXANDRE, Valentim, “Um passo em frente, vários à retaguarda. Resposta à nota crítica de Pedro Lains”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1989.
- ALEXANDRE, Valentim, “Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das advinhas”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1991.
- ALEXANDRE, Valentim, *Sentidos do Império – questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1989.
- ALDEN, Dauril, “The Marquis of Pombal and the American Revolution”, in *The Americas*, Vol. 17, No. 4 (April 1961), pp. 369-376.
- AMARAL, Manuel, “Napoleão em guerra com Portugal”, in *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*, coord. Kenneth Light. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp. 245-256.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890) vol. 5*, (dir José Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa 1998, pp. 21-40.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Portugal sob o fogo cruzado da Revolução. Das Invasões Francesas ao Vintismo”, in *Revista História*, Ano XXI, Nova Série, n.º 19 (Nov. 1999), pp. 50-58.
- ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BARATA, Manuel Themudo Freire, “Guerra subversiva e soldados sem uniforme”, in *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- BARREIROS, José Baptista, *Ensaio de biografia do Conde da Barca*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 196?.
- BARREIROS, José Baptista, *Preliminares da primeira invasão francesa em Portugal*. Braga: Delegação Bracarense da Soc. Histórica da Independência de Portugal, 1959.
- BLACK, Jeremy, *European International Relations, 1648-1815*. Palgrave, 2002.
- BLACK, Jeremy, “Britain as a Military Power, 1688-1815”, in *The Journal of Military History*, Vol. 64, nº 1 (2000), pp. 159-177.
- BLACK, Jeremy, “Military Revolution? A 1660-1792”, in *The Military Revolution Debate*. Oxford: Westview Press, 1995, pp. 95-114.

- BLACK, Jeremy, “War and the World, 1450-2000”, in *The Journal of Military History*, Vol. 63, nº 3 (July 1999), pp. 669-681.
- BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *A política externa portuguesa e a aliança defensiva de 1799 com a Rússia*. Lisboa: Henris, 1985.
- BRAILLARD, Philippe, *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *Do tratado de Madrid ao de Santo Ildefonso (1750-1777): alguns aspectos e problemas*. Lisboa: Tip. Império, 1970.
- BRANDÃO, Fernando Manuel Castro, *Portugal e as regências de Argel, Tunes e Tripoli: subsídios para a história diplomática portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, 1985.
- BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*. Lisboa: Arquimedes Livros, 2006. (Fac-simile da edição de 1912).
- BROERS, Michael, *Europe under Napoleon 1799-1815*. London: Hodder Arnold, 1996.
- CARDOSO, José Luís, *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro 1790-1822*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- CARDOSO, José Luís, *Novos elementos para a história bancária de Portugal: projectos de banco, 1801-1803*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.
- CARDOSO, José Luís, *O Pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial estampa, 1989.
- CARVALHO, Rómulo de, *Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- CAVALHEIRO, Rodrigues, *Os motins de Campo de Ourique em 1803*. Lisboa: Tip. José Fernandes Júnior, 1931.
- COELHO, José Maria Latino, *História política e militar de Portugal: desde os fins do XVIII século até 1814*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1885.
- COLARESI, Michael, “Shocks to System: Great Power Rivalry and the Leadership Long Cycle”, in *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 45, nº 5, 2001, pp. 569-593.
- COSTA, Fernando Dores, “Capitalistas e Serviços: empréstimos, contractos e mercês no final do século XVIII”, in *Análise Social*, 116-117, quarta série, vol. XXVII, (1992), pp. 441-460.
- COSTA, Fernando Dores, e PEDREIRA, Jorge, *D. João VI: O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

- COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1998.
- CROUZET, François, “Wars, Blockade, and *Economic Change in Europe, 1792-1815*”, in *The Journal of Economic History*, Vol. 24, nº 4 (December 1964), pp. 567-588.
- DORIA, António A., “Diplomacia e Restauração”, *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1992.
- EAST, Maurice, “Size and Foreign Policy Behavior: A Test of Two Model”, in *World Politics*, Vol. 2, nº 4, 1973, pp. 556-576.
- FELDBAEK, Ole, “Denmark in the Napoleonic wars: A Foreign Policy Survey”, in *Scandinavian journal of History*, Vol. 26, (2001)
- FELDBAEK, Ole, “Eighteenth-Century Danish Neutrality: Its Diplomacy, Economics and Law”, in *Scandinavian journal of History*, Vol. 8, nº 1 (1983)
- FELDBAEK, Ole, “Denmark and the treaty of Kiel, 1814”, in *Scandinavian journal of History*, Vol. 15, nº 4 (1990).
- FORJAZ, Jorge Pamplona, *Os Colaço: uma família portuguesa em Tânger*. Lisboa: Guarda-Mor, 2004.
- FORSYTH, Murray, “The Old European States-System: Gentz versus Hauterive”, in *The Historical Journal*, Vol. 23, nº 3 (September 1980), pp. 521-538.
- FISCHER, H.E.S., “Anglo-Portuguese Trade, 1700-1770”, in *The Economic Review*, Vol. 16, nº 2 (1963), pp. 219-233.
- FRUTUOSO, Eduardo [et al], *O Movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa, CNCDP, 2001.
- FUNCHAL, Marquês, *O Conde de Linhares: D. Rodrigo Domingos Antonio Sousa Coutinho*. Lisboa: M. do Funchal, 1908.
- GOTTERI, Nicole, *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Teorema, 2006.
- GUIMARÃES, Gonçalves, *A alfândega do Porto e o comércio entre a barra do Douro e os portos russos do Báltico em 1820. Separata da Revista de Historia, [Centro de História da Universidade do Porto]*, vol. X, 1990, pp. 137-156.
- HABEEB, W. M., *Power and tactics in International Relations. How weak Nations bargain with strong Nations*. John Hopkins University Press, 1988.
- HECKSCHER, Eli F., *The Continental System: An Economic Interpretation*. Cosimo Classics, 2006.

- JOHANSEN, Hans Chr., “Scandinavian Shipping in the Late Eighteenth Century in a European Perspective”, in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 45, nº 3, European Special Issue (August 1992), 99. 479-493.
- KULSRUD, Carl J., “The Seizure of the Danish Fleet, 1807: The Background”, in *The American Journal of International Law*, Vol. 32, nº 2, (April 1938), pp. 280-311.
- LAINS, Pedro, “Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português?”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1989.
- LAINS, Pedro, “Foi a perda do império um momento crucial do subdesenvolvimento português? – II”, in *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1991.
- LEVY, Jack, “Alliance Formation and War Behavior: An Analysis of the Great Powers, 1495-1975”, in *The Scientific Study of Peace and War*. New York: Lexington Books, 1999.
- LIGHT, Kenneth [coord], *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.
- LISKA, George, *Alliances and the Third World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1968.
- HECKSCHER, Eli, *The Continental System – an Economic Interpretation*. New York: Cosimo Classics, 2006. (1º edição de 1922)
- HESPANHA, António Manuel [coord], *História de Portugal – O Antigo regime*, vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- HOBSBAWM, Eric, *A Era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- KARSH, Efraim, *Neutrality and Small States*. London: Routledge, 1988.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, 1987.
- MACEDO, Jorge Borges de, *O Bloqueio Continental: a economia e guerra peninsular*. Lisboa: Gradiva, 1990.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História de Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Quercus, 1982.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América*. Mem Martins: Europa-América, 1990.

- MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde, *António de Araújo de Azevedo Conde da Barca: diplomata e estadista 1787-1817: subsídios documentais sobre a época e a personalidade*. Arquivo Distrital de Braga: Universidade do Minho, 2004.
- MAXWELL, Kenneth, *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal: 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- MAXWELL, Kenneth, “Pombal and the Nationalization of the Luso-Brasílian Economy”, in *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 48, nº 4 (November 1968), pp. 608-631.
- MAXWELL, Kenneth, “The Atlantic in the Eighteenth Century: A Southern Perspective on the need to return to the «Big Picture»”, in *Transactions of the Royal Historical Society*, 6<sup>th</sup> Ser., Vol. 3, (1993), pp. 209-236.
- MODELSKI, George, “The Long Cycle of Global Politics and Nation-State”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 20, nº 2 (April 1978), pp. 214-235.
- MODELSKI, George, MORGAN, Patrick M., “Understanding Global War”, in *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 29, nº 3, Set. 1985, pp. 391-417.
- MODELSKI, George, THOMPSON, William, *Seapower in Global Politics, 1494 – 1993*. Seattle, 1993.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1997.
- MORGENTHAU, Hans, *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred Knoph, 1964.
- MOURITZEN, Hans, “Tensions between the Strong, and the Strategies of the Weak”, *Journal of Peace Research*, Vol. 28, nº 2 1991, pp. 217-230.
- MUNCH-PETERSEN, Thomas, *Defying Napoleon: How Britain Bombarded Copenhagen and Seized the Danish Fleet in 1807*. Gloucestershire: Sutton Publishing, 2007.
- MURRAY, John J., “Baltic Commerce and Power Politics in the Early Eighteenth Century”, in *The Huntington Library Quarterly*, Vol. 6, nº 3 (May 1943), pp. 293-312.
- NUNES, António Pires, “Portugal e o novo conflito armado emergente da Revolução Francesa”, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- NYE, Joseph, *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

- OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História da Maçonaria em Portugal – Das Origens ao Triunfo*, vol. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- PEDREIRA, Jorge, *Estrutura industrial e mercado colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, Difel, 1994.
- PEDREIRA, Jorge, “From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the old Colonial System (1760-1830)”, in *Hispanic American Historical Review*, 80:4 (2000).
- PEDREIRA, Jorge, "Os Negociantes de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII: Padrões de Recrutamento e Percursos Sociais", in *Análise Social*, 116-117, quarta série, vol. XXVII, (1992), pp. 407-440.
- PRESTAGE, Edgar, *Francisco José da Horta Osorio Machado: Primeiro Ministro de Portugal na Rússia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1918.
- PEREIRA, Ângelo, *Dom João VI, príncipe e rei*, 1º vol., Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade 1953-1958.
- PEREIRA, José Rodrigues, *Campanhas Navais 1793-1807*, 1º vol. Lisboa: Tribuna da História, 2005.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Revolução Finanças e Dependência Externa*. Lisboa: Sá da Costa, 1979
- PEREIRA, Miriam Halpern, “Atitudes políticas e relações económicas internacionais na 1ª Metade do século XIX”, in *Ler História*, nº 10, 1987, pp. 53-73
- PINTASSILGO, Joaquim, *Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)*, Texto policopiado. Lisboa, 1987.
- PINTASSILGO, Joaquim, “A Revolução Francesa na perspectiva de um diplomata português (A correspondência oficial de António de Araújo de Azevedo)” in *A Revolução Francesa e a Península Ibérica – Revista História das Ideias*, vol. 10, p. 131-143. (cópias)
- RAGSDALE, Hugh, “A Continental System in 1801: Paul I and Bonaparte”, in *The Journal of Modern History*, Vol. 42, nº 1 (March 1970), pp. 70-89.
- ROBSON, Martin, “The Royal Navy and Lisbon 1807-1808”, in *Lord Beresford and the British Intervention in Portugal, 1807-1820*. Lisboa: ICS, 2004.
- ROSE, J. Holland, “Napoleon and Sea Power”, in *Cambridge Historical Journal*, Vol. 1, nº 2 (1924), pp. 138-157.

- ROSENAU, James, *Scientific Study of Foreign Policy*. New York: Nickols, 1980.
- RUPPENTHAL, Roland, “Denmark and the Continental System”, in *The Journal of Modern History*, Vol. 15, nº 1 (March 1943), pp. 7-23.
- RYAN, A. N., “The Causes of the British Attack upon Copenhagen in 1807”, in *The English Historical Review*, Vol. 68, nº 266 (January 1953), pp. 37-55.
- RYAN, A. N., “The Defense of British Trade with the Baltic, 1808-1813”, in *The English Historical Review*, Vol. 74, nº 292 (July 1959), pp. 443-466.
- RYAN, A. N., “Trade with the Enemy in the Scandinavian and Baltic Ports during the Napoleonic War: For or against”, in *Transactions of the Royal History Society*, 5<sup>th</sup> Ser., Vol. 12, (1962), pp. 123-140.
- SÁ, Vítor de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Do Porto ao Báltico, 1780 Achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia*. Separata da Revista da Faculdade de Letras do Porto, II Série, Vol. VII, 1990, pp. 137-156.
- SCHROEDER, Paul W., “Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power”, in *The American Historical Review*, Vol. 97, nº 3, 1992, pp. 683-706.
- SCHROEDER, Paul W., “Old Wine in Old Bottles: Recent Contributions to British Foreign Policy and European International Politics, 1789-1848”, in *The Journal of British Studies*, Vol. 26 nº 1 England’s Foreign Relations, 1987, pp. 1-25.
- SILBERT, Albert, “Portugal perante a política francesa”, in *Do Portugal do antigo regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Niza da, *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- SOFKA, James, “The Eighteenth Century International System: Parity or Primacy?” in *Empires, Systems and States: Great Transformations in International Politics*, edi. Marchal Cox. Cambridge, 2001.
- The Craft of International History: A Guide to a Method – Roundtable Review, in *H-Diplo Roundtables*, vol. VIII, nº 16, 2007. [visto a 07-09-2008], disponível na Internet em: <http://www.h.net.org/~diplo/roundtables/PDF/CraftofInternationalHistory-Roundtable.pdf>.

- UNGER, W. S., “Trade through the Sound in the Seventeenth and Eighteenth Centuries”, in *The Economic History Review*, Vol. 12, nº 2 (1959), pp. 206-221.
- VENTURA, António, “Portugal e Espanha em Vésperas da Guerra das Laranjas. As Questões Militares”, in *Portugal e os Abalos Político-militares da Revolução Francesa no Mundo, Actas do XI colóquio de História Militar*. Lisboa, s.n., 2001.
- VENTURA, António, “Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3 (dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira). Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 14-23.
- VERNEX, Jorge, *Silvestre Pinheiro Ferreira*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1945.
- VINCENTE, António Pedro, *Bernardim Freire de Andrade e Castro, Um soldado da Guerra Peninsular*. Separata Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, s.n., 1970.
- VICENTE, António Pedro, *Guerra Peninsular 1801-1814*. Matosinhos: QUIDNOVI, 2007.
- VINCENTE, António Pedro, “O recrutamento de Militares no Estrangeiro – De Schaumbourg Lippe a Wiliam Beresford”, in *Actas do IV Colóquio de História Militar*. Lisboa, s.n., 1993.
- VINCENTE, António Pedro, “Portugal face à Revolução Francesa”, in *Portugal e os Conflitos Internacionais. Para uma história militar*. Lisboa: Chiado, Consultores de Informação, 1995.
- WALFORD, A. R., *British factory in Lisbon, and its closing stages ensuing upon the treaty of 1810*. Lisboa: Instituto Britânico em Portugal, 1940.
- WALLERSTEIN, Emmanuel, *O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*, vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- WALTZ, Kenneth, *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WAYMAN, Frank Whelon (1999). “Bipolarity and War: The Role of Capability Concentration and Alliance Patterns among Major Powers, 1816-1965”, in *The Scientific Study of Peace and War*. New York: Lexington Books, 1999.
- WILCKEN, Patrick, *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Porto: Civilização, 2005.

- WILKINSON, David, “Unipolarity without Hegemony”, in *International Studies Review*, vol. 1, n° 2, Prospectes for International Relations: Conjectures about the Next Millennium, 1999, pp. 141-172.

## **5. ANEXOS**

**Anexo A – Navegação portuguesa para o porto de Riga (1792-1807)**

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

**Ano: 1792 – 1º**

| <b>Navio:</b> Bergantim Nossa Senhora da Soledade Aurora <b>Tonelagem:</b> 130 ton. <b>Proprietário:</b> António Ribeiro Santos e C <sup>a</sup> do Porto <b>Mestre:</b> João Crisóstomo de Almeida |         |               |                           |                          |                      |            |         |                       |                          |                               |                      |   |
|---|---------|---------------|---------------------------|--------------------------|----------------------|------------|---------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|----------------------|---|
| Chegada   | Origem  | Carga         |                           |                          | Valor total do Frete | Partida    | Destino | Carga (os principais) |                          |                               | Valor total do Frete | Observações   |
| 21 Maio   | Setúbal | Descriminação | Carregado por conta       | Consignado               | Reis<br>617\$760     | 8<br>Julho | Porto   | Descriminação         | Carregado por            | Por conta de                  | Reis<br>1.107\$666   | Parece ter existido conflitos entre o Mestre o piloto e a tripulação, serenada pelo côsul |
|   |         | Sal e rolhas  | Jerónimo Chardon e outros | Schatzleim & Steingötter |                      |            |         | Linho                 | Sosat & Roelde           | José Francisco Monteiro Massa |                      |   |
|   |         | -             | -                         | -                        |                      |            |         | Cânhamo               | Schatzleim & Steingötter | M. Guerner                    |                      |   |
|   |         | -             | -                         | -                        |                      |            |         | Cânhamo               | Schatzleim & Steingötter | José Pereira de Faria         |                      |   |
|   |         | -             | -                         | -                        |                      |            |         | Cânhamo e Linho       | Schatzleim & Steingötter | Nicolau Joaquim Pereira       |                      |   |
|   |         | -             | -                         | -                        |                      |            |         | Cânhamo e Linho       | Schatzleim & Steingötter | Luís António de Amorim        |                      |   |
|   |         | -             | -                         | -                        |                      |            |         | Cânhamo e Linho       | Schatzleim & Steingötter | Manuel de Sá Monteiro         |                      |   |
|   |         | -             | -                         | --                       |                      |            |         | Tábuas/pinho          | Schatzleim & Steingötter | Bento José Róiz               |                      |   |
|   |         | -             | --                        | -                        |                      |            |         | Linho e madeira       | O Mestre                 | O Mestre                      |                      |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1792 – 2º

| Navio: Bergantim Rei dos Mares Tonelagem: 120 ton. Proprietário: António Coelho Sampaio e Cª Mestre: José da Silva |        |           |                                  |                     |                      |             |         |  |                                     |  |                      |   |
|--|--------|-----------|----------------------------------|---------------------|----------------------|-------------|---------|--|-------------------------------------|--|----------------------|---|
| Chegada  | Origem | Carga     |                                  |                     | Valor total do Frete | Partida     | Destino | Carga (principais)                           |                                     |  | Valor total do Frete | Observações   |
| 9 Junho  | Porto  | Descrição | Carregado por conta              | Consignado          | Reis<br>1.760\$400   | 25<br>Julho | Porto   | Descrição                                    | Carregado por                       | Por conta de   | Reis<br>706\$752     | O piloto levantou-se contra o mestre e foi preso, primeiro no porto e depois no navio, por ordem do cônsul. |
|  |        | Vinho     | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro | Cumming & Fenton Cª |                      |             |         | Pinho, velas de sebo, Cânhamo, linho, estopa | Cumming & Fenton Cª                 | António Coelho e Francisco António de Castro e Henrique de Araújo Lima |                      |   |
|  |        | Frutas    | Proprietários                    | Cumming & Fenton Cª |                      |             |         | Linho e Trigo                                | Thorley, Morisson, Ouchterlony & Cª | Dommer & de Sousa (Amesterdão)   |                      |   |
|  |        | Cortiça   | José Pereira Pinto               | Zuckerbeker & Hay   |                      |             |         | Linho  | Berens & Kriegsman                  | Chr. Matt. Schröder Cª   |                      |   |
|  |        | Vinho     | Equipagem                        | -                   |                      |             |         | Linho  | Zuckerbeker & Hay                   | Macário José Pereira Pinto   |                      |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1792 – 3º

| Navio: Bergantim Santo António e Almas Tonelagem: 150 ton. Proprietário: José Almeida Celorico Mestre: José Almeida Celorico (o mesmo) |        |                                      |                                  |                    |                      |         |         |  |                          |   |                      |             |
|--|--------|--------------------------------------|----------------------------------|--------------------|----------------------|---------|---------|--|--------------------------|---|----------------------|-------------|
| Chegada  | Origem | Carga                                |                                  |                    | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga                                    |                          |   | Valor total do Frete | Observações |
|  |        | Descrição                            | Carregado por conta              | Consignado         |                      |         |         | Descrição                                | Carregado por            | Por conta de  |                      |             |
| 13 Junho   | Porto  | Vinho                                | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro | Cumming, Fenton Cª | Reis 1.944\$000      | 2 Julho | Porto   | Linho, lonas, cânhamo, madeiras, centeio | Schatzleim & Steingötter | José Ferreira Manuel, Francisco Vaz Guimarães, António Fernandes Guimarães, João Batista Gomes & Cª, José Correia de Aguiar | Reis 1.274\$706      | -           |
|  |        | Frutas, frutos secos, café e cortiça | Proprietário/mestre              | -                  |                      |         |         | -  | -                        | -   |                      |             |
|  |        | Vinho                                | José Cruz Assunção               | -                  |                      |         |         | -  | -                        | -   |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1792 – 4º

| Navio: Galera Rosário de Maria Tonelagem: 240 ton. Proprietário: Porter & Parrola Mestre: Sebastião Lopes Ramos |         |                            |                     |                            |                      |          |         |                                 |  |   |                      |             |
|---|---------|----------------------------|---------------------|----------------------------|----------------------|----------|---------|---------------------------------|--|---|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem  | Carga                      |                     |                            | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga                           |  |   | Valor total do Frete | Observações |
|   |         | Descrição                  | Carregado por conta | Consignado                 |                      |          |         | Descrição                       | Carregado por                            | Por conta de                            |                      |             |
| 15 Junho  | Setúbal | Vinho, fruta, rolhas e sal | Proprietários       | Tromposky & C <sup>a</sup> | Reis 1.086\$480      | 25 Julho | Setúbal | Tábuas, trigo, cânhamo, estopa, | Tromposky & C <sup>a</sup> e pelo mestre | -                                       | Reis 1.128\$204      | -           |
|   |         | -                          | -                   | -                          |                      |          |         | Lonas                           | Drisen & Ebel                            | Joaquim José Gonçalves                  |                      |             |
|   |         | -                          | -                   | -                          |                      |          |         | Vigas e linho                   | Drisen & Ebel                            | Sebastião Gargamala (por conta e risco) |                      |             |
|   |         | -                          | -                   | -                          |                      |          |         |                                 |  |   |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1794 – 1º

| Navio: Bergantim Santo António e Almas Tonelagem: 150 ton. Proprietário: José Almeida Celorico & José Correia de Aguiar Mestre: Joaquim José Teixeira |        |   |                                  |                          |                      |          |         |                                   |  |                         |                      |             |
|---|--------|---|----------------------------------|--------------------------|----------------------|----------|---------|-----------------------------------|--|-------------------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem | Carga   |                                  |                          | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga                             |  |                         | Valor total do Frete | Observações |
| 17 Junho  | Porto  | Descriminação   | Carregado por conta              | Consignado               | Reis 3.134\$880      | 11 Julho | Porto   | Descriminação                     | Carregado por                          | Por conta de            | Reis 1.724\$274      | -           |
|   |        | Vinho   | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro | Cumming, Fenton Cª       |                      |          |         | Linho, cânhamo, esteiras          | Schatzleim & Steingötter               | José Correia de Aguiar  |                      |             |
|   |        | Cortiça   | Macário José Pereira Pinto       | Zuckerbeker, Hay         |                      |          |         | Linho, manteiga, cordoagem, lonas | Schatzleim & Steingötter               | Manuel José de Abreu    |                      |             |
|   |        | Fruta ( <i>sem frete</i> )  | José Almeida Celorico            | José Almeida Celorico    |                      |          |         | Linho                             | Schatzleim & Steingötter               | João Rodrigues da Costa |                      |             |
|   |        | Açúcar ( <i>sem frete</i> )   | José Correia de Aguiar           | Schatzleim & Steingötter |                      |          |         | Bálsamo                           | Joaquim Róiz da Costa Solha (o piloto) | -                       |                      |             |
|   |        | Castanha, amêndoa, azeite, cocos, vinho, um papagaio ( <i>sem frete</i> ) | Tripulação                       | -                        |                      |          |         | -                                 | -                                      | -                       |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1794 – 2º

| Navio: Corveta São João Tonelagem: 400 ton. Proprietário: Paulo Jorge Junqueiro Mestre: Manuel da Silva |        |             |                          |                             |                      |             |         |                    |                             |                          |                      |             |
|---|--------|-------------|--------------------------|-----------------------------|----------------------|-------------|---------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem | Carga       |                          |                             | Valor total do Frete | Partida     | Destino | Carga              |                             |                          | Valor total do Frete | Observações |
|   |        | Descrição   | Carregado por conta      | Consignado                  |                      |             |         | Descrição          | Carregado por               | Por conta de             |                      |             |
| 12 Julho  | Lisboa | Sal e vinho | Paulo Jorge Junqueiro    | Johanningk & C <sup>a</sup> | Reis 1.848\$420      | 30 Setembro | Lisboa  | Cânhamo, esteiras  | Johanningk & C <sup>a</sup> | Paulo Jorge Junqueiro    | Reis 4.803\$966      | -           |
|   |        | Fruta       | Manuel da Silva (mestre) | -                           |                      |             |         | Cânhamo, esteiras  | Justus Blanckenhagen        | Paulo Jorge Junqueiro    |                      |             |
|   |        | -           | -                        | -                           |                      |             |         | Linho              | Justus Blanckenhagen        | Manuel da Silva (mestre) |                      |             |
|   |        | -           | -                        | -                           |                      |             |         | Materiais náuticos | Manuel da Silva (mestre)    | -                        |                      |             |
|   |        | -           | -                        | -                           |                      |             |         |                    |                             |                          |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1795 – 1º e único

| Navio: Bergantim Ásia Tonelagem: 140 ton. Proprietário: Francisco Moreira Velho Mestre: Joaquim Alves Ribeiro |        |   |  |                          |                      |             |         |  |                          |  |                      |
|---|--------|---|--|--------------------------|----------------------|-------------|---------|--|--------------------------|--|----------------------|
| Chegada   | Origem | Carga   |  |                          | Valor total do Frete | Partida     | Destino | Carga                                      |                          |  | Valor total do Frete |
| 5 Julho   | Porto  | Descrição   | Carregado por conta                    | Consignado               | Reis<br>3.271\$200   | 28<br>Julho | Porto   | Descrição                                  | Carregado por            | Por conta de   | Reis<br>2.953\$746   |
|   |        | Vinho   | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro       | Cumming, Fenton Cª       |                      |             |         | Cânhamo, linho, óleo de linhaça e esteiras | Schatzleim & Steingötter | Francisco Moreira & Cª   |                      |
|   |        | João Alves Pereira da Silva                         | João Alves Pereira da Silva            | Jacobs & Cª              |                      |             |         | Linho, esteiras e sacas                    | Schatzleim & Steingötter | Bento José Róiz  |                      |
|   |        | Vinho   | José Correia de Aguiar                 | Schatzleim & Steingötter |                      |             |         | Linho, estopa e esteiras                   | Schatzleim & Steingötter | João Róiz da Costa   |                      |
|   |        | Cortiça   | Joaquim róiz da Costa                  | Schatzleim & Steingötter |                      |             |         | Linho (pequenas unidades)                  | Schatzleim & Steingötter | Manuel Lopes Ribeiro, José Correia de Aguiar, Jerónimo Carneiro Geraldo, Manuel José Joaquim, Manuel Gomes de Barros, João Peixoto da Silva, Joaquim Alves Ribeiro (o mestre), António Pinto e equipagem |                      |
|   |        | Vinho   | Francisco Moreira Velho (proprietário) | Schatzleim & Steingötter |                      |             |         | -  | -                        | -  |                      |
|   |        | Amendoas, castanhas, limões, um macaco, um papagaio | Equipagem                              | -                        |                      |             |         | -  | -                        | -  |                      |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1796 – 1º

| Navio: Patacho São Joaquim e Almas tonelage: 100 ton. Proprietário: Bernardo de Sousa Mestre: Joaquim Róiz da Costa |        |  |  |                          |                      |         |         |       |  |                          |  |             |   |
|---|--------|--|--|--------------------------|----------------------|---------|---------|-------|--|--------------------------|--|-------------|---|
| Chegada   | Origem | Carga  |  |                          | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga |  |                          | Valor total do Frete                   | Observações |   |
| 6 Agosto  | Porto  | Descriminação                                      | Carregado por conta                    | Consignado               | Reis<br>2.341\$600   | ?       | Agosto  | Porto | Descriminação  | Carregado por            | Por conta de                           | 1.794\$320  | A embarcação foi apresada pelos franceses a uma légua de Viana, tendo a população fugido. |
|   |        | Azeite, vinagre, castanha e amêndoa                | José Francisco Bernardes               | Schatzleim & Steingötter |                      |         |         |       | Linho, cânhamo, centeio, lastros de trigo, alcatrão e óleo | Schatzleim & Steingötter | João Róiz da Costa                     |             |   |
|   |        | Vinho  | José Correia de Aguiar                 | Schatzleim & Steingötter |                      |         |         |       | Linho e cânhamo  | Schatzleim & Steingötter | André Alves Leite Ribeiro (de Coimbra) |             |   |
|   |        | Vinho  | André Alves Leite Ribeiro (de Coimbra) | Schatzleim & Steingötter |                      |         |         |       | Linho  | Schatzleim & Steingötter | José de Almeida Celorico               |             |   |
|   |        | Vinho, azeite, cocos, limões, cortiça, 4 papagaios | João Róiz da Costa                     | Jacobs & C <sup>a</sup>  |                      |         |         |       | Linho  | Schatzleim & Steingötter | Gualter Ribeiro Guimarães              |             |   |
|   |        | -  | -                                      | -                        |                      |         |         |       | Linho  | Schatzleim & Steingötter | Bernardo Sousa Gomes                   |             |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1796 – 2º

| Navio: Bergantim Rei dos Mares Tonelagem: 120 ton. Proprietário: António Coelho Sampaio Mestre: Manuel da Silva Costa |        |           |                                  |   |                      |                 |         |   |                      |                                  |                      |   |
|---|--------|-----------|----------------------------------|---|----------------------|-----------------|---------|---|----------------------|----------------------------------|----------------------|---|
| Chegada   | Origem | Carga     |                                  |   | Valor total do Frete | Partida         | Destino | Carga   |                      |                                  | Valor total do Frete | Observações   |
| 8 Setembro  | Porto  | Descrição | Carregado por conta              | Consignado                                | Reis 3.094\$400      | 9 Junho de 1797 | Porto   | Descrição   | Carregado por        | Por conta de                     | - (sem referência)   | A embarcação quando se preparava para partir encalhou num banco de areia, tendo sido necessário descarregá-lo. Este atraso mais a morte do proprietário (que originou a espera das ordens do testamenteiro) obrigou à invernada naquele porto. Entretanto Glama é autorizado a voltar a Lisboa ficando Cuning encarregado do consulado. |
|   |        | Vinho     | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro | Cumming, Fenton Cª e W. T. Glama (cônsul) |                      |                 |         | Aduelas e outros materiais  | W. T. Glama (cônsul) | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro |                      |   |
|   |        | -         | -                                | -   |                      |                 |         | Trigo, centeio, cânhamo, linho, estopa, alcatrão (da Suécia) e outros materiais de construção naval | W. T. Glama (cônsul) | Bento António de Abreu Brito     |                      |   |
|   |        | -         | -                                | -   |                      |                 |         | Cânhamo   | Zuckerbeker & Hay    | Claessen & Cª (Hamburgo)         |                      |   |
|   |        | -         | -                                | -   |                      |                 |         | Tábuas, linho, peles, bálsamo   | Tripulação           | Tripulação                       |                      |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”

**Ano: 1797 – 1º**

| Navio: Bergantim Esperança Tonelagem: 60 ton. Proprietário: Gualter Ribeiro Guimarães & Cª Mestre: António José da Silva Vieira |        |                         |                     |                 |                      |            |         |                  |   |                    |                      |             |
|---|--------|-------------------------|---------------------|-----------------|----------------------|------------|---------|------------------|---|--------------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem | Carga                   |                     |                 | Valor total do Frete | Partida    | Destino | Carga            |   |                    | Valor total do Frete | Observações |
| 11 Setembro   | Porto  | Descrição               | Carregado por conta | Consignado      | -                    | 10 Outubro | Porto   | Descrição        | Carregado por                                   | Por conta de       | sem referência       | -           |
|   |        | Vinho, cortiça e frutas | -                   | Schatzleim & Cª |                      |            |         | (sem referência) | Linho, óleo de linhaça, folhas de ferro, tábuas | - (sem referência) |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

**Ano: 1798 – 1º e único**

| Navio: Bergantim Esperança Tonelagem: 60 ton. Proprietário: Gualter Ribeiro Guimarães & Cª Mestre: Joaquim Rodrigues da Costa |        |  |                                     |                    |                      |          |         |   |                    |                    |                      |  |
|---|--------|--|-------------------------------------|--------------------|----------------------|----------|---------|---|--------------------|--------------------|----------------------|--|
| Chegada   | Origem | Carga  |                                     |                    | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga   |                    |                    | Valor total do Frete | Observações  |
|   |        | Descrição  | Carregado por conta                 | Consignado         |                      |          |         | Descrição   | Carregado por      | Por conta de       |                      |  |
| 14 Julho  | Porto  | Vinho  | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro    | Cumming, Fenton Cª | - (sem referência)   | 5 Agosto | Porto   | Linho, estopa de cânhamo, óleo de linhaça e aduelas | - (sem referência) | - (sem referência) | - (sem referência)   | A 14 de Setembro regressou Glama (Venceslau Teodoro Glama). Porém nos 3 anos seguintes não chegou quaisquer navio português a Riga (1799-1800-1801). |
|   |        | Frutas, vinho, azeite, vinagre, carne salgada, bacalhau e café | Joaquim Rodrigues da Costa (mestre) | -                  |                      |          |         | -   | -                  | -                  |                      |  |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1802 – 1º

| Navio: Galera Diligente de Riga Tonelagem: 145 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: José Bento de Lima – Viagem consignada Venceslau Teodoro Glama |        |                                       |   |                                |                      |                |         |   |                         |  |                      |
|--|--------|---------------------------------------|---|--------------------------------|----------------------|----------------|---------|---|-------------------------|--|----------------------|
| Chegada  | Origem | Carga                                 |   |                                | Valor total do Frete | Partida        | Destino | Carga   |                         |  | Valor total do Frete |
| 9 Julho  | Porto  | Descrição                             | Carregado por conta   | À ordem                        | Reis<br>2.330\$400   | 12<br>Setembro | Porto   | Descrição   | Carregado por           | Por conta de   | Rixdalers<br>6.211’3 |
|  |        | Vinho                                 | V. Souto Freitas  | Cumming, Fenton C <sup>a</sup> |                      |                |         | Cânhamo, velas de cera, lastros de trigo e de centeio, alcatrão, tábuas | Venceslau Teodoro Glama | A. Van Zeller  |                      |
|  |        | Vinho, café                           | A. Van Zeller, José Joaquim Almeida Coutinho, José Espírito Santo Cardoso, Viúva Guimarães e Filhos | Venceslau Teodoro Glama        |                      |                |         | Linho   | Venceslau Teodoro Glama | Viúva Guimarães e Filhos, Manuel bento Róiz, Sebastião Gomes de Oliveira, Lucas Ribeiro Guimarães e C <sup>a</sup> , João Róiz da Costa, José Espírito Santo Cardoso |                      |
|  |        | Vinho                                 | Gabriel Pereira da Rocha,   | Jacobs & C <sup>a</sup>        |                      |                |         | Aduelas   | Venceslau Teodoro Glama | C <sup>a</sup> Geral de Vinhos do Alto Douro   |                      |
|  |        | Vinho                                 | João Lopes Guimarães, Barnabé Oliveira Maia & C <sup>a</sup>  | Ropenack & C <sup>a</sup>      |                      |                |         | Estopa de linho, lonas e velas de sebo                                  | Venceslau Teodoro Glama | João Almeida Pinto   |                      |
|  |        | Vinho, azeite, amêndoa, café, cortiça | João Rodrigues da Costa   | Do mestre                      |                      |                |         | -   | -                       | -  |                      |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”

**Ano: 1802 – 2º**

| Navio: Escuna Vigilância (Catharina) Tonelagem: 45 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: Francisco José Coelho |        |           |                                  |                    |                      |         |         |                          |                         |                                  |                      |  |
|---|--------|-----------|----------------------------------|--------------------|----------------------|---------|---------|--------------------------|-------------------------|----------------------------------|----------------------|--|
| Chegada   | Origem | Carga     |                                  |                    | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga                    |                         |                                  | Valor total do Frete | Observações  |
| -   | -      | Descrição | Carregado por conta              | Consignado         | -                    | ?       | Porto   | Descrição                | Carregado por           | Para                             | Reis                 | Navio comprado no porto de Riga por Venceslau Glama. No entanto “ <i>A dita Escuna se perdeu na Costa de Inglaterra sobre o Goodwind Sand, porem a tripulação salvouse</i> ” |
|   |        | Vinho     | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro | Cumming, Fenton Cª |                      |         |         | Aduelas e arcos de ferro | Venceslau Teodoro Glama | Cª Geral de Vinhos do Alto Douro | 1.158\$625           |  |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

**Ano: 1803 – 1º**

| Navio: Iate Rio Lima Tonelagem: 90 ton. Proprietário: Gonçalo de Barros Mestre: Francisco José Xavier – Viagem consignada Venceslau Teodoro Glama |        |                           |   |      |                      |          |         |                                   |               |  |                      |                     |
|---|--------|---------------------------|---|------|----------------------|----------|---------|-----------------------------------|---------------|--|----------------------|---------------------|
| Chegada   | Origem | Carga                     |   |      | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga por conta dos proprietários |               |  | Valor total do Frete | Observações         |
| 5 Maio  | Viana  | Descrição                 | Carregado por conta   | Para | Não declarou frete   | 15 Julho | Porto   | Descrição                         | Carregado por | Para   | 5.177'2              | Chegou bem a Viana. |
|   |        | Sal, vinho, azeite, fruta | (proprietários) Gonçalo de Barros e companheiros na cidade de Viana | -    |                      |          |         | Linho, cânhamo e sacadura         | Glama & Cª    | Gonçalo Barros de Lima, Moura Gonçalves e Cª, Custódio Manuel Vieira de Araujo, Fernando Róiz Velhinho |                      |                     |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

**Ano: 1803 – 2º**

| Navio: Galera Diligente de Riga Tonelagem: 145 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: José Bento de Lima – Viagem consignada Glama Cª |         |                       |                     |      |                      |          |         |  |                         |                         |                      |   |
|---|---------|-----------------------|---------------------|------|----------------------|----------|---------|--|-------------------------|-------------------------|----------------------|---|
| Chegada   | Origem  | Carga                 |                     |      | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga                                  |                         |                         | Valor total do Frete | Observações                                       |
|   |         | Descrição             | Carregado por conta | Para |                      |          |         | Descrição                              | Carregado por           | Por conta de            |                      |   |
| 1 Junho   | Setúbal | Sal, laranjas e vinho | Proprietários       | -    | Não declarou frete   | 1 Agosto | Porto   | Lastros de trigo e de centeio, e linho | Consignatários          | A. Van Zeller           | 6.220'' 1            | “Constou que a galera chegou salvamente ao Porto” |
|   |         | -                     | -                   | -    |                      |          |         | Tábuas, trigo centeio                  | Venceslau Teodoro Glama | Venceslau Teodoro Glama |                      |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1804 – 1º

| Navio: Galera Diligente de Riga Tonelagem: 145 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: Domingos Pinto da Rocha – Viagem consignada Glama Cª |        |                                       |                     |            |                      |          |         |                          |               |   |                      |             |
|--|--------|---------------------------------------|---------------------|------------|----------------------|----------|---------|--------------------------|---------------|---|----------------------|-------------|
| Chegada  | Origem | Carga                                 |                     |            | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga                    |               |   | Valor total do Frete | Observações |
|  |        | Descrição                             | Carregado por conta | Destinada  |                      |          |         | Descrição                | Carregado por | Por conta de  |                      |             |
| 23 Maio  | Lisboa | Sal, Limão, vinho (não pagaram frete) | Proprietários       | Glama & Cª | -                    | 15 Julho | Porto   | Linho, lastro de centeio | Glama & Cª    | A. Van Zeller   | 7.206´´12            | -           |
|  |        | Laranjas (pagou frete)                | Martinho Slack & Cª | Glama & Cª |                      |          |         | Linho, cânhamo           | Glama & Cª    | Bernardo José Goncalves, Sebastião Gomes de Oliveira, Manuel Ferreira da Costa & Cª, João Almeida Pinto, José Espírito santo Cardoso, João Róiz da Costa Manuel José Fernandes & Cª, Manuel Francisco Pereira Guimarães |                      |             |
|  |        | -                                     | --                  | -          |                      |          |         | Linho, cânhamo           | Morisson      | A. Van Zeller   |                      |             |
|  |        |                                       |                     |            |                      |          |         |                          |               |   |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1804 – 2º

| Navio: Iate Rio Lima Tonelagem: 90 ton. Proprietário: Gonçalo de Barros lima Mestre: Francisco José Xavier – Viagem consignada Venceslau Teodoro Glama |         |           |   |                        |                      |          |         |                                   |                        |  |                      |                     |
|--|---------|-----------|---|------------------------|----------------------|----------|---------|-----------------------------------|------------------------|--|----------------------|---------------------|
| Chegada  | Origem  | Carga     |   |                        | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga por conta dos proprietários |                        |  | Valor total do Frete | Observações         |
|  |         | Descrição | Carregado por conta   | Para                   |                      |          |         | Descrição                         | Carregado por          | Para   |                      |                     |
| 29 Maio  | Setúbal | Sal       | (proprietários) Gonçalo de Barros e companheiros na cidade de Viana | Glama & C <sup>a</sup> | Não declarou frete   | 21 Julho | Viana   | Linho                             | Glama & C <sup>a</sup> | Manuel José Pereira de Campos, Custódio Vieira de Araújo, Coelho Afonso & C <sup>a</sup> , Fernando Róiz Velinho, José Fernandes Loureiro, Sousa e Guimarães, Gonçalo Barros de Lima, Moura Gonaçalves & C <sup>a</sup> , Joaquim José da Costa Barbosa, João Róiz Lima & C <sup>a</sup> | 5.733''12            | Chegou bem a Viana. |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1805 – 1º

| Navio: Iate Rio Lima Tonelagem: 90 ton. Proprietário: Custódio Vieira de Araújo Mestre: Francisco José Xavier – Viagem consignada Venceslau Teodoro Glama com escala em Ahrendahl. |         |           |                     |      |                      |         |         |                                   |                        |  |                      |   |
|--|---------|-----------|---------------------|------|----------------------|---------|---------|-----------------------------------|------------------------|--|----------------------|---|
| Chegada  | Origem  | Carga     |                     |      | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga por conta dos proprietários |                        |  | Valor total do Frete | Observações   |
|  |         | Descrição | Carregado por conta | Para |                      |         |         | Descrição                         | Carregado por          | Para   |                      |   |
| 31 Maio  | Setúbal | Limões    | Proprietários       | -    | Não declarou frete   | 4 Julho | Viana   | Linho                             | Glama & C <sup>a</sup> | Manuel José Pereira de Campos, Custódio Vieira de Araújo, Coelho Afonso & C <sup>a</sup> , Fernando Róiz Velhinho, José Fernandes Loureiro, Sousa e Guimarães, Gonçalo Barros de Lima, Joaquim José da Costa Barbosa, João Róiz Lima & C <sup>a</sup> , Silva Miranda & C <sup>a</sup> | Reis 2.520\$001      | Ao fazer escala em Ahrendahl, aí vendeu o sal que trazia de Setúbal |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1805 – 2º

| Navio: Galera Diligente de Riga Tonelagem: 145 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: Domingos Pinto da Rocha – Viagem consignada Glama C <sup>a</sup> , tendo feito escala em Elsenuer e Copenhaga (onde vendeu parte da carga) |         |   |                     |                              |                      |           |         |  |                            |  |                      |   |
|--|---------|---|---------------------|------------------------------|----------------------|-----------|---------|--|----------------------------|--|----------------------|---|
| Chegada  | Origem  | Carga   |                     |                              | Valor total do Frete | Partida   | Destino | Carga                                    |                            |  | Valor total do Frete | Observações   |
|  |         | Descrição   | Carregado por conta | Destinada                    |                      |           |         | Descrição                                | Carregado por              | A entregar   |                      |   |
| 21 Junho   | Caminha | Descrição   | Carregado por conta | Destinada                    | 3582''               | 22 Agosto | Porto   | Descrição                                | Carregado por              | A entregar   | -                    | Fez escala em Elsenuer e Copenhaga (onde vendeu parte da carga) |
|  |         | Vinho (pelo qual pagou frete), cortiça, 9 papagaios e 3 macacos | Proprietários       | -                            |                      |           |         | Cânhamo, aduelas, barras de ferro, lonas | Glama & C <sup>a</sup>     | A. Van Zeller  |                      |   |
|  |         | Laranjas  | Proprietários       | W. Shroeder & C <sup>a</sup> |                      |           |         | Lastros de trigo e cânhamo               | Glama & C <sup>a</sup>     | João de Almeida Pinto, Manuel Francisco Guimarães, João Róiz da Costa, Manuel José Oliveira Braga, José António Miranda & C <sup>a</sup> , Joaquim José Gonçalves, A. Van Zeller   |                      |   |
|  |         | -   | -                   | -                            |                      |           |         | Linho, cânhamo                           | Tropowski & C <sup>a</sup> | Bento José Rodrigues   |                      |   |
|  |         | -   | -                   | -                            |                      |           |         | Cânhamo e sacadura                       | Wöhrmann e Filho           | João Lages Guimarães, João Alves Pereira   |                      |   |
|  |         | -   | -                   | -                            |                      |           |         | Linho                                    | Morisson                   | Viúva Souto Freitas e Filhos, Francisco António Macedo, António José Sousa Lobo, José António Gonçalves Guimarães, Viúva Guimarães e Filhos & C <sup>a</sup> , Freitas Monteiro, João Ribeiro Pereira e Filho & C <sup>a</sup> |                      |   |
|  |         | -   | -                   | -                            |                      |           |         |  |                            |  |                      |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1806 – 1º

| Navio: Iate Rio Lima Tonelagem: 90 ton. Proprietário: Custódio Vieira de Araújo Mestre: Francisco José Xavier – Viagem consignada Glama & C <sup>a</sup> . |         |  |                     |                           |                      |          |         |                                   |                        |   |                      |             |
|--|---------|--|---------------------|---------------------------|----------------------|----------|---------|-----------------------------------|------------------------|---|----------------------|-------------|
| Chegada  | Origem  | Carga  |                     |                           | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga por conta dos proprietários |                        |   | Valor total do Frete | Observações |
|  |         | Descrição  | Carregado por conta | Para                      |                      |          |         | Descrição                         | Carregado por          | Para  |                      |             |
| 12 Junho   | Setúbal | Sal (não pagou frete por ser de conta dos proprietários) | Proprietários       | -                         | 91''16               | 24 Julho | Viana   | Linho, cânhamo e sacadura         | Glama & C <sup>a</sup> | Sousa e Guimarães, José Fernandes Loureiro, Custódio Vieira de Araújo, Manuel José Moura & C <sup>a</sup> , João Róiz Lima & C <sup>a</sup> , Silva e Miranda & C <sup>a</sup> , José António da Costa, António José Machado, Manuel José Pereira de Campos, Coelho Afonso & C <sup>a</sup> | Reis 2.476\$171      | -           |
|  |         | Vinho e amêndoas (pagou frete)                           | Proprietários       | Jacobs & C <sup>a</sup>   |                      |          |         | -                                 | -                      | -   |                      |             |
|  |         | Vinho (pagou frete)                                      | Proprietários       | Mitchell & C <sup>a</sup> |                      |          |         | -                                 | -                      | -   |                      |             |
|  |         | Café, açúcar e amêndoas                                  | Proprietários       |                           |                      |          |         | -                                 | -                      | -   |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1806 – 2º

| Navio: Galera Diligente de Riga Tonelagem: 145 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: Domingos Pinto da Rocha – Viagem consignada Glama Cª, tendo feito escala em Elsenuer e Copenhaga (onde vendeu parte da carga) |        |  |                     |           |                      |           |         |   |                  |  |                      |   |
|---|--------|--|---------------------|-----------|----------------------|-----------|---------|---|------------------|--|----------------------|---|
| Chegada   | Origem | Carga  |                     |           | Valor total do Frete | Partida   | Destino | Carga                                     |                  |  | Valor total do Frete | Observações   |
|   |        | Descrição  | Carregado por conta | Destinada |                      |           |         | Descrição                                 | Carregado por    | A entregar   |                      |   |
| 30 Junho  | Porto  | Descrição  | Carregado por conta | Destinada | 2.779''43            | 22 Agosto | Porto   | Descrição                                 | Carregado por    | A entregar   | 12.807''3            | Fez escala em Elsenuer onde vendeu 40 pipas de vinho. |
|   |        | Vinho e fruta  | Proprietários       | “Vários”  |                      |           |         | Alcatrão, aduelas, barras de ferro, lonas | Glama & Cª       | A. Van Zeller  |                      |   |
|   |        | Cocos, limões rolhas e 15 papagaios (não pagando por isto frete) | Proprietários       | -         |                      |           |         | Lastros de trigo e cânhamo                | Glama & Cª       | Francisco José Róiz Guimarães, João Almeida Pinto, João António Oliveira e Sousa, António José Pereira Guimarães   |                      |   |
|   |        | -  | -                   | -         |                      |           |         | Linho, cânhamo                            | Kriegsmann       | Francisco José Vás, Nicolau Copque & Cª, Bernardo Oliveira Maia  |                      |   |
|   |        | -  | -                   | -         |                      |           |         | Cânhamo e sacadura                        | Wöhrmann e Filho | Manuel Francisco Coelho Pires  |                      |   |
|   |        | -  | -                   | -         |                      |           |         | Cânhamo e sacadura                        | Morisson         | Viúva Souto e Filhos, António Ferreira Velho, Gabriel Costa Carvalho, Manuel Francisco Guimarães, Bernardo de Oliveira Maia, José Francisco da Silva Guimarães, Francisco António Macedo |                      |   |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1806 – 3º

| Navio: Bergantim Esperança de Riga Tonelagem: 110 ton. Proprietário: Venceslau Teodoro Glama Mestre: Manuel Joaquim Martins – Navio prussiano comprado pelo cônsul |        |           |                     |           |                      |             |         |                                    |               |  |                      |  |
|--|--------|-----------|---------------------|-----------|----------------------|-------------|---------|------------------------------------|---------------|--|----------------------|--|
| Chegada  | Origem | Carga     |                     |           | Valor total do Frete | Partida     | Destino | Carga                              |               |  | Valor total do Frete | Observações  |
|  |        | Descrição | Carregado por conta | Destinada |                      |             |         | Descrição                          | Carregado por | A entregar   |                      |  |
| -  | -      | -         | -                   | -         | -                    | 12 Setembro | Porto   | -                                  | -             | -  | Reis 1.599\$542      | Navio prussiano comprado pelo cônsul e despachado para o Porto |
|  |        | -         | -                   | -         |                      |             |         | Alcatrão, aduelas, estopa de linho | Glama & Cª    |  |                      |  |
|  |        | -         | -                   | -         |                      |             |         | Cânhamo, linho                     | Glama & Cª    | João Almeida Pinto, José António Oliveira Sousa, António Monteiro da Cunha, Bernardo José Gonçalves, Silva Nelo & Cª |                      |  |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”

**Ano: 1807 – 1º**

| Navio: Iate Nossa Senhora da Boa Esperança de Tonelagem: 60 ton. Proprietário: Silva e Neto & C <sup>a</sup> (do Porto) Mestre: António José de Alencastro - Viagem consignada a Glama & C <sup>a</sup> |        |  |                     |           |                      |          |         |                                  |               |            |                      |             |
|---|--------|--|---------------------|-----------|----------------------|----------|---------|----------------------------------|---------------|------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem | Carga  |                     |           | Valor total do Frete | Partida  | Destino | Carga                            |               |            | Valor total do Frete | Observações |
|   |        | Descrição  | Carregado por conta | Destinada |                      |          |         | Descrição                        | Carregado por | A entregar |                      |             |
| 13 Junho  | Porto  | Descrição  | Carregado por conta | Destinada | -                    | 19 Julho | Porto   | Descrição                        | Carregado por | A entregar | Reis 1.599\$542      | -           |
|   |        | Vinho, arroz, azeite, limão, cortiça, frutas, 7 papagaios, 2 macacos | -                   | Diversos  |                      |          |         | Barras de ferro, cânhamo e Linho | -             | -          |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”

**Ano: 1807 – 2º**

| Navio: Iate Rio Lima Tonelagem: 90 ton. Proprietário: Custódio Vieira de Araújo Mestre: Francisco José Xavier - Viagem consignada a Venceslau Teodoro Glama |         |                      |                     |           |                      |         |         |                                    |               |            |                      |             |
|---|---------|----------------------|---------------------|-----------|----------------------|---------|---------|------------------------------------|---------------|------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem  | Carga                |                     |           | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga                              |               |            | Valor total do Frete | Observações |
|   |         | Descrição            | Carregado por conta | Destinada |                      |         |         | Descrição                          | Carregado por | A entregar |                      |             |
| 13 Junho  | Setúbal | Sal, cortiça e fruta | Proprietários       | -         | Não declarou frete   | -       | Viana   | Cânhamo, estopa de Cânhamo e linho | -             | -          | -                    | -           |
|   |         |                      |                     |           |                      |         |         |                                    |               |            |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”

**Ano: 1807 – 3º**

| Navio: Galera Nossa Senhora da Vitória Tonelagem: 93 ton. Caixa: João Marques Guimarães Mestre: João Manuel Esteves - Viagem consignada a Venceslau Teodoro Glama |        |                               |                     |           |                      |         |         |  |               |            |                      |             |
|---|--------|-------------------------------|---------------------|-----------|----------------------|---------|---------|--|---------------|------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem | Carga                         |                     |           | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga  |               |            | Valor total do Frete | Observações |
| 14 Junho  | Viana  | Descriminação                 | Carregado por conta | Destinada | Não declarou frete   | -       | Viana   | Descriminação  | Carregado por | A entregar | -                    | -           |
|   |        | Sal, limão e laranja e açúcar | -                   | -         |                      |         |         | Cânhamo, estopa de Cânhamo e linho, aduelas, barras de ferro | -             | -          |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “*Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes*”

**Ano: 1807 – 4º**

| Navio: Bergantim Santa Rita Tonelagem: 68 ton. Caixa e dono: António José Viana Mestre: João Luís de Sousa Ferreira - Viagem consignada a Jacobs & C <sup>a</sup> |        |   |                     |           |                      |         |         |               |               |            |                      |             |
|---|--------|---|---------------------|-----------|----------------------|---------|---------|---------------|---------------|------------|----------------------|-------------|
| Chegada   | Origem | Carga                                       |                     |           | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga         |               |            | Valor total do Frete | Observações |
| 27 Junho  | Viana  | Descriminação                               | Carregado por conta | Destinada | Não declarou frete   | -       | Viana   | Descriminação | Carregado por | A entregar | Não declarou frete   | -           |
|   |        | Sal, arroz, fruta, café, azeite e azeitonas | -                   | -         |                      |         |         | Linho         | -             | -          |                      |             |

ANTT, MNE, Liv. 244 (Consulado de Portugal no Porto de Riga), “Apontamentos sobre Navegação e Commercio dos Portuguezes”

Ano: 1807 – 5º

| Navio: Iate Boa Nova e Senhora da Apresentação Tonelagem: 54 ton. Proprietário: António Joaquim Pareco (?) Mestre: António Joaquim Pareco (?) - Viagem consignada a Glama & C <sup>a</sup> |        |                                  |                     |           |                      |         |         |                          |               |            |                      |  |
|--|--------|----------------------------------|---------------------|-----------|----------------------|---------|---------|--------------------------|---------------|------------|----------------------|--|
| Chegada  | Origem | Carga                            |                     |           | Valor total do Frete | Partida | Destino | Carga                    |               |            | Valor total do Frete | Observações  |
|  |        | Descrição                        | Carregado por conta | Destinada |                      |         |         | Descrição                | Carregado por | A entregar |                      |  |
| 17 Agosto  | Porto  | Descrição                        | Carregado por conta | Destinada | 1.548'75             | -       | Porto   | Descrição                | Carregado por | A entregar | -                    | Esteve antes de chegar a Riga 75 dias no mar. Inscricão na pág. 54 do mesmo livro “Athé ao Anno de 1813 não vierão mais navios Portuguezes a Riga por causa da guerra, e também por ter a Russia prohibido o commercio e navegação com Portugal” |
|  |        | Vinho, cortiça, amêndoas, rolhas | -                   | Diversos  |                      |         |         | Linho, cânhamo e aduelas | -             | -          |                      |  |

**Anexo B – Comércio entre os portos portugueses e o Báltico**

1797 – Exportações

*"Detalhe do Commercio do reino de Portugal com os Portos do Mar Baltico no Anno de 1797."*. ANTT, MNE, Cx. 547, Maço 1798, incluso ao ofício nº 12.

| Exportações - 1797 |                    |            |           |          |          |                   |           |           |         |        |           |            |          |           |           |           |                  |                 |
|--------------------|--------------------|------------|-----------|----------|----------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|-----------|------------|----------|-----------|-----------|-----------|------------------|-----------------|
| Produtos           | Portos de Portugal |            |           |          |          | Portos do Báltico |           |           |         |        |           |            |          |           |           |           |                  |                 |
|                    | Lisboa             | Setúbal    | Porto     | V. Conde | Figueira | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia    | Pom. Sueca | Dantzig  | Prússia   | Curlandia | Rússia    | Não discriminado | Total de Navios |
| Diversos           | 3                  |            | 2         |          |          |                   |           |           |         |        | 1         |            |          | 1         |           | 3         |                  | 5 (diversos)    |
| Sal                | 67                 | 169        | 2         |          |          | 1                 | 24        | 3         |         |        | 64        |            | 7        | 38        | 9         | 44        | 48               | 238 (sal)       |
| Vinho              | 1                  |            | 10        |          |          |                   | 2         |           |         |        |           |            |          |           |           | 9         |                  | 11 (Vinho)      |
| Açúcar             | 1                  |            |           |          |          |                   |           |           |         |        |           |            |          | 1         |           |           |                  | 1 (Açúcar)      |
| Frutas             | 5                  |            | 3         |          |          |                   |           |           |         |        |           |            |          |           |           | 8         |                  | 8 (Frutas)      |
| Mantimentos        | 1                  |            |           |          |          |                   |           |           |         |        |           |            |          |           |           | 1         |                  | 1 (mantimentos) |
| Em lastro          |                    |            | 1         |          |          |                   |           |           |         |        |           |            |          |           |           | 1         |                  | 1 (em lastro)   |
| <b>Navios</b>      | <b>78</b>          | <b>169</b> | <b>18</b> |          |          | <b>1</b>          | <b>26</b> | <b>3</b>  |         |        | <b>65</b> |            | <b>7</b> | <b>40</b> | <b>9</b>  | <b>66</b> | <b>48</b>        | <b>265</b>      |

## 1797 – Importações

"*Detalhe do Commercio do reino de Portugal com os Portos do Mar Baltico no Anno de 1797.*". ANTT, MNE, Cx. 547, Maço 1798, incluso ao ofício nº 12.

| Importações - 1797 |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           |        |                  |                    |         |       |          |          |                 |
|--------------------|----------|-----------|-----------|---------|--------|--------|----------|---------|---------|-----------|--------|------------------|--------------------|---------|-------|----------|----------|-----------------|
| Portos do Báltico  |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           |        |                  | Portos de Portugal |         |       |          |          | Total de Navios |
| Produtos           | Elsenuer | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | P. Sueca | Dantzig | Prússia | Curlandia | Rússia | Não discriminado | Lisboa             | Setúbal | Porto | V. Conde | Figueira |                 |
| Madeira            |          | 2         |           |         |        |        |          |         | 6       |           | 10     |                  | 18                 |         |       |          |          | 18              |
| Tábuas             |          | 1         | 1         |         |        | 3      |          |         | 3       |           | 2      |                  | 10                 |         |       |          |          | 10              |
| Aduelas            |          |           |           |         |        |        |          | 3       | 1       |           | 1      |                  | 1                  |         | 4     |          |          | 5               |
| Mastros            |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           | 1      |                  | 1                  |         |       |          |          | 1               |
| Ferro em barra     |          |           |           |         |        | 39     |          |         |         |           | 6      |                  | 33                 |         | 11    | 1        |          | 45              |
| Trigo escolhido    |          | 6         |           | 3       | 2      |        | 5        | 16      | 17      |           | 9      |                  | 49                 |         | 9     |          |          | 58              |
| Trigo              |          |           |           |         |        | 1      | 3        | 6       | 16      | 2         | 2      |                  | 27                 |         | 3     |          |          | 30              |
| Cevada             |          | 4         |           | 2       |        | 2      | 1        | 2       | 6       | 2         |        |                  | 18                 |         | 1     |          |          | 19              |
| Centeio            |          |           |           |         |        | 2      | 1        | 1       |         |           | 1      |                  | 5                  |         |       |          |          | 5               |
| Sementes           |          |           |           |         |        |        |          |         | 1       |           |        |                  | 1                  |         |       |          |          | 1               |
| Linho              |          |           |           |         |        | 1      |          |         | 11      | 25        | 23     |                  | 10                 |         | 37    |          | 13       | 60              |
| Cânhamo            |          |           |           |         | 1      |        |          |         | 1       |           | 17     |                  | 12                 |         | 7     |          |          | 19              |
| Estopa             |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           | 1      |                  |                    |         | 1     |          |          | 1               |
| Alcatrão           |          |           |           |         |        | 4      | 2        |         |         |           |        |                  | 5                  |         | 1     |          |          | 6               |
| Diversos           |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           | 4      |                  | 2                  |         | 2     |          |          | 4               |
| Amarras            |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           | 1      |                  | 1                  |         |       |          |          | 1               |
| Cinzas             |          |           |           |         |        |        |          |         | 1       |           |        |                  |                    |         | 1     |          |          | 1               |
| Velas de sebo      |          |           |           |         |        |        |          |         |         |           | 1      |                  | 1                  |         |       |          |          | 1               |
| <b>Navios</b>      |          | 13        | 1         | 5       | 3      | 52     | 12       | 28      | 63      | 29        | 79     |                  | 194                |         | 77    | 1        | 13       | 285             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 174; Dinamarca – 148; Prússia – 97; Lubeck – 16; Portugal – 13; América – 11; Inglaterra – 13; Bremen – 10; Frisia – 46; Hamburgo – 18; Oldenburgo – 4.

## 1798 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*"<sup>380</sup>1798. ANTT, MNE, Cx. 547, Maço 1799, incluso ao officio n° 45.

| Exportações - 1798 |                    |         |       |       |               |          |       |                   |           |           |         |        |        |         |           |                 |        |
|--------------------|--------------------|---------|-------|-------|---------------|----------|-------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|-----------------|--------|
| Produtos           | Portos de Portugal |         |       |       |               |          |       | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           | Total de Navios |        |
|                    | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | Vila do Conde | Figueira | Faial | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia |                 | Rússia |
| Diversos           | 1                  |         |       |       |               |          |       |                   | 1         |           |         |        |        |         |           |                 | 1      |
| Sal                | 7                  | 173     |       |       |               |          |       |                   | 10        | 8         | 4       | 8      | 76     | 42      | 11        | 21              | 180    |
| Vinho              |                    |         | 7     |       |               |          |       | 2                 | 1         |           |         |        |        |         |           | 4               | 7      |
| Açúcar             | 1                  |         |       |       |               |          |       |                   |           |           |         |        |        | 1       |           |                 | 1      |
| Frutas             | 6                  |         |       |       |               |          |       |                   | 1         |           |         |        |        |         |           | 5               | 6      |
| Chevaux            | 1                  |         |       |       |               |          |       | 1                 |           |           |         |        |        |         |           |                 | 1      |
| <b>Navios</b>      | 16                 | 173     | 7     |       |               |          |       | 3                 | 13        | 8         | 4       | 8      | 76     | 43      | 11        | 30              | 196    |

<sup>380</sup> Realizado no consulado do rei das duas Sicílias na Dinamarca como todas as seguintes.

## 1798 – Importações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*"<sup>381</sup> 1798. ANTT, MNE, Cx. 547, Maço 1799, incluso ao ofício nº 45.

| Importações - 1798 |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                    |         |       |       |          |          |                 |       |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|---------|-------|-------|----------|----------|-----------------|-------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |         |       |       |          |          | Total de Navios |       |
|                    | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | V. Conde | Figueira |                 | Faial |
| Charpentes         |                   |           |           |         |        |        | 4       |           | 4      | 7                  |         | 1     |       |          |          |                 | 8     |
| Planches           |                   |           |           |         |        | 3      | 1       |           | 3      | 5                  |         | 1     |       |          |          | 1               | 7     |
| Poutres            |                   |           |           |         |        |        | 2       |           |        | 2                  |         |       |       |          |          |                 | 2     |
| Futailles          |                   |           |           |         |        |        | 20      |           |        | 2                  |         | 18    |       |          |          |                 | 20    |
| Fer en barre       |                   | 1         |           |         |        | 32     |         |           | 4      | 24                 |         | 9     | 4     |          |          |                 | 37    |
| Bleds              |                   | 2         |           |         | 1      | 4      | 14      | 1         |        | 15                 |         | 7     |       |          |          |                 | 22    |
| Seigle             |                   |           |           | 1       |        |        | 10      | 1         | 1      | 6                  |         | 7     |       |          |          |                 | 13    |
| Froment            |                   | 13        | 3         |         |        | 8      | 65      | 1         | 9      | 88                 |         | 11    |       |          |          |                 | 99    |
| Orge               |                   |           |           | 1       |        |        | 1       |           |        |                    |         | 2     |       |          |          |                 | 2     |
| Lin                |                   |           |           |         |        | 2      | 21      | 14        | 23     | 11                 |         | 31    |       |          | 18       |                 | 60    |
| Chanvre            |                   |           |           |         | 2      |        | 1       | 1         | 26     | 25                 |         | 5     |       |          |          |                 | 30)   |
| Etoupe             |                   | 1         |           |         |        |        |         |           |        |                    |         | 1     |       |          |          |                 | 1     |
| Mar. divers        |                   | 1         |           |         |        |        |         |           | 5      | 1                  |         | 5     |       |          |          |                 | 6     |
| Cables             |                   |           |           |         |        |        |         |           | 1      | 1                  |         |       |       |          |          |                 | 1     |
| <b>Navios</b>      |                   | 18        | 3         | 2       | 3      | 49     | 138     | 18        | 77     | 187                |         | 98    | 4     |          | 18       | 1               | 308   |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 246; Dinamarca – 127; Prússia – 114; Rostock – 2; Lubeck – 3; Portugal – 12.

<sup>381</sup> Realizado no consulado do rei das duas Sicílias na Dinamarca como todas as seguintes.

## 1799 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1799. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1800, incluso ao officio n° 27.

| Exportações - 1799 |                    |         |           |       |         |        |          |                   |           |           |         |        |        |         |           |                 |        |
|--------------------|--------------------|---------|-----------|-------|---------|--------|----------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|-----------------|--------|
| Produtos           | Portos de Portugal |         |           |       |         |        |          | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           | Total de Navios |        |
|                    | Lisboa             | Setúbal | S. Miguel | Porto | Madeira | Aveiro | Figueira | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia |                 | Rússia |
| Sal                | 8                  | 94      | 4         |       |         |        |          |                   | 8         | 4         |         | 2      | 71     | 18      | 2         | 1               | 106    |
| Fruta              | 8                  |         | 1         |       |         |        |          |                   | 3         |           |         |        |        | 1       |           | 5               | 9      |
| Vinho              | 1                  |         |           | 3     |         |        |          |                   | 1         |           |         |        |        |         |           | 3               | 4      |
| Diversos           | 2                  |         |           | 1     |         |        |          |                   |           |           |         |        | 2      | 1       |           |                 | 3      |
| Açúcar             | 4                  |         |           |       |         |        |          |                   | 4         |           |         |        |        |         |           |                 | 4      |
| <b>Navios</b>      | 23                 | 94      | 5         | 4     |         |        |          |                   | 16        | 4         |         | 2      | 73     | 20      | 2         | 11              | 126    |

## 1799 – Importações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1799. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1800, incluso ao ofício nº 27.

| Importações - 1799 |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                    |         |           |       |         |        |          |                 |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|---------|-----------|-------|---------|--------|----------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |         |           |       |         |        |          | Total de Navios |
|                    | Elsener           | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Setúbal | S. Miguel | Porto | Madeira | Aveiro | Figueira |                 |
| Froment            |                   |           | 3         |         | 1      | 6      | 53      | 2         | 2      | 58                 |         |           | 8     | 1       |        |          | 67              |
| Grains             |                   | 3         | 1         |         |        | 6      | 17      |           | 1      | 17                 | 2       |           | 9     |         |        |          | 28              |
| Fer                |                   |           | 1         |         | 1      | 35     |         |           |        | 27                 |         |           | 6     |         | 4      |          | 37              |
| Boisage            |                   |           | 1         |         |        |        | 3       |           |        | 3                  |         |           | 1     |         |        |          | 4               |
| Planches           |                   |           | 1         |         |        | 3      |         |           |        | 4                  |         |           |       |         |        |          | 4               |
| Goudron            |                   |           |           |         |        | 4      |         |           |        | 2                  | 2       |           |       |         |        |          | 4               |
| Chanvre            |                   |           |           |         | 1      |        | 2       |           |        | 20                 |         |           | 5     |         | 1      |          | 26              |
| Charpentés         |                   |           |           |         |        | 2      |         |           | 1      | 2                  | 1       |           |       |         |        |          | 3               |
| Lin                |                   |           | 1         |         |        |        | 5       | 12        | 19     | 11                 |         |           | 19    |         |        | 7        | 37              |
| Cordage            |                   |           |           |         |        |        |         |           | 8      | 7                  |         |           | 1     |         |        |          | 8               |
| Futailles          |                   |           |           |         |        |        |         |           | 2      |                    |         |           | 9     |         |        |          | 9               |
| <b>Navios</b>      |                   | 3         | 8         |         | 3      | 56     | 87      | 14        | 56     | 151                | 5       |           | 58    | 1       | 5      | 7        | 227             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 116; Pomerânia Sueca – 48; Dinamarca – 87; Inglaterra – 24; Prússia – 47; América – 7; Áustria – 3; Bremen – 2; Livonia – 2; Lubeck – 7; Finlândia – 8; Curlandia – 2.

## 1800 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1800. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1801, incluso ao officio n° 69.

| Exportações - 1800 |                    |         |       |       |               |          |           |                   |           |           |         |        |        |         |           |                 |        |
|--------------------|--------------------|---------|-------|-------|---------------|----------|-----------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|-----------------|--------|
| Produtos           | Portos de Portugal |         |       |       |               |          |           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           | Total de Navios |        |
|                    | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | Vila do Conde | Figueira | S. Miguel | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia |                 | Rússia |
| Sal                | 11                 | 140     |       |       |               | 1        |           |                   | 15        | 2         |         | 4      | 98     | 14      | 2         | 17              | 152    |
| Açúcar             |                    |         | 1     |       |               |          |           |                   |           |           |         |        |        |         |           | 1               | 1      |
| Vinho              | 2                  |         | 1     |       |               |          |           |                   |           |           |         |        |        |         |           | 3               | 3      |
| Frutas             |                    | 1       |       |       |               |          | 3         |                   |           | 1         |         |        |        |         |           | 3               | 4      |
| Em lastro          | 1                  |         |       |       |               |          |           |                   |           |           |         |        |        | 1       |           |                 | 1      |
| <b>Navios</b>      | 14                 | 141     | 2     |       |               | 1        | 3         |                   | 15        | 3         |         | 4      | 98     | 15      | 2         | 24              | 161    |

## 1800 – Importações

"Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund." 1800. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1801, incluso ao officio nº 69.

| Importações - 1800 |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                    |         |       |       |               |          |           |                 |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|---------|-------|-------|---------------|----------|-----------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |         |       |       |               |          |           |                 |
|                    | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | Vila do Conde | Figueira | S. Miguel | Total de Navios |
| Charpentes         |                   |           |           |         | 1      |        | 2       |           | 12     | 15                 |         |       |       |               |          |           | 15              |
| Planches           |                   |           |           |         |        |        | 1       |           | 1      | 4                  |         |       |       |               |          |           | 4               |
| Poutres            |                   |           | 1         |         |        |        | 11      |           | 4      | 16                 |         |       |       |               |          |           | 16              |
| Futailles          |                   |           |           |         |        |        | 19      |           | 2      |                    |         | 21    |       |               |          |           | 21              |
| Fer en barre       |                   |           |           |         |        | 46     |         |           |        | 21                 | 1       | 17    | 2     | 3             | 4        |           | 46              |
| Bleds              |                   | 1         |           |         |        | 2      |         |           |        | 3                  |         |       |       |               |          |           | 3               |
| Froment            |                   | 1         |           |         | 1      | 5      | 32      |           | 9      | 41                 |         | 7     |       |               |          |           | 48              |
| Seigle             |                   | 1         |           |         |        |        |         |           |        | 1                  |         |       |       |               |          |           | 1               |
| Orge               |                   | 2         |           |         |        |        | 1       |           |        | 4                  |         |       |       |               |          |           | 4               |
| Semence            |                   |           |           |         |        | 1      |         |           |        | 1                  |         |       |       |               |          |           | 1               |
| Lin                |                   | 1         |           |         |        |        | 30      | 1         | 8      | 10                 |         | 24    |       |               | 6        |           | 40              |
| Chanvre            |                   |           |           |         | 2      |        | 1       |           | 3      | 3                  |         | 3     |       |               |          |           | 6               |
| Etoupe             |                   |           |           |         |        |        |         |           | 1      | 1                  |         |       |       |               |          |           | 1               |
| Diverses           |                   |           |           |         |        |        |         |           | 4      | 3                  |         | 1     |       |               |          |           | 4               |
| Cables             |                   | 1         |           |         |        |        |         |           | 2      | 3                  |         |       |       |               |          |           | 3               |
| Goudron            |                   |           |           |         |        | 7      |         |           |        | 6                  |         |       | 1     |               |          |           | 7               |
| Huile de lin       |                   |           |           |         |        |        |         |           | 1      |                    |         | 1     |       |               |          |           | 1               |
| Cendres            |                   |           |           |         |        |        |         |           | 1      | 1                  |         |       |       |               |          |           | 1               |
| Lest               |                   |           |           |         |        | 1      |         |           |        |                    | 1       |       |       |               |          |           | 1               |
| Navios             |                   | 7         | 1         |         | 4      | 65     | 97      | 1         | 48     | 133                | 2       | 74    | 2     |               | 8        |           | 223             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 207; Dinamarca – 92; Inglaterra – 10; Prússia – 34; América – 3; Oldenburgo – 1; Hamburgo – 11; Lubeck – 16; Rússia – 1; Rostock – 3; Portugal – 6.

## 1801 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1801. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1802, incluso ao ofício n° 115.

| Portos de Portugal |        |         |       |       |                   |          |           | Portos do Báltico |         |        |        |         |           |        | Total de Navios |
|--------------------|--------|---------|-------|-------|-------------------|----------|-----------|-------------------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|-----------------|
| Produtos           | Lisboa | Setúbal | Porto | Viana | Vila Nova de Gaia | Figueira | S. Miguel | Copenhaga         | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia |                 |
| Sal                | 8      | 32      |       |       |                   |          |           | 3                 |         |        | 24     | 5       | 5         | 3      | 40              |
| Vinho              |        |         | 3     |       | 1                 |          |           | 1                 |         | 1      |        |         |           | 2      | 4               |
| Frutas             | 6      |         |       |       |                   |          | 1         | 2                 |         |        |        |         |           | 5      | 6               |
| Diversos           | 2      |         | 1     |       |                   |          |           |                   |         |        |        | 1       |           | 2      | 3               |
| Em lastro          |        |         | 1     |       |                   |          |           |                   |         |        |        | 1       |           |        | 1               |
| <b>Navios</b>      | 16     | 32      | 5     |       | 1                 |          | 1         | 6                 |         | 1      | 24     | 7       | 5         | 12     | 55              |

## 1801 – Importações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1801. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1802, incluso ao officio nº 115.

| Importações - 1801 |                   |         |        |        |         |           |        |                    |         |       |       |               |          |           |                 |
|--------------------|-------------------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|---------|-------|-------|---------------|----------|-----------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |         |       |       |               |          |           |                 |
|                    | Copenhaga         | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | Vila do Conde | Figueira | S. Miguel | Total de Navios |
| Charpentes         |                   |         |        |        | 2       |           | 1      | 2                  |         | 1     |       |               |          |           | 3               |
| Planches           |                   |         |        | 3      |         |           |        | 3                  |         |       |       |               |          |           | 3               |
| Poutres            |                   |         |        |        | 1       |           | 1      | 1                  |         | 1     |       |               |          |           | 2               |
| Futailles          |                   |         |        |        | 22      |           |        |                    |         | 22    |       |               |          |           | 22              |
| Fer en barre       |                   |         |        | 20     |         |           | 2      | 17                 |         | 2     | 2     |               | 1        |           | 22              |
| Bleds              | 1                 |         |        |        | 21      |           | 3      | 23                 |         | 2     |       |               |          |           | 25              |
| Seigle             |                   |         |        |        | 2       |           |        |                    |         | 2     |       |               |          |           | 2               |
| Froment            |                   | 1       | 4      |        | 35      | 2         | 50     | 90                 |         | 2     |       |               |          |           | 92              |
| Orge               |                   |         |        | 1      | 7       | 1         | 4      | 11                 |         | 2     |       |               |          |           | 13              |
| Lin                |                   |         |        |        |         | 22        | 8      | 11                 |         | 15    |       |               | 5        |           | 31              |
| Chanvre            |                   |         |        |        |         |           | 7      | 6                  |         | 1     |       |               |          |           | 7               |
| Diverses           |                   |         |        |        |         |           | 5      | 3                  |         | 2     |       |               |          |           | 5               |
| Goudron            |                   |         | 1      | 1      |         |           |        | 2                  |         |       |       |               |          |           | 2               |
| Chandelles         |                   |         |        |        |         |           | 1      | 1                  |         |       |       |               |          |           | 1               |
| <b>Navios</b>      | 2                 | 1       | 5      | 25     | 90      | 25        | 82     | 170                |         | 5     | 2     |               | 6        |           | 230             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 97; Dinamarca – 81; Prússia – 83; Hamburgo – 5; Lubeck – 11; Rostock – 3; Portugal – 8.

## 1802 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1802. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1802, incluso ao officio nº 149.

| Produtos      | Portos de Portugal |          |           |          |           |             |          | Portos do Báltico |          |             |             |            |          |          |          |          |               |           |           |           |          |          |            |          | Total de Navios |          |           |           |                |             |   |
|---------------|--------------------|----------|-----------|----------|-----------|-------------|----------|-------------------|----------|-------------|-------------|------------|----------|----------|----------|----------|---------------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|------------|----------|-----------------|----------|-----------|-----------|----------------|-------------|---|
|               | Lisboa             | Porto    | Saribal   | Viana    | S. Miguel | S. Salvador | Madeira  | Copenhaga         | Lubeck   | Helsinfor's | Westerwvich | Carlserone | Wasa     | Walgast  | Getle    | Carleby  | Christianstad | Wleaböing | Bjornburg | Estocolmo | Pillau   | Stettin  | Konigsberg | Memel    |                 | Dantzig  | Liebau    | Riga      | S. Petersburgo | Sem destino |   |
| Açúcar        | 4                  | 1        |           |          |           |             |          |                   |          |             |             |            |          |          |          |          |               |           |           | 1         |          | 2        |            |          | 1               |          |           |           | 1              |             | 5 |
| Vinho         | 2                  | 5        |           | 2        |           | 1           | 1        | 1                 | 1        |             |             |            |          |          |          |          |               |           |           |           |          |          | 1          |          |                 |          | 1         | 7         |                | 11          |   |
| Frutas        | 7                  |          |           |          | 2         |             |          |                   |          |             |             |            |          |          |          |          |               |           |           |           |          |          |            |          |                 |          |           | 9         |                | 9           |   |
| Sal           | 30                 | 1        | 89        |          |           |             |          | 7                 | 2        | 3           | 1           | 3          | 1        | 2        | 2        | 1        | 1             | 1         | 1         | 42        | 2        | 2        | 10         | 2        | 2               | 3        | 10        |           | 22             | 120         |   |
| Diversos      | 8                  |          |           |          |           |             |          |                   |          |             |             |            |          |          |          |          |               |           |           | 1         |          |          |            |          |                 |          |           | 7         |                | 8           |   |
| Em lastro     |                    | 1        |           | 1        |           |             |          |                   |          |             |             |            |          |          |          |          |               |           |           |           |          |          |            |          |                 |          |           |           | 2              | 2           |   |
| <b>Navios</b> | <b>51</b>          | <b>8</b> | <b>89</b> | <b>3</b> | <b>2</b>  | <b>1</b>    | <b>1</b> | <b>8</b>          | <b>3</b> | <b>3</b>    | <b>1</b>    | <b>3</b>   | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>2</b> | <b>1</b> | <b>1</b>      | <b>1</b>  | <b>1</b>  | <b>44</b> | <b>2</b> | <b>4</b> | <b>11</b>  | <b>2</b> | <b>3</b>        | <b>3</b> | <b>11</b> | <b>24</b> | <b>24</b>      | <b>155</b>  |   |

## 1802 – Importações

"Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund." 1802. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1802, incluso ao officio nº 149.

| Importações - 1802        |                   |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       |        |        |        |        |                    |                |        |       |         |                 |        |       |           |             |
|---------------------------|-------------------|---------|--------|-------|-----------|------------|----------|-----------|---------|-----------|--------|-------|---------|-----------|--------|--------|-----------|-------|--------|--------|--------|--------|--------------------|----------------|--------|-------|---------|-----------------|--------|-------|-----------|-------------|
| Produtos                  | Portos do Báltico |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       |        |        |        |        | Portos de Portugal |                |        |       |         | Total de Navios |        |       |           |             |
|                           | Copenhaga         | Rostock | Lubeck | Gefle | Norköping | Westervich | Greivald | Stralsund | Wolgast | Svinemund | Wismar | Pitea | Hersand | Estocolmo | Pillau | Stetin | Konisberg | Memel | Danzig | Pernau | Windau | Liebau | Riga               | S. Petersburgo | Lisboa | Porto | Setúbal |                 | Aveiro | Viana | S. Miguel | Sem destino |
| Froment                   |                   |         |        |       |           |            |          | 3         | 2       | 1         |        |       |         |           | 3      | 4      | 6         | 3     | 15     |        |        | 3      | 7                  | 11             | 40     | 18    |         |                 |        |       | 58        |             |
| Seigle                    |                   |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        | 1         |       | 1      |        |        |        | 2                  |                |        | 4     |         |                 |        |       | 4         |             |
| Orge                      |                   |         |        |       |           |            | 2        | 1         |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       | 2      |        |        | 2      | 2                  |                | 8      | 1     |         |                 |        |       | 9         |             |
| Grains divers             | 1                 | 2       |        |       |           |            | 1        | 2         | 2       |           |        |       |         |           | 3      |        |           | 1     | 9      |        |        | 1      |                    | 16             | 7      |       |         |                 |        | 23    |           |             |
| Avoine                    |                   |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       |        |        |        |        | 1                  |                | 1      |       |         |                 |        |       | 1         |             |
| Marchand. divers          | 1                 |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       |        |        |        |        |                    |                | 1      |       |         |                 |        |       | 1         |             |
| Planches et bois          |                   |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        | 1     | 3       |           |        |        |           |       | 2      | 1      |        |        | 4                  |                | 9      | 2     |         |                 |        |       | 11        |             |
| Poutres et bois de const. |                   |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           | 2     | 1      |        |        |        | 2                  |                | 5      |       |         |                 |        |       | 5         |             |
| Lin                       |                   |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        | 1         | 12    |        | 17     |        | 7      | 15                 | 2              | 14     | 38    |         |                 | 2      |       | 54        |             |
| Chanvre et etoupes        |                   |         | 1      |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       |        |        |        |        | 1                  | 8              | 6      | 13    | 3       |                 |        |       | 16        |             |
| Cordages                  | 2                 |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         |           |        |        |           |       |        |        |        |        |                    | 10             | 11     | 1     |         |                 |        |       | 12        |             |
| Goudron                   | 1                 |         |        |       |           |            |          |           |         |           |        |       |         | 2         |        |        |           |       |        |        |        |        |                    |                | 2      | 1     |         |                 |        |       | 3         |             |
| Fer                       | 1                 |         |        | 6     | 3         | 2          |          |           |         |           |        |       |         | 47        |        |        |           |       |        |        |        |        |                    | 1              | 39     | 22    | 1       | 4               | 1      |       | 3         | 60          |
| Mairrins                  |                   |         |        |       |           |            |          |           |         | 1         |        |       |         |           |        | 3      | 1         | 2     | 3      |        |        |        |                    | 1              |        | 1     | 10      |                 |        |       |           | 11          |
| Navios                    | 6                 | 2       | 1      | 6     | 3         | 2          | 1        | 4         | 6       | 3         | 1      | 1     | 3       | 49        | 6      | 7      | 9         | 20    | 33     | 18     | 1      | 13     | 43                 | 30             | 150    | 107   | 1       | 4               | 1      | 2     | 3         | 268         |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 103; Dinamarca – 49; Prússia – 47; Hamburgo – 14; Inglaterra – 21; Lubeck – 7; Rússia – 4; Portugal – 7, Holanda – 8; Bremen – 3; América – 5.

## 1803 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1803. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1804, incluso ao officio n° 186.

| Exportações - 1803 |                    |         |       |       |              |          |       |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                 |
|--------------------|--------------------|---------|-------|-------|--------------|----------|-------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|-----------------|
| Produtos           | Portos de Portugal |         |       |       |              |          |       | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        |                 |
|                    | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | Vila do Cnde | Figueira | Faial | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Total de Navios |
| Sal                | 25                 | 82      | 1     |       |              | 1        |       |                   | 6         | 1         | 2       | 3      | 49     | 15      | 1         | 32     | 109             |
| Vinho              | 5                  |         | 7     |       | 1            | 2        |       |                   | 1         |           |         | 1      |        |         |           | 13     | 15              |
| Açúcar             | 2                  |         | 1     |       |              |          |       |                   |           |           |         |        | 1      | 2       |           |        | 3               |
| Diversos           | 10                 | 1       |       |       |              |          |       |                   |           |           |         |        | 2      |         |           | 9      | 11              |
| Frutas             | 9                  |         |       |       |              |          |       |                   |           |           |         |        |        | 1       |           | 8      | 9               |
| <b>Navios</b>      | 51                 | 83      | 9     |       | 1            | 3        |       |                   | 7         | 1         | 2       | 4      | 52     | 18      | 1         | 62     | 147             |

## 1803 – Importações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1803. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1804, incluso ao officio nº 186.

| Importações - 1803 |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                    |         |       |       |               |          |       |                 |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|---------|-------|-------|---------------|----------|-------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |         |       |       |               |          |       | Total de Navios |
|                    | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | Vila do Conde | Figueira | Faial |                 |
| Charpentes         |                   |           |           |         |        |        | 2       | 1         | 5      | 5                  |         | 3     |       |               |          |       | 8               |
| Poutres            |                   |           |           |         |        |        | 1       |           | 3      | 4                  |         |       |       |               |          |       | 4               |
| Planches           |                   |           |           |         |        | 2      |         |           | 1      | 3                  |         |       |       |               |          |       | 3               |
| Futailles          |                   |           |           |         |        |        | 11      | 1         | 5      | 5                  |         | 12    |       |               |          |       | 17              |
| Fer en barre       |                   | 2         |           |         |        | 49     |         |           | 2      | 38                 | 2       | 9     | 1     | 2             | 1        |       | 53              |
| Bleds              |                   | 3         | 2         | 3       |        | 9      | 8       | 3         | 7      | 26                 | 2       | 5     | 1     | 1             |          |       | 35              |
| Seigle             |                   |           |           |         |        |        | 3       |           | 3      |                    |         | 6     |       |               |          |       | 6               |
| Froment            |                   |           |           | 3       |        | 8      | 33      | 4         | 13     | 47                 |         | 14    |       |               |          |       | 61              |
| Orge               |                   |           |           |         |        | 2      | 4       | 1         |        | 5                  |         | 2     |       |               |          |       | 7               |
| Avoine             |                   |           |           |         |        |        | 2       |           | 4      | 6                  |         |       |       |               |          |       | 6               |
| Lin                |                   |           |           |         |        | 10     | 16      |           | 30     | 17                 |         | 29    |       | 1             | 8        | 1     | 56              |
| Chanvre            |                   |           |           |         |        |        |         |           | 11     | 9                  |         | 2     |       |               |          |       | 11              |
| Etope              |                   |           |           |         |        |        |         |           | 4      | 4                  |         |       |       |               |          |       | 4               |
| Mar. divers        |                   | 1         |           |         |        |        |         |           | 1      | 2                  |         |       |       |               |          |       | 2               |
| Goudron            |                   |           |           |         |        | 2      |         |           |        | 2                  |         |       |       |               |          |       | 2               |
| Poix               |                   |           |           |         |        | 1      |         |           |        | 1                  |         |       |       |               |          |       | 1               |
| Cables             |                   | 3         |           |         |        |        |         |           | 5      | 8                  |         |       |       |               |          |       | 8               |
| Cuir               |                   |           |           |         |        |        |         |           | 2      | 2                  |         |       |       |               |          |       | 2               |
| <b>Navios</b>      |                   | 9         | 2         | 6       |        | 73     | 74      | 26        | 96     | 184                | 4       | 82    | 2     | 4             | 9        | 1     | 286             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 123; Dinamarca – 66; Prússia – 134; Inglaterra – 15; Lubeck – 6; Portugal – 11, Rostock – 23; América – 41; Oldenburgo – 14.

## 1804 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1804. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1805, incluso ao officio n° 217.

| Exportações - 1804 |                    |           |           |          |           |               |          |          |                   |           |           |          |          |           |           |           |           |                 |
|--------------------|--------------------|-----------|-----------|----------|-----------|---------------|----------|----------|-------------------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------|
| Produtos           | Portos de Portugal |           |           |          |           |               |          |          | Portos do Báltico |           |           |          |          |           |           |           |           | Total de Navios |
|                    | Lisboa             | Setúbal   | Porto     | Viana    | S. Miguel | Vila do Conde | Figueira | Faial    | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock  | Lubeck   | Suécia    | Prússia   | Curlandia | Rússia    |                 |
| Diversos           | 15                 |           | 4         |          |           |               |          | 1        |                   | 2         | 6         | 1        | 6        | 3         |           |           | 2         | 20              |
| Sal                | 16                 | 30        |           |          |           |               |          |          |                   | 1         |           |          |          | 19        | 18        | 2         | 6         | 46              |
| Vinho              | 2                  |           | 4         | 3        |           |               | 3        | 1        |                   |           |           |          |          |           |           |           | 13        | 13              |
| Açúcar             | 4                  |           | 2         |          |           |               |          |          |                   |           | 2         |          | 2        |           |           |           | 2         | 6               |
| Frutas             | 13                 |           | 1         |          | 1         |               |          |          |                   |           |           |          |          |           | 3         |           | 10        | 13              |
| Em lastro          | 3                  | 1         |           |          |           |               |          |          |                   |           |           |          |          | 1         | 2         |           | 1         | 4               |
| <b>Navios</b>      | <b>53</b>          | <b>31</b> | <b>11</b> | <b>3</b> | <b>1</b>  |               | <b>3</b> | <b>2</b> |                   | <b>3</b>  | <b>8</b>  | <b>1</b> | <b>8</b> | <b>23</b> | <b>23</b> | <b>2</b>  | <b>34</b> | <b>104</b>      |

## 1804 – Importações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1804. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1805, incluso ao officio nº 217.

| Importações - 1804 |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                    |         |       |       |           |               |          |       |                 |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|---------|-------|-------|-----------|---------------|----------|-------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |         |       |       |           |               |          |       | Total de Navios |
|                    | Elsener           | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Setúbal | Porto | Viana | S. Miguel | Vila do Conde | Figueira | Faial |                 |
| Charpentes         |                   |           |           |         |        | 5      | 4       |           | 3      | 12                 |         |       |       |           |               |          |       | 12              |
| Poutres            |                   |           |           |         |        | 2      | 3       |           | 4      | 9                  |         |       |       |           |               |          |       | 9               |
| Planches           |                   | 1         |           |         |        | 6      |         |           | 1      | 8                  |         |       |       |           |               |          |       | 8               |
| Futailles          |                   |           | 1         |         |        | 2      | 14      |           |        | 3                  |         | 14    |       |           |               |          |       | 17              |
| Fer en barre       |                   |           |           |         |        | 42     |         |           | 2      | 22                 |         | 8     | 8     |           | 3             | 3        |       | 44              |
| Bleds              |                   |           |           | 1       | 4      | 8      | 25      | 4         | 6      | 34                 |         | 14    |       |           |               |          |       | 48              |
| Seigle             |                   | 1         |           | 1       | 1      |        | 2       |           | 3      | 1                  |         | 7     |       |           |               |          |       | 8               |
| Froment            |                   |           | 1         |         | 10     | 8      | 83      | 8         | 34     | 104                |         | 39    | 1     |           |               |          |       | 144             |
| Orge               |                   |           |           |         |        |        | 5       |           |        | 5                  |         |       |       |           |               |          |       | 5               |
| Semence            |                   |           |           |         |        |        | 1       |           |        | 1                  |         |       |       |           |               |          |       | 1               |
| Lin                |                   |           |           |         |        |        | 15      | 23        | 21     | 25                 |         | 21    | 1     |           |               | 12       |       | 59              |
| Chanvre            |                   |           |           |         | 1      |        |         |           | 12     | 12                 |         | 1     |       |           |               |          |       | 13              |
| Mar. divers        |                   |           | 1         |         | 1      |        |         |           | 3      | 3                  |         | 1     |       |           |               |          | 1     | 5               |
| Goudron            |                   |           |           |         |        | 7      |         |           |        | 5                  |         | 2     |       |           |               |          |       | 7               |
| Cables             |                   |           |           |         |        |        |         |           | 3      | 2                  |         | 1     |       |           |               |          |       | 3               |
| Lest               |                   |           |           |         | 1      |        |         |           |        |                    |         |       | 1     |           |               |          |       | 1               |
| <b>Navios</b>      |                   | 2         | 3         | 2       | 18     | 80     | 152     | 35        | 92     | 246                | 1       | 107   | 11    |           | 3             | 15       | 1     | 384             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 120; Dinamarca – 71; Prússia – 165; Inglaterra – 41; Lubeck – 9; Portugal – 35, Rostock – 11; América – 24; Oldenburgo – 12.

## 1805 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1805. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1806, incluso ao officio n° 247.

| Exportações - 1805 |                    |          |          |          |          |          |            |          |       |                   |           |           |         |          |           |           |           |           |              |
|--------------------|--------------------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|----------|-------|-------------------|-----------|-----------|---------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|
| Produtos           | Portos de Portugal |          |          |          |          |          |            |          |       | Portos do Báltico |           |           |         |          |           |           |           |           | Total Navios |
|                    | Lisboa             | Figueira | Setúbal  | Porto    | Viana    | Madeira  | V. N. Gaia | V. Conde | Faial | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck   | Suécia    | Prússia   | Curlandia | Rússia    |              |
| Diversos           | 2                  |          |          | 1        |          |          |            |          |       |                   |           |           |         | 1        | 1         |           |           | 1         | 3            |
| Sal                | 37                 | 4        |          |          |          |          |            |          |       |                   | 2         |           |         |          | 5         | 26        |           | 8         | 41           |
| Vinho              | 2                  | 1        |          | 5        | 3        | 1        |            |          |       |                   | 1         |           |         |          |           |           | 1         | 10        | 12           |
| Açúcar             | 3                  |          |          |          |          |          |            |          |       |                   |           |           |         |          | 2         | 1         |           |           | 3            |
| Frutas             | 7                  |          |          |          | 3        |          |            |          |       |                   |           |           |         |          |           |           |           | 10        | 10           |
| Aguardente         |                    |          |          |          |          |          | 2          |          |       |                   | 1         |           |         | 1        |           |           |           |           | 2            |
| Em lastro          |                    |          | 2        | 2        |          |          |            |          |       |                   | 1         |           |         |          | 2         | 1         |           |           | 4            |
| <b>Navios</b>      | <b>51</b>          | <b>5</b> | <b>2</b> | <b>8</b> | <b>6</b> | <b>1</b> | <b>2</b>   |          |       |                   | <b>5</b>  |           |         | <b>2</b> | <b>10</b> | <b>28</b> | <b>1</b>  | <b>29</b> | <b>75</b>    |

## 1805 – Importações

"Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund." 1805. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1806, incluso ao officio nº 247.

| Importações - 1805 |                   |           |           |         |        |        |         |           |        |                    |          |         |       |       |         |               |       |                 |
|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|--------|--------|---------|-----------|--------|--------------------|----------|---------|-------|-------|---------|---------------|-------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |           |         |        |        |         |           |        | Portos de Portugal |          |         |       |       |         |               |       | Total de Navios |
|                    | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock | Lubeck | Suécia | Prússia | Curlandia | Rússia | Lisboa             | Figueira | Setúbal | Porto | Viana | Madeira | Vila do Conde | Faial |                 |
| Charpentes         |                   |           |           |         |        | 1      | 2       |           | 2      | 3                  |          |         | 2     |       |         |               |       | 5               |
| Poutres            |                   |           |           |         |        |        | 1       |           |        | 1                  |          |         |       |       |         |               |       | 1               |
| Planches           |                   |           |           |         |        | 2      |         |           |        | 2                  |          |         |       |       |         |               |       | 2               |
| Futailles          |                   | 2         |           |         |        |        | 16      |           |        | 1                  |          |         | 17    |       |         |               |       | 18              |
| Fer                |                   |           |           |         |        | 43     |         |           |        | 20                 | 2        |         | 14    | 6     |         | 1             |       | 43              |
| Bleds              |                   |           |           |         |        | 3      | 4       | 7         | 5      | 17                 |          |         | 2     |       |         |               |       | 19              |
| Seigle             |                   |           |           |         |        |        |         |           | 5      | 2                  |          |         | 3     |       |         |               |       | 3               |
| Froment            |                   |           |           | 8       |        | 5      | 53      | 5         | 40     | 89                 |          |         | 21    | 1     |         |               |       | 111             |
| Orge               |                   |           |           |         |        | 1      | 4       | 4         | 1      | 10                 |          |         |       |       |         |               |       | 10              |
| Lin                |                   |           |           |         |        |        | 14      | 23        | 11     | 12                 | 16       |         | 18    | 2     |         |               |       | 48              |
| Chanvre            |                   |           |           |         |        |        |         |           | 13     | 11                 |          |         | 2     |       |         |               |       | 13              |
| Mar. divers        | 1                 |           |           |         |        |        |         |           | 4      | 3                  |          |         | 1     | 1     |         |               |       | 5               |
| Goudron            |                   |           |           |         |        | 3      |         |           | 1      | 3                  |          |         | 1     |       |         |               |       | 4               |
| Cables             |                   |           |           |         |        |        |         |           | 2      | 2                  |          |         |       |       |         |               |       | 2               |
| Lest               |                   |           | 1         |         |        |        | 1       |           | 2      |                    |          |         |       |       |         |               |       | 2               |
| <b>Navios</b>      | 1                 | 2         | 1         | 8       |        | 58     | 95      | 39        | 84     | 178                | 18       |         | 81    | 10    |         | 1             |       | 288             |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 73; Dinamarca – 64; Prússia – 71; Inglaterra – 23; Lubeck – 5; Portugal – 27, Rostock – 5; América – 11; Oldenburgo – 9.

## 1806 – Exportações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1806. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1807, incluso ao officio n° 281.

| Exportações - 1806 |                    |          |           |          |       |          |           |                   |           |           |          |        |           |          |           |           |                |              |
|--------------------|--------------------|----------|-----------|----------|-------|----------|-----------|-------------------|-----------|-----------|----------|--------|-----------|----------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| Produtos           | Portos de Portugal |          |           |          |       |          |           | Portos do Báltico |           |           |          |        |           |          |           |           |                | Total Navios |
|                    | Lisboa             | Figueira | Setúbal   | Porto    | Viana | Madeira  | S. Miguel | Elsenuer          | Copenhaga | Dinamarca | Rostock  | Lubeck | Suécia    | Prússia  | Curlandia | Rússia    | Não assinalado |              |
| Diversos           | 8                  |          |           |          |       |          |           |                   |           |           |          |        | 2         |          |           | 6         |                | 8            |
| Sal                | 6                  |          | 55        |          |       |          |           |                   | 3         |           |          |        | 35        | 4        |           | 9         | 10             | 61           |
| Vinho              | 1                  | 2        |           | 3        |       | 2        |           |                   |           |           |          |        |           |          |           | 8         |                | 8            |
| Açúcar             | 1                  |          |           | 1        |       |          |           |                   |           |           | 1        |        |           |          |           | 1         |                | 2            |
| Frutas             | 8                  |          |           |          |       |          | 2         |                   |           |           |          |        |           |          |           | 7         |                | 7            |
| Limões             | 1                  |          |           |          |       |          |           |                   |           |           |          |        |           |          |           | 1         |                | 1            |
| <b>Navios</b>      | <b>22</b>          | <b>2</b> | <b>55</b> | <b>4</b> |       | <b>2</b> | <b>2</b>  |                   | <b>3</b>  |           | <b>1</b> |        | <b>37</b> | <b>4</b> |           | <b>32</b> | <b>10</b>      | <b>87</b>    |

## 1806 – Importações

"*Extrait de la Navigation et du Commerce fait des y aux Ports Portugais par le Detroit du sund.*" 1806. ANTT, MNE, Cx. 548, Maço 1807, incluso ao officio nº 281.

| Importações - 1806 |                   |           |          |          |           |           |           |           |                |                    |           |          |           |          |          |               |                 |
|--------------------|-------------------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------|--------------------|-----------|----------|-----------|----------|----------|---------------|-----------------|
| Produtos           | Portos do Báltico |           |          |          |           |           |           |           |                | Portos de Portugal |           |          |           |          |          |               | Total de Navios |
|                    | Copenhaga         | Dinamarca | Rostock  | Lubeck   | Suécia    | Prússia   | Curlandia | Rússia    | Não assinalado | Lisboa             | Figueira  | Setúbal  | Porto     | Viana    | Madeira  | Vila do Conde |                 |
| Charpentes         |                   |           |          |          |           | 15        |           | 2         |                | 13                 |           | 1        | 3         |          |          |               | 17              |
| Planches           |                   |           |          |          | 6         | 1         |           | 1         |                | 8                  |           |          |           |          |          |               | 8               |
| Futailles          | 2                 |           |          |          | 1         | 8         |           |           |                |                    |           |          | 11        |          |          |               | 11              |
| Fer en barre       |                   |           |          |          | 38        |           |           | 4         |                | 30                 |           |          | 8         | 3        |          | 1             | 42              |
| Bleds              |                   |           | 1        |          |           |           |           | 1         |                | 1                  |           |          | 1         |          |          |               | 2               |
| Froment            |                   |           |          |          | 2         |           | 5         | 17        |                | 21                 |           |          | 2         | 1        |          |               | 24              |
| Lin                |                   |           |          |          |           | 3         | 27        | 13        |                | 6                  | 10        |          | 24        | 2        | 1        |               | 43              |
| Chanvre            |                   |           |          |          |           |           |           | 1         | 13             | 7                  |           |          | 6         | 1        |          |               | 14              |
| Cables             |                   |           |          |          |           |           |           | 6         |                | 6                  |           |          |           |          |          |               | 6               |
| Mar. divers        |                   |           |          |          |           |           |           | 1         |                | 1                  |           |          |           |          |          |               | 1               |
| Goudron            |                   | 3         |          |          | 8         |           |           |           |                | 11                 |           |          |           |          |          |               | 11              |
| Lest               |                   |           |          | 1        |           |           |           |           |                |                    |           | 1        |           |          |          |               | 1               |
| <b>Navios</b>      | <b>2</b>          | <b>3</b>  | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>55</b> | <b>27</b> | <b>33</b> | <b>58</b> |                | <b>104</b>         | <b>10</b> | <b>2</b> | <b>55</b> | <b>7</b> | <b>1</b> | <b>1</b>      | <b>180</b>      |

Origem dos navios que realizaram este comércio:

Suécia – 87; Dinamarca – 82; Prússia – 4; Inglaterra – 5; Lubeck – 2; Portugal – 30, Hamburgo – 12; Rostock – 5; América – 17; Bremen – 2; Curlandia – 16; Rússia – 5.

## Anexo C

Evolução da importação de caixas de Açúcar por parte da cidade de Hamburgo: ANTT, MNE, Cx. 610, Maço 1802, fl. 3.

- 1790 – 61 Navios – 15867 caixas
- 1791 – 72 Navios – 19158 caixas
- 1792 – 62 Navios – 17669 caixas
- 1793 – 46 Navios – 10998 caixas
- 1794 – 82 Navios – 20751 caixas
- 1795 – 92 Navios – 22929 caixas
- 1796 – 98 Navios – 23080 caixas
- 1797 – 94 Navios – 22327 caixas
- 1798 – 48 Navios – 7058 caixas
- 1799 – 100 Navios – 25626 caixas
- 1800 – 78 Navios – 20533 caixas
- 1801 – 129 Navios – 36448 caixas